

ALFA
Revista de Lingüística

Editora
UNESP
FUNDAÇÃO

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Reitor

Arthur Roquete de Macedo

Vice-Reitor

Antonio Manoel dos Santos Silva

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador

Arthur Roquete de Macedo

Diretor-Presidente

José Castilho Marques Neto

Conselho Editorial Acadêmico

Aguinaldo José Gonçalves

Anna Maria Martinez Corrêa

Antonio Carlos Massabni

Antonio Celso Wagner Zanin

Antonio Manoel dos Santos Silva

Carlos Erivany Fantinati

Fausto Foresti

José Ribeiro Júnior

José Roberto Ferreira

Roberto Kraenkel

Editor Executivo

Tulio Y. Kawata

Editores Assistentes

José Aluysio Reis de Andrade

Maria Aparecida F. M. Bussolotti

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

ALFA
Revista de Linguística

ISSN 002-5216
ALFAD5

Alfa	São Paulo	v.40	p.1-215	1996
------	-----------	------	---------	------

A correspondência e os artigos para publicação deverão ser encaminhados a
Correspondence and articles for publication should be addressed to

ALFA: Revista de Lingüística
Av. Rio Branco, 1210, Campos Elíseos
01206-904 – São Paulo – SP – Brasil
Tel.: (011)223-7088

Comissão Editorial

Mirtes Rocha Rodrigues
Kátya Laís Ferreira Batella
Marize Mattos Dall'Aglio-Hattner
Fernando Brandão dos Santos
Jeane Mari Sant'Ana Spera
Erotilde Goreti Pezatti
Lourenço Chacom Jurado Filho
Odette Gertrudes L. A. de S. Campos

Editora Responsável

Odette Gertrudes L. A. de S. Campos

Assessoria Técnica

Marcia Cortese Barreto
Cristina Aurora B. J. dos Santos

Revisão dos Abstracts

Ademar da Silva, FCL de Araraquara – UNESP

Publicação Anual/*Annual publication*

Solicita-se permuta/*Exchange desired*

ALFA: Revista de Lingüística (Fundação para o Desenvolvimento da UNESP)
São Paulo, SP, Brasil, 1962-1977; 1980

Suplemento em: 1984, 28

1962-1977, 1-23

Publicação interrompida, 1978-1979

1980-1989, 24-33

1990-1993, 34-37

1994, 38

1995, 39

1996, 40

ISSN 002-5216

Os artigos publicados na ALFA – Revista de Lingüística são indexados por:
The articles published in ALFA – Revista de Lingüística are indexed by:

Bibliographie Latinoamericaine D'Articles; Clase-Cich-Unam; Índice de Revista; Sección de Humanidades y Ciencias Sociales; MLA – International Bibliography of Books and Articles on Modern Languages and Literature; Nichtkonventionelle Literatur Linguistik; Sociological Abstract; Sumários Correntes Brasileiros; Ciências Sociais e Humanas; Sumários de Educação.

APRESENTAÇÃO

Prosseguindo com sua orientação de reforçar um núcleo temático, a revista *Alfa* enfoca, na presente edição, os estudos lexicológicos e lexicográficos. Assim, ficam abrigados neste volume tanto estudos que dizem respeito ao léxico em si como aqueles que se ligam à técnica de confecção de dicionários. Além destes, há, como nos números anteriores, artigos de tema livre.

Entre os estudos lexicológicos, Alves trata da evolução do conceito de neologia, mostrando que hoje em dia este passou a ter ligação com a terminologia. Camacho e Pezatti discutem as possibilidades gramaticais da subcategorização contável/não contável dos nomes no português falado, nos níveis do significado lexical e do significado relacional. Carvalho analisa os mecanismos responsáveis pela organização semântica do léxico do futebol. Bechara, Castro & Doi, utilizando como *corpus* de pesquisa questões do vestibular-Unicamp, analisam a interferência de sentido de palavras baseada no conhecimento de mundo e na competência discursiva do leitor, podendo esta superar as limitações no conhecimento do léxico.

No que diz respeito aos estudos lexicográficos, Gonçalves, ao analisar os vocabulários ortográficos de Madureira Feijó (1734) e Monte Carmelo (1767), mostra que apresentam elementos que os aproximam da prática lexicográfica e mesmo terminográfica, motivo pelo qual os denomina "exercícios paralexográficos". Biderman ressalta a importância de se estabelecer um vocabulário fundamental da língua portuguesa do Brasil, relatando sua experiência na elaboração do "Dicionário de frequências do português contemporâneo", além do trabalho de pesquisadores portugueses, tendo em vista o "Vocabulário fundamental da língua portuguesa de Portugal", realizado na Universidade de Lisboa. Borba & Longo discutem problemas relativos à delimitação de sentido dos itens lexicais na elaboração de um dicionário, mostrando os procedimentos utilizados na elaboração de verbetes, exemplificados com os verbetes *ciência*, *arte* e *técnica*. Ignácio discute o modo de apresentação de verbos em um dicionário gramatical de verbos. Neves procura mostrar que a prática lexicográfica moderna deve assentar-se em base gramatical consistente e, mesmo assim, produzir obras acessíveis aos usuários comuns.

Com relação aos artigos de tema livre, Dota apresenta a modalização como um processo de leitura e interpretação de textos em língua inglesa; Chacon analisa

duas posições antagônicas sobre a relação entre o ritmo e a significação linguística, a saber, a incompatibilização entre ritmo e sentido e a tentativa de compatibilização entre ambos. Nomura apresenta conceituações linguísticas recentes da linguagem literária, procurando inter-relacioná-las em um quadro conceitual integrativo. Dall'Aglio-Hattner analisa os mecanismos segmentais de expressão da modalização epistêmica.

Com este número, a revista *Alfa* espera contribuir para o estudo das questões tratadas pelos diversos autores e, de modo especial, para o estudo dos problemas que envolvem a utilização do léxico e o seu registro em obras de referência.

Odette G. L. Altmann de Souza Campos
Editora Responsável

SUMÁRIO/CONTENTS

ARTIGOS ORIGINAIS/ORIGINAL ARTICLES

TEMA CENTRAL

LÉXICO: ESTUDOS LEXICOLÓGICOS E LEXICOGRÁFICOS

- O conceito de neologia: da descrição lexical à planificação lingüística
The concept of neology: from lexical description to linguistic planning
Ieda Maria Alves 11

- Inferência e leitura em língua estrangeira: reflexões sobre uma questão de inglês do vestibular–Unicamp
Inference and reading in a foreign language: reflections on a single question of the entrance examination of Unicamp
Suely Fernandes Bechara, Vandersí Sant'Ana Castro, Elza Taeko Doi 17

- Léxico e vocabulário fundamental
Lexicon and basic vocabulary
Maria Tereza Camargo Biderman 27

- Ciência & arte & técnica: a delimitação dos sentidos num dicionário
Science & art & technique: the delimitation of meanings in a dictionary
Francisco da Silva Borba, Beatriz Nunes de Oliveira Longo 47

- Nomes contáveis e não-contáveis
Countable and uncountable nouns
Roberto Gomes Camacho, Erotilde Goreti Pezatti 59

- Estruturas semânticas no léxico do futebol
Semantic structures in the soccer lexicon
Nildemir Ferreira de Carvalho 75

▪ Antigas ortografias portuguesas e paralexigrafia no século XVIII Ancient Portuguese orthographies and paralexigraphy in the XVIII century <i>Maria Filomena Gonçalves</i>	103
▪ A apresentação dos verbos num dicionário gramatical de usos The presentation of verbs in a usage dictionary <i>Sebastião Expedito Ignácio</i>	119
▪ A prática lexicográfica: onde ciência e arte se encontram The lexicographic practice: when science and art come together <i>Maria Helena de Moura Neves</i>	129
TEMA LIVRE	
▪ Alguns aspectos dos estudos tradicionais sobre o ritmo e os fatos do sentido Some aspects of traditional studies on rhythm and issues of meaning <i>Lourenço Chacon</i>	143
▪ Uma análise funcional da modalidade epistêmica A functional analysis of epistemic modality <i>Marize Mattos Dall'Aglio-Hattner</i>	151
▪ Modalidade: um caminho para leitura em língua inglesa Modality: a direction to reading in English <i>Maria Inez Mateus Dota</i>	175
▪ Conceitos lingüísticos de linguagem literária Linguistic concepts of literary language <i>Masa Nomura</i>	189
ÍNDICE DE ASSUNTOS	205
SUBJECTS INDEX	207
ÍNDICE DE AUTORES/AUTHORS INDEX	209

TEMA CENTRAL
LÉXICO: ESTUDOS LEXICOLÓGICOS
E LEXICOGRÁFICOS

O CONCEITO DE NEOLOGIA: DA DESCRIÇÃO LEXICAL À PLANIFICAÇÃO LINGÜÍSTICA

Ieda Maria ALVES¹

- **RESUMO:** O conceito de neologia aplica-se a todos os fenômenos novos que atingem uma língua. No nível lexical, referia-se, inicialmente, à criação de uma nova unidade lexical ou ao empréstimo de uma unidade pertencente a um outro idioma. Com a implantação de políticas de planejamento lingüístico em vários países ou comunidades lingüísticas, esse conceito foi adquirindo novos matizes, passando a estabelecer relações muito estreitas com a Terminologia. Desse modo, o conceito de neologia, antes restrito à língua geral, passou a ser aplicado também às línguas de especialidade.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Neologia; neologismo; língua geral; língua de especialidade.

O conceito de neologia

O conceito de neologia refere-se a todos os fenômenos novos que atingem uma língua. No nível lexical, foi definido por Guilbert (1975, p.31), que produziu relevantes estudos sobre a neologia lexical, como a possibilidade de criação de novas unidades lexicais, em razão das regras de produção incluídas no sistema lexical. O autor também considera neológicas as inovações lexicais recebidas de outros idiomas, os empréstimos. Outro importante estudioso da neologia, Jean-Claude Boulanger, definiu a nova unidade lexical, o *neologismo*, como "uma unidade lexical de criação recente, uma nova acepção de uma palavra já existente, ou ainda, uma palavra recentemente emprestada de um sistema lingüístico estrangeiro e aceito numa língua" (1979, p.65-6).

Diz-nos Machado, em seu *Dicionário etimológico da língua portuguesa* (1989, v.4, p.207), que a oitava edição do *Dicionário da língua portuguesa*, de Moraes, registra o termo *neologismo*, no século XVIII, em Filinto Elísio. O *Grande dicionário português ou Tesouro da língua portuguesa*, de Frei Domingos Vieira (1871-1874, v.4, p.425), registra os termos *neologia* – "invenção ou introdução de termos ou lo-

¹ Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP – 05508-900 – São Paulo – SP.

cuções novas em um idioma” –, *neologismo* – “inovação de palavras e frases” – e *neólogo* – “o que usa com freqüência de termos novos; o que afeta uma linguagem nova”.

O conceito de neologia, no entanto, é muito anterior ao aparecimento do termo, pois acompanha o desenvolvimento do acervo lexical de todas as línguas.

Na língua portuguesa, encontramos várias referências à atividade neológica nos estudos sobre a história da língua.

Escreve Haury (1989, p.44-7) que, na fase arcaica da língua, o léxico português é enriquecido com vários estrangeirismos (galicismos, provençalismos e grecismos) e também com formações vernáculas, sobretudo de caráter nominal.

Paiva (1988, p.27-8) refere-se aos neologismos incorporados no período quatrocentista: latinismos, muitos deles recolhidos por Rodrigues Lapa em *O leal conselheiro*, cujo autor, D. Duarte, aportuguesa-os e adapta-os à pronúncia e à ortografia da época; e estrangeirismos de diferentes origens – galicismos, italianismos, hispanismos.

A partir do século XVI, a expansão navegatória dos portugueses, a colonização e o contato com os povos conquistados não somente difundem a língua portuguesa como também tornam-na susceptível à influência de outras línguas, sobretudo as faladas no Oriente. No português do Brasil, especificamente, a influência indígena no nível lexical começa a se tornar importante nesse século e, com a vinda dos escravos africanos, é também relevante, a partir do século XVII, a contribuição do legado lexical africano (Spina, 1987, p.21-4).

A literatura brasileira, que no século XVIII assinala os reflexos da contribuição vocabular dos elementos africano e indígena, registra também, no século XIX, o recurso da inovação lexical. Tal recurso, acentuado por autores românticos do porte de José de Alencar e de Joaquim Manuel de Macedo, é também característico da obra dos poetas simbolistas e de autores como Rui Barbosa (Martins, 1988, p.17-33).

O século XX registra, no nível lexical, a criação de numerosos neologismos formados por processos vernaculares (derivação e composição) que se introduzem na língua geral e constituem uma marca específica de alguns romancistas e poetas, como os brasileiros Monteiro Lobato, Mário de Andrade, Guimarães Rosa, Cassiano Ricardo, Gilberto Mendonça Telles, entre outros. A introdução de empréstimos – de origem inglesa, sobretudo – torna-se cada vez mais marcante com o desenvolvimento técnico-científico.

Neologia e descrição lexical

A partir da década de 1950, aparecem, em francês, estudos de caráter neológico, trabalhos que, na verdade, seguem o desenvolvimento dos métodos da análise estrutural e da Lexicologia como subárea da Linguística. A esse respeito, lemos em Dubois (1962, p.1): “Embora o progresso da linguística sincrônica e dos méto-

dos de análise estrutural permita um conhecimento mais completo dos fenômenos lexicais e a utilização de meios técnicos aperfeiçoados imprima mais segurança às conclusões da Lexicologia, a própria definição de seus princípios e de seus termos essenciais ainda sofre hesitações e incertezas inerentes a uma ciência no início de seu desenvolvimento”.

O primeiro trabalho lexicológico dedicado à análise neológica, de autoria de Peter Wexler, descreve a formação, em francês, do vocabulário das ferrovias. Publicado em 1955, esse trabalho pioneiro possibilitou, segundo as palavras de Guilbert, o desenvolvimento de outros trabalhos em que, no âmbito de um vocabulário técnico bem circunscrito em relação ao conjunto do léxico e bem delimitado quanto ao desenvolvimento histórico da língua, “era possível seguir com precisão como, a um significado novo, ligava-se um novo significante” (1965a, p.7).

Ao estudo inovador de Wexler seguiram-se vários outros, dentre os quais podemos citar: *Le vocabulaire politique et social en France de 1869 à 1872*, de Dubois (1962); *La formation du vocabulaire de l'aviation*, de Guilbert (1965a); *Le vocabulaire de l'aéronautique*, também de Guilbert (1965b).

Nesses trabalhos, o vocabulário técnico ou científico é descrito morfológica e semanticamente. São enfatizados os processos de formação que originam as unidades lexicais neológicas, assim como as relações semânticas (campos semânticos, campos nocionais, sinônimos, antônimos, relações hiperonímicas e hiponímicas) que essas unidades neológicas estabelecem. Nessa fase, portanto, a atividade neológica reflete as duas vertentes vinculadas à Lexicologia, disciplina de caráter estrutural: Morfologia e Semântica lexical.

Neologia e planificação lingüística

A partir da década de 1970, o conceito de neologia começa a tornar-se polisêmico (Boulanger, 1989, p.200-7). O desenvolvimento dos trabalhos terminológicos, quer sejam eles considerados de um ponto de vista apenas descritivo, ou também de uma perspectiva normalizadora, que incentiva a criação de termos, redimensiona as características do fenômeno neológico. O neologismo passa, assim, a ter uma relevante função não somente na língua geral. Nas línguas de especialidade, é definido pela Norma ISO 1.087, que trata do vocabulário da Terminologia, como “termo de criação recente ou emprestado há pouco tempo de uma língua estrangeira ou de uma outra área do conhecimento”.

Desse modo, o conceito de neologia, que inicialmente se referia apenas aos aspectos lingüísticos da formação de novas unidades lexicais, sofreu uma evolução, como consequência das políticas de planejamento lingüístico que passaram a emergir em países ou comunidades lingüísticas. A neologia passou, assim, a estabelecer relações mais estreitas com a Terminologia, pois o ato de nomear um conceito,

que sempre existiu, passou também a ser realizado no âmbito de uma perspectiva de planejamento e de intervenção lingüística, o que tem acarretado o aparecimento de denominações específicas para o neologismo terminológico, como *neônimo* (Rondeau, 1984, p.124) e *neotermo* (Boulangier, 1989, p.205). Por essa razão, Boulangier (p.200-7) atribui ao conceito de neologia, contemporaneamente, as seguintes atividades:

- processo prático de criação de novas unidades lexicais, na língua geral ou nas línguas de especialidade, por meio do recurso consciente ou inconsciente aos mecanismos de criatividade lexical habituais em uma língua;
- estudo teórico e aplicado relativo às inovações lexicais: os processos de criação, os critérios de reconhecimento, aceitabilidade e difusão de neologismos, os aspectos sociais e culturais da neologia;
- atividade institucional, organizada sistematicamente para coletar, registrar, difundir e implantar as inovações lexicais, no âmbito concreto de uma política da língua;
- tarefa de identificação dos setores especializados novos ou recentes, ou com lacunas que necessitam de intervenção;
- relação com os dicionários, tanto gerais, unilíngües, como específicos (dicionários de neologismos, de palavras selvagens, de empréstimos etc.).

Assim, os neologismos terminológicos, que resultam de uma criação motivada para responderem às necessidades do desenvolvimento técnico-científico, devem estar vinculados a uma política de planificação lingüística capaz de determinar os critérios de criação de termos.

Tais critérios, adotados por vários organismos internacionais, como o Office de la Langue Française, em Quebec, Canadá, refletem uma dimensão de caráter lingüístico, sociolingüístico e metodológico (Cabré, 1993, p.448-52). A criação de um neologismo terminológico deve, pois, obedecer aos seguintes princípios:

de caráter lingüístico:

- o neologismo deve estar em conformidade com as regras morfossintáticas da língua e adaptar-se ao seu sistema fonológico e ortográfico;
- deve ser adaptável a outros idiomas, por meio do emprego de elementos greco-latinos e de sufixos comuns a outros idiomas;
- deve denominar, o mais claramente possível, um conceito previamente delimitado e com ele estabelecer uma relação;
- deve ser capaz de constituir derivados.

de caráter sociolingüístico:

- o neologismo deve estar em conformidade com a política lingüística do idioma;
- deve estar de acordo com o nível de língua de trabalho em que será utilizado;
- deve ser fruto de uma necessidade;
- não deve apresentar conotações negativas.

de caráter metodológico:

- a criação do neologismo deve contar com a presença de profissionais da área em estudo que possam orientar as propostas neológicas;
- deve levar em conta o sistema conceitual e denominativo de que o neologismo forma parte;
- deve considerar que uma forma não adequada ao sistema da língua, mesmo consolidada, pode ser revista.

Tais princípios, no entanto, devem ter um caráter sobretudo indicativo, pois, como nos lembra Cabré (1993, p.452), na neologia devemos contar, necessariamente, com a dinâmica das línguas e a liberdade de seus falantes, que nem sempre caminham de acordo com os organismos e as propostas de planificação.

Considerações finais

Da descrição lexical a uma política de planificação lingüística, o conceito de neologia foi adquirindo, conforme pudemos demonstrar, diferentes acepções. Esse conceito foi evoluindo da observação de caráter descritivo, própria dos trabalhos da língua geral, para a criação planificada, característica das línguas de especialidade.

Com o desenvolvimento contínuo das ciências e das técnicas, é nas línguas de especialidade que o processo da neologia é particularmente produtivo. Neologismos não cessam de ser criados, em todas as línguas, e também no português do Brasil. E, para que esses neologismos terminológicos possam cumprir, com eficácia, sua função de comunicação, torna-se urgente a implantação de uma política de planejamento neológico no Brasil, com a finalidade específica de garantir à língua portuguesa, em sua variante brasileira, sua vitalidade criativa própria.

ALVES, I. M. The concept of neology: from lexical description to linguistic planning. *Alfa (São Paulo)*, v.40, p.11-16, 1996.

- **ABSTRACT:** *The concept of neology applies to all the new facts related to a language. At the lexical level, this concept firstly referred to the creation of a new lexical unit or to the borrowing of a unit from another language. Due to the implementation of policies of linguistic planning in various countries or linguistic communities, the concept of neology began to acquire new meanings and to establish an intimate relationship with Terminology. So, the concept of neology, which was originally limited to the general language, is nowadays also applied to languages for special purposes.*
- **KEYWORDS:** *Neology; neologism; general language; language for special purpose.*

Referências bibliográficas

BOULANGER, J. C. Néologie et terminologie. *Néologie en Marche*, v.4, p.9-116, 1979.

- BOULANGER, J. C. L'évolution du concept de NEOLOGIE de la linguistique aux industries de la langue. In: SCHAEZTEN, C. de. *Terminologie diachronique*. Paris: Conseil International de la Langue Française, 1989. p.193-211.
- CABRÉ, M. T. *La terminología: teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Editorial Antártida/Empúries, 1993. 529p.
- DUBOIS, J. *Le vocabulaire politique et social en France de 1869 à 1872*. Paris: Larousse, 1962. 460p.
- GUILBERT, L. *La formation du vocabulaire de l'aviation*. Paris: Larousse, 1965a. 709p.
- _____. *Le vocabulaire de l'aéronautique*. Paris: Larousse, 1965b. 361p.
- _____. *La créativité lexicale*. Paris: Larousse, 1975. 285p.
- HAUY, A. B. *História da língua portuguesa*. I: séculos XII, XIII e XIV. São Paulo: Ática, 1989. 120p.
- MACHADO, J. P. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 5.ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1989. 5v.
- MARTINS, N. S. *História da língua portuguesa*. V: século XIX. São Paulo: Ática, 1988. 85p.
- NORME INTERNATIONALE ISO 1.087, 1990.
- PAIVA, D. de F. *História da língua portuguesa*. II: século XV e meados do século XVI. São Paulo: Ática, 1988. 124p.
- RONDEAU, G. *Introduction à la terminologie*. Québec: Gaetan Morin, 1984. 239p.
- SPINA, S. *História da língua portuguesa*. III: Segunda metade do século XVI e século XVII. São Paulo: Ática, 1987. 77p.
- VIEIRA, D. (Frei). *Grande dicionário português ou tesouro da língua portuguesa*. Porto: Ernesto Chardon e Bartolomeu H. de Moraes, 1871-1874. 5v.

INFERÊNCIA E LEITURA EM LÍNGUA ESTRANGEIRA: REFLEXÕES SOBRE UMA QUESTÃO DE INGLÊS DO VESTIBULAR-UNICAMP

Suely Fernandes BECHARA¹
Vandersi Sant'Ana CASTRO²
Elza Taeko DOI³

- **RESUMO:** Neste trabalho procuramos mostrar que o leitor de um texto em língua estrangeira pode superar limitações no conhecimento do léxico fazendo inferências sobre o sentido das palavras que não lhe são familiares, com base em seu contexto de ocorrência. Para isso, poderia explorar "pistas" do próprio texto e mobilizar sua competência discursiva e seu conhecimento do mundo, além de sua competência lingüística.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Leitura em língua estrangeira; inferência; inferência lexical.

Introdução

Este trabalho procura mostrar que o leitor de um texto em língua estrangeira, ao deparar com palavras desconhecidas, pode superar esta limitação localizada de sua competência lingüística e avançar na compreensão do texto, fazendo inferências sobre o sentido de tais vocábulos partindo de seu contexto de ocorrência.

Evidentemente, pressupõe-se, aqui, um leitor ativo, que interage com o texto na construção do sentido, recorrendo a toda informação que pode extrair dos elementos lingüísticos e discursivos do texto, bem como de seu conhecimento prévio do assunto em questão. Isso significa, por um lado, uma concepção de leitura que envolve mais do que o conhecimento da língua, concepção de resto já consolidada na literatura: Galves & Busnardo (1983), por exemplo, afirmam que a leitura em língua estrangeira depende não só da competência lingüística, mas também do conhecimento do mundo e da competência discursiva do leitor, observando, inclu-

1 Faculdade de Letras – UNIB – 04082-000 – São Paulo – SP.

2 Departamento de Lingüística – Instituto de Estudos da Linguagem – Unicamp – 13081-970 – Campinas – SP.

3 Departamento de Lingüística Aplicada – Instituto de Estudos da Linguagem – Unicamp – 13081-970 – Campinas – SP.

sive, que essas duas últimas competências atuam “como recursos principais na aproximação ao texto” quando falta conhecimento lingüístico (p.306). Isso significa, também, que a leitura exige do leitor capacidade de reflexão para mobilizar, de forma conjugada e no momento adequado, esses três tipos de competência na construção do sentido do texto.

A questão

Nossa reflexão se fará com base em uma questão da prova de inglês do Vestibular-94 da Unicamp. Trata-se da questão 32, assim formulada:

ASTRONOMY
New York to Los Angeles in Five Seconds

It is the fastest star ever identified, and it is leaving quite a wake as it zooms across the galaxy. Astronomers have spotted a compacted neutron star travelling at around 2.2 million mph, or 600 miles per second. At that speed, it would cross North America in less than five seconds. By contrast, most stars meander at about ten miles per second.

Once larger than the sun, the star collapsed to a mere ten miles in diameter and is trailing a ten-trillion-mile-long wake of gas that it set aglow and that, oddly, has formed the pattern of a guitar. Scientists believe the pattern probably is the result of preexisting turbulence in the hydrogen gas in the region of the galaxy through which the star is passing.

Even though the star is 500,000 times denser than Earth, it is moving so fast it will escape the gravitational hold of the Milky Way to traverse intergalactic space. The discovery suggests the vast expanse between galaxies could be littered with other swift-moving embers.

“It got a monstrous kick to a very large velocity”, says Roger W. Romani, a Stanford University astrophysicist who observed the star. Astrophysicists believe the star gained its momentum from an asymmetrical supernova explosion one million years ago. When the original dying star imploded, the tremendous gravitational energy that was released may have been concentrated on one side, hurling the compacted star in the opposite direction.

Cataloged as PSR 2224+65, the star is 6,000 light-years from Earth in the constellation Cepheus. Its guitar-shaped wake is so dim that Romani, collaborating with two astrophysicists from Cornell University, needed the giant Hale Telescope at Palomar Observatory in Southern California to photograph it.

David Graham
Popular Science, July 1993

32. Atribua um significado a:
- a. “meander” (parágrafo 1, linha 4)
 - b. “hurling” (parágrafo 4, linha 5)
 - c. “dim” (parágrafo 5, linha 2)

Entre os vários comentários sobre a prova divulgados pela imprensa, em geral positivos, registrou-se uma observação particular em relação a esta questão, considerando-a difícil, com base no argumento de que mesmo professores de inglês desconheciam o significado das palavras focalizadas.

Deve-se acrescentar que observações sobre as exigências da prova de inglês da Unicamp quanto ao léxico não são raras. Bastos & Rodrigues (Bastos et al. 1993, p.24), ao tratarem da prova de inglês do Vestibular da Unicamp, em publicação dirigida aos vestibulandos, mencionam que os comentários veiculados pela imprensa costumam enfatizar que a prova exige “um profundo conhecimento de vocabulário”. Observações desta natureza parecem pressupor uma concepção de leitura fortemente ancorada no léxico, com as possíveis implicações de que o texto precisa ser desvendado palavra por palavra, e de que a ocorrência de vocábulos desconhecidos consistiria em um impedimento ou um obstáculo ao avanço na compreensão do texto. A se aceitar a pertinência desta visão, por um lado, seria de esperar um fraco desempenho dos candidatos em suas respostas à questão 32 e, por outro, seria de indagar sobre a razão de se incluir tal questão na prova, já que efetivamente incide sobre palavras que dificilmente seriam familiares aos vestibulandos, considerando-se o conhecimento médio esperado de alunos egressos do 2º grau.

No que diz respeito ao desempenho dos candidatos, tivemos acesso aos dados referentes à questão pela Coordenadoria Acadêmica da Comissão Permanente para os Vestibulares da Unicamp (CONVEST) e não constatamos propriamente um “fracasso”. Ao contrário, como se pode observar pelas estatísticas – e lembramos que a nota máxima em cada questão é cinco –, 46% dos candidatos obtiveram nota igual ou acima de três, o que pode ser considerado um bom desempenho, visto que não é desprezível a porcentagem de notas cinco (14%) e é significativa a de notas quatro (25,6%). Por outro lado, não passa de 31,2% o total das respostas zero e em branco, o que não caracterizaria propriamente um fracasso dos candidatos na questão.

Comentemos, agora, a indagação levantada sobre a razão de ser da questão na prova. Essa questão parece exemplar, não no sentido de que coloca uma dificuldade intransponível para o vestibulando (o que não se justificaria na elaboração de uma prova), mas no sentido de que propõe um desafio possível de ser vencido pelo candidato, dependendo de sua capacidade de inferir o sentido provável das palavras que desconhece, com base nas informações que consegue extrair do próprio texto aliadas às que traz de seu conhecimento prévio sobre o assunto. A questão exige, diríamos, um leitor “pensante” e “ativo”, e, neste sentido, afina-se perfeitamente com os objetivos básicos do Vestibular da Unicamp, que procura selecionar candidatos capazes de organizar e relacionar idéias, de formular e avaliar hipóteses, de refletir criticamente.

Deve-se acentuar que, ao incidir sobre palavras que dificilmente seriam conhecidas do vestibulando – por certo cuidadosamente escolhidas –, a questão privilegia a capacidade de reflexão do candidato e não propriamente o seu conhecimento dos itens lexicais em foco. Mais democraticamente, a questão está, assim, dando uma chance de bom desempenho não só ao vestibulando que tem um bom conhecimento do inglês, mas também àquele que não teve oportunidade de aprimorar seu conhecimento da língua (pense-se, por exemplo, nos candidatos egres-

dos da escola pública, onde são muitas as dificuldades enfrentadas por professores e alunos nos cursos de língua estrangeira).

Evidentemente, o desempenho dos candidatos foi avaliado segundo o mesmo espírito que norteou a elaboração da questão. A correção foi flexível, considerando como respostas adequadas as que atribuíam aos termos focalizados um significado, ainda que mais geral ou aproximado, que fizesse sentido no contexto imediato de ocorrência de cada vocábulo e no texto visto como uma unidade coerente.

As inferências

Com relação a *meander*, por exemplo, foram consideradas plenamente adequadas todas as respostas que indicavam ter sido a palavra lida como um verbo expressando o deslocamento das estrelas no espaço. Incluem-se aí respostas como:

1 "vagam", "viaja", "deslocar-se", "mover-se", "avançar", "passar";⁴

2 "alcançar a velocidade de";

3 "fazer o mesmo percurso"; ou ainda "percorrer", "atravessar", "cruzar" (estas últimas tendo sido aceitas mesmo sem a explicitação do objeto – a América do Norte de costa a costa –, já que este objeto está expresso na frase anterior e no título do texto). Constituem variações desse tipo de resposta formulações de caráter vicário como: "fazem isso", "fariam o mesmo".

Como grande parte das respostas não se identifica propriamente com o que seria a "definição de dicionário" do termo *meander*, pode-se concluir que os candidatos chegaram a elas por inferência. Quais teriam sido os possíveis pontos de partida ou de sustentação dessas inferências?

Vários elementos no texto poderiam ter funcionado como "pistas" para o leitor:

- a ocorrência da construção *by contrast* introduzindo a frase em que ocorre *meander* e a menção a diferentes cifras de velocidade no parágrafo (todas elas expressões não problemáticas em termos de compreensão, dada a sua fácil associação com as expressões correspondentes em português) poderiam levar à idéia de comparação envolvendo contraste de velocidade;
- a oposição *stars* x *star*, presente no parágrafo, poderia completar a idéia de contraste (e aqui também a compreensão é facilitada, visto se tratar de uma palavra provavelmente familiar ao candidato);
- a possível associação entre as estruturas:

4 Em respostas deste tipo, muitas vezes ocorreu um advérbio referente à velocidade do deslocamento, como "lentamente" ou "velozmente". Na correção, tanto um como outro advérbio foram considerados adequados: "lentamente", por sugerir uma velocidade relativamente inferior da maioria das estrelas, tomando-se como parâmetro a velocidade da PSR 2224+65; e "velozmente", por uma possível alusão à rapidez do deslocamento das estrelas de um modo geral.

"a ... *star travelling at* + cifra de velocidade";
(*By contrast*) "*most stars meander at* + cifra de velocidade",
e o provável conhecimento do significado de *travelling* poderiam levar o leitor a identificar *meander* como um sinônimo do verbo *travel*.

Evidentemente, estas pistas textuais funcionariam aliadas ao conhecimento do leitor sobre o assunto, desencadeado já a partir do título da seção em que aparece o texto – "Astronomy".

No caso de respostas como "fazem o mesmo percurso", fica claro que o contraste foi estabelecido com relação à informação da frase imediatamente anterior à frase em que ocorre *meander*. Esta leitura mais restrita não representa, todavia, uma interpretação incoerente, tendo em vista o texto como um todo.

Com relação a *hurling*, atestaram-se respostas afinadas com a "definição de dicionário" do termo, como, por exemplo: "jogando"; "lançando"; "projetando".

É claro que não é possível determinar se os autores dessas respostas conheciam a palavra ou se chegaram a esse sentido por inferência. Todavia, também se constataram respostas em que o sentido atribuído à palavra já não é tão próximo da "definição de dicionário", o que faz supor que, nestes casos, pelo menos, o candidato teria feito inferências. Isso se aplica a respostas como: "expulsando"; "impulsionando"; "expelindo"; "repelindo".

Não só as respostas do primeiro tipo como também as do segundo foram consideradas plenamente adequadas.

No caso das respostas que seriam resultado de inferência, poderiam ter funcionado como pistas as noções de implosão e de grande concentração de gravidade em um lado da estrela original. Estas noções poderiam ser captadas no texto sem grandes problemas porque estão expressas em um vocabulário acessível ao candidato (por ser de fácil associação a expressões correspondentes em português): "*imploded*", "*tremendous gravitational energy ... concentrated on one side*".

A justaposição dessas duas noções à oração "*hurling the compacted star in the opposite direction*" (em que, provavelmente, à exceção de *hurling*, toda a seqüência seria acessível aos candidatos) poderia levar à identificação do termo a ser esclarecido como um verbo expressando a idéia de movimento de impulso em direção contrária. É claro que, também aqui, o conhecimento sobre o assunto facilitaria muito a formulação de hipóteses.

No que diz respeito a *dim*, foram consideradas adequadas todas as respostas que apontaram adjetivos referentes à dificuldade de percepção visual, relacionando-a ou com o fator de pouca nitidez, ou com o tamanho reduzido, ou com a longa distância do rastro da estrela, ou sem alusão a um fator específico. São exemplos de respostas adequadas:

- 1 "nebuloso"; "obscuro"; "impreciso"; "fraco";
- 2 "pequeno";
- 3 "distante"; "longe";
- 4 "difícil de ser visto".

Embora as respostas do tipo 1, particularmente, estejam afinadas com a "definição de dicionário" de *dim*, é impossível determinar se os seus autores conheciam a palavra ou inferiram seu significado. Quanto aos outros tipos de respostas, é mais provável que tenham resultado de inferências feitas pelos candidatos (mas, igualmente, representam uma interpretação lógica no contexto imediato e coerente com o texto em sua totalidade). A dificuldade de percepção visual associada ao adjetivo seria facilmente inferida da necessidade de um telescópio gigante para fotografar o rastro da estrela, o que está expresso no texto em uma seqüência provavelmente acessível ao vestibulando – "*Romani ... needed the giant Hale Telescope ... to photograph it*" –, pela familiaridade de formas como *need* e *giant*, e pela associação de *Telescope* e *photograph* com as expressões correspondentes em português. Informações sobre o Observatório do Monte Palomar, onde se situa um dos maiores e mais famosos telescópios do mundo, também facilitariam a inferência, naturalmente.

Outras informações poderiam ser tomadas como ponto de apoio para as inferências do leitor: a enorme distância entre a estrela e a Terra ("*the star is 6,000 light-years from Earth*"), expressa em frase imediatamente anterior à frase em que ocorre *dim*; o tamanho reduzido da estrela, expresso em passagens anteriores ("*the star collapsed to a mere ten miles in diameter*"; "*the star is 500,000 times denser than Earth*"). Essas passagens são expressas em linguagem provavelmente acessível ao candidato.

Constatou-se, com relação a *dim*, um tipo de resposta atestado em numerosas provas, que merece ser focalizado por revelar um descaminho no processo de formulação de hipóteses por parte do candidato. Trata-se das respostas que associaram *dim* a *som*, expressando esta relação não só por adjetivos, como: "barulhento"; "agudo, alto"; "estridente"; "afinado"; "irritante, agudo (som)"; "alarmante, gritante, forte"; "sonoro"; "grave"; mas também através de outras formulações (algumas bem curiosas), como: "som, ruído"; "barulho"; "ruído pequeno"; "melodia"; "barulho de campainha"; "som de uma guitarra"; "instrumento"; "tocar"; "alarme", "sirene"; "tom"; "barulho de campainha: dim-dom"; "dim mesmo"; "notas musicais"; "é o guitarrista que colaborou com os astrofísicos".

Não é difícil perceber que esta associação de *dim* a *som* pode ser explicada por dois elementos do texto, que poderiam ter atuado isolada ou conjuntamente:

1 a ocorrência da palavra *guitar*, de fácil interpretação, próxima ao vocábulo a ser esclarecido, e em parágrafo mais distante (2º parágrafo);

2 a constituição gráfico-fonológica de *dim*, que propicia uma interpretação onomatopaica, dada a sua semelhança com o *dim-dom* do português.

Essa associação, no entanto, não é aceitável, porque não faz sentido com a seqüência da frase, que relaciona *dim* com a necessidade do uso de um telescópio gigante, e tampouco se integra coerentemente dentro do texto. Isso mostra que não basta formular hipóteses com base em elementos reconhecíveis no texto, mas é preciso avaliar essas hipóteses tendo em vista a coerência e a unidade textual.

Considerações finais

A título de considerações finais, gostaríamos de observar que o tipo de questão que focalizamos não só permite verificar a compreensão do texto mas, ao mesmo tempo, pode fornecer dados sobre os processos utilizados pelo leitor na leitura. Isso é de grande interesse, já que as investigações, em geral, se voltam para o *produto* da leitura e menos para os *processos* envolvidos na compreensão de um texto. Nas respostas que analisamos, tentamos recuperar os processos de inferência utilizados pelo leitor ao identificarmos as prováveis pistas textuais que teriam sido tomadas como pontos de sustentação das hipóteses.⁵

No caso da resposta inadequada (como se verificou com relação a *dim*), pudemos perceber mais claramente os pontos utilizados na formulação de hipóteses por parte do leitor, comprovando que o erro ou desvio pode fornecer elementos importantes para a compreensão dos processos envolvidos no uso da linguagem (ver, a propósito, Castro & Doi, no prelo).

Gostaríamos ainda de observar que, ao procurarmos evidenciar que é possível inferir o sentido de palavras desconhecidas em um texto, não queremos negar a importância do conhecimento do léxico na leitura em língua estrangeira. A importância desse conhecimento tem sido apontada na literatura. Alderson (1984), a propósito, considera que várias pesquisas sobre leitura em língua estrangeira sugerem que as dificuldades lexicais dos textos são maiores que as dificuldades sintáticas, pelo menos no que diz respeito a leitores com um nível baixo de proficiência. Lembre-se ainda que Cooper (1984), comparando o desempenho de leitores mais habilitados ("*practised readers*") e leitores menos habilitados ("*unpractised readers*") em Inglês-língua estrangeira, conclui que os mais habilitados se distinguem dos menos habilitados por sua "competência lexical relativamente superior" (p.131).

Apesar de se reconhecer a importância do conhecimento do vocabulário na leitura, é preciso não reduzir o trabalho do leitor a uma decodificação do texto palavra por palavra. Para Cooper (1984), a "excessiva veneração por cada palavra" acaba cegando o leitor para outros aspectos vitais do texto (p.124).

Para se pensar na questão do vocabulário na leitura em língua estrangeira, gostaríamos de lembrar quatro observações que podem ser facilmente comprovadas na prática de cada um de nós:

1 Não é preciso conhecer todas as palavras de um texto para se alcançar um bom nível de compreensão na leitura. Ao ler um texto, o leitor privilegia as palavras que lhe parecem essenciais, o que significa que pode desprezar outras que considera

5 Também interessadas neste assunto, as professoras Denise B. Braga e Maria da Glória Moraes (comunicação pessoal) aplicaram a questão em estudo a turmas de inglês na Unicamp (2º semestre de 94) e, procedendo a uma checagem dos alunos, puderam confirmar a utilização das pistas textuais que apontamos para a inferência do sentido das palavras.

menos importantes para o sentido do texto. A este respeito, Galves (1982), aproximando "a palavra *sentido* do seu homônimo, cujo significado é *direção*", observa que "o que é fundamental, com efeito, é entender *para onde vai o texto*, isso é, o que ele quer mostrar, em outros termos, o seu valor argumentativo" (p.194-5).

2 Palavras desconhecidas no texto podem ser elucidadas, como procuramos mostrar neste trabalho. Assumindo uma atitude ativa em relação ao texto, o leitor pode resolver limitações no conhecimento do léxico, fazendo inferências sobre o sentido das palavras que não lhe são familiares. Galves (1982, p.193) acentua a importância desse tipo de atuação do leitor, ao observar que "é mais importante, no que diz respeito à aprendizagem, inferir o sentido aproximativo de uma palavra a partir de uma atitude ativa do que achar a sua tradução exata no dicionário".

3 Muitas vezes, para a leitura de um texto, é suficiente se chegar a um sentido *aproximado* ou *mais geral* da palavra que se desconhece (Galves, 1982; Bastos et al., 1993, p.39). Isso dependerá, sobretudo, dos objetivos da leitura ou da importância relativa da palavra no texto.

4 Nem sempre o conhecimento do significado das palavras de um texto é garantia de sucesso na compreensão deste texto, o que é uma evidência de que o vocabulário não é tudo em leitura. Lembre-se, a propósito, como caso exemplar, a questão 25 da prova de inglês do Vestibular-93 da Unicamp, comentada por Bastos & Rodrigues (Bastos et al., 1993, p.26) e abordada por Vieira & Pinto (1994) em uma comunicação no XLI Seminário do GEL. A questão, que em si mesma já fornecia informações sobre o texto, incide sobre um poema de Emily Dickinson. Embora o texto não apresentasse dificuldade lexical ou gramatical, o desempenho dos candidatos foi surpreendentemente ruim, evidenciando que a leitura envolve muito mais do que conhecimento lexical ou conhecimento gramatical. Alderson & Richards (1977, apud Alderson & Urquhart, 1984, p.XXIII-XXIV) mostraram que os problemas lexicais são os que mais contribuem para a dificuldade do texto em língua estrangeira, mas também constataram que leitores sem problemas na língua, também no que diz respeito ao vocabulário, ainda apresentam dificuldade no processamento do texto, o que sugere a atuação de outros fatores na leitura.

BECHARA, S. F., CASTRO, V. S., DOI, E. T. Inference and reading in a foreign language: reflections on a single question of the entrance examination of Unicamp. *Alfa (São Paulo)*, v.40, p.17-25, 1996.

- **ABSTRACT:** *In this paper we will attempt to show that the reader of a text in a foreign language can overcome certain limitations in his knowledge of the vocabulary by making inferences about the meaning of words which are not familiar to him from the context in which they occur. In order to do that he could make use of clues available in the text to activate his discursive competence and knowledge of the world, as well as whatever linguistic competence is available.*
- **KEYWORDS:** *Reading comprehension; foreign language teaching; inference; lexical inference.*

Referências bibliográficas

- ALDERSON, J. C. Reading in a foreign language: a reading problem or a language problem?
In: ALDERSON, J. C., URQUHART, A. H. (Ed.) *Reading in a foreign language*. London: Longman, 1984. p 1-27.
- ALDERSON, J. C., URQUHART, A. H. (Ed.) *Reading in a foreign language*. London: Longman, 1984. p.XV-XXVIII.
- BASTOS, L. K. X. et al. *Vestibular Unicamp–Inglês/Francês*. São Paulo: Globo, 1993.
- CASTRO, V. S., DOI, E. T. O erro como um ponto de reflexão sobre leitura em língua estrangeira. *Trabalhos em Linguística Aplicada (Campinas)*, n.25. (No prelo).
- COOPER, M. Linguistic competence of practised and unpractised non-native readers of English. In: ALDERSON, J. C., URQUHART, A. H. (Ed.) *Reading in a foreign language*. London: Longman, 1984. p.122-35.
- GALVES, C. O texto em questão. *Estudos Linguísticos (Campinas – PUCC)*, v.6, p 188-203, 1982.
- GALVES, C , BUSNARDO, J. Leitura em língua estrangeira e compreensão e produção de textos em língua materna. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES DE REDAÇÃO E LEITURA DO 3º GRAU, 1, 1983, São Paulo. *Anais...* São Paulo: PUC, 1983. p.305-11.
- VIEIRA, J. R., PINTO, M. V. C. Tinha um poema na prova de inglês do vestibular da Unicamp. *Estudos Linguísticos (São Paulo)*, v.23, p.1446-51, 1994.

LÉXICO E VOCABULÁRIO FUNDAMENTAL

Maria Tereza Camargo BIDERMAN¹

- **RESUMO:** O papel do léxico na estrutura e funcionamento da língua; seu lugar nos estudos da linguagem. Descrição de pesquisa realizada pela Universidade de Lisboa para obtenção de um vocabulário fundamental do português. Discussão dos conceitos e da terminologia técnica em Lexicologia. Procedimentos utilizados na identificação das unidades lexicais; será o dicionário um parâmetro confiável para a identificação dos lexemas? Comentários críticos sobre os resultados da pesquisa de Lisboa, particularmente dos dados do Inquérito da Disponibilidade. Considerações sobre a especificidade e o generalismo no vocabulário. Um vocabulário fundamental para o português do Brasil.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Léxico; vocabulário fundamental; lexicoestatística; frequência de palavras; vocabulário de valor multiuso; terminologia lexicológica.

Introdução

O léxico: seu papel na arquitetura e funcionamento da língua. Lugar do léxico nos estudos da linguagem. O aprendizado da língua e o vocabulário.

Nas últimas décadas, os lingüistas não têm dado muita atenção a problemas de grande relevância relativos ao léxico. Contudo, o vocabulário exerce um papel crucial na veiculação do significado, que é, afinal de contas, o objeto da comunicação lingüística. A informação veiculada pela mensagem faz-se, sobretudo, por meio do léxico, das palavras lexicais que integram os enunciados. Sabemos, também, que a referência à realidade extralingüística nos discursos humanos faz-se pelos signos lingüísticos, ou unidades lexicais, que designam os elementos desse universo segundo o recorte feito pela língua e pela cultura correlatas. Assim, o léxico é o lugar da estocagem da significação e dos conteúdos significantes da linguagem humana.

Por outro lado, o léxico está associado ao conhecimento, e o processo de nomeação em qualquer língua resulta de uma operação perceptiva e cognitiva. As-

1 Curso de Pós-Graduação em Letras – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP.

sim, no aparato lingüístico da memória humana, o léxico é o lugar do conhecimento, sob o rótulo sintético de palavras – os signos lingüísticos.

Um importante problema relacionado ao léxico é o do aprendizado tanto do vocabulário de uma primeira, como do vocabulário de uma segunda língua.

Infelizmente, a aquisição do vocabulário tem sido negligenciada pela pesquisa lingüística, como bem acentuou Meara (1980). Além disso, essa pesquisa tem sido assistemática e sem continuidade, não permitindo que cheguemos a conclusões claras.

Desde a década de 1940, a justificação para a escolha dos *indices verborum* no ensino/aprendizagem do vocabulário tem-se baseado na freqüência de seu uso na língua. Essa tem sido também a técnica e a prática no ensino de uma segunda língua.

Pouca pesquisa tem sido feita sobre essa complexa matéria. Pouco sabemos sobre como o léxico é aprendido e como é estocado na memória. Esta última questão, porém, tem merecido a atenção de psicólogos que se preocupam com o problema da memória. Sob um determinado prisma, o léxico pode ser considerado um problema da memória. As entradas lexicais são, de fato, entradas da memória. Os problemas de registro, armazenamento e recuperação das palavras na codificação e decodificação da mensagem lingüística constituem uma das questões mais intrigantes da memória. Tudo leva a crer que o léxico se estrutura de tal forma que permita a recuperação muito rápida, instantânea mesmo, das palavras que o integram. Com certeza, uma das propriedades constitutivas da unidade lexical, e que possibilitam a sua recuperação no acervo da memória, é a freqüência da palavra.

Desde o início dos anos 60, pesquisas baseadas em métodos estatísticos evidenciaram a existência de um núcleo lexical no interior do léxico de um idioma, que ocorre em qualquer tipo de discurso formulado na língua em questão. Os dicionários de freqüência das línguas românicas, elaborados por Juilland et al. (1964; 1965; 1971; 1973), mostraram que, nas cinco línguas (espanhol, português, francês, italiano e romeno), cerca de 80% de qualquer texto são constituídos pelas 500 palavras mais freqüentes da língua, incluindo-se aí um conjunto de palavras de valor semântico muito geral e a totalidade das palavras gramaticais dessas línguas. Outras pesquisas foram realizadas sobre as línguas românicas com o objetivo de estabelecer vocabulários básicos para o ensino dessas línguas a estrangeiros. A ciência da Estatística Léxica ou Lexicoestatística desenvolveu-se muito em razão desse fim pragmático.

Dada a enorme extensão do léxico, uma seleção lexical criteriosa e baseada em princípios lexicoestatísticos apresentou-se como a melhor alternativa para estabelecer os *indices verborum* das palavras mais freqüentes e usuais dentre as centenas de milhares que constituem o léxico de uma língua de civilização moderna. Dessa forma, podem-se evitar o empirismo e uma seleção vocabular com base apenas na intuição.

Por conseguinte, o ensino de línguas a estrangeiros propiciou a delimitação de um vocabulário mínimo, indispensável à comunicação. Pretende-se, assim, atender às exigências de comunicação rápida do mundo moderno, visando a objetivos essencialmente práticos.

A seguir serão analisados a pesquisa e os resultados de estudos feitos em Portugal para obtenção de um vocabulário básico do português.

1 Descrição de pesquisa realizada pela Universidade de Lisboa para obtenção de um vocabulário fundamental do português

1.1 A metodologia adotada na recolha e análise dos dados do *Português Fundamental* (PF) baseou-se em pesquisas anteriores realizadas sobre o Francês Fundamental e o Espanhol Fundamental. Essas pesquisas sobre os vocabulários básicos das variedades europeias das três línguas latinas – francês, espanhol e português – tinham como escopo obter um vocabulário fundamental, que pudesse ser utilizado no ensino dessas línguas a estrangeiros. Para se chegar a tal vocabulário, foram utilizados modelos de análise de estatística léxica, para se evitar a arbitrariedade na seleção das palavras que seriam utilizadas na pedagogia lingüística.

O *corpus* utilizado continha dois tipos de bancos de dados: a) *corpus da frequência*; b) *corpus da disponibilidade*.

O *corpus da frequência* compõe-se de textos de entrevistas gravadas, realizadas com 1.400 informantes, de ambos os sexos, na faixa etária de 15 a 65 anos e representantes da população portuguesa de todos os distritos do país, inclusive das ilhas de Açores e da Madeira. Tais entrevistas ocorreram na residência ou no local de trabalho dos entrevistados. A entrevista não seguia um modelo rígido. Deixava-se o entrevistado falar espontaneamente e estimulava-se a sua manifestação sobre um tópico que o interessasse. Os temas tratados foram variadíssimos, constituindo o *corpus* global um acervo bem heterogêneo e diversificado da língua portuguesa, na sua variante lusitana. Logo depois, o entrevistador transcrevia a entrevista ortograficamente, para não se dar o caso de ele esquecer detalhes da situação e da conversa que o ajudariam a reproduzir a entrevista o mais fielmente possível.

Das entrevistas transcritas (1.400 textos), foram extraídos excertos de 500 palavras gráficas (em seqüência), processadas no computador. O processamento computacional desses fragmentos das entrevistas forneceu as listas de frequência de palavras, ou seja, o *corpus da frequência*. Essas listas foram ordenadas de duas maneiras: 1. em ordem decrescente de frequência; 2. em ordem alfabética. (Deve-se esclarecer que as unidades de texto identificadas pelo computador, posteriormente quantificadas, eram seqüências de caracteres entre dois espaços brancos. Foram assim obtidas 25.107 formas diferentes.)

1.2 A seguir, os pesquisadores procuraram identificar os *lemas* (as unidades lexicais canônicas). Sob cada *lema* foram indexadas as formas diversas que ocorreram no discurso quando se tratava de palavras flexionáveis, como os substantivos, os adjetivos e os verbos. Se o quantitativo de um lema atingisse o limiar de quarenta, esse vocábulo era listado no rol das palavras que se consideravam fundamentais. Se o total das ocorrências de um vocábulo não totalizasse quarenta, o lema era rejeitado, isto é, não era considerado parte do vocabulário fundamental da língua.

Ao fim da tarefa de identificação dos lemas com frequência igual ou superior a quarenta, constatou-se que muitas palavras de uso freqüente na fala cotidiana não haviam ocorrido. Isso já era esperado, em virtude das experiências anteriores do Francês Fundamental e do Espanhol Fundamental. Por isso a equipe lançou-se à recolha do *corpus da disponibilidade*. De fato, em entrevistas não dirigidas, em que se dá o máximo de liberdade ao locutor para garantir a espontaneidade da fala, os tópicos da conversação passam a ser aleatórios, acarretando um léxico também aleatório, uma vez que certos vocábulos só ocorrem quando se fala de determinados assuntos e em certas situações. Sucede ainda que a situação e o contexto suprem a necessidade de mencionar verbalmente uma ou outra palavra, substituída por gestos ou por dêiticos. Contudo, esses vocábulos são muitas vezes indispensáveis para a comunicação. Por isso, a segunda etapa do trabalho foi a recolha do *corpus da disponibilidade*. Organizou-se um inquérito com base em 27 *Centros de Interesse* (CI), a saber: 1. corpo humano; 2. vestuário; 3. estabelecimentos de ensino; 4. saúde e doença; 5. higiene pessoal; 6. desportos; 7. refeições, alimentos e bebidas; 8. cozinha e objetos que vão à mesa; 9. meios de transporte; 10. viagens; 11. a cidade; 12. aldeia e trabalhos do campo; 13. casa; 14. família; 15. vida sentimental; 16. correio; 17. meios de informação; 18. casas comerciais; 19. profissões e ofícios; 20. arte; 21. tempo (condições atmosféricas); 22. religião; 23. café; 24. animais; 25. plantas, árvores e flores; 26. divertimentos e passatempos; 27. verbos referentes à vida mental.

Os inquéritos foram dirigidos a 800 pessoas entre 17 e 18 anos, em virtude da maior disponibilidade dos jovens, já que se tratava de pesquisa demorada. Os resultados vocabulares desses inquéritos totalizaram 465 mil palavras que se distribuíram por campos semânticos relacionados com a vida diária e a realidade sociocultural de Portugal. Entrementes, sobreveio a revolução política portuguesa de 25 de abril de 1974. Conseqüentemente, ocorreram mudanças sociais e políticas profundas, depois de quarenta anos de ditadura em que Portugal quase se isolara do mundo europeu. Ora, o léxico reflete diretamente a realidade sociopolítica e cultural. Por isso os responsáveis pelo PF concluíram que seria indispensável completar o inquérito sobre a disponibilidade para investigar a possível incorporação à língua comum de novos vocábulos surgidos após o 25 de abril. Fez-se, pois, um *inquérito complementar* em 1980 sobre os seguintes tópicos: 1. vida política; 2. relações de trabalho; 3. problemas econômicos de caráter coletivo.

1.3 A pesquisa da frequência tinha fornecido de 500 a 600 palavras de sentido muito geral e de valor polissêmico (substantivos, adjetivos, verbos e advérbios) que podem ocorrer em situações de comunicação muito diversas, exprimindo conceitos classificatórios, tais como: *tempo, trabalho, homem, indivíduo, família, problema, parte, tipo, cidade, pensar, conhecer, comprar, vender, deixar*. Por conseguinte, trata-se de um vocabulário restrito, podendo servir a um nível de competência modesto.

Por outro lado, os *inquéritos de frequência vocabular* destinam-se a selecionar um *vocabulário de valor multiuso*, ou seja, que possa ser utilizado num número grande de situações, independentemente da época, do lugar, dos interlocutores em presença e dos conteúdos tratados. Dessa forma, nesta pesquisa, assim como em outras similares, os substantivos e verbos mais frequentes no *corpus* recolhido eram palavras de carga semântica muito geral; de fato, tais vocábulos se caracterizam por funcionarem como pro-formas no discurso. Confira-se por exemplo: *coisa, pessoa, gente, maneira, problema, caso, fato, momento, fazer, dar, gostar, ficar*. Com respeito aos adjetivos, constatou-se que os mais frequentes exprimem qualidades (positivas ou negativas), ou julgamentos gerais e vagos, "constituindo uma primeira aproximação pouco precisa e sem gradações", tais como: *grande, pequeno, pior, bom, melhor, novo, difícil, caro*.

A recolha do *corpus da disponibilidade* baseou-se no critério de *vocabulário disponível*, conceito estabelecido pela equipe do Francês Fundamental. Um *vocabulário disponível* é constituído de palavras de baixa frequência e pouco estáveis, mas usuais e úteis. Esse vocabulário está associado aos interesses dos falantes, a suas motivações e intenções comunicativas, aos conteúdos escolhidos para a comunicação linguística. Em suma, o *corpus da frequência* baseia-se na *performance*, na situação de interação verbal, e o *corpus da disponibilidade* resulta do nível de competência do falante, já que a recolha de dados tem como fundamento a memória verbal dos informantes.

2 Questões lexicológicas e terminologia técnica: o sistema lexical e a unidade léxica

2.1 Em se tratando de trabalho lexicológico, na selva terminológica que nos cerca, é preciso estabelecer com clareza os limites de um conceito, bem como defini-lo com precisão, não ignorando a tradição, com seus acertos e erros. Por outro lado, é perigoso misturar as teorias, pois como bem afirmou Saussure, o ponto de vista do cientista cria o objeto. Ora, a pesquisa do PF era um trabalho de estatística lexical; assim, era natural que os pesquisadores se reportassem a um especialista na área, a saber: Charles Muller. Embora Muller tenha examinado com rigor a questão da unidade léxica, não foi feliz na cunhagem de seus termos, assim como

na referencialidade que lhes atribui. A crítica principal que lhe faço é a de utilizar palavras da linguagem comum para cunhar conceitos lexicostatísticos novos, a saber: “*mot*” e “*vocable*”. A oposição que Muller estabelece entre *mot* e *vocable* é pertinente; foi inadequada, porém, a etiquetagem dos termos. Se *mot* é uma palavra inadequada por causa de sua imprecisão e de seu desgaste lingüístico, o mesmo se pode dizer de *vocable*. O dicionário etimológico de Bloch & Wartburg (1950) informa que *vocable*, registrado por volta de 1400, é usual no século XVI. Mais tarde tornou-se raro, voltando à circulação no século XIX. O *Litttré* (1964-1965) define *vocable* : “1^o Terme de grammaire. Mot, partie integrante du langage”. A seguir dá abonações do século XVI (Rabelais e Montesquieu). Por conseguinte, a despeito de não ser usada durante um certo tempo, *vocable* é palavra antiga no francês, podendo ser considerada sinônima de *mot* nesse idioma. Donde se deduz que melhor fora que Muller evitasse o termo *vocable*, já que ele será sempre co-referido a *mot*. Na literatura técnica em língua inglesa, estatísticos lingüísticos de renome, como Herdan, opuseram os termos *type* e *token*, que tampouco são adequados. Contudo, não oferecem a desvantagem adicional de procederem do repertório da Lexicologia.

A despeito da conceituação registrada no *Dictionnaire de Linguistique*, de Dubois et al. (1973), julgo que não se deva reproduzir Muller como aí consta. Em português como em francês, *vocábulo* (*vocable*) é palavra antiga da língua, sendo igualmente sinônima de *palavra* (*mot*). Bluteau (1712-1721) e Morais Silva (1.ed., 1789; 2.ed., 1813) registram esses termos com esses valores semânticos. E lembremos ainda que a fonte de dados de ambos são textos e autores dos séculos XVI e XVII. Em suma, para um novo conceito de *Estatística Lexical*, deve-se forjar um termo novo, para evitar imprecisões, ambigüidades.

Julgo que não é adequada a definição atribuída ao termo técnico *vocábulo* pela equipe do PF – “*vocábulo* é a unidade paradigmática que, no caso de ser flexionável, pode revestir no discurso várias formas” (“Métodos e técnicas”, 1987, v.1, p.317). Ou seja: em Lexicologia, deve-se evitar *vocábulo*, referindo-se à unidade do sistema lexical. Por outro lado, ainda na esteira de Muller, os pesquisadores do PF utilizaram o termo *palavra* para designar a forma ocorrida no discurso. Assim, estabelecem equivalência entre: *palavra* = ocorrência = forma, por oposição a *vocábulo* (unidade abstrata da língua). Melhor seria usar indiferenciadamente as palavras *vocábulo* e *palavra* para as realizações discursivas, continuando a longa tradição do português, lembrando a imprecisão desses termos, e respeitando a sinonímia implícita na mente dos falantes do idioma no que respeita a essas palavras. No caso da unidade lexical abstrata, será melhor utilizar o termo *lexema* e chamar de *lema* sua representação canônica no dicionário. Por conseguinte, estabeleceríamos as seguintes oposições e correlações: *léxico* é o conjunto abstrato das unidades lexicais da língua; *vocabulário* é o conjunto das realizações discursivas dessas mesmas unidades. No plano das realizações discursivas qualquer seqüência significativa será chamada indiferente e imprecisamente de *palavra* ou *vocábulo*. A unidade denominativa para um conjunto de formas flexionadas que compõem um paradigma será

denominada *lexema/lema*. *Lema* é também a entrada canônica nos dicionários da língua em questão. O uso desses termos técnicos eliminaria as ambigüidades, indesejáveis em ciência. O termo *palavra* é operacional como elemento da linguagem comum. Num uso não específico é a designação pertinente, já que qualquer falante do idioma identifica o seu *designatum* sem problemas. Também o termo *forma* não é ambíguo para a designação referida. O termo *palavra* é inadequado, porém, quando se trata de identificar as *unidades léxicas* da língua (nível do sistema), sobretudo numa práxis contábil como a da *Estatística Léxica*, em que é necessário distinguir bem aquilo que se conta.

O termo *monema*, proposto por Martinet, não me parece funcional em Lexicologia. Inversamente, o termo *lexia*, proposto por Pottier, é bastante útil, sobretudo por ser um termo técnico, e não correr o risco de ser maculado com as conotações discursivas, que podem gerar a ambigüidade encontrada em *palavra* e/ou *vocabulo*. Assim, no plano da língua, o termo *lexema* refere a unidade abstrata do léxico. As manifestações discursivas dos *lexemas* devem ser referidas tecnicamente como *lexias*.

Consideremos outro problema teórico que se põe de imediato: a *identificação* das unidades léxicas no texto, em virtude das imprecisões e inadequações do sistema ortográfico e da tradição gráfica. Registram-se dois tipos de unidades: *lexias simples* e *lexias complexas*. Exemplos de *lexias simples*: *escola, meio, hora, esperar, fazer, esse, ali, alguém etc.* Exemplos de *lexias complexas*: *fim de semana, sala de jantar, dona de casa, além de, de repente, pouco a pouco, de pé, para com, fora de mão*. Portanto, *lexias complexas* são aquelas unidades lexicais que, no plano da escrita, são grafadas como uma seqüência de unidades, embora correspondam a um único referente no plano da língua.

Ainda com respeito aos conceitos teóricos básicos da Lexicologia parece-me importante clarificar mais um ponto. De que unidades se compõe o léxico? Convém insistir nessa questão, já que se constata que alguns lingüistas parecem entender diversamente a questão. Para nós, o léxico é constituído por todos os elementos lexicais da língua, vale dizer: os *lexemas* de valor lexical (as palavras plenas) e os *lexemas de valor gramatical* (as palavras gramaticais, vocábulos-morfema), que alguns lingüistas chamam *gramemas*, adotando a terminologia pottieriana. Aliás, Pottier inclui nessa classe também os afixos, somando os elementos de valor meramente mórfico às unidades de nível superior, a saber: as palavras gramaticais. Não me parece operacional essa categorização porque um tanto ambígua, a despeito de esses dois tipos de elementos guardarem semelhanças em seu uso e valor lingüísticos. Quanto a incluir no léxico tanto as palavras plenas como as palavras gramaticais, convém lembrar que essa é uma velha tradição nas línguas ocidentais. Desde o século XVI os dicionários das línguas ocidentais registram essas duas categorias de *lexemas*. Essa prática lexicográfica não pode ser ignorada, pois os dicionários são as únicas descrições globais dos léxicos das línguas.

2.2 Os pesquisadores de Lisboa não deram tratamento uniforme a cada *corpus* – o da frequência e o da disponibilidade – relativamente à identificação das unidades lexicais. No *corpus* da frequência, o computador segmentou os textos de maneira arbitrária, como sói acontecer no tratamento automático de textos. Assim, a máquina dividiu as seqüências gráficas, separando-as conforme os espaços brancos indicavam. Isto é: foram reconhecidas como unidades quaisquer seqüências de caracteres situadas entre dois brancos. Assim, na fase de lematização, com exceção das locuções (adverbiais, prepositivas, conjuncionais etc.), em que se recuperou a unidade lexical, grafada sob a forma de *lexia complexa*, e outros poucos casos (fogo de artifício, após-guerra, casa de jantar, sala de jantar, mestre-de-obras etc.), creio que muitas *lexias complexas* terão sido indevidamente segmentadas pelo computador, visto que a pré-codificação não parece ter sido exaustiva. No *corpus* da disponibilidade, este problema não existiu, já que os informantes tinham registrado as *lexias complexas* como tal nos boletins de inquérito. Portanto, na entrada de dados, as unidades complexas foram assim registradas.

Para identificar a unidade lexical, a equipe do PF utilizou como árbitro o *Vocabulário da Língua Portuguesa* (VLP), de Rebelo Gonçalves (1966). Embora a prática usual em trabalhos de lexicostatística fosse escolher um dicionário como base de referência, essa decisão não foi a ideal. A metodologia de atribuir ao dicionarista a arbitragem na identificação e categorização das unidades lexicais cria vários escolhos para o lexicólogo. Não existe em língua portuguesa um dicionário que tenha operado com critérios aceitáveis pelo atual estágio dos conhecimentos em Lexicologia. Ademais, como o léxico está em perpétua mutação e movimento, acompanhando as mudanças socioculturais, nenhum dicionário conseguirá registrar fidedignamente esse acervo, pois as unidades complexas encontram-se em estágios diferentes de cristalização. A rigor, nenhum dicionário pode ser considerado árbitro. Os estatísticos léxicos têm adotado tal critério por uma questão de comodidade, sabendo contudo da sua precariedade. Trata-se sempre de um obra incompleta, inacabada, dada a natureza *in fieri* do léxico. De fato, todo dicionário precisaria ser atualizado, no mínimo, a cada dez anos.

A própria obra de Rebelo Gonçalves já era superada ao tempo da elaboração do PF, se considerarmos a relativa rapidez com que ocorrem as mudanças lexicais. Uma seqüência que, em 1966, seria um sintagma, poderia perfeitamente ter-se lexicalizado dez anos depois, o que sucede, aliás, com frequência. Assim, por exemplo, parece que o dicionário de Rebelo Gonçalves não considera como lexicalizadas as seqüências *dona de casa* e *sala de jantar*, visto como as integra nos verbetes *dona* e *sala*, respectivamente. Não lhes dando entrada autônoma, não os considera *lexemas* do léxico português. A despeito de a referência semântica desses vocábulos justificar a correlação com as palavras de base, o fato é que os referentes que esses signos lexicais designam são diferentes dos referentes de *dona* e *sala*. É verdade que é uma antiga prática lexicográfica incluir numa entrada, como subentrada, *lexias complexas*, geradas da base (= a entrada); assim, *dona*, subentrada: *dona de casa*; *sala*, suben-

trada: *sala de jantar*. O Aurélio (1986) assim faz com *dona/dona de casa*; no caso de *sala*, não consta o verbete *sala de jantar*, nem mesmo como subentrada de *sala*, embora no verbete *sala* figure *sala de estar* como subentrada. O Moraes (2.ed., 1813) não registra nenhuma delas, nem mesmo como subentradas, o que era de esperar, visto que tais realidades e/ou referentes não existiam ao seu tempo, com certeza. O Aulete (1.ed., 1881) não registra nenhuma delas e a razão deve ser a mesma. No caso de *sala de jantar*, não seria uma denominação freqüente naquele tempo. Contudo, neste século XX, depois dos anos 50, os referentes dos significantes *dona de casa* e *sala de jantar* já adquiriram um conceito específico, distinto de *dona* e de *sala*, justificando a inclusão de uma entrada individual para cada um deles no dicionário da língua. Creio que o semanticismo próprio dessas *lexias* é razão necessária e suficiente para individualizá-las lexicograficamente. Alguns lexicólogos preocupados com uma representação orgânica do léxico preferirão a subordinação de *dona de casa* a *dona* e de *sala de jantar* a *sala*, tendo em vista a estruturação e a ordenação dos elementos do léxico. No primeiro caso, porém, o significado de *dona de casa* já se distanciou bastante de *dona*. Valeria a pena lembrar aqui também que a linguagem humana tende a uma especialização contínua, recortando sempre mais e mais detalhadamente o mundo, criando novos *constructa*, individualizando conceitos de novas percepções e atribuindo, a uns e outros, signos lingüísticos unívocos. De um lado, porque o homem vai se apercebendo da univocidade de cada elemento do universo. Daí a heterogeneidade típica do léxico quando comparado com outros níveis da língua, já que é a instância da linguagem que dá conta, por excelência, da função referencial. De outro, os signos que nomeiam os *designata* se alteram, em virtude das mudanças ocorridas. Assim o léxico flui e reflui num moto-contínuo. Donde se conclui que, sendo o dicionário uma foto congelada de um estado do léxico, não pode jamais reproduzir esse processo incessante. Conclusão que nos levaria a desesperar de produzir dicionários. Não é, contudo, esse o ponto aqui focalizado. O que queremos ressaltar é que não vale a pena usar um dicionário como árbitro numa tarefa de estatística léxica, pois, de fato, ele não satisfaz as necessidades teóricas e práticas do lexicólogo. Melhor será o estabelecimento de uma lista de *normas e critérios* para a *identificação da unidade léxica* naquele dado momento em que se faz a estatística.

A título de exemplo, veja-se a lista seguinte de vocábulos não registrados no VLP e apontados por M. Luisa Segura no *corpus* do PF: "contracapa, hipermercado, pré-matrimonial, reclassificação, reestruturação, subdesenvolvimento, superpotência, aeroclube, eletrodoméstico, fotocomposição, fotonovela, telejornal" (PF – "Métodos e Documentos", 1987, v.1, p.329-38). Essas palavras, dentre outras indicadas pela autora, constituem compostos já lexicalizados no presente estado da língua, justificando sua inclusão no rol dos lexemas do português. Ora, não estamos cobrando do VLP o que ele não podia registrar, ou identificar como unidade lexical, na época da sua elaboração (antes de 1966); estamos apenas demonstrando o que se acabou de afirmar acima.

Outro senão advindo da eleição do VLP como árbitro foi a de terem sido consideradas apenas as *lexias complexas* de natureza nominal, visto esse dicionário não proceder uniformemente com respeito a sintagmas lexicalizados de tipo verbal, preposicional, adverbial, conjuncional etc. Os autores do PF foram levados a uma incoerência metodológica por adotar o VLP como autoridade lexical. Conferir o que diz M. Luisa Segura da Cruz à página 333: "Tendo em conta, todavia, que o emprego do hífen é simples convenção ortográfica e verificando a flutuação que existe não só no seu emprego, como na forma de indexação desses compostos em dicionários ..., consideramos ainda como unidades de texto alguns outros grupos de palavras que não se apresentam ligados por hífen no VLP, mas que nos pareceram ter já sofrido um processo de cristalização". Ou seja, os autores do PF foram obrigados a se afastar de sua autoridade lexicográfica, quando constatavam que ela não satisfazia as necessidades da identificação das unidades lexicais.

Com relação à magna questão dos *nomes próprios*, creio que a melhor solução teria sido excluí-los *in limine*. Rigorosamente, como bem assinala M. Luisa Segura da Cruz, a função do nome próprio é a identificação de um referente único. Muito embora a equipe do PF tenha estabelecido critérios razoáveis para o aproveitamento de unidades lexicais provenientes de nomes próprios, tais como as apontadas às páginas 352 e 353 (PF – "Métodos e Documentos", 1987, v.1), acho que melhor fora abandonar de vez seqüências como: Liceu Rainha Dona Leonor, Oficinas de São José, Convento de Santa Clara, a Velha, O Senhor Jesus da Piedade, Nosso Senhor Jesus Cristo, Sagrado Coração de Maria, Rio Douro, Avenida de Roma, Praça da Alegria, Cabo Branco, Península Ibérica, Português do Atlântico, Livraria Sá da Costa etc. Em inventários de lexicostatística com finalidades como a do PF, julgo pertinente ignorar os nomes próprios.

Inversamente, parece-me excelente o tratamento dado às *locuções*. De fato, esse complexo problema lexical, tão descuidado por lexicólogos, lexicógrafos e gramáticos, merecia o apuro e a precisão das trabalhosas análises realizadas pelos autores do PF. Fizeram eles um cuidadoso trabalho de garimpagem, recolhendo dados esparsos e incompletos de dicionários e gramáticas, para elaborar a sua lista provisória de 1.818 locuções prepositivas, adverbiais, conjuncionais e pronominais, como: *acima de, a frio, ainda que, além de que, ainda assim, com gosto, daqui a pouco, de acordo com, depois de amanhã, ele mesmo, eu mesmo, eu próprio, graças a Deus, seja quem for, sem mais nem menos, tanto quanto, umas vezes, várias vezes* etc. A maioria dessas locuções são unidades lexicais para as quais a língua não dispõe de elementos simples, constituindo elas, porém, unidades léxicas do português. Ademais, particularmente as locuções prepositivas e adverbiais constituem classes abertas. Em seguida, a equipe do PF elaborou testes adequados para poder decidir sobre o grau de lexicalização dessas locuções.

A análise da *homografia* foi uma das etapas mais trabalhosas da pesquisa e também a mais demorada. Para identificar os homônimos, foram examinadas as concordâncias dos 65 mil contextos contendo esses homógrafos, identificando,

caso a caso, o lexema representado por cada uma das ocorrências registradas. Por conseguinte, os resultados são números exatos. Devo acrescentar ainda a respeito da homografia que só se identificaram as palavras plenas (substantivos, adjetivos e alguns advérbios). Os casos de homografia na faixa das altas frequências (os instrumentos gramaticais) não foram examinados e identificados em contexto, devido ao objetivo último do PF, que era fornecer a lista das palavras mais frequentes do português para o ensino da língua a estrangeiros. Ora, os lexicólogos do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL) sabiam que todos os instrumentos gramaticais, os vocábulos-morfema, tinham que constar do vocabulário fundamental. Portanto, não havia interesse em multiplicar, em progressão geométrica, este trabalho brutal – para distinguir, por exemplo, *o* (artigo) de *o* (pronome pessoal), de *o* (pronome demonstrativo) e assim por diante – com formas como *a*, *os*, *as*, *que*, *se*, *como*, *onde*, *nos* etc., de altíssima frequência na língua portuguesa.

2.3 A análise dos dados revelou resultados estatísticos interessantes. Em casos de homonímia *substantivo x adjetivo* – *amigo* (substantivo) x *amigo* (adjetivo); *jovem* (substantivo) x *jovem* (adjetivo); *ideal* (substantivo) x *ideal* (adjetivo) –, a apreciação empírica dos dados induzira à categorização como adjetivo, a categoria primeira. Ora, a análise dos contextos dessas e de outras formas homógrafas revelou que os substantivos são mais frequentes.

A lista das palavras lematizadas com suas respectivas frequências fornece muitas informações interessantes, particularmente sobre os vocábulos flexionáveis. Consideremos o caso dos verbos. Examinando verbos de alta frequência (*achar*, *andar*, *chegar*, *começar*, *dar*, *dizer*, *fazer*, *gostar*, *poder*, *querer*, *saber*, *ver*, *vir*) e alguns de frequência entre média e alta (*acabar*, *chamar*, *falar*, *levar*, *olhar*, *passar*, *pôr*, *trazer*), constatamos que a pessoa mais frequente é a 3ª pessoa do singular; em escala menor, a 3ª pessoa do plural; a seguir, vem a 1ª pessoa do singular. Quanto aos modos: o indicativo é o mais frequente, seguido do infinitivo. O subjuntivo teve baixa frequência – dentre os verbos citados, só *poder* e *querer* em usos modais. O gerúndio só ocorreu com *fazer*; provavelmente se o *corpus* fosse do português brasileiro, ele seria frequente, diminuindo conseqüentemente a frequência do infinitivo, já que construções registradas em entrevistas, tais como “estava a pensar”, “tava a chover”, “passava as aulas a brincar”, corresponderiam, no português brasileiro, a: “estava pensando”, “tava chovendo”, “passava as aulas brincando”. No indicativo, modo mais frequente, os tempos mais frequentes foram primeiro o presente e depois o perfeito; em menor escala ocorre o imperfeito; o futuro do presente não ocorreu nenhuma vez; o futuro do pretérito uma só vez (*poder*) com valor modal.

Vejamos outros dados numéricos. Verbos em que a primeira pessoa do singular do presente do indicativo foi a mais frequente: *achar* (1.189 ocorrências de um total de 1.472), *gostar* (909 ocorrências de um total de 1.962) e *saber* (2.181 ocorrências de um total de 3.707¹). Verbos em que a terceira pessoa do singular do pre-

sente do indicativo foi a mais freqüente: *acontecer, dar, dever, poder, querer* (3.891 ocorrências em 5.008!). Verbos em que o infinitivo constituiu a maioria das freqüências: *buscar, dizer* (4.310 em 6.887), *fazer* (1.770 em 5.163), *passar*.

Para não alongar excessivamente esta análise, vou fazer uns poucos comentários a respeito de outras categorias. Veja-se a forma *claro* e suas variantes (*clara, claras, claros*). Compulsando os contextos nos arquivos, constatou-se algo curioso: o substantivo feminino *clara(-s)* só ocorre em situações em que o tópico da conversa é uma receita de cozinha como em: "bate-se muito bem a clara e depois deita-se o açúcar". Opor a usos adjetivos como: "no verão usa-se roupas claras", "quando a água tá clara, vê-se bem", "porque não usava uma linguagem mais clara". Infelizmente a equipe do PF não discriminou o uso adverbial de *claro* em contextos como os seguintes: "A gente, tá *claro*, recebe só o líquido", "*claro* aqui é um centro de pesca".

O caso das receitas de cozinha já referido remete a um outro igualmente curioso. Trata-se dos *homônimos e homógrafos forma*¹ [fórma] e *forma*² [fôrma]. Cf. alguns contextos de *forma*¹:

Significando <<modo, maneira>>:

- (1) "... alargar a cidade duma *forma* impressionante."
- (2) "Estavam organizados de *forma* política capaz de vencer a repressão."
- (3) "Tinham outras *formas* de ganhar o pão de cada dia."

Significando <<estrutura corpórea, aparência física, musculatura>>:

"Ele ainda não conseguiu adquirir uma verdadeira *forma* física."

*forma*²:

Significando <<molde>>:

- (a) "Juntam-se seis claras batidas em castelo, mexe-se e deita-se dentro duma *forma* que foi molhada com água fria."
- (b) "Depois para desenformar mete-se a *forma* dentro de água a ferver..."

Comparando os numerosos contextos em que ocorreu *forma*¹, (1),(2) e (3) entre outros, e os pouquíssimos em que ocorreu *forma*² (a) e (b), cheguei à conclusão que segue. *Forma*¹ pode ocorrer em qualquer tema de conversação ou tópico de discurso e pode ser precedida de qualquer determinante, ou seguida de adjetivo ou de sintagma com valor adjetivo; ocorre também em locuções. Os únicos casos de ocorrência de *forma*² nos textos do PF foram em receitas de cozinha. É muito provável que tais fatos reflitam os usos comuns na língua. Afora esse emprego no domínio semântico das receitas de bolos e comidas, *forma*² também pode ser usada quando o tema é a confecção de cerâmicas, calçados, com o significado de <<molde>>. Suspeito também que em atividades manuais, como fazer queijo, fazer rapadura [no Brasil] numa *forma*, seria igualmente um contexto semântico com possibi-

idade de ocorrência desse lexema; lembro, porém, que essas realidades fatuais estão desaparecendo de nossa cultura luso-brasileira. No arquivo do PF só encontrei um caso em que se falava do ofício do oleiro no qual ocorre *forma*², além daqueles das receitas já mencionadas.

Esses dois únicos casos comentados na classe nominal – o de *claro/claro* e o de *forma*¹/*forma*² – exemplificam características específicas do léxico, que venho constatando de longa data, quando analisei exaustivamente o vocabulário da obra de Fernando Pessoa [tese de doutoramento]. Mesmo quando se trata do léxico da língua geral e não de vocabulários técnico-científicos, o vocabulário tende a se especializar. A saber: certas palavras só ocorrem quando o tópico do discurso for um determinado assunto, ou for referido um conteúdo particular, ou situação específica. Aí estão esses dois exemplos de *claro* (substantivo feminino) e de *forma*² (= molde) para comprová-lo. Aliás, essa é a razão por que se fez um inquérito da disponibilidade, que será comentado mais adiante.

A equipe do PF estabeleceu o *limiar* de 40 ocorrências para a seleção das palavras, com base em fórmula elaborada por Paul Rivenc [FL = F1/D x N x K], baseada, por sua vez, na frequência e na dispersão das palavras.

Uma pesquisa lexicostatística realizada para a língua inglesa (textos escritos) – *The American Heritage Word Frequency Book* – estabeleceu o limiar de 20 ocorrências (SFI = *Standard Frequency Index*) para a língua inglesa. Analisando os valores reais do *corpus* pesquisado (mais de 5 milhões de ocorrências, composto de 17 gêneros diferentes), John B. Carroll estabeleceu esse patamar para uma distribuição normal (cf. *Statistical Analysis of the Corpus*, Richman, 1971, p.XXXIII). Segundo Carroll, para frequências abaixo de 20, o *corpus* deveria ser extraordinariamente grande (500 milhões de palavras). A partir de 20, porém, as frequências reais refletem as probabilidades reais de uma distribuição lognormal em um *corpus*. Em virtude desse trabalho fidedigno de Carroll, creio que poderíamos adotar o limiar de 20 ocorrências também para a língua portuguesa.

3 Comentários sobre o inquérito da disponibilidade (id). Especificidade e generalidade no vocabulário

3.1 A lista dos CIs é subjetiva e reflete uma certa visão de mundo, como já alertaram os próprios autores do PF. Eu discordaria da inclusão de um CI 16 (“Correio”). Parece-me um pouco exíguo como tema. Poderia ter sido incluído num CI que englobasse os meios de comunicação e informação – melhor do que meios de informação (CI 17). Para nós, no Brasil, também o CI 12 deveria ter uma outra denominação: em vez de “Aldeia e os trabalhos do campo”, talvez “Agricultura e a vida rural”. No Brasil seria preciso incluir a “pecuária”; portanto, um CI sobre esse temário poderia denominar-se: “Agropecuária e vida rural”. Claro está que a pesquisa foi feita em Portugal, sobre a realidade portuguesa. Contudo, estou levantando esses problemas ao especular sobre a possibilidade de utilização dos resultados da

pesquisa do PF para a constituição de um vocabulário fundamental para o português brasileiro.

3.2 Os informantes preencheram seus boletins informativos com palavras de significação muito geral, mostrando talvez sua incompetência lingüística, jovens estudantes que eram. Assim, o verbo *fazer* foi indicado em vários CIs, às vezes, apropriadamente, formando uma locução verbal, essa sim pertencente ao campo semântico focalizado. É o caso de: CI 10 ("Viagens"): *fazer um desvio, fazer escala, fazer o itinerário* etc., todas com frequência 1; CI 21 ("Tempo"): *fazer calor, fazer mau tempo, fazer vento*; ou ainda com *estar*: *estar calor, estar a chover, estar encoberito, estar frio, estar frio de rachar, estar quente* etc.

Relativamente à não-especificidade e caráter geral de muitos adjetivos e verbos indicados pelos informantes, vejamos alguns exemplos. CI "Meios de transporte" – adjetivos atípicos: *rápido, lento, veloz, confortável, cômodo, perigoso, incômodo*. Assim também em quase todos os outros CIs: "Viagens", "A casa e os móveis da casa", "A família e a vida familiar", "Meios de informação", "Profissões e ofícios" etc. O mesmo generalismo se verificou com os verbos. Cf. "A cidade": *andar, atravessar, entrar, ir, ver, viver* etc. "Meios de informação": *ouvir, ler, ver, falar, comunicar, transmitir* etc. "O café": *chamar, ler, tomar* etc. "Divertimentos e passatempos": *fazer, ir, ver*. "Vida política": *enganar, esclarecer, falar, ganhar, prender, unir* etc. Para muitos dos casos citados, poder-se-á afirmar que os adjetivos e verbos referidos não são despropositados no CI em epígrafe. Sem dúvida. Contudo, não são específicos desses domínios semânticos. Inversamente, às vezes, os dados recolhidos são pertinentes ao CI em apreço. São específicos os exemplos que seguem. Adjetivos – CI "Refeições, alimentos e bebidas": *saboroso, salgado, apetitoso, insosso, amargo, cozido, azedo, delicioso, picante, cru*. CI "Aldeia e os trabalhos do campo": *rural, semeado, lavrado, cultivado, fértil, ceifado, colhido, agrícola, campestre, verdejante, regado*. CI "A religião": *religioso, católico, protestante, crente, cristão, ateu, beato, sagrado, santo, budista, pagão, santificado, batizado, divino, ortodoxo, devoto, maometano, pecador, piedoso, dogmático, fervoroso, espiritual*. Infelizmente, devido à meta de se obter um número relativamente reduzido de palavras (repertório em torno de 2 mil) e do método de seleção adotado, a maioria dos termos específicos foi eliminada e não entrou para o vocabulário fundamental. Idem para o CI "Refeições, alimentos e bebidas": *comer, beber, almoçar, jantar, cozinhar, saborear, lanchar, mastigar, engolir, cozer, alimentar, fritar, cear, assar*; CI "Aldeia e os trabalhos do campo": *semear, colher, lavrar, ceifar, cavar, cultivar, regar, plantar, vindimar, mondar, arar, sachar, podar*.

Os mais específicos são os substantivos, mesmo os mais freqüentes. No *index verborum* da freqüência, mais de 60% dos substantivos são concretos, ao passo que entre os verbos contam-se apenas 35% concretos, evidenciando a referencialidade típica da categoria do substantivo e a que ponto dele depende a configuração verbal do universo.

Os dados colhidos no ID podem suscitar, pois, uma questão teórica relativamente ao léxico. Os substantivos constituem a categoria que melhor exprime a especificidade dos referentes, e não as demais classes de palavras lexicais, ou seja, adjetivos e verbos. O fato de os informantes do Inquérito de Disponibilidade terem fornecido poucos adjetivos descritivos e muitos avaliativos, opinativos bastante genéricos (cf. *bom, mau, belo, bonito, feio, extraordinário, lindo, grande, fácil, difícil, perfeito, horrível, fantástico* etc.) poderia induzir-nos a essa conclusão. Até mesmo alguns adjetivos que apareceram no CI "A arte": *clássico, colorido, abstrato, pintado, artístico, harmonioso*, podem aplicar-se a muitos referentes, embora sejam mais descritivos que os anteriormente mencionados. Por outro lado, poder-se-á argumentar que a avaliação positiva ou negativa, exprimindo juízos de valor por parte do informante, deriva do fato de se tratar de uma situação de comunicação em que o falante estaria exercitando a função expressiva ou emotiva da linguagem. Contudo, a função que deveria sobrepor-se no caso desta pesquisa seria a função referencial.

4 Um vocabulário fundamental para o português do Brasil

4.1 Extrapolando o domínio da pesquisa do PF, vou levantar algumas questões relativas à constituição de um *vocabulário fundamental* para o português brasileiro. Se quisermos partir do *index verborum* elaborado pelos pesquisadores do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, devemos atentar para alguns problemas.

Alguns vocábulos constantes do PF não se usam, ou então são pouco comuns ou raros no Brasil, porque os costumes são diferentes. Por exemplo: relativamente aos hábitos alimentares (CI 7, "Refeições, alimentos e bebidas") constatamos que *pequeno-almoço* e *ceia* não se usam entre nós, e *sopa* não é tão freqüente no Brasil. *Vinho* ocupa o primeiro lugar na lista de freqüências do PF, o que não ocorreria no Brasil. Tampouco o *peixe* estaria entre as palavras mais freqüentes, precedendo a *carne*, que seria das palavras mais freqüentes no Brasil nesse campo semântico. Por outro lado, faltam nesta lista *farinha* (de mandioca) e *carne-seca* (carne-de-sol), pratos comuns e quase cotidianos em algumas regiões do Brasil, além de vários outros.

A parte do *vocabulário fundamental*, selecionada a partir do Inquérito de Disponibilidade, inclui as diferenças mais significativas entre o vocabulário usual na variedade européia por oposição à variedade brasileira. Os itens lexicais usuais em Portugal e não no Brasil podem ser de dois tipos: 1. os significantes usados no Brasil são diferentes, ou seja, usamos um termo diverso; 2. o signo total não se usa no Brasil (ou é raro entre nós) em virtude das peculiaridades do universo físico e cultural português por oposição ao Brasil. No total, as diferenças situam-se em torno de

umas cem palavras, o que não é muito num total de 2.217. Além daquelas que comento a seguir, não deveriam fazer parte de um vocabulário básico para o Brasil vocábulos como: *adega, chaminé, criado, faneca, freguesia* (= divisão administrativa), *gajo, linguado, marisco, mondar, muçulmano, nêspira, ovelha, pimento, postal* (substantivo), *posta-restante, província, taberna, tacho, vindima, vindimar, vinha*.

A seguir, confronto um pequeno rol de palavras típicas de cada uma das culturas dos dois lados do Atlântico, elencando em cada campo semântico os vocábulos selecionados para o PF e apontando seu equivalente no Brasil.

Em alguns CIs, a identidade entre o português europeu e o brasileiro é praticamente total (indico as raras diferenças entre parênteses): 1. "o corpo humano"; 3. "estabelecimentos de ensino" (*liceu* = colégio; *cábula* = vagabundo que falta às aulas; *bestial*); 4. "saúde e doença"; 6. "desportos" (= esportes); 13. "a casa e os móveis da casa" (*casa de banho* = banheiro); 14. "a família e a vida familiar" (*ralhar* = zangar); 15. "a vida sentimental"; 10. "viagens" (*bestial, giro*); 16. "o correio" (a escolha mostra a importância desta atividade para os portugueses); 15. "a vida sentimental"; 17. "meios de informação"; 20. "a arte" (*giro*); 19. "profissões e ofícios"; 24. "animais" (*cão* = cachorro); 22. "a religião"; 26. "divertimentos e passatempos" (*bestial, giro, porreiro*); 27. "verbos referentes à vida mental"; e no Inquérito Complementar, I. "vida política"; II. "relações de trabalho" (*rendimento* = renda); III. "problemas econômicos de caráter coletivo" (*rendimento* = renda; *cabaz de compras* = cesta básica).

Outras vezes, porém, existem diferenças maiores indicadas, a saber:

2. "o vestuário" (*camisola* = camiseta, malha, *cueca(s)* = calcinha(s) feminina(s), *calções* = bermuda, *fato* = terno, *fato de banho* = maiô, *gabardine* = capa-de-chuva, *peúga* = meia de homem ou soquete, *giro*); 5. "higiene pessoal" (*casa de banho* = banheiro, *desodorizante* = desodorante, *pasta dentrífica*, ou pasta de dentes, *duche* = chuveiro); 8. "cozinha e os objetos que vão à mesa" (*chávena* = xícara, *terrina* = sopeira, *jarro* = jarra, *frigorífico* = geladeira); 9. "meios de transporte" (*comboio* = trem, *autocarro* = ônibus, *eléctrico* = bonde, *metropolitano* = metrô, *mota* = moto); 11. "a cidade" (*café* = bar, *eléctrico* = bonde, *fumo* = fumaça, *metropolitano* = metrô, *montra* = vitrine, *sinaleiro* = sinaleiro, sinal, semáforo); 12. "a aldeia e os trabalhos do campo" (*aldeão* = roceiro, homem do campo, da roça, *apanha* = colheita, *ceifa* = colheita, roçado, *charrua* = arado?, *eira* = terreiro?, *fonte* = mina, minadeira, *monda* = poda, *quinta* = sítio, chácara, *lareira* = pedra do fogão de lenha, *sacho* = enxada); 18. "casas comerciais" (*talho* = açougue; não-usados no Brasil, pois seus referentes não existem em nossa realidade brasileira: *chapelaria, charcutaria, leitaria, pronto a vestir, retrosaria, tabacaria*); 21. "o tempo" (*arrefecer* = esfriar, *neve, nevar* são muito raros por razões climáticas); 23. "o café" (*bica* = cafezinho, *chávena* = xícara, *fumo* = fumaça, *galão* = copo alto de leite com café (média), *sande(s)* = sanduíche, *tabaco* = fumo); 25. "plantas, árvores e flores" (palavras e referentes raros

no Brasil por razões climáticas: *malmequer, tulipa, oliveira, sobreiro, castanheiro, carvalho, cerejeira, amendoeira*).

Gostaria de lembrar, ainda, que o domínio em que o vocabulário mais difere entre os dois países é o relativo a animais, plantas, árvores e flores, dada a diversidade da natureza e do clima. Portanto, não são freqüentes no Brasil as palavras *carvalho, castanheiro* (a castanheira da Amazônia só lá é comum), *cerejeira, macieira, malmequer, oliveira, sobreiro*, como já foi assinalado. O *pinheiro* que aqui só era freqüente no Paraná, em razão da *Araucaria brasiliensis*, agora se generalizou em muitas regiões por causa do reflorestamento, que tem sido incentivado pelo governo há quase duas décadas.

Inversamente, para o português do Brasil, faltam nesta lista de 2.217 vocábulos muitas palavras que designam plantas, árvores, flores, frutos e animais daqui. A título de ilustração cito algumas: *abacateiro (abacate), abacaxi, acácia, bananeira (banana), bromélia, cana, canavial, cafeeiro, cafezal, capim, caqui, goiaba, goiabeira, coco, coqueiro, ipê, jabuticaba, jacarandá, manga, mangueira, mandioca, maracujá, milho, palmeira, palmito, paineira, primavera, quaresmeira, orquídea, quiabo, samambaia, xaxim* etc. De fato, sendo a natureza do Brasil tão exuberante, a lista de palavras nesse campo semântico é grande. Claro está que não se incluiria num vocabulário fundamental um rol das numerosíssimas plantas, flores e frutas brasileiras; tão-somente aquelas que se podem encontrar corriqueiramente nas feiras, mercados, supermercados, floriculturas, jardins e parques públicos. Algo de semelhante pode ser dito a respeito da fauna brasileira e dos vocábulos que designam os referentes desse domínio semântico.

Também em outros domínios culturais, como a culinária e a música, por exemplo, encontraremos vocabulário ligeiramente diferenciado em virtude das especificidades de cada uma das duas culturas de língua portuguesa.

Gostaria de questionar, ainda, o total de palavras atribuído pela equipe de pesquisadores do PF ao conceito de *vocabulário fundamental*, seguindo as pegadas do Francês Fundamental e do Espanhol Fundamental. Não creio que se deva considerar o *vocabulário fundamental* como um repertório lexical mínimo, numericamente igual a 2 mil ou pouco mais de 2 mil palavras. Se considerarmos a heterogeneidade do universo e a complexidade da sociedade contemporânea, não se pode postular um tal repertório para as necessidades de comunicação no mundo contemporâneo. Assim, proponho que seja adotado como *vocabulário fundamental* um montante de 3 mil palavras, aproximadamente.

Do *Dicionário de freqüências do português contemporâneo* (variedade brasileira), cuja primeira versão acabamos, extraí um *index verborum* de palavras com freqüência superior a 40 e confrontei esses dados vocabulares com a lista do PF. O referido dicionário tinha-se fundamentado numa grande base textual (*corpus* do Português Contemporâneo ou CP), coletada e estocada no Centro de Estudos Lexicográficos da FCL da UNESP, Campus de Araraquara, sob a direção do Prof. F. da S. Borba.

Nosso *corpus* brasileiro totalizou 5 milhões de palavras da língua escrita de 1950-1990, assim composto: 1. *literatura romanesca* (romances de contos), 2. *literatura dramática*; 3. *literatura técnico-científica*; 4. *literatura jornalística* (revistas e jornais de maior difusão no Brasil); 5. *literatura oratória* (discursos parlamentares e de presidentes, bem como sermões religiosos).

Examinei o rol desses lemas de frequência igual ou maior que 40 (variedade brasileira do português), confrontando-os com os resultados do PF. A grande maioria dos vocábulos é a mesma para as duas variedades do português. Contudo, muitas palavras que designam referentes da realidade física e do universo cultural português não ocorreram, ou então tiveram baixa frequência em nosso *corpus*, portanto, têm uso restrito na variedade brasileira, sendo utilizadas apenas em registros específicos, como o literário, por exemplo. Inversamente, um repertório não muito grande de palavras lexicais frequentes no Brasil é raro no português europeu. Digase de passagem que a linguagem literária é tipicamente aquela em que ocorrem palavras de baixa frequência e *hapax legomena*, em razão dos estilos dos autores e de suas idiossincrasias. Também o vocabulário técnico-científico registrou um volume muito grande de palavras raras e de *hapax legomena* numa clara evidência da especialização dos vocabulários das linguagens técnicas e científicas. Claro está, contudo, que tais palavras não interessam quando se trata de vocabulário fundamental.

Convém lembrar também que nossa base textual constitui um *corpus* da língua escrita bastante grande (cinco vezes maior que o de Lisboa). Dada a abrangência do uso da linguagem escrita e a heterogeneidade intencional de nosso *corpus*, ele pode incluir também palavras de realidades que não a brasileira. Inversamente, o vocabulário fundamental do PF baseou-se num *corpus* da língua oral. Assim, muitas das discrepâncias entre o nosso *index verborum* e o do PF pode-se dever ao abismo que suponho existir entre o vocabulário da língua falada e o da língua escrita, sendo o dessa última infinitamente mais rico e variado. Eis por que pretendo refazer o *dicionário de frequências*, incluindo um *subcorpus* da língua falada no *corpus* geral. Só assim poderemos chegar a conclusões realmente pertinentes sobre o vocabulário básico ideal para o português contemporâneo (variedade brasileira), o qual possa servir ao ensino do léxico da língua, tanto a falantes nativos como a aprendizes estrangeiros de nossa língua. Vocabulário fundamental esse que poderá servir ainda para elaborar produtos informáticos, especialmente no domínio das telecomunicações.

Para concluir, lembro que a herança cultural é passada às novas gerações através da linguagem. A língua é o veículo por excelência da transmissão da cultura. E o *léxico* da língua constitui um tesouro de signos linguísticos que, em forma de código semiótico, permite esse milagre. De um lado, ele pode ser transmitido verbalmente pela interação humana e social no processo da educação informal e formal, via aprendizagem. E, de outro, ele pode ser armazenado em forma codificada de engramas na memória do indivíduo, para que ele possa recuperar as palavras nesse tesouro vocabular, quando delas precisar para se expressar ou para se comunicar.

BIDERMAN, M. T. C. Lexicon and basic vocabulary. *Alfa (São Paulo)*, v.40, p.27-46, 1996.

- **ABSTRACT:** *The role of lexicon in language structure and functioning; the place of lexicon in language studies. Description of research at the University of Lisbon to obtain a basic vocabulary of Portuguese. Discussion of concepts and technical terminology in Lexicology. Proceedings used in the identification of lexical units, answering the question: is a dictionary reliable in the process of identifying lexemes? Critical commentaries on the results of Lisbon research, mainly on the results of the "Inquérito de Disponibilidade" (Inquiry of Disponibility). Considerations on the specificity and generality of vocabulary. A basic vocabulary for Brazilian Portuguese.*
- **KEYWORDS:** *Lexicon; basic vocabulary; lexicostatistics; word frequency; multiuse vocabulary; lexical terminology.*

Referências bibliográficas

- BLOCH, O., WARTBURG, W. *Dictionnaire étymologique de la langue française*. 2.ed. Paris, 1950.
- BLUTEAU, R. *Vocabulário português e latino*. Coimbra: Colégio das Artes, 1712-1713. v.1-4; Lisboa: Pascoal da Sylva, 1716-1721. v.5-8.
- CALDAS AULETE, F. J. *Diccionario contemporaneo da lingua portugueza*. 1.ed. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 1881.
- CARROLL, J. B., DAVIES, P., RICHMAN, B. *The American Heritage Word Frequency Book*. New York: Boston American Heritage Publ., 1971.
- DUBOIS, J. et al. *Dictionnaire de linguistique*. Paris: Larousse, 1973.
- HOLANDA FERREIRA, A. B. de. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- LITTRÉ, E. *Dictionnaire de la langue Française (1863-1873)*. Paris: Gallimard/Hachette, 1964-1965.
- MEARA, P. Vocabulary acquisition: a neglected aspect of language learning. *Language Teaching and Linguistics Abstracts (New York)*, v.13, n.4, p.221-42, oct. 1980.
- MORAIS SILVA, A. de. *Dicionário de língua portuguesa*. Fac-símile da 2.ed. [ed. modelo], 1813. Photographada pela "Revista de Língua Portuguesa" sob a direção de Laudelino Freire. Rio de Janeiro: Oficinas da S. A. Litho-Typographia Fluminense, 1922.
- STATISTICAL Analysis of the Corpus. In: RICHMAN, B. et al. *The American Heritage Word Frequency Book*. New York, Boston: America Heritage Publishing, Hougou Mifflin, 1971.
- UNIVERSIDADE DE LISBOA. Centro de Linguística. *Português fundamental: vocabulário e gramática*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica, 1984. v.1.
- _____. *Português fundamental: métodos e documentos*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica, 1987. 2v.

Bibliografia consultada

- BIDERMAN, M. T. C. *Teoria lingüística: lingüística quantitativa e computacional*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- JUILLAND, A., CHANG-RODRIGUEZ, E. *Frequency Dictionary of Spanish Words*. Haia: Mouton, 1964.

- JUILLAND, A., EDWARDS, P. M. H., JUILLAND, I. *Frequency Dictionary of Rumanian Words*. Haia: Mouton, 1965.
- JUILLAND, A., BRODIN, D., DAVIDOVITCH, C. *Frequency Dictionary of French Words*. Haia: Mouton, 1971.
- JUILLAND, A., TRAVESSA, V. *Frequency Dictionary of Italian Words*. Haia: Mouton, 1973.
- LAUDANNA, A., BURANI, C. (Coord.) *Il lessico: processi e rappresentazioni*. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1993.
- MULLER, C. *Initiation à la statistique linguistique*. Paris: Larousse, 1968.

CIÊNCIA & ARTE & TÉCNICA: A DELIMITAÇÃO DOS SENTIDOS NUM DICIONÁRIO

Francisco da Silva BORBA¹
Beatriz Nunes de Oliveira LONGO²

- RESUMO: Discutem-se os problemas relativos à delimitação dos sentidos dos itens lexicais num dicionário, bem como o tratamento lexicográfico que deve ser dado às palavras que servem como cabeça de definição, tais como *ciência*, *arte* e *técnica*.
- PALAVRAS-CHAVE: Lexicografia; sintaxe; semântica.

1 Um problema crucial para quem pretende montar um dicionário a partir do uso real é a delimitação dos sentidos de cada item lexical, uma vez que há um ponto de vista subjetivo do usuário, seja ao entranhar um item no contexto, seja ao interpretar o item fatalmente associado aos demais do contexto imediato ou mediato. Para o dicionarista, certas palavras ainda oferecem uma dificuldade suplementar: aquelas que servem como cabeça de definição (isto é, que são utilizadas como ponto de partida para definir outros itens) e que, portanto, devem ser muito bem delimitadas nominalmente, sob pena de se tomarem opacas as definições encabeçadas por elas. Este trabalho discute os dois problemas acima apontados, ilustrando com os itens *ciência*, *arte* e *técnica* tomados como parte de um mesmo campo nocional já que, no uso, eles se opõem de algum modo, mas também se superpõem parcialmente, além de se diluírem em vários contextos.

2 O *Dicionário de usos do português contemporâneo do Brasil* (DUP) resultará de uma análise sintático-semântica exaustiva do léxico em circulação, registrado num *corpus* de 12 milhões de ocorrências de palavras na língua escrita no país, a partir de 1950, e em cinco modalidades (literatura romanesca, jornalística, dramática, técnica e oratória).

Numa amostragem de 8 milhões de ocorrências, as palavras mencionadas têm frequência (bastante) equilibrada: *ciência*, 840; *arte*, 924; e *técnica*, 1.063. Numa

1 Curso de Pós-Graduação em Letras – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP.

2 Departamento de Linguística – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP.

primeira etapa observacional, o que se verifica é que o valor objetivo [= denotativo] desses itens se deduz da oposição contextual, e não de alguma definição apriorística.

- (1) a. *o homem chegou a tal domínio da ciência e da técnica que a humanidade poderá ser exterminada se os homens não se entenderem* (SU).³
b. *Arte e ciência são objetivos para dedicação integral* (CH).

Mas o que logo embarça a análise é o fato de as oposições contextuais parecerem traduzir atitude subjetiva ou até um certo grau de preconceito com relação a uma possível escala de importância em que *ciência* ocuparia o primeiro lugar, como se vê em

- (2) *Uma linguagem luxuriosa para dizer a mesma coisa. Nada de verdadeiro, tudo de belo, mais arte que ciência* (RB).

O primeiro passo, então, será identificar o valor semântico do item e, em seguida, descobrir os traços [= semas pertinentes] realizados no texto.

3 Se intuir o valor semântico e tentar checar com o que os dicionários em circulação registram, o leitor fatalmente se embaralhará, especialmente com a ordem de acepções adotada pelos dicionários. E o analista também, mas talvez com dificuldades adicionais. Por exemplo, em Ferreira (1986), talvez o valor básico para *arte* e *ciência* se encaixe na acepção (3) e para *técnica*, em (1), transcritas a seguir:

Arte 3. Atividade que supõe a criação de sensações ou estados de espírito de caráter estético carregados de vivência pessoal e profunda, podendo suscitar em outrem o desejo de prolongamento ou renovação.

Ciência 3. Conjunto organizado de conhecimentos relativos a determinado objeto, especialmente os obtidos mediante a observação, a experiência dos fatos e um método próprio.

Técnica 1. A parte material ou o conjunto de processos de uma arte.

Palavras como estas se revestem de importância capital para o dicionarista, uma vez que uma de suas funções é classificar e ordenar outros itens léxicos.

- (3) a. *Sendo a Arqueologia uma ciência em construção* (ARQ).
(4) a. *O estudo da Contabilidade e da técnica de escrituração* (CTB).
b. *A técnica de silagem mista com milho e soja* (GL).
(5) a. *O problema central da arte de nossos dias é o de sua integração na vida social como uma atividade legítima, natural* (MH).
b. *Museu de Arte, História da Arte*.

3 Mantivemos a sigla indicadora do texto original (do corpus) de onde foi tirada a seqüência, a fim de atestar a abonação.

Em qualquer das seqüências anteriores, cada uma das palavras em questão tem um emprego bem localizado e preciso: a Arqueologia é uma ciência, a escrituração e a silagem são técnicas, a arte tem museu e tem história, mas é uma atividade ocasional, apenas tolerada ou aceita para certas ocasiões, em certos meios. Independentemente do posicionamento do usuário, há aí um problema para quem interpreta, justamente porque se trata de uma classificação. E é aí que os dicionários em circulação quase não ajudam pela falta de critério na aplicação dessas palavras nas definições. Vejamos alguns casos colhidos mais ou menos ao acaso no *Aurélio*:

- (6) a. Geografia – ciência que tem por objeto...
- b. Física – ciência que...
- c. Geologia – ciência que...
- d. Lexicografia – a ciência do lexicógrafo.
- e. Odontologia – conjunto das ciências que estudam...
- f. Cartografia – arte ou ciência de...
- g. Medicina – arte ou ciência...
- h. Cerâmica – arte...
- i. Música – arte ou ciência de...
- j. Pintura – a arte e a técnica de...
- l. Escultura – a arte e a técnica de plasmar a matéria...
- m. Engenharia – arte de aplicar conhecimentos científicos...
- n. Taxidermia – arte de empalhar animais.

Comparando-se o que está em (3, 4 e 5) com a lista acima, o que se pensa é que há, no mínimo, confusão no uso das palavras que encabeçam as definições.

4 Diante disso, o melhor será definir essas palavras por meio de uma hierarquia de traços semânticos pertinentes e decidir que posição cada acepção possível terá no verbete respectivo. Como acontece em qualquer conjunto léxico, essas palavras se aproximam, e no uso até se superpõem parcialmente, por terem semas em comum, mas o que as opõe são os semas específicos. As três têm posição privilegiada na função de interação social pela linguagem; as três podem ser tomadas como atividade e como resultado dessa atividade. Portanto, as três podem ser usadas como nomes abstratos de ação ou de estado. Como atividade, porém, a ciência tem a ver com observação, identificação de relações entre fatos e generalização. Atinge, assim, a cognição, pois objetiva chegar ao conhecimento. De acordo com essa orientação, é uma atividade para chegar a um estado. Seu mecanismo básico é o raciocínio. A arte também parte da observação, mas procurando criar, ou melhor, recriar a realidade, serve-se mais da imaginação para atingir a sensibilidade. Assim, é uma atividade para chegar a um estado: o Belo. Já a técnica é a aplicação do conhecimento para chegar a um objetivo prático. Dessa forma, exercita mais a memória do que o raciocínio ou a imaginação. Com estes dados poderíamos ensaiar uma definição que, no dicionário, viria em primeiro lugar por ser o ponto de partida (referência genérica) para a formulação de numerosas outras definições:

Ciência – arranjo sistemático do conhecimento obtido pela utilização de métodos específicos de observação, identificação de relações, classificação e generalização dos fatos, bem como pela utilização de critérios que testam o teor de verdade desse conhecimento.

Arte – atividade criativa que visa à expressão de um ideal estético.

Técnica – aplicação de conhecimentos para fins práticos, relacionados com execução de tarefas.

Aplicando-se desde já estas definições ao conjunto (6), duas objeções, pelo menos, se levantam: (i) nenhuma definição deve começar por alternativa (como em cartografia, medicina, música, escultura e pintura) e (ii) o conjunto precisa ser repensado e reclassificado, ficando física, geografia e geologia como ciências; música e pintura como artes; e lexicografia, medicina, odontologia, cerâmica, cartografia e taxidermia como técnicas.

Conduzindo a descrição do conjunto desta forma, pode-se propor que as definições dadas ocupem o lugar da aceção 1, o que já é um elemento para organização da análise. Uma das primeiras dificuldades nessa marcha é a constatação de superposições parciais ou cruzamentos (*arte/técnica*, *arte/ciência*, *técnica/ciência*), o que pode ter levado os dicionaristas a propor definições alternativas como em (6) para Cartografia, Medicina, Música, Pintura e Escultura.⁴

5 O que se infere do exame dos textos não é simplesmente a estreita relação entre cognição e discurso, mas um estado de permanente tensão entre os dois. Talvez seja por aí que se deva compreender a atuação das propriedades sintáticas e a expansão dos traços semânticos.

Como o ponto de vista adotado na descrição sintático-semântica é de natureza componencial e distribucional, foram tomados os traços básicos comuns (*atividade*, *resultado*) e os específicos (*conhecimento* para ciência; *criatividade* para arte; *aplicação prática* para técnica) e verificou-se como eles se associam nos contextos (especial/geral; restrito/ampliado): contextos em que os três itens são comutáveis e contextos em que um é usado pelo outro como equivalente, de maneira própria ou imprópria.

Num contexto especial restrito, os três itens podem realizar o traço *atividade*, dando um nome abstrato de ação, ou o traço *resultado*, dando um nome abstrato de estado, podendo, daí, passar a nome concreto:

- (7) a. *A arte não precisa ser privilégio dos colecionadores e dos milionários* (VE).
b. *só objetos de arte eram avaliados em dólar* (IS).

⁴ É o que pode também levar a pensar que o melhor seria compor um dicionário temático ou ideológico, mas aí o *corpus* precisaria ser infinitamente extenso para que o registro fosse representativo.

- (8) a. *A ciência olha e conclui que a vida seria insuportável se nos lembrássemos de tudo o que nos acontece* (BPN).
 b. *Acredito na sabedoria e não na ciência* (OP).
- (9) a. *Esse trabalho requer técnica altamente especializada* (CRU).
 b. *esmagamento do homem pelas forças do anonimato e da técnica* (AM-O).

Como nomes abstratos de ação, funcionam como núcleo de predicado associados ao verbo suporte *fazer*.⁵ Do ponto de vista valencial, essas palavras são avalentes. Isso quer dizer que numa construção só recebem argumento externo (cf. *A dança é uma arte > a arte da dança*). A combinatória com classificadores⁶ só ocorre com a palavra *arte*. A variedade contextual determinando a expansão semântica e o paralelismo contextual no caso explicam as superposições parciais. Vejamos os principais casos:

Arte 2. [Classificador: de + nome abstrato/oração] 2.1 profissão; ofício: *oficiais que se dedicam à nobre arte de trabalhar a madeira* (VID) 2.2 conjunto de regras concernentes a uma profissão: *aprendendo tudo sobre a arte do pastoreio* (OA) 2.3 artifício; ardil; artimanha: *Saka-ná, milenar guia japonês das artes do amor anticonvencional* (ANB). 3. [Classificador: de + nome concreto/adjetivo, com um verbo de ação implícito] 3.1 manufatura: *o avô, um mestre na admirável arte do couro* (FIC)[= arte de trabalhar o couro] 3.2. técnica: *é necessário muita frieza para a arte da esgrima* (BOI). 4. travessura; traquinada: *Você fez alguma arte, exclamou Tiãozinho, olhando para ela* (GT).

Técnica 2. aplicação prática de uma teoria: *[A arqueologia] muitas vezes encarada por parte do público em geral, de cientistas sociais e mesmo por certos arqueólogos, como uma simples técnica, como uma prática de escavação* (ARO). 3. procedimento tático; tática; estratégia: *Há, portanto, diferenças entre uma região e outra, embora ambas tenham como técnica de subsistência a pesca* (FN). 4. procedimento: *Míchaud desenvolveu nova técnica para produzir rubis reconstituídos* (PEP).

Ciência 2. técnica (1): *[A benzedeira é] especialista na ciência de curar doenças através da medicina popular* (BEN). 3. conjunto de técnicas (2); tecnologia: *os bovinos eram maus e a ciência pecuária, um mito* (BS). 4. atividade sistemática e meticulosa: *fez dos cuidados da pele uma ciência* (REA).

Observando este conjunto de acepções, vê-se que o item *técnica* é o que tem mais amplo espectro: poderia substituir *arte* em 2.1, 2.2, 3.1 e 3.2 [= *técnica* (1)]; 2.3 [= *técnica* (4)]. E somente em 2.3 haveria algum prejuízo semântico com a perda do tom jocoso e depreciativo. Para *ciência*, as seqüências 2, 3 e 4 poderiam ser substituídas por *técnica* (1). Em 4 haveria redução semântica, solucionável sintati-

5 Contextualmente este verbo vem comumente omitido, podendo também ser substituído por um sinônimo, como no caso de *técnica*, em que o uso de *praticar*, *executar* é sistemático.

6 *Classificador* = Sintagma Preposicional que incide sobre um nome para colocá-lo numa subclasse específica: *maçã* [= fruta] -> *maçã do rosto* [= zigoma].

camente pelo acréscimo de um adjetivo: *fez dos cuidados da pele uma técnica apurada*. Como nomes abstratos de estado, temos:

Arte 5. jeito, maneira, modo: *tinha a arte perfeita de desfiar a anedota mais porca, o caso mais escatológico sem usar um termo chulo* (CF). 6. saber ou perícia em empregar meios para conseguir um bom resultado; técnica: *Cozinhar é uma arte? Isso, eu acho que cozinha é uma arte* (IS). 7. inventividade, criatividade: *O poema de Lucrecio revela genialidade e arte* (HF). 8. habilidade: *Pechinchar é uma arte que o marroquino adora cultivar* (CLA).

Técnica 5. conjunto de conhecimentos postos em prática para a produção de bens: *esse trabalho requer técnica altamente especializada* (CRU). 6. habilidade; perícia: *sentia-se à vontade, senhor de todos os recursos artísticos de técnica mais perfeita, das astúcias todas do escrever* (AM-O). 7. conjunto de normas de procedimento; conjunto de regras: *não se tratava de saber se a técnica bancária fora respeitada* (GLO). 8. experiência; prática: *Paulo Autran passeia a sua técnica pelo palco, com o charme costumeiro e a magnífica presença cênica* (IS).

Ciência 5. conjunto organizado de conhecimentos adquiridos pela pesquisa científica: *Acredito na sabedoria e não na ciência* (OP). 6. instrução; erudição; saber: *Era o obscurantismo oficial disfarçado de grande ciência* (EMB). 7. informação; notícia; conhecimento: *O filho que não esperava e que só tardiamente tivera ciência de que ia nascer* (ED). 8. preparo técnico: *Quem sabe, porém, o que ainda planeja o moço se a ciência dos doutores conseguir sarar o estômago queimado?* (CT) [tom depreciativo].

Parece que neste conjunto a variação é mais individualizada, quer dizer, a expansão semântica dos três itens não segue contextos paralelos (como quando empregados como nomes abstratos de ação), uma vez que somente *arte* (6) pode ser substituído por *técnica* (1), nenhum valor de *técnica* é substituível por *ciência* ou por *arte*, apenas *ciência* (8) pode alternar com *arte/técnica*, mas com perda do tom depreciativo. Os contextos de *arte* (5),(7) e (8) são incompatíveis com os de *técnica* (5), (6), (7) e (8) e com os de *ciência* (6) e (7), o que se verifica comparando, por exemplo, *O filho que não esperava e que só tardiamente tivera *arte/técnica de que ia nascer*. O contexto de *ciência* (6) se opõe a *arte* ou a *técnica*, pois, usando-se um desses itens, o resultado semântico seria outro: *Acredito na sabedoria e não na arte/técnica*. Isso também quer dizer que, quanto mais cada item léxico se distancia da significação básica, mais específico se torna. É por aí que se entende por que cada um deles tem uma significação não coincidente, quando usado como concreto, já que o que se concretiza é o estado [N abstrato de Ação > N abstrato de Estado > N concreto]:

Arte 9. obra de arte: *A arte não precisa ser privilégio dos colecionadores, dos milionários* (REA).

Técnica 9. numa produção teatral, pessoal que cuida dos efeitos de iluminação e do som: *Ei, você aí em cima, da técnica! Para tudo! Acende a platéia!* (OM).

Ciência 9. os cientistas: *Veio para a Capital pro exame e medição do crânio que a ciência afirma ser normal* (CJ).

Com relação às possibilidades combinatórias destes três itens, foram selecionadas as com verbo suporte (*fazer, ter, dar*) e as com adjetivo, porque são as que mais têm chance de levar aos sintagmas fixos. Vimos que, como nomes abstratos de ação, *arte, técnica* e *ciência* se constroem com o verbo *fazer* e, como abstrato de estado, com o verbo *ter*. Com *fazer*, *arte* passa também a significar travessura, traquinada (cf. *Ralhando com os doentes como se pilhasse meninos fazendo arte* (EA)), *técnica* substitui sistematicamente esse verbo suporte por *praticar, executar, usar*. Como abstrato de estado, *ciência* se combina também com *dar*, para significar notícia, informação, conhecimento, sendo, neste caso, *fazer* também possível, e opondo-se a *tomar* ou *ter*:

- (10) a. *Caberá ao mesmo designar novo capitão dando ciência ao árbitro, que avisará o cronometrista* (FUT).
b. *Fonseca Vasconcelos fez ciência ao Príncipe D. Pedro dos sentimentos de indignação do povo mineiro* (DC).
c. *Ele procura tomar ciência do caso* (GLO).

Teoricamente, qualquer subclasse de adjetivo pode combinar-se com estas palavras (cf. uma *arte menor, técnica apurada, ciência ortodoxa, arte aplicada*). Mas *arte* e *ciência* são as que mais se prestam à formação de sintagmas fixos ou semifixos, combinando-se, então, com adjetivos classificadores:

- (11) a. *arte abstrata, culinária, dramática, rupestre etc.; belas artes, artes ocultas, marciais, liberais, mecânicas...*
b. *ciência cristã, infusa etc.; ciências ocultas, normativas, aplicadas, experimentais, biológicas, exatas, humanas...*

Em nenhum destes conjuntos cabe o item *técnica*; *arte* e *ciência* se alternam nalguns casos: *artes/ciências ocultas, arte/ciência cristã; (*) arte biológica, arte exata; ciência abstrata, ciência dramática...*

Os três itens podem também ocorrer, ainda que raramente, como argumentos de preposição, funcionando como núcleos de construção adverbial na expressão de valores de modalização, semanticamente vinculados às diversas acepções dos nomes em questão; pode, entretanto, haver expansão ou especialização semântica:

- (12) a. *Anália tinha de ser controlada com arte* (BH) [= com habilidade; arditosamente].
b. *Façamo-lo* [= adotar a moda], *pois. Mas com arte e ciência* [= com sabedoria, bom senso; sabiamente].
c. *Sim, foi um lindo jogo. Disputado com técnica, raça e até um pouco de violência* (PLA) [= com perícia; habilmente].

Observa-se nos exemplos acima que *arte* e *técnica* são intercambiáveis em (c), mas não em (a), pois o item *técnica* não inclui os valores de ardil, artifício ou

artimanha presentes em *arte*. Por outro lado, em (b) há uma especialização, de modo que qualquer comutação levaria a um desvio do sentido original.

6 Tentou-se evidenciar que a análise e descrição sintático-semântica dos itens lexicais, utilizados para encabeçar definições – como os abordados nesta comunicação –, podem e devem ser aproveitadas pelo lexicógrafo na elaboração dos verbetes, a fim de tornar mais precisa a interpretação desses itens e, ao mesmo tempo, servir de orientação ao se organizar a descrição de outras palavras. O estudo também demonstrou como os diversos expedientes sintático-semânticos determinam as superposições parciais e a diluição de sentido de certos itens ou conjuntos de itens do léxico e como a análise de tais expedientes pode levar a maior precisão e objetividade na delimitação dos sentidos de cada item.

Finalizando, parece interessante apresentar uma proposta de redação dos verbetes *arte*, *ciência* e *técnica* em que se procurou aplicar os princípios aqui discutidos.

ARTE N # [Usado como abstrato] 1. [A.1] [Vsup fazer] 1.1. aplicação de talento, criatividade e vivência na consecução e expressão de um ideal estético: *Um trabalho de arte exige ser atrativo e natural* (VEJ); *Ainda que a dança seja a arte que se autodestrói mais rapidamente, se destrói no ato da criação* (OLI); *Planeja fazer um curso de arte dramática* (CRU); *A arte mais praticada era a arquitetura* (HG) 1.2. atividade de (1.1.): *tratam de montar ali uma arte oficial, a seu gosto e pequena dimensão, fora do compasso da atualidade* (MH); *a proteção das artes é considerada como alto signo de prestígio social e progressivismo* (MH) 1.3. [± Classificador: de + nome abstrato/oração] 1.3.1. profissão; ofício: *oficiais que se dedicam à nobre arte de trabalhar a madeira* (VID); *a defesa sem transigência da arte de colecionar selos* (FIL) 1.3.2. conjunto de regras concernentes a uma profissão: *aprendendo tudo sobre a arte do pastoreio* (OA) 1.3.3. artifício; ardil; artimanha: *Saka-ná, milenar guia japonês das artes do amor anticonvencional* (ANB); *Sabedor que Pé de Pilão tinha aprendido as artes da guerra em Poço Gordo* (CL); *Arrumara-se com artes e seduções, os cabelos em tufo* (AV) 1.4. [Classificador: de + nome concreto/Adj., com um verbo de ação implícito] 1.4.1. manufatura: *o avô, um mestre na admirável arte do couro* (FIC) [= arte de trabalhar o couro] 1.4.2. técnica: *os japoneses especializaram-se na arte da miniatura* (CNT); *é necessário muita frieza para a arte da esgrima* (BOI); *um escritor maduro, na plenitude de todos os tesouros da arte novelística* (CORO); *A cerâmica aruak é bem rica e provavelmente dela se originou a arte oleira arcaica* (IA) 1.5. capricho; arranjo especial: *pesquisa com formulário tipograficamente sem gosto, com composição monótona, uniforme e sem arte* (NP) 1.6. arte final (q.v.): *O pessoal da arte está parado esperando essas legendas* (RE) 1.7. travessura; traquinada: *você fez alguma arte, exclamou Tiãozinho, olhando para ela* (GT); *Ralhando com os doentes como se pilhasse meninos fazendo arte* (EA); *a criança era realmente privilegiada, vinham os primeiros passos, as primeiras palavras, as primeiras artes* (BH) 2. [E.0] 2.1. [± Compl.: de + oração] 2.1.1. maneira; modo: *aprender a difícil arte de bem receber* (REA); *tinha a arte perfeita de desfiar a anedota mais porca, o caso mais escatológico sem usar um termo chulo* (CF); *mestre consumado na arte de macerar seu corpo* (MA-O) 2.1.2. saber ou perícia em empregar meios para conseguir um (bom) resultado; técnica: *a arte de pilotar navios* (CIB); *Cozinhar é uma arte? Isso, eu acho que cozinha é uma arte* (ISO); *Carimbaldo, você que é ligeiro na arte de multiplicar* (CRU) 2.2. inventividade; criatividade:

Mobilizou, com inigualável engenho e arte, a boa moeda corrente da praça, os termos comuns dos usos e costumes do falar do povo (CARO); O poema de Lucrecio revela genialidade e arte (HF) 2.4. habilidade: pechinchar é uma arte que o marroquino adora cultivar (CLA); Anália tinha que ser controlada com arte (BH); manejando com arte o sortilégio dos seus encantos (CRU) # [Usado como concreto] 3. obra de arte: As galerias de arte, as feiras de livros () deixam de funcionar (HAB); Augusto Rodrigues () realizou o primeiro salão de arte moderna no Estado (OG); A arte não precisa ser privilégio dos colecionadores, dos milionários (REA); Só objetos de arte eram avaliados em dólar (IS) 4. o conjunto das obras de arte (1) de uma época, de um país, de uma escola: exposições itinerantes levando a arte brasileira a outros continentes (JK-O); o despojamento da arte grega em seu apogeu (LIJ); a valorização da arte barroca (PER); A arte cristã medieval valia pelo significado de seu conteúdo (PER) 5. livro ou tratado que contém preceitos ou regras práticas: Arnauld é o autor da famosa "Arte de Pensar", conhecida como Lógica de Port Royal (HF).

CIÊNCIA N # [Usado como abstrato] 1. [A.1] [Vsup fazer] 1.1. arranjo sistemático do conhecimento obtido pela utilização de métodos específicos de observação, identificação de relações, generalização e classificação dos fatos, bem como pela utilização de critérios que testam o teor de verdade desse conhecimento; pesquisa científica: *Não é raro supor que a ciência se faz com "dados brutos", com fatos puros (EC); A ciência desenvolveu critérios e padrões próprios, rigorosos e objetivos (BEB); acompanhando as mais recentes conquistas da ciência (REA); Endocrinologia é a ciência que estuda os hormônios (SU) 1.2. arte (1.3.2); técnica (1.1.1): uma especialista na ciência de curar doenças através da medicina popular (BEN) 1.3. técnica; tecnologia: os bovinos eram maus e a ciência pecuária, um mito (BS); Sendo a bibliografia a ciência dos livros, ou melhor, a descrição e conhecimento quanto à edição, autor, assunto etc. (BIB) 1.4. atividade sistemática e meticulosa: fez dos cuidados da pele uma ciência (REA) 2. [E.0] 2.1. conjunto organizado de conhecimentos adquiridos pela pesquisa científica: as outras descobertas da ciência moderna (SU); Acredito na sabedoria e não na ciência (OP); o poder explicativo de uma ciência parece aumentar proporcionalmente ao número de generalizações que o grupo tem a seu dispor (FS) 2.2. [PL] disciplina escolar introdutória dos estudos científicos: uma olimpíada de Matemática e Ciências promovida pelo Instituto Norte-americano Educacional (CLA) 3. [E.1] 3.1. [Vsup ter] 3.1.1. instrução; erudição; saber: é um homem que ama a ciência e pouco afeito aos negócios de Estado (BN); Era o obscurantismo oficial disfarçado de grande ciência (EMB) 3.1.2. conhecimento; notícia; informação: O filho que não esperava e que só tardiamente tivera ciência de que ia nascer (ED) // Neste caso é mais comum a construção com **tomar, dar, sendo fazer** também possível: ele procura tomar ciência do caso (GLO); caberá ao mesmo designar novo capitão dando ciência ao árbitro, que avisará o cronometrista (FUT); Fonseca Vasconcelos fez ciência ao Príncipe D. Pedro dos sentimentos de indignação do povo mineiro (DC) 3.1.3. ramo ou setor de conhecimentos sistemáticos: os fundamentos da ciência do Direito (JU); os estudiosos da ciência política (VIS); coordenador de um curso de ciências sociais (ESP); Minhas pesquisas procuram levar a visão feminista para as ciências humanas (CLA) 3.1.4. preparo técnico: Quem sabe, porém, o que ainda planeja o moço se a ciência dos doutores conseguir sarar o estômago queimado? (CT) // Neste contexto tem tom levemente depreciativo # [Usado como concreto] 4. os cientistas: veio para a Capital pro exame e medição do crânio que a ciência afirma ser normal (CJ).*

TÉCNICA N # [Usado como abstrato] 1. [A.1] 1.1. [Associando-se a **praticar, executar**] 1.1.1. aplicação de conhecimentos para fins práticos relacionados com a execução de tare-

fas: No decorrer do tempo a técnica do nado de peito modificou-se radicalmente (NOL); o planejamento é uma técnica, não uma ideologia (NP) 1.1.2. aplicação prática de uma teoria: [a Arqueologia] muitas vezes encarada, por parte do público em geral, de cientistas sociais e mesmo por certos arqueólogos, como uma simples técnica, como uma prática de escavação (ARO) 1.2. [Associando-se a **usar**] 1.2.1. procedimento tático; tática; estratégia: a técnica usada nos nos perigosos, quando um boi distrai as piranhas enquanto o resto da manada atravessa (CPO); Há portanto diferenças entre uma região e outra, embora ambas tenham como técnica de subsistência a pesca (FN); Roubou 100 milhões em jóias, usando a mesma técnica das vezes anteriores (CJ) 1.2.2. procedimento: [A revista] descrevia a técnica de aplicação, evidenciava as vantagens e propunha alguns exemplos (PE); Michaud desenvolveu nova técnica para produzir rubis reconstituídos (PEP); a técnica lúdica baseia-se no fato de que o brinquedo é o meio natural de auto-expressão da criança (CB) 2. [E.0] conhecimento de métodos e práticas necessários à aplicação da ciência ou da arte; tecnologia: o esmagamento do homem pelas forças do anonimato e da técnica (AM-O); os ideais iluministas já se tenham materializado na economia, técnica e no Estado Moderno (HAB); 3. [E.1] [Vsup ter] 3.1. conjunto de conhecimentos postos em prática na produção de bens: a técnica da constituição da cidade livre de Dantzig (CPO); a invenção de uma técnica analítica capaz de orientar a construção de novos sistemas (CIB); esse trabalho requer técnica altamente especializada (CRU) 3.2. habilidade; perícia: sentia-se à vontade, senhor de todos os recursos artísticos da técnica mais perfeita, das astúcias todas do escrever (AM-O) 3.3. conjunto de normas de procedimento; conjunto de regras: não se tratava de saber se a técnica bancária fora respeitada (GLO) 3.4. experiência; prática: Paulo Autran passeia a sua técnica pelo palco, com o charme costumeiro e a magnífica presença cênica (IS); não aceitamos que a humanidade se retarde tão lamentavelmente na técnica da convivência (JK-O) # [Usado como concreto] 4 numa produção teatral, pessoal que cuida dos efeitos de iluminação e de som: *Ei, você aí em cima, na técnica! Pára tudo! Acende a platéia!* (OM); acrescentei anotações para a técnica e a contra-regra (ROT).

BORBA, F. da S., LONGO, B. N. de O. Science & art & technique: the delimitation of meanings in a dictionary. *Alfa (São Paulo)*, v.40, p.47-57, 1996.

- *ABSTRACT: Problems concerning how to delimit meanings of lexical items in a dictionary are discussed, as well as the lexicographic treatment that should be given to items – such as science, art and technique – used as heads in the definition of other words.*
- *KEYWORDS: Lexicography; syntax; semantics.*

Referência bibliográfica

FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

Bibliografia consultada

- GENOUVRIER, E., PEYTARD, J. *Linguística e ensino do português*. Trad. de Rodolfo Ilari. Coimbra: Almedina, 1974.
- LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: CUP, 1977. 2v.
- MORAIS E SILVA, A. *Grande dicionário da língua portuguesa*. 10.ed. s.l.: s.n., s.d.
- PALMER, F. R. *Semantics: a new outline*. Cambridge: CUP, 1976.
- PRADO E SILVA, A. *Novo dicionário brasileiro Melhoramentos ilustrado*. São Paulo: Melhoramentos, 1964. 4v.

NOMES CONTÁVEIS E NÃO-CONTÁVEIS¹

Roberto Gomes CAMACHO²
Erotilde Goreti PEZATTI³

- RESUMO: Neste trabalho, discutem-se as possibilidades gramaticais da subcategorização contável e não-contável dos nomes no português falado nos níveis do significado lexical e do significado relacional. Os dados analisados indicam haver diferenças semânticas nítidas, de base ontológica, entre os lexemas, que identificam entidades discretas e entidades não-discretas. Conclui-se, por isso, que é mais adequado separar os nomes em subcategorias lexicais com base no uso não-marcado e assumir que podem transformar-se em outras subcategorias mediante processos de conversão subcategorial, morfológica e/ou sintaticamente determinados.
- PALAVRAS-CHAVE: Contabilidade nominal; nome contável; nome não-contável; quantificação; número.

Introdução

As gramáticas tradicionais não se preocuparam com a especificação formal da distinção entre as subcategorias contável e não-contável dos nomes e, nesse caso, menos ainda com as conseqüências sintático-semânticas que esta acarreta, embora alguns autores, como Júlio Ribeiro, tenham intuído a particularidade dos não-contáveis (Neves, 1993). De um ponto de vista cognitivo, incluem-se na subcategoria dos contáveis nomes que se referem a grandezas discretas, descontínuas, como *carro*; e, na subcategoria dos não-contáveis, nomes que se referem a grandezas contínuas, não-discretas, e, por isso, não suscetíveis de numeração, como *água* (Mira Mateus et al., 1983). Esses lexemas distinguem-se inequivocamente um do outro quanto a essa propriedade nominal, mas certas propriedades específicas de

1 Este artigo é uma versão parcial do trabalho de nossa autoria, intitulado *As subcategorias nominais contável e não-contável*, a ser publicado em Kato (1996).

2 Bolsista do CNPq (Processo n.301185/91-1) – Departamento de Teoria Lingüística e Literária – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP.

3 Bolsista do CNPq (Processo n.300099/94-0) – Departamento de Letras Vernáculas – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP.

natureza morfossintática contextualizam-na, subvertendo, de um modo muito peculiar, o significado lexical típico. São essas propriedades que sinalizam uma interpretação aceitável e não-contraditória para a sentença abaixo.

(1) É justamente porque gosto dos carneiros que não como carneiro.

Essas propriedades, que fornecem pistas para a interpretação inequívoca de (1), justificam a análise dessa subcategoria nominal e, sobretudo, a exigência teórico-metodológica de determinar o âmbito gramatical em que a contabilidade de fato se resolve. Além disso, a estrutura gramatical pode ser, ao menos parcialmente, determinada por distinções semânticas, relevantes, por sua vez, para a definição das partes do discurso e de suas classes de expressão. As classes de expressão variam na medida em que variam as distinções semânticas relevantes e, segundo Lyons (1978), um dos aspectos em que as línguas variam é, particularmente, no modo como gramaticalizam a distinção entre nomes próprios e comuns, por um lado, e entre contáveis e não-contáveis, por outro.

Este é, por conseguinte, um estudo das possibilidades gramaticais da subcategorização contável e não-contável dos nomes, estudo que se aplica, em virtude da própria natureza semântica do objeto, aos níveis do significado lexical e do significado relacional, que definem, respectivamente, o nível da palavra em estado de dicionário e o do sintagma, em sua organização morfossintática.

Não se trata, exatamente, de uma abordagem exaustiva, em termos quantitativos; ao contrário, dá-se preferência à seleção qualitativa dos dados mais significativos que indiquem as determinações sintático-semânticas e discursivas no emprego de nomes contáveis e não-contáveis. O material examinado limita-se a uma amostra relativa a 25% do Inquérito D2-SP-360 do Projeto NURC/SP (Castilho & Preti, 1987), em razão de que não há a necessidade metodológica de lidar com um *corpus* muito extenso, quando se trata de ocorrências de alta frequência, como categorias lexicais, especialmente a nominal.

O estudo acha-se assim organizado: inicia por uma busca de definição semântica, no nível do significado lexical; examina, ainda teoricamente, o estatuto gramatical da propriedade [+/- contável], concluindo que essa subcategoria lexical apresenta correspondência entre a base cognitiva, ontológica, e o nível do significado relacional; em seguida, analisa como se manifestam, em termos distribucionais, essas duas subcategorias lexicais, nas ocorrências do *corpus* mencionado. Encerra-o uma tentativa de generalização do comportamento gramatical dessas subcategorias no português falado.

Nomes contáveis e não-contáveis: definição conceitual

Tentando mostrar a possibilidade de atribuir caracterizações semânticas para categorias gramaticais universalmente válidas, como nome e verbo, segundo um

modelo que sintetiza a categorização por protótipos e a categorização por esquemas, Langacker (1987) investe também na categorização de subclasses nominais, a que denomina nomes de massa⁴ (não-contáveis) e nomes contáveis. Um esquema significa, em seu modelo de Gramática cognitiva, um padrão abstrato que representa o que há de comum entre as estruturas que ele categoriza.

Esse autor se refere a estruturas semânticas como *predicações*, que se aplicam, por sua vez, a *domínios cognitivos*. Qualquer estrutura cognitiva pode funcionar como o domínio de uma predicação. Assim, o estabelecimento de fronteiras que identificam uma dada predicação, como um nome contável, pode confinar-se com um domínio particular, ou mesmo uma dimensão particular num domínio; além disso, a fronteira relevante deve incidir sobre o escopo da predicação, entendido como a parte dos domínios relevantes que a predicação especificamente invoca e requer para a caracterização que elabora. Assim, um nome contável designa uma região que é limitada dentro do escopo de predicação em seu domínio primário, enquanto um nome de massa designa uma região não especificamente limitada.

Em termos de categorização contável/massa, o domínio primário é aquele em que podem ocorrer e ser identificadas diferentes instâncias da categoria e é também o domínio da quantificação. Para substâncias físicas, o domínio primário é o espaço. Além da delimitação, os outros fatores que, para Langacker, distinguem nomes contáveis e nomes de massa são homogeneidade, expansibilidade/contratibilidade e replicabilidade.

Assim, enquanto a substância de nomes massivos é construída como internamente homogênea, a região limitada que traça o perfil cognitivo de um nome contável é tipicamente heterogênea.⁵

Justamente por causa de sua homogeneidade concebida, a substância designada por um nome de massa pode ser indefinidamente expandida ou contraída, sem afetar suas propriedades cognitivas e categoriais: uma subparte de uma substância, como, por exemplo, a que enche um balde, é a mesma que está compreendida nos limites de um lago. Em contraste, uma subparte do referente de um nome contável não é, em si, uma instância da categoria, de modo que *cauda* não é uma instância de *cachorro* (Langacker, 1987). A categoria de nomes contáveis se caracteriza por adição de instâncias discretas, propriedade que Langacker denomina relicabilidade e cujos reflexos gramaticais evidentes incluem contabilidade e pluralização.

4 É comum referir-se às duas subcategorias como *nomes de massa/massivos* e *contáveis*. Considerando, entretanto, que o termo *massa* denota algum tipo de substância física, adotar o termo *não-contável* não é mera questão terminológica. A subcategoria inclui nomes comuns de substância física, como *água*; coletivos, como *gado*; e nomes abstratos, como *esforço*. Ainda assim, por fidelidade ao texto de Langacker e a outros autores, mantém-se aqui e ali o uso alternado de *massa* e *massivo*.

5 O traço *heterogeneidade* não se aplica invariavelmente à categoria dos contáveis, já que a região designada por *mancha*, por exemplo, mostra uniformidade interna. Também não é invariável a homogeneidade de referentes de nomes de massa, já que, mesmo em português, coleções de objetos heterogêneos, como *equipamento*, são, às vezes, tratados como nomes de massa.

O limite de um nome contável é responsável por sua replicabilidade: há um ponto em que se esgota uma instância da categoria, de modo que incrementá-la resulta iniciar outra. Nomes de massa, por vez, são não-replicáveis por não haver tal limite, isto é, são indefinidamente expansíveis. Incrementar uma instância de uma categoria de nome de massa não inicia uma segunda instância, distinta da primeira, apenas a torna maior. O uso particular de quantificadores e de pluralização ilustra caracteristicamente essa propriedade: diz-se *mais areia*, mas, *outro livro*; observe-se que em *a água daqueles dois lagos*, o uso particular da pluralização se restringe ao nome contável.

Uma questão que cabe discutir é a de que tratamento teórico-metodológico dar à propriedade de contabilidade dos nomes, que implica duas subcategorias lexicais, a dos contáveis e a dos não-contáveis. No tratamento convencional, a contabilidade deveria ser explicada como uma propriedade lexical característica dos nomes, marcando-se cada entrada com um traço [+/- contável] ou equivalente (Jespersen, 1933; Chomsky, 1965; McCawley, 1975; Quirk et al., 1985). O problema que se cria para essa perspectiva é o da possibilidade que as línguas oferecem de usar a maioria dos nomes para referir diferentes tipos de entidades, conforme (2).

- (2) a. Vi um *frango* no quintal.
 b. Vi três *frangos* no quintal.
 c. Vai ter *frango* no jantar.

As diferentes formas do nome *frango* em (2a, b, c) denotam, respectivamente, um indivíduo, um conjunto de indivíduos e uma massa. A questão que cabe discutir, diante dessas ocorrências, é se os nomes devem receber uma subcategorização no nível lexical, conforme o tratamento convencional, ou se, como argumentam Bunt (1979) e Allan (1977), não se deveria falar de subcategorias como nome massivo ou não-contável, mas tão-somente de ocorrências massivas ou não-contáveis de nomes. Para Dik (1989), o problema dessa visão é haver diferenças muito nítidas de marcação entre as diferentes ocorrências, o que torna mais adequado separar os nomes em subcategorias com base no uso não-marcado e, então, assumir que podem transformar-se em outras mediante um processo de conversão subcategorial, conforme se distingue em (3).

(3)

Tipo nominal	Designa no singular	Designa no plural	Exemplo
Nome próprio	Indivíduo	-	João
Nome próprio	-	Conjunto de indivíduos	Estados Unidos
Nome contável	Indivíduo	Conjunto de indivíduos	cadeira, cadeiras
Nome de massa	Massa	-	manteiga
Nome coletivo	Conjunto	Conjunto de conjuntos	família, famílias

Essa tipologia definiria, então, as seguintes formas de conversão subcategorial:

- (4) a. Nome próprio > Nome contável: Havia três Joões na festa.
- b. Nome contável > Nome de massa: Há muita cadeira na sala.
- c. Nome de massa > Nome contável: Três cafés, por favor.
- d. Nome coletivo > Nome de massa: Há família demais na sala.

A conversão subcategorial foi postulada como operação válida para o inglês, na gramática de Quirk et al. (1985). Segundo os autores, *café*, *chá*, por exemplo, normalmente não-contáveis, podem ser reclassificados como contáveis, envolvendo uma alteração semântica, de modo a implicar partição de qualidade (espécie/tipo/forma de) ou para significar “unidade apropriada de”, como em (5).

- (5) a. Os cafés brasileiro e colombiano são caros.
- b. Me dá um café, por favor.

Há, no entanto, posições divergentes. Allan (1980) entende que é, ao mesmo tempo, vazio e contraditório sustentar que as entradas lexicais nominais devam ser marcadas como [+/- contável]. É, em primeiro lugar, contraditório atribuir simultaneamente a uma mesma entrada lexical a propriedade de contável e a de não-contável. Em segundo lugar, uma marcação disjuntiva de contabilidade multiplicaria desnecessariamente pares de homônimos no léxico, ainda que existam diferentes nomes – um contável e, outro, não-contável. Mas, então, deparar-se-ia, ainda assim, com o fato de que a seleção de um dos disjuntos em vez do outro seria necessariamente determinada pelos traços de contabilidade da construção pretendida, o sintagma nominal (SN). Essa dependência prova, para Allan (1980), ser destituída de pertinência a marcação disjuntiva no léxico e indica que a contabilidade deve ser forçosamente um traço do SN e não do nome.⁶

A importância da marcação subcategorial, seja por conversão, seja por inserção sintagmática, tem efeitos semânticos e formais na formação de predicados nominais; esses consistem na possibilidade de pluralização e na de combinação com diferentes conjuntos de operadores de termos (operações de determinação). Nesse caso, o membro positivo da oposição, [+ contável], é comumente o marcado. A maioria das línguas marca o estatuto [+/- contável] dos nomes morfológica ou sintaticamente, ou de ambos os modos, mas raramente dispõe de marca para nomes não-contáveis. E embora existam línguas indiferentes à marcação de contabilidade,

⁶ Allan reconhece que, embora a contabilidade seja uma característica do SN e não dos nomes, tem validade semântica a inclusão de alguns nomes em SNs contáveis, enquanto outros, em SNs não-contáveis. O primeiro conjunto inclui, por exemplo, *carro*, *barco*, *besouro*, *tapete*, *armário*, *mesa*, e, o segundo, *eletricidade*, *claridade*, *evidência*, *mobiliário*, *humanidade*. Entre esses dois grupos polares, existem nomes como *bolo*, *café*, que aparecem comumente em SNs contáveis ou não-contáveis. Essas características particulares dos nomes que o autor denomina *preferências de contabilidade* podem ser determinadas mediante a comparação de freqüências relativas de ocorrência em SNs contáveis e não-contáveis.

nenhuma marca sistematicamente os nomes não-contáveis e deixa os contáveis sem marcação (Allan, 1980).

De uma perspectiva lexical, o estatuto [+/- contável] é absolutamente relevante quando atribuído a expressões nominais que, em sua função denominadora, denotem classes de entidades de primeira ordem, ou seja, objetos físicos. Caracteristicamente, todas as entidades de primeira ordem (pessoas, animais e coisas) devem ser, sob condições normais, relativamente constantes quanto a suas propriedades perceptuais; devem ser localizadas em algum ponto do tempo e num espaço, pelo menos psicologicamente, tridimensional; e devem ser publicamente observáveis (Strawson apud Lyons, 1978, p.443).

Já o estatuto ontológico de entidades de segunda e de terceira ordem é, segundo Lyons, mais controverso, podendo depender, por isso, crucialmente da estrutura das línguas particulares. Em termos gerais, entidades de segunda ordem referem-se a eventos, processos, estados etc., localizados no tempo, e dos quais se pode dizer que ocorrem e não que existem, enquanto as de terceira ordem referem-se a entidades abstratas, tais como proposições, sem qualquer localização espaço-temporal.

A distinção entre os três tipos de entidades só parcialmente corresponde à distinção tradicional entre entidades concretas e abstratas, da qual depende a classificação de nomes e nominais e, embora seja possível referir-se às entidades de segunda ordem por nomes tradicionalmente considerados abstratos, estes são, segundo Lyons, claramente não abstratos, no sentido de que só é abstrato algo que não tenha qualquer localização espaço-temporal. Entidades de segunda ordem, como eventos, possuem, pelo menos, localização temporal, o que torna possível aplicar contabilidade a nomes que as denotam, em certos contextos, como em (6), em que se conta, na realidade, o número de vezes de ocorrência do evento.

(6) Houve duas *batidas* na esquina num único dia.

Esse comportamento dos nomes de segunda ordem explica por que, para certos autores, como Quirk et al. (1985), nomes não-contáveis e nomes abstratos constituem subcategorias nominais que, de certo modo, se recobrem. Muitas vezes, nomes denotadores de processos, como *construção* em (7), se referem antes ao resultado do processo, tornando-se nomes de primeira ordem, a que se aplica necessariamente a propriedade [+/- contável].

(7) Há duas *construções* abandonadas nesta quadra.

Não obstante, nomes de terceira ordem são inequivocamente neutros quanto à propriedade [+/- contável], conforme se observa em (8).

(8) Nos momentos de crise, a *solidariedade* sobrepuja mesmo a inimizade.

Em línguas não-classificadoras, como o português, a necessidade de individuação e numeração torna praticamente obrigatória a subcategorização dos nomes em

contáveis e não-contáveis. Tal identificação, no nível relacional, é necessariamente determinada pela natureza das expressões nominais, em termos de seu estatuto referencial. São expressões referenciais mais típicas os SNs definidos, ou descrições definidas (assim como nomes próprios e pronomes pessoais), que permitem identificar um referente, não apenas nomeando-o, mas fornecendo também, ao interlocutor, uma descrição pormenorizada do indivíduo referido, no contexto da enunciação particular, e que, como tal, permita distingui-lo dos demais indivíduos no universo do discurso. Como, então, marcar a contabilidade no português é uma exigência nos nomes e nominais em função referenciadora, passaremos a focar, agora, o comportamento sintático-semântico das expressões referenciais com base nas ocorrências do *corpus* considerado.

A distribuição de nomes contáveis e não-contáveis no português falado

Analisando-se as ocorrências de (9), observa-se que todos os constituintes nucleares dos SNs grifados estão no escopo de um numerador. "Estar no escopo de um numerador" significa que a referência do SN é quantificada pelo numerador como um conjunto de unidades discretas. Como todos os numeradores são quantificadores, pode-se afirmar que o paradigma dos numeradores constitui-se não só dos numerais cardinais de um a infinito, mas também de qualquer quantificador que identifique uma ou mais unidades discretas, mas não necessariamente um número preciso delas (Allan, 1980).

- (9) a. "proibiu terminantemente que eu tenha *mais filhos*... então está encerrado mas gostaríamos demais de *mais filhos*..." (p.138).
b. "há *dois anos* mil novecentos e sessenta e nove" (p.147).
c. "porque em todas a:: em *todas as autarquias*... em *todas a::s secretarias*" (p.156).
d. "existem *poucas faculdades*..." (p.159).

É possível estender a regra para além dos SNs com constituinte quantificador, sendo, desse modo, contável o constituinte nuclear de um SN que estiver no plural. Em português, a categoria de número intersecciona-se com a de contabilidade, embora não haja, entre as duas propriedades nominais, qualquer correlação universalmente aplicável: no swahili, por exemplo, nomes não-contáveis aparecem formalmente no plural. Como no português, os nomes não-contáveis apresentam-se formalmente no singular, é possível afirmar que pluralidade marcada implica contabilidade. Observem-se as ocorrências de (10) em que os constituintes nucleares acham-se no plural, sem a determinação de quantificador numerador.

- (10) a. "então ela vê se as *gavetas* estão em orde/...em ordem" (p.141).
b. "e:::as *mulheres* são voto assim meio neutro" (p.153).

- c. "ele funciona do seguinte modo as *firmas* precisam... de um em/de um cara" (p.159).

Os nomes de (10) são inequivocamente contáveis: estão no plural e configuram expressões referenciais definidas (Lyons, 1978). Em contraste, o uso de SNs indefinidos é um indício de que o enunciador julga que o interlocutor desconhece a referência do SN, antes de sua emissão verbal. Nesse caso, estar no plural, como os nomes de (11), garante o estatuto de contável ao constituinte nuclear dos SNs destacados.

- (11) a. "não pode ser feito concurso porque não tem *vagas*" (p.150).
b. "todo serviço de advocacia do Estado... feita por *procuradores* do Estado" (p.156).
c. "porque ela está assumindo *tarefas* assim muito precocemente" (p.141).

Observa-se, com base nos casos de (11), que a forma plural de nomes contáveis é, em português, usada frequentemente nas mesmas posições sintáticas de nomes não-contáveis: *vacas*, *gado* e *bife* preenchem igualmente a posição vazia de (12):

- (12) Eu gosto de _____.

Nesse caso, é a marca formal a única condição para se afirmar que nomes como *vacas* são contáveis. Segundo Lyons (p.462), há um paralelo semântico óbvio entre nomes que denotam matéria amorfa ou substância, como *ouro*, *água* e nomes que denotam coleções indiferenciadas ou agregadas de indivíduos, como *gado*. Além disso, como a forma plural de nomes contáveis é frequentemente usada nas mesmas construções que nomes não-contáveis e nomes coletivos, ela acaba sendo, por isso, semanticamente não-marcada, embora não o seja formalmente. Também Langacker reconhece que a pluralização é um dos comportamentos gramaticais que identificam nomes contáveis, embora, para ele, o resultado do processo seja um tipo de nome de massa, principalmente quando, como outros nomes massivos, formas pluralizadas ocorrem sem determinante, como SNs plenos, conforme se observa em *Comprei fruta/pêssegos*.

Curiosamente, porém, a pluralidade pode ser considerada definidora somente nos casos em que há oposição marcada com uma forma singular, pois, conforme se observa nas sentenças de (13), os nomes em destaque dificilmente se submetem à quantificação por numerador, no sentido em que são aí empregados, ainda que estejam formalmente no plural.

- (13) a. "isso realmente provocou eh *ciúmes* entre os homens" (p.156).
b. "porque acham que ele tem...*condições* para arranjar" (p.165).

A ocorrência de (14) fornece um exemplo particularmente ilustrativo de que o falante absolutamente não incorpora pluralização a esses nomes, já que os demais constituintes não estabelecem concordância com o núcleo do SN.

(14) "eu senti ... um certo *ciúmes* ter:: sido escolhido uma mulher" (p.156).

Outros nomes de comportamento similar a *ciúmes* e *condições*, como *funerais*, *exéquias*, *condolências*, *céus*, *ares*, *óculos*, *fezes*, *olheiras*, *núpcias*, *viveres*, *anais* etc., que só se empregam formalmente no plural (*pluralia tantum*), não chegam a constituir exceção à correlação entre plural e contável, já que não são marcados em oposição ao singular. Esses casos, em que a forma plural do nome se refere a um conceito lingüisticamente indecomponível, por não se opor a uma forma singular, podem ter dupla interpretação, segundo Câmara Junior (1975): por um lado, há termos como *exéquias*, *funerais*, *núpcias*, que se referem a uma série contínua de atividades, encaradas lingüisticamente como um todo; por outro, há termos como *céus*, *ares*, *águas*, que, na forma plural, indicam amplitude, não quantificação, e, nesse caso, não se opõem às formas singulares *céu*, *ar*, *água*.

Conquanto nomes com marca de plural indiquem contabilidade inequívoca, essa regra, ainda que necessária, não é condição suficiente, já que tanto nomes contáveis quanto não-contáveis podem aparecer no singular. Há aqui, por conseguinte, um cruzamento de determinações de natureza sintática e morfológica. Sintática, porque a contabilidade lexical não é absoluta: nomes lexicalmente não-contáveis podem adquirir a propriedade contável, em determinados contextos sintagmáticos, sendo também verdadeiro o inverso. Morfológica, porque a contabilidade implica pluralidade. Entretanto, a determinação morfológica não é a principal variável no condicionamento da contabilidade, embora seja sua marca mais visível. Se o plural é marca distintiva de contabilidade marcada, como é possível decidir que propriedade se aplica aos casos em que o núcleo do sintagma nominal é um nome singular?

As ocorrências de (15), todas no singular, são exemplos típicos de expressões referenciais indefinidas não-específicas, embora estejam todas no escopo de um quantificador numerador: *outro* é um quantificador que demonstra acréscimo de grandezas descontínuas; *qualquer* e *todo* são operadores de quantificação universal com função distributiva; e *um* é um numeral cardinal. Estar no escopo de um numerador é condição suficiente e necessária para determinar a contabilidade de nomes no singular.

- (15) a. "outro dia... ((risos)) num mês eles tiveram quinze atrasos."
b. "daria para esperar um minutinho?" (p.177).
c. "a promoção normal... de qualquer funcionário" (p.150).
d. "vai virando como em todo lugar uma panelinha..." (p.162).

As ocorrências de (16) também constituem expressões referenciais indefinidas em que os determinantes não são quantificadores, como em (15), mas pronomes ou artigos indefinidos. Nesse caso, configura-se uma operação de extração de parte singular num conjunto-base de grandezas tipicamente descontínuas, ou, com o uso de *nenhum*, uma operação de indicação de cardinalidade zero de um conjunto con-

siderado, que também só pode ser de grandezas discretas. Por essa razão, os nomes no singular aí representados são tipicamente contáveis.

- (16) a. "como que vai chegar para me propor um *negócio* não?" (p.165).
- b. "porque todo mundo tem *algum amigo*" (p.165).
- c. "não tem quase que *vantagem nenhuma*" (p.138).

Observe-se que as mesmas operações de determinação soariam estranhas, se aplicadas a nomes que designem grandezas contínuas, como em (17).

- (17) ? Levamos uma eletricidade para o sítio.

Resta ainda determinar o comportamento sintático, quanto à propriedade [+/- contável], de nomes no singular, sem algum tipo de quantificador que determine operações de extração de parte singular num conjunto de grandezas discretas. Segundo Allan (1980), a principal determinação, nesse caso, é discursiva, já que, não havendo marca visível que determine alguma característica mais saliente do nome que não seja sua identidade referencial, exige-se que o contexto situacional determine a contabilidade do referente do SN; conseqüentemente, se o alocutário não sabe ainda a contabilidade da entidade a que se refere o SN, é o locutor que deve torná-la conhecida para ele. Entretanto, Allan não esclarece devidamente por que processo a contabilidade se torna um acordo entre os interlocutores.

Na realidade, esse acordo é possível porque os interlocutores identificam previamente a natureza da grandeza designada pelo nome ou nominal em questão. Esse é o único caso em que a propriedade [+/- contável] depende de uma informação puramente lexical, sem qualquer determinação sintática. Saber, previamente, que o nome designa grandeza discreta, é, nas ocorrências de (18), a única condição para conhecer sua contabilidade.

- (18) a. "porque o *endocrinologista* proibiu terminantemente que eu tenha filhos" (p.138).
- b. "mas seria... exercícios... com a *fonoaudióloga* para ver se::" (p.138).
- c. "se o:: material escolar já foi re/arrumado para o *dia seguinte*" (p.141).
- d. "é muito exigente comigo e com o meu marido *essa menina*... sabe ela não admite uma falha nossa" (p.141).

Quando usadas referencialmente, descrições definidas, como *essa menina*, selecionam, do conjunto intencionalmente definido pela propriedade "ser menina", uma parte singular única, identificada pelo locutor e por ele pressuposta como identificável pelo alocutário. Uma operação de individuação, como essa, só se aplica, por definição, a nomes contáveis, designadores de grandezas discretas. Por outro lado, numa descrição definida, como *a água do mar*, em "*A água do mar é salgada*", o artigo definido não constitui operador de individuação e singularização. Isso se dá assim porque o artigo definido funciona unicamente como operador de dadaidade (*givenness*) e definitude, diferentemente do artigo indefinido e de alguns

outros pronomes indefinidos, que, como vimos, funcionam simultaneamente como operador de definitude negativa e, necessariamente, de extração de parte singular.

Nos exemplos de (19), a determinação do constituinte nuclear é operada por quantificador não-numerador. Essa categoria de determinante se aplica indiferentemente a nomes, lexicalmente definidos como massivos e não-massivos, isto é, designadores de grandezas não-discretas e discretas, respectivamente. Isso parece implicar uma identificação, sintaticamente determinada, entre nomes não-contáveis e nomes contáveis. Em *tanto processo* (19c), a entidade referida pelo nome, considerada em sua classe genérica, não apresenta estatuto de contável e se identifica, sintático-semanticamente, nesse caso, com *esforço* em *Tanto esforço será recompensado*.

- (19) a. "uma certa aversão... :: entrada de *muita mulher* na carreira" (p.153).
b. "se nenhum fez *arte demais* no banheiro" (p.141).
c. "humanamente impossível fazer *tanto processo* ao mesmo tempo" (p.150).
d. "de vez em quando ele chega a necessitar e a com *muita dificuldade* para encontrar..." (p.159).

Observa-se, a partir destes casos, que o emprego de certas operações de determinação, operações sintáticas por definição, permite ao falante do português converter nomes designadores de grandezas discretas em não-contáveis, assim como pluralizar nomes massivos, considerados qualitativamente, como em (20).

- (20) "a gente prepara *as carnes* em panela separada" (p.125).

A esse propósito é, então, conveniente discutir também o papel dos nomes próprios no âmbito da marcação de contabilidade. É ocioso dizer que a questão não se aplica a eles, quando, exercendo sua função própria, rotulam e garantem a existência do referente ou conjunto de referentes no mundo real ou no fictício. Entretanto, há casos em que o nome próprio pode aparecer determinado em português com modificação restritiva, em razão do que se converte na subcategoria nominal dos comuns, a que se aplica naturalmente as condições de contabilidade. Observem-se as ocorrências de (21), em que as duas primeiras introduzem um nome contável e a última, um nome não-contável.

- (21) a. A Maria de que falo é irmã do Antônio.
b. Há uma Maria nessa classe?
c. Para mim tem Maria demais no pedaço.

Há, por outro lado, SNs definidos ou indefinidos, empregados não referencialmente, que configuram um uso atributivo, intencional. Nesse caso, a propriedade [+/- contável] simplesmente não se aplica, constituindo-se nomes ou nominais neutros, ainda que, denotativamente, possam identificar-se como massivos e não-massivos. Um caso é o que ocorre com SNs na função predicativa típica, em orações não-equativas, conforme as ocorrências de (22).

- (22) a. "então ela... tem muito gosto é *uma menina ordeira*..." (p.168).
 b. "quer dizer essa... é *supervisora nata*" (p.141).
 c. "ela não é *pajem pajem é arrumadeira*" (p. 144).

Em outro caso de neutralização, os nomes funcionam como núcleo de um sintagma preposicionado, especificador, por sua vez, de outro nome colocado à esquerda, conforme as ocorrências de (23).

- (23) a. "ti/tive problemas de... *saúde problemas de tiróide*" (p.138).
 b. "há sempre um com tarefa de *supervisor*" (p.141).
 c. "porque mais difícil procu/ah::querer::... um diretor de *empresa*... um::um vice-presidente de *empresa*" (p.162).

Outro caso de uso intencional são os nomes considerados em seu sentido genérico, conforme as ocorrências de (24) e (25). Observa-se que alguns nomes são massivos, como *água*, alguns não-massivos, como *dente*; outros ainda são abstratos, como *natação*. No entanto, como todos são empregados num sentido intencional, não é pertinente a marcação de contabilidade.

- (24) a. "estão o tomando *banho* e ficam jogando *água* pela janela" (p.141).
 b. "ainda tem que escovar *dente* para sair..." (p.144).
 c. "o menino detesta *escola*..." (p.144).
 (25) a. "depois tem *natação* segunda quarta e sexta" (p.138).
 b. "depois eh::ter a e quinta... a menina faz *fonoaudiologia*" (p.138).
 c. "então ela faz reeduca/ ... *reeducação* não mas seria... exercícios" (p.138).

Observe-se que, em (26), há ocorrências de nomes abstratos, geralmente definidos em razão de seu estatuto de inferível. Embora essas ocorrências difiram sintaticamente das ocorrências de nomes abstratos de (25), é perfeitamente possível afirmar que, também no caso de (26), não é pertinente a contabilidade, já que dificilmente se pode atribuir algum uso extensional a nomes que se referem a entidades de segunda e de terceira ordem, mais dificilmente a estas do que àquelas.

- (26) a. "quer dizer a *desproporção* é incrível" (p.159).
 b. "não é que haja aquele::... aquela::*aversão* à vida artística" (p.171).
 c. "mas a *vocação* dele era ter sido... advogado" (p.174).
 d. "e eu tenho a *impressão* eu não posso dizer porque é difícil" (p.174).

Conclusão

Como se observou na seção anterior, a categorização lexical contável e não-contável é morfologicamente reforçada por um cruzamento com a categoria de número, de modo que nomes no plural são inequivocamente contáveis; outra determinação relevante é a sintática, em virtude da presença, no interior do SN, de quantifi-

adores numeradores. Quando no plural, os quantificadores indefinidos indicam uma quantidade não específica da entidade referida e os definidos, uma quantidade específica. Quando no singular, operam a individuação de um membro do conjunto tomado em sua totalidade. Por outro lado, quantificadores não-numeradores determinando núcleos nominais na forma singular, que ocorrem tipicamente com nomes não-contáveis, operam uma conversão, sintaticamente determinada, nos nomes contáveis, que passam, assim, a referir grandezas não-discretas, tomadas como um todo amorfo. Generalizando um pouco, é possível afirmar, então, que a contabilidade nominal tem, em português, determinação morfológica, sintática e lexical.

Retomando as definições nocionais de Langacker, discutidas no item 2, é importante observar aqui que elas se aplicam aos nomes, no nível do núcleo lexical, não ao SN como um todo. Definições puramente nocionais de subcategorias nominais, com base na contabilidade, se consideradas, como devem ser, no nível puramente lexical, necessitam ser formalizadas, primeiramente, a partir de um recorte entre nomes e nominais (SNs). Essa distinção foi cuidadosamente estabelecida por Lyons (1978), a partir de duas propriedades fundamentais da categoria dos nomes, a de denotação e a de referência: nomes têm denotação, enquanto (sintagmas) nominais têm referência. A referência é uma relação dos nomes vinculada ao enunciado e não se aplica aos lexemas como tais, mas às classes de expressão nominais. Já a denotação, como uma relação aplicada aos lexemas, se mantém independentemente das ocasiões particulares de enunciação.

Conseqüentemente, ainda que um nome como *água* tenha como perfil uma substância de expansão espacial indefinida, vai depender de outros fatores a sobrevivência dessa ausência de fronteira, no nível do SN (Langacker, 1987, p.64). Quando nada no contexto lingüístico ou situacional sugere quaisquer limitações na extensão da massa designada, o resultado é uma construção genérica, quantitativamente neutra. Mais comumente, porém, o SN designa um volume limitado da substância. Essa interpretação pode ser imposta por quantificadores (*muita água*), por determinantes definidos (*essa água*), por modificadores (*a água do lago*) ou por considerações pragmáticas. Pode haver, ainda, uma forma de numerador, como em *essas duas águas*, que quantifica, ainda, no nível do SN, diferentes tipos da substância.

Assim, no nível lexical, *carneiro* e *carneiros* são duas formas do lexema *carneiro*, já que pertencem à mesma classe formal em virtude de equivalência sintática: são intercambiáveis nas mesmas posições estruturais. O que garante a dupla interpretação de (1) no nível lexical? Há, na verdade, duas instâncias do lexema *carneiro*. No nível do enunciado, SNs e nomes pertencem à mesma classe de expressão, considerando o mesmo critério de equivalência formal, mas podem apresentar referência diferente.⁷ O lexema *carneiro* poderia figurar como *aquele carneiro*, *o carneiro*, *dois carneiros* etc., no SN, cada qual com uma referência particular,

⁷ Consideram-se aqui as distinções entre *classe formal*, *classe de expressão* e, daí, as séries correlativas *nome*, *forma de nome* e *nominais*, estabelecidas por Lyons (1978).

e, nesse caso específico, resolve-se a marcação de contabilidade mediante conversão subcategorial. Por essa mesma razão, um nome como *bolo* pode ser mencionado em sua subcategoria contável ou, mediante conversão, em sua subcategoria não-contável, sendo ambas as ocorrências na forma de um SN singular, indefinido como (27a), e no escopo de um numerador, como (27b).

- (27) a. "Maria costuma faltar-se de *bolo* nos aniversários."
b. "Maria mandou fazer *um bolo* para festejar seu aniversário."

Nomes, como *carro*, que merecem, por intuição, uma entrada lexical na categoria dos contáveis e, como tal, se comportam em (28b), apresentam comportamento sintático similar a *bolo*, conforme se observa em (28a).

- (28) a. "A Polícia Rodoviária está cheia de *carro amassado* aguardando reciclagem."
b. "O trânsito ficou engarrafado por causa de *um carro batido* na esquina."

Observem-se outros casos similares em (29) e (30).

- (29) a. "Não há *lugar* para todo mundo à mesa."
b. "Achei *um lugar* para sentar em frente ao palco."

- (30) a. "Ela acha nojento *barata amassada*."
b. "Ela varreu *uma barata amassada* na porta da frente."

Como ficou demonstrado, a contabilidade, no português, é uma propriedade semântica dos nomes, lexicalmente definida, que pode ser mantida no nível relacional ou, mediante processos sintáticos de conversão subcategorial, ser alterada. Como esses processos são extremamente produtivos, é possível atribuir ao nível sintagmático a decisão de marcar essa propriedade, como o faz Allan (1980). Há, entretanto, ocorrências de SNs no singular, sem qualquer determinação por quantificador, como em (31), sem qualquer marca visível da propriedade [+/- contável]; não obstante, é indubitável que *carro* é contável e, *claridade*, não-contável.

- (31) João ficou no *carro* porque a *claridade* machucava seus olhos.

Os dados analisados do português indicam haver diferenças semânticas nítidas, de base ontológica, entre os lexemas, que identificam grandezas discretas e grandezas não-discretas. Parece mais adequado, por isso, separar os nomes em subcategorias lexicais com base no uso não-marcado e, então, assumir, com Dik (1989), que podem transformar-se em outras subcategorias mediante processos de conversão subcategorial, morfológica e/ou sintaticamente determinados.

Desse modo, nomes lexicalmente contáveis ou não-contáveis que tenham idêntica manifestação no nível do SN configuram formas não-marcadas; esses casos constituem a maioria das ocorrências. Quando, por outro lado, não houver correspondência entre os níveis lexical e morfossintático, as ocorrências constituem formas marcadas; são esses os casos de conversão subcategorial.

Nomes lexicalmente contáveis, como *mulher*, num sintagma como *aquelas duas mulheres*, configuram um caso não-marcado de contabilidade e, num sintagma como *muita mulher*, um caso marcado, já que o nome refere uma substância internamente homogênea e que pode ser indefinidamente expandida ou contraída, à semelhança de nomes lexicalmente massivos, como *água*, ou coletivos, como *gado*

Nomes lexicalmente não-contáveis, como *leite*, num sintagma como *muito leite*, manifestam um caso de contabilidade não-marcada e, num sintagma como *aqueles dois leites*, um caso de contabilidade marcada, em que número e quantificação indicam instâncias discretas, porém, diferentemente dos nomes contáveis, não da substância em si, mas de espécie/tipo ou de medida

O recurso que o português dispõe para mensurar grandezas não-discretas é o emprego de uma espécie de construção classificadora de medida, mediante nomes partitivos genéricos, como *um pouco*, *um pedaço*, *um saco* + *SPrep*, nomes partitivos típicos, apropriados à natureza do nome não-contável em questão *um grão de feijão*, *uma barra de chocolate*, *uma folha de papel* etc, nomes partitivos de medida, que relacionam quantidades precisas, denotando comprimento, área, volume e peso (Quirk et al, 1985), como em *um metro de tecido*, *um hectare de terra*, *um litro de vinho*, *um quilo de feijão*

Um ponto derradeiro para acrescentar é que o modo de definição dessas propriedades subcategoriais tem muito a ver com a própria definição categorial do nome. A variabilidade das propriedades do nome, ao longo da dimensão discursiva, sugere que, segundo Hopper & Thompson (1984), o fato de um lexema denotar uma entidade visível não é critério crucial para identificá-lo com um nome prototípico, e sim o fato de ele exercer um certo papel no discurso em que figura. Desse modo, a prototipicidade do nome é função do grau em que uma dada forma serve para introduzir um participante no discurso. Nessa função discursiva, o nome manifesta o conjunto mais completo possível de atributos característicos, como especificação, determinação, quantificação, modificação, exercendo, assim, uma de suas funções categoriais, a referenciadora. É ocioso dizer que essa função é decisiva para a indicação de propriedades subcategoriais, especialmente as que distinguem nomes contáveis de não-contáveis

CAMACHO, R. G., PEZATTI, E. G. Countable and uncountable nouns. *Alfa (São Paulo)*, v 40, p 59-74, 1996

- **ABSTRACT** *At issue in this paper are the grammatical possibilities of countable and uncountable categorization of the nouns in spoken Brazilian Portuguese at lexical and relational meaning levels. The data analysed show that, on an ontological basis, there are sharp semantic distinctions among lexemes through which it is possible to identify discrete and non-discrete entities. The conclusion is that it is more suitable to separate nouns into lexical subcategories, based on the unmarked usage and to postulate that they may be converted into another subcategories by means of morphologically and/or syntactically determined subcategorical conversion processes.*
- **KEYWORDS** *Nominal countability, countable noun, uncountable noun, quantification, number*

Referências bibliográficas

- ALLAN, K. Classifiers. *Language*, v.53, p.285-311, 1977.
- _____. Nouns and countability. *Language*, v.56, n.3, p.541-67, 1980.
- BUNT, H. C. Ensembles and the formal semantic properties of mass terms. In: PELLETIER, F. J. (Org.) *Mass Terms: Some Philosophical Problems*. Dordrecht: Reidel, 1979.
- CÂMARA JUNIOR, J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- CASTILHO, A. T. de, PRETI, D. (Org.) *A linguagem falada culta na Cidade de São Paulo: materiais para seu estudo*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987. v.2.
- CHOMSKY, N. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge: MIT Press, 1965.
- DIK, S. *The Theory of Functional Grammar*. Dordrecht: Foris, 1989.
- HOPPER, P. J., THOMPSON, S. A. The discourse basis for lexical categories in universal grammar. *Language*, v.60, n.4, p.703-52, 1984.
- JESPERSEN, O. *Essentials of English Grammar*. London: Allen & Unwin, 1933.
- KATO, M. (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas: FAPESP/Ed. da Unicamp, 1996. v.5.
- LANGACKER, R. W. Nouns and verbs. *Language*, v.63, n.1, p.53-94, 1987.
- LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978. 2v.
- McCAWLEY, J. D. Lexicography and the count-mass distinction. *BLS*, v.1, p.314-21, 1975.
- MIRA MATEUS, M. H. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 1983.
- NEVES, M. H. M. O substantivo (ou nome) comum. SEMINÁRIO DO PROJETO GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS FALADO, 7, 1993, Campos do Jordão.
- QUIRK, R. et al. *A Comprehensive Grammar of the English Language*. London: Longman, 1985.

ESTRUTURAS SEMÂNTICAS NO LÉXICO DO FUTEBOL

Nildemir Ferreira de CARVALHO¹

- RESUMO: O estudo se propõe a esclarecer os mecanismos responsáveis pela organização semântica do léxico do futebol. Apóia-se na teoria semântica estruturalista (Greimas, Pottier). Como primeiro passo, delimita-se a área do trabalho e a escolha recai no domínio lexical definido pelo núcleo CAMPO-JOGO-TIME. Discutem-se, também, os conceitos próprios da linguagem futebolística (espaço-posição-função). O confronto dos dados leva a identificar e a descrever quatro processos lexicais coesivos. O mais significativo é o da *especialidade específica*, não só por mobilizar a maioria das lexias, mas ainda por gerar *sinestésias e conotações* – o segundo processo lexical em importância.
- PALAVRAS-CHAVE: Campo semântico; espacialidade; análise sêmica; eixo da função-posição-movimento; mecanismos lexicais coesivos.

1 Introdução

No curso deste artigo nos preocuparemos em elucidar a estrutura do léxico do futebol – se é que ela existe – de um ponto de vista semântico e global. Mas de onde partir? São bem conhecidas as dificuldades que se oferecem àqueles que se dispõem a trabalhar com um determinado léxico. Em primeiro lugar, os linguistas não cansam de advertir que os lexemas resistem com vigor a uma sistematização rígida, tendo em vista pertencerem a um inventário *aberto* (ou ilimitado), em constante mudança. Por outro lado, o fato de um léxico representar certo domínio da realidade (futebol, por exemplo) determina que a significação de cada unidade lexical depende necessariamente desse contexto extralingüístico específico. Tal contextualização implica uma dificuldade a mais: discernir as novas categorias semânticas que os lexemas adquirem nessa estrutura de léxico particular.

Mas o maior obstáculo deve ser procurado na própria escassez de estudos lexicológicos no Brasil que investiguem a *estrutura semântica global* dos vocabulários. Não há uma tradição metodológica nessa área, testada na prática, que oriente

1 Professor aposentado do Departamento de Letras Vernáculas – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP.

os caminhos. Aliás, nos últimos anos, os lexicólogos têm-se voltado preferencialmente para certos aspectos fragmentários ou genéricos do léxico: neologismos, condições de produção e produtividade de derivados, frequência lexical, teona lexical etc. Apenas alguns raros trabalhos focalizam o léxico como um todo, entre eles Palharini (1995, p. 111 ss.), que faz o estudo preliminar do léxico dos apanhadores de laranja, Costa (1989, p. 199-245), que analisa o léxico de *profissões e ofícios*. Nenhum destes, entretanto, chega a identificar ou discutir a organização semântica dos seus respectivos léxicos. Costa, por exemplo, se limita a classificar os lexemas em categorias lógico-conceptuais predeterminadas, a expor sua frequência e suas definições depois de distribuí-los em classes de palavras (substantivo, adjetivo, verbo etc.).

Assim, preferimos ir buscar orientação metodológica nos mestres estruturalistas. Com base na idéia saussureana de língua como "sistema de relações" ou "de unidades interdependentes", estes linguistas desenvolveram a noção de *campo semântico*, que serve como um método de abordagem dos vocabulários.² O primeiro a utilizar essa noção foi Trier (1931, apud Ullmann, 1977, p. 20 ss.), autor de um estudo sobre a distribuição semântica dos termos que designam "conhecimento" em alemão. Outros linguistas estudaram as cores, as relações de parentesco, as experiências religiosas e místicas etc. que, segundo Ullmann, são setores da realidade altamente integrados e não oferecem dificuldade à organização semântico-lexical. Em todos estes casos, o campo semântico se refere a um determinado domínio ou esfera da realidade. Já Baldinger (1970, p. 35 ss., 115 ss.) propõe um campo semântico (ou lexical) constituído de dois outros: *campo semasiológico* ou das significações, que parte de um determinado lexema para identificar suas significações (ou sua *polissemia*), e *campo onomasiológico* ou das designações, que parte de um determinado conceito para descobrir os lexemas que o exprimem (ou sua sinonímia). Trata-se de um enfoque puramente linguístico, que pode ajudar, mas não exaure, a organização semântica de um léxico. A nosso ver a proposta mais bem formulada de campo semântico foi apresentada por Pottier (1963), na qual ele faz a análise sêmica dos termos que designam *assento* em francês. O êxito de seu trabalho está em ter levantado um conjunto pequeno e homogêneo de lexemas (cinco substantivos) e os ter analisado usando seis características semânticas (*semas*). Isso lhe permitiu verificar o que tenham em comum e as suas diferenças especiais.

Esse balanço das principais contribuições para a abordagem do léxico deve encerrar-se com a menção aos estudos específicos sobre o futebol produzidos no Brasil. Infelizmente, apesar da sua importância como fenômeno sociocultural, só pudemos localizar algumas referências circunstanciais de jornalistas e apenas uma monografia, a de Fernández (1974, 143p.), que trata de diversos aspectos da linguagem futebolística (em relação com a imprensa). O léxico também é focalizado aqui,

2 O conceito de "campo semântico" vem resenhado e discutido por Borba, 1969, p. 41-7; Ullmann, 1977, p. 20, 22, 493-539; Marcellesi, 1977, p. 191-2. O de língua como sistema é introduzido em Saussure, 1969, p. 31-2, e comentado por Dubois et al., 1973, p. 276 ss., s.v. *langue*.

mas de um ângulo bem formal: os lexemas são antes derivados, compostos, empréstimos, do que signos representando uma dada realidade.

Ao escolhermos o presente tema, estabelecemos como objetivos identificar a organização semântica do léxico do futebol e analisar os fatores que respondem por ela. O que nos levou a esta escolha foi pensar no valor que o brasileiro atribui ao futebol. Assim, quisemos contribuir para que seja cada vez mais conhecido, ou desvendado, como objeto do saber.

No desenvolvimento deste estudo não contaremos com as mesmas facilidades de Pottier (léxico pequeno e homogêneo), uma vez que os lexemas do futebol são numerosos e se multiplicam em novas combinações. Por isso, a primeira providência que tomaremos será delimitar a nossa área de trabalho.

O léxico futebolístico se apresenta de forma bastante complexa; constitui-se, na realidade, por diversos domínios semânticos que se interpenetram, cada um gerando os seus próprios termos, mas também partilhando com os outros a sua significação. Eis alguns:

(1)

I CAMPO	IV BOLA	VII ARBITRAGEM	X LOTERIA ESPORTIVA
II JOGO	V TORNEIO	VIII DIREÇÃO	
III TIME	VI TORCIDA	IX CRÔNICA ESPORTIVA	

Observe-se como a cada domínio se associam termos privativos:

(2)

I CAMPO	II JOGO (tempo)	III TIME	IV BOLA
1 estádio	1 preliminar	1 clube	1 esfera
2 linha de fundo	2 primeira etapa	2 técnico	2 redonda
3 pequena área	3 fase complementar	3 zagueiro	3 menina
4 círculo central	4 prorrogação	4 médio esquerdo	4 pelota
5 Mineirão	5 noturno	5 centroavante	5 balão
V TORNEIO	VI TORCIDA	VII ARBITRAGEM	VIII DIREÇÃO
1 clássico	1 vaia	1 juiz	1 dirigente
2 quadrangular	2 invadir o campo	2 bandeirinha	2 cartola
3 melhor de três	3 torcer	3 urubu	3 interferir
4 campeonato	4 sofrer	4 ladrão	4 supervisor
5 turno	5 corintiano	5 cartão	5 federação
IX CRÔNICA ESPORTIVA		X LOTERIA ESPORTIVA	
1 comentarista	4 irradiar	1 dica	4 loteca
2 locutor esportivo	5 cadeia verde-amarela	2 zebra	5 coluna um/dois/ do meio
3 bilance		3 palpite	

Na verdade, porém, tais domínios não são de caráter estanque: a privacidade é enganosa. Dependendo do ponto de vista adotado, as inevitáveis *associações* e implicações mútuas vão se manifestar. *Jogo* (II), por exemplo, se relaciona com *torneio* (V), se o enfoque disser respeito a “disputa, campeonato”. O mesmo acontece com *time* (III) e *direção* (VIII), num contexto como: “O presidente da CBF é quem escala a equipe”. E aqui aparece uma propriedade básica de todo léxico: o ser um *continuum*, ou projeção de uma certa realidade. Não é demarcado por si; sua delimitação envolve necessariamente a vontade de um observador.

Por isso é que, dentre os vários domínios, decidimos trabalhar com alguns elementos-reduzidos, que se concentram em torno do eixo CAMPO-JOGO-TIME, justamente os que implicam o aspecto mais relevante do léxico do futebol. Trata-se de um eixo que definiremos como *espácio-dinâmico*, pois nele as noções de espacialidade e movimento adquirem importância vital, não só constituindo a própria substância semântico-lexical, mas ainda impondo a escolha de palavras.

Quanto aos fundamentos teóricos, aproveitamos, sobretudo, os estruturalistas franceses. Em primeiro lugar, servimo-nos do conceito de *espacialidade* formulado por Greimas (1966, p.31 ss.). No geral, quando foi possível, seguimos a orientação conceitual e metodológica da teoria semântica e lexical de B. Pottier, em especial os conceitos de *sema*, *semema*, *lexia*, e a aplicação de certos mecanismos semânticos (sinestésias, conotações, esquemas gramaticais) na análise dos dados do *corpus*. A teoria pottieriana em questão vem configurada nestas obras e passagens: 1968a, p.99 ss.; 1968b, p.65 ss.; 1977, p.21 ss.

Desnecessário dizer que a noção de *campo semântico* anima todo o trabalho, embora não seja o termo citado explicitamente. Trata-se de um conceito complexo, resultado que é de uma longa evolução, iniciada nos primeiros tempos do estruturalismo, a partir de J. Trier (1931, apud Ullmann, 1977, p.20 ss.). Para nós, campo semântico corresponde à idéia de “organização semântica do léxico”; é articulado, isto é, formado ou construído pelo entrelaçamento de categorias semânticas/lexemas; refere-se necessariamente a um certo domínio da realidade. Se o leitor quiser recapitular o desenvolvimento do conceito, deve consultar os itens bibliográficos indicados na nota 2. Finalmente, para o esclarecimento de alguns termos e noções importantes vinculados ao futebol, compulsamos o *Dicionário ilustrado do futebol* – (Placar, 1972) e o *Futebol no bolso*, compilado por Chargel et al. (1966).

Em relação ao *corpus*, fonte dos exemplos e ocorrências que manipulamos, dizemos, primeiramente, que nunca pretendemos fazer um levantamento ou análise exaustiva (estatística), mas sim análise semântica. Por isso, escolhemos um *corpus* representativo, ainda que pouco numeroso, formado por jornais e revistas publicados à época da última copa mundial de futebol, ganha pelo Brasil (período de abril a julho de 1994).

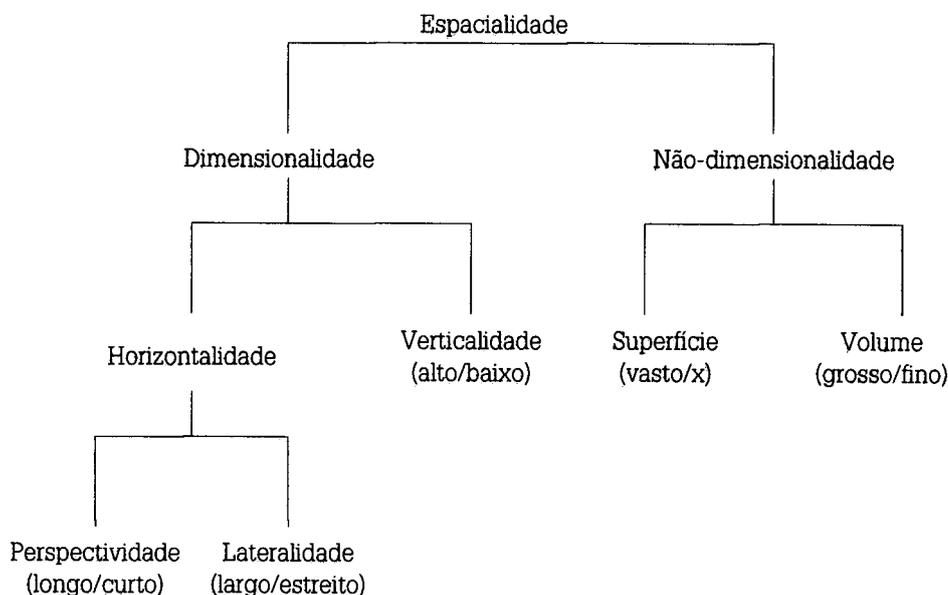
Aqui não poderemos fugir à consideração de certas noções alheias à língua em si, mas que condicionam a visão humana, responsável pela seleção vocabular e fonte geradora das palavras. O item dois (2) focalizará, de preferência, essas noções tidas

como não lingüísticas, o que não nos impedirá, entretanto, de ligá-las a conseqüências semântico-lexicais.

2 O espaço

É noção vital no futebol; o jogo se desenrola num espaço delimitado (o campo), que condiciona a experiência e a visão humana. Não se podem ignorar as conseqüências da sua incidência no léxico. Este se forma e se organiza mais ou menos sob uma perspectiva espacial. A espacialidade, segundo Greimas, implica a noção de um "sistema sêmico de quantidade relativa" (1966, p.31 ss.), ou seja, um conjunto de semas espaciais que se relacionam em articulações binárias sucessivas, como se vê no esquema da p.33, reproduzido aqui em português:

(3)



Greimas apresenta aí traços semânticos espaciais que obedecem a um critério hierárquico (do menos inclusivo ou genérico para o mais inclusivo ou específico), aumentando, portanto, sua complexidade à medida que se vai de cima para baixo na leitura do diagrama. Semas espaciais, representantes desses vários aspectos, garantem a possibilidade de uma estruturação do léxico em estudo. Incidem, com freqüência apreciável, sobre as mais diversas classes de palavras (lexias). Exem-

plificaremos cada caso (de sema espacial) sem nos prendermos à hierarquia rígida citada anteriormente

(4)

(Espacialidade)	"dentro e fora do campo" "O time não <i>corre</i> " "É um ponteiro <i>lento</i> " "Pequena <i>área</i> "
(Dimensionalidade)	"tiro <i>longo</i> " " — <i>curto</i> " "Alongou um passe"
(Horizontalidade)	"bola <i>rasteira</i> " "Joga com a esfera no <i>chão</i> " "O time <i>corre pouco</i> "
(Lateralidade)	"Apertou a defensiva inimiga" "O lateral Jorginho <i>encantou</i> o adversário junto à marca do córner" "A seleção brasileira <i>estreitou</i> o cerco" "Deixou um espaço bem <i>largo</i> para a bola passar"
(Verticalidade)	"bola <i>alta</i> " " <i>levantou</i> o pé demais"
(Volume)	"Abriu uma <i>brecha</i> na defesa contrária" " <i>Fechou-se</i> na retaguarda" " <i>Retranca</i> " "Oferecia uma barreira <i>compacta</i> "

Embora não exclusiva, a noção de espacialidade responde por uma parcela (a fundamental) do léxico futebolístico. Uma tentativa de organização minuciosa desse léxico teria que levar em conta a referência espacial.

2.1 A repartição do espaço

Sendo o espaço um dos elementos fundamentais do futebol (o outro é o jogador), impõe à visão humana a sua natureza quantificável: contínuo, ele domina; descontínuo, é dominado. A preocupação em quantificar o campo (*ocupação do campo*) se manifesta desde os primeiros tempos do futebol (ver Chargel et al., 1966, p.149 ss.; e *Dicionário ilustrado do futebol – Placar*, 1972, p.102 ss.). As *designações*, genéricas ou específicas, que denotam essa intenção de repartir o espaço do campo se contam às dezenas. Exemplos:

(5)

1 ala	6 espaço	10 losango	14 quadrado	18 trecho
2 área	7 fundo	11 parte	15 retângulo	19 triângulo
3 canto	8 lateral	12 pedaço	16 setor	20 fundo
4 centro	9 linha	13 ponta (o)	17 terreno	21 zona
5 círculo				

A maioria destes termos combina entre si ou com outros, formando *lexias* compostas ou complexas. Exemplos:

(6)

1 ALA	2 ÁREA	3 CANTO	4 ESPAÇO	5 FUNDO	6 LINHA
- defensiva	pequena -	- direito	- vazio	linha de -	- defensiva
- avançada	grande -	etc.			- média
					- atacante
7 MARCA	8 QUADRADO	9 RETÂNGULO	10 SETOR		11 ZONA
- penal	- mágico	- de defesa	- defensivo/ de defesa		- de perigo
	etc.	- defensivo	- médio/de meio-campo		marcação por -
			- ofensivo/de ataque		

Os exemplos apresentados servem para mostrar a importância que tem no léxico futebolístico a noção de divisão do espaço. Fazemos notar que o contingente mais numeroso de *lexias* se prende aos três setores básicos da repartição espacial (defesa, setor médio e ataque), que abordaremos adiante.

2.2 Setores e posições

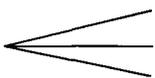
As posições ocupadas pelo jogador em campo estão intimamente relacionadas às noções de espacialidade e repartição do espaço (Chargel et al., 1966, p.47 ss. e passim). Lembramos que se trata de dados não lingüísticos, mas que condicionam a escolha dos *lexemas* e determinam a sua significação.

Em princípio, tais posições se definem e designam tomando como base as repartições fundamentais do campo. Num time, os jogadores que atuam no seu próprio campo, na área ou nas proximidades dela, constituem a *linha defensiva*, defesa ou retaguarda (goleiro, zagueiros ou beques). Os que jogam mais à frente de sua equipe, em contato com os adversários, e buscam o gol, compõem a *linha ofensiva*, avançada ou vanguarda (atacantes, dianteiros, avantes). Entre as duas, ligando-as, dispõe-se a linha média, intermediária ou meio-de-campo (médios, meio-campistas). Os jogadores pertencentes a cada linha recebem qualificações específicas de natureza espacial, de acordo com a faixa de terreno em que atuam (direita, esquerda, central, lateral). Por exemplo: médio direito, médio central (centromédio), médio esquerdo (o médio central se movimentava na faixa entre o médio direito e o esquerdo, no sentido do meio-campo para a área ou para o ataque).

Desde os primórdios do futebol no Brasil (1894) até a Copa de 50 (ganha pelo Uruguai), predominava o uso dos *termos ingleses* para designar as posições dos jogadores (Guia..., 1994, p.6). É fácil entender por que isso acontecia: o futebol tal qual o conhecemos hoje se constituiu na Inglaterra e de lá se espalhou pelo mundo (Chargel et al., 1966, p.3 ss.). Apenas não vingaram os termos *forward*, *outside(r)* e *inside(r)*, substituídos, respectivamente, pelas formas vernáculas *avante*, *extrema* e *meia*. Certamente, a escalação de um time se dava desta forma ou numa forma parecida a esta:

(7)

1 GOLEIRO *goalkeeper*³

(variantes)⁴  golquíper
quíper
golquipa

2 ZAGUEIROS *back* (= atrás, defensor)


direito (central) esquerdo

(variantes) beque, becão

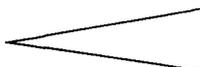
3 MÉDIOS *half (back)* (= defensor médio, médio)


direito center-half esquerdo

(variantes)  alfe
alfo
centralfe

4 ATACANTES *avantes* (inglês *forwards*)


extrema-direita (outside right) meia-direita (inside-right) center forward meia-esquerda (inside left) extrema-esquerda (outside left)

(variantes)  centerfor
centrefor (corruptela)

3 Cf. o quadro das posições do futebol (em inglês) em *Michaelis*, 1971, v.1, p.420, F5.

4 Para conferir as formas variantes, consulte o *Dicionário ilustrado do futebol* - Placar, 1972, e Ferreira, 1986.

Não se sabe desde quando (pois ainda está por se fazer a história dos termos do futebol, certamente documentada na crônica esportiva, falada e escrita de várias épocas), mas aconteceu que muitos termos ingleses entraram em desuso, começaram a ser substituídos por formações vernáculas e/ou por empréstimos do espanhol (sobretudo). Assim é que, na defesa, *golquiper* (e variantes) deu lugar a *goleiro* (de formação vernácula), *arqueiro* (do espanhol *arquero*), guarda-valas e guarda-metas. Na linha intermediária, os *halfs* se transformaram em *médios*: médio direito (em lugar de *half direito*), médio esquerdo (por *half esquerdo*), médio central ou centromédio (por *center half*). No setor ofensivo, descarta-se *center forward* (*centerfor*) em proveito de *centroavante*, que é sua tradução literal.

E os *backs*? Vejamos o que se deu com eles. Após a Copa de 50 (perdida pelo Brasil), mudanças significativas atingiram os sistemas táticos e a terminologia de posições associada a eles. Ao se adotar no país o esquema 4-2-4 e sua variante 4-3-3, usados nas Copas de 54, 58 e 62, introduziu-se um quarto defensor chamado *quarto zagueiro* (do espanhol *zaga*: “retaguarda, “defesa”).⁵ Até então a última retaguarda dos times brasileiros só contava com dois *backs* (um central e outro lateral – marcador de extrema ou ponta) e mais um *médio* ou *half lateral* (direito ou esquerdo), que recuava para ajudar os *backs* e marcava o outro extrema adversário. Com o novo esquema tático o segundo médio ou *half lateral* recua da linha intermediária para assumir posição à esquerda do *back central*, com o nome indicado acima (quarto zagueiro). A partir daí o termo *zagueiro* concorre com *back* e acaba se generalizando para os quatro defensores: *zagueiro lateral*, ou simplesmente *lateral*; *zagueiro central*; *quarto zagueiro*.

No setor de ataque também se processa uma mudança importante, que afeta o meio-de-campo: um dos *meias* (atacantes), o que joga atrasado, passa a compor o meio-campo com o *centromédio* ou *center half*, o único a sobrar da linha média. Trocam de nomes, assumindo designações funcionais (*meia-armador* e *médio volante*, respectivamente), de que trataremos adiante. Outra inovação aqui se refere à substituição de *extrema* (direita, esquerda) por *ponta* (ponteiro), termo mais adequado à idéia de “atacante”. Na variante 4-3-3, outro atacante (um dos pontas) retrocede para ajudar o meio-de-campo (Zagalo, na Copa de 62).

Tantas inovações táticas implicavam que os nomes antigos já não conseguiam expressar as novas funções. Por isso, novos termos, mais apropriados, surgiram e se impuseram – seja qual tenha sido a sua origem (vernácula ou por empréstimo). Os mencionados termos antigos perdem a força, mas é preciso frisar que sobrevivem como *variantes estilísticas* na pena (e na voz) de muitos cronistas esportivos. Sobre a linha média, gostaria de esclarecer um ponto. Os *halfs*, já faz algum tempo, caíram em desuso e se tornaram *médios*. Nos novos esquemas táticos, a linha média, como

5 Para esclarecer-se sobre a evolução dos sistemas táticos no futebol, consulte Placar, 1972, p.6-7; e Chargel et al., 1966, p.73 ss.

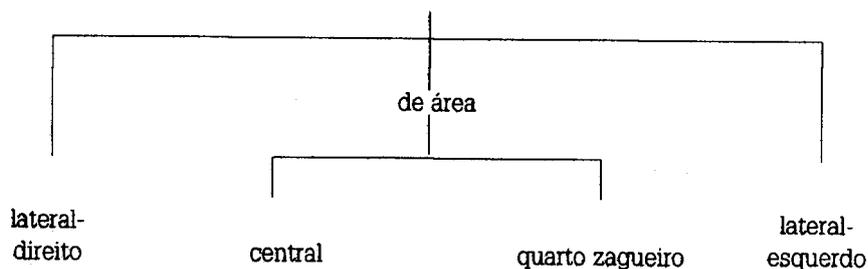
tal, desaparece, mas o termo *médio* se mantém como suporte de lexias indicadoras de funções (por exemplo, *médio volante*) ou para se referir à antiga linha média.

De todas essas mudanças resulta o quadro de posições esquematizado em (8):

(8)

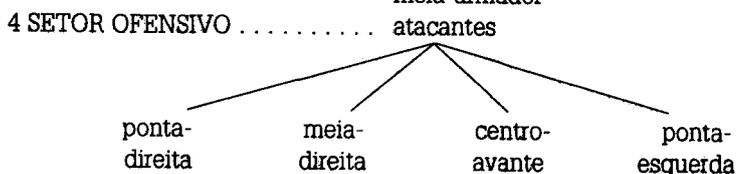
1 GOL goleiro
 variantes arqueiro golquiper
 guardião quíper
 guarda-meta golquipa
 guarda-rede(s)
 guarda-vala(s)

2 ZAGA zagueiros



variantes zagueiro direito beque
 zagueiro esquerdo

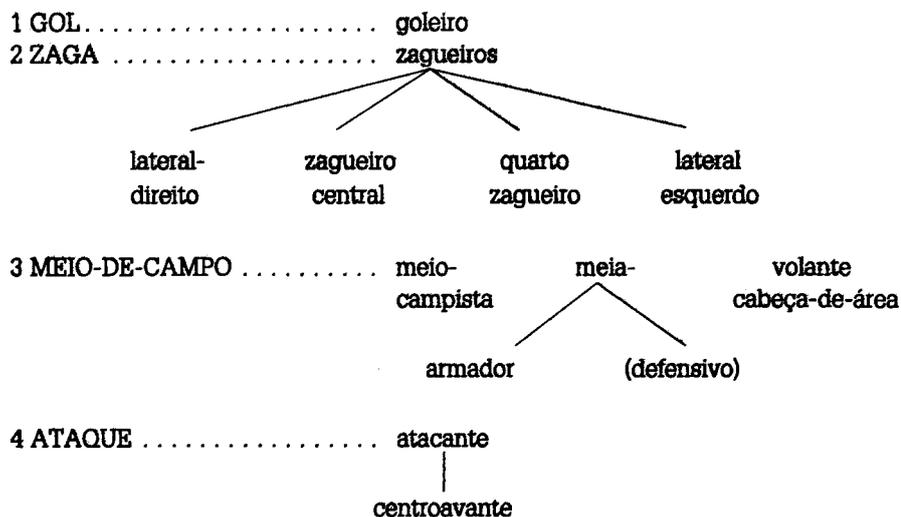
3 MEIO-CAMPO médio volante⁶ (médio...)
 meia-armador



variantes avantes
 dianteiros
 ponteiro (direito/esquerdo)
 extrema (direita/esquerda)
 centerfor (centerfor)

⁶ De acordo com Placar, 1972, *volante* vem do espanhol; refere-se ao médio ou meio-campista que não tem posição fixa: ajuda a defesa e também apóia o ataque. É o antigo *centromédio* ou *center half*.

No futebol moderno, o esquema das posições se torna cada vez mais simples, ao passo que se faz mais complexo o rol de *funções* que um time (como um todo) ou cada jogador pode desempenhar em campo. Na ocasião da Copa de 94, encontramos nos textos sobre a seleção brasileira (que jogou no esquema 4-4-2) as seguintes posições de jogo:



São poucas as posições no conjunto, mas no meio-de-campo se insinuam as inevitáveis funções: *meia-armador* (distribui a bola para os atacantes), *meia-defensivo*, *volante* (meia que ajuda a defesa e apóia o ataque), *cabeça-de-área* (meia que se coloca à frente dos zagueiros na área para dar mais proteção à defesa). Na próxima seção trataremos especificamente delas.

2.3 Funções

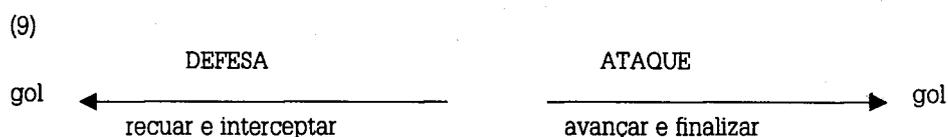
No mundo moderno, “o esporte das multidões” tem sofrido apreciáveis modificações no aspecto tático. O desacordo entre posição *espacial* – atuação do jogador numa determinada faixa do campo (lateral-direito, centroavante etc.) – e posição *funcional*, ação que o jogador executa dentro do campo, independentemente do lugar onde esteja lá (médio *volante*, *meia-armador*), se manifesta de modo claro no léxico futebolístico. A primazia da função sobre o lugar vem tornando obsoletos alguns termos e fazendo surgir outros mais ajustados. Nesse vocabulário convivem os nomes representantes das duas tendências, fato que explica a existência de pa-

rassinônimos e variantes contextuais. Por exemplo: meia-direita vs. meia-defensivo (= posição vs. função).

Embora a noção de posição venha cedendo lugar à noção de função na escolha e formação de novas palavras, sua influência se mantém no que toca aos setores ou posições básicas (retaguarda, meio, frente). Em tais setores, a força da noção de espaço continua viva, até mesmo incorporando ao vocabulário futebolístico muitas lexias compostas ou complexas. Constituem, por assim dizer, *centros de geração lexical* (por exemplo, "lá na frente", "lá atrás", "no meio", "recuado", "adiantado").

Na verdade, o futebol define-se como um jogo de "ocupação e aproveitamento de espaço". A noção de espaço inclui a de *movimento* (teoria da relatividade). Trata-se de uma visão da experiência que condiciona a seleção lexical. O deslocamento do elemento humano no espaço surge, então, como um conceito importante na fixação do vocabulário futebolístico. Em princípio, o jogador deve mover-se numa faixa de terreno que lhe é reservada ("guardar posição"). O movimento no espaço traz consigo uma outra noção: a *direção*. Do movimentar-se em tal ou qual direção decorrem as suas funções no gramado, que podem ser *gerais* (as do time como um todo) ou *específicas* (aquelas que cada jogador executa em prol do time).

Um time (ou jogador) executa dois movimentos básicos. A sua retaguarda não ultrapassa o meio-de-campo; em geral, posta-se em seu campo. Quando os adversários se aproximam, ela se concentra em torno do gol (RECUA) e enfrenta o inimigo (DÁ-LHE COMBATE). A sua vanguarda, por outro lado, caminha em direção à meta adversária (AVANÇA), procurando atingi-la. Assim, podemos dizer que, em princípio, há duas possibilidades de deslocamento: o *recuo* (que pressupõe o enfrentar) é associado à defesa; o *avanço*, ao ataque.

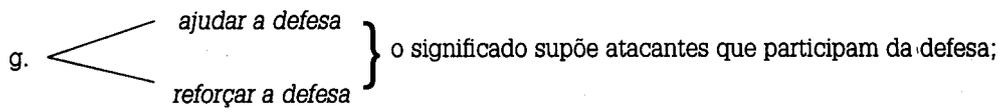


Essas duas funções (ligadas à direção do movimento) atuam como verdadeiros sememas de uma boa parte do léxico futebolístico: RECUAR (*recuar, retrair, voltar, vir* etc.); INTERCEPTAR (*dar combate, obstruir, desarmar, deter* etc.); ATACAR (*avançar, penetrar, entrar, furar, investir* etc.).

Mas o time é constituído de três seções: e o *setor médio*? Interessante notar que a base semântica das expressões referentes ao meio-de-campo, à linha média, revela o plano da experiência. Os jogadores do meio-de-campo têm a incumbência de *defender e atacar*, de articular defesa e ataque. Essa dupla função se reflete em

muitas palavras, que ou trazem um semema correspondente (duplo) ou negam ou afirmam uma das funções supondo a outra. Eis algumas lexias que indicam funções específicas e manifestam a duplicidade:

(10)

- a. *ala*: lateral que atua também pelo meio-de-campo;
- b. *apoiador, médio de apoio*: auxilia o ataque, preocupando-se menos com a defesa, arma o ataque ou o municia;
- c. *cabeça-de-área*: volante que se posta à frente dos zagueiros para defender o centro da área ou que lhes dá cobertura nas proximidades dela;
- d. *meia-armador*: o que organiza ou distribui as jogadas de ataque (Gérson em 1970);
- e. *(médio)volante*: o que não tem posição fixa; vai ao ataque mas exerce função mais defensiva;
- f. *ponta-de-lança*: zagueiro ou meia que parte de trás com a bola dominada para invadir a área adversária e servir aos atacantes;
- g.  *ajudar a defesa*
reforçar a defesa } o significado supõe atacantes que participam da defesa;
- h. *municiar* (o ataque): o significado induz a pensar em defensor participando do ataque.

Os dados da experiência, como se percebe, motivam a substância semântica, mas ao mesmo tempo se vêem circunscritos, delimitados, pelos mecanismos lexicais da língua. A experiência é forçada a tomar uma fôrma radical dentro de uma forma lexical:

apoiar : < atacar \wedge defender >

3 Estruturas semântico-lexicais

Os elementos discutidos, a maioria de natureza não lingüística, foram colocados para assinalar alguns problemas que devemos enfrentar na organização lexical da linguagem do futebol. O nosso esforço agora se concentrará na tentativa de descobrir o que é coerente no léxico futebolístico, que organização é possível encontrar em tal vocabulário, de acordo com esses elementos analisados. Alguns dados lexicais já foram apontados anteriormente; procuraremos agora rerepresentá-los de forma mais sistemática.

3.1 Organização semântico-lexical segundo o eixo FUNÇÃO-POSIÇÃO-MOVIMENTO

Em outro item (2.3) já fizemos alusões à correspondência entre estes elementos. A sua conjugação pode ser um instrumento útil para levar a cabo a estruturação pretendida. Vejamos, em primeiro lugar, como se representa esta correspondência:

(11)

Função	Posição			Movimento		
	Atrás	No meio	Na frente	Para trás	Contra	Para frente
Defesa	+	+	-	+	+	-
Ataque	-	+	+	-	+	+

O presente quadro nos mostra que à função de DEFESA se associam, via de regra, os MOVIMENTOS de recuo/oposição e as POSIÇÕES posterior e média; à função de ATAQUE, por sua vez, ligam-se usualmente os movimentos de avanço/oposição e as posições anterior e média. Desta correspondência fundamental decorrem outras relações (posição-função-movimento etc.): a *posição média*, por exemplo, implica as funções de defesa/ataque e os movimentos de recuo/oposição/avanço.

Tal correspondência, que nasce da experiência, da visão humana, gera consequências no plano lexical. Não se trata, com efeito, de uma imitação, pois a língua não "copia" a experiência; é apenas motivada por ela. Reflete a experiência, mas de forma peculiar, que não coincide exatamente com o plano do real. Assim é que as relações apontadas no esquema citado aparecem como substância semântica de um bom número de palavras pertencentes ao vocabulário futebolístico. Fazem as vezes de *semas*, que se atualizam sob formas reveladoras de vários pontos de vista com respeito às relações assinaladas. Analisando a língua esportiva, notamos que, em virtude das íntimas relações entre função, posição, movimento, verifica-se a tendência de baralhar as três categorias. Em geral, permuta-se a função pela posição ou pelo movimento. Exemplos:

(12)

a. "Leonardo vai jogar atrás."

(Isto é, dentro do próprio campo, na defesa.)

Posição <posterior> em lugar da função <defesa>

b. "Hoje Bebeto não está voltando."

c. "Até Romário hoje está voltando para buscar bola."

(Ou seja, recuando até o meio-de-campo ou até a defesa para receber a bola ou ajudar os companheiros.)

Movimento para trás pela função defensiva.

Aproveitando os exemplos (12b,c), vamos introduzir um problema que merece ser bem esclarecido. O verbo voltar sugere retorno ao campo de origem, uma atitude defensiva. Como Bebeto e Romário são atacantes natos e se posicionam nor-

malmente à frente, buscando o gol, temos de admitir que a correspondência entre FUNÇÃO-POSIÇÃO-MOVIMENTO não se dá, na prática, com o rigor esperado. No caso em questão, o lexema *voltar* teria esta análise: POSIÇÃO <anterior> (parte da frente para trás), FUNÇÃO <defensiva>, MOVIMENTO <recuo> (retorno ao ponto de partida). E se o sujeito das frases fosse *lateral*? Por exemplo:

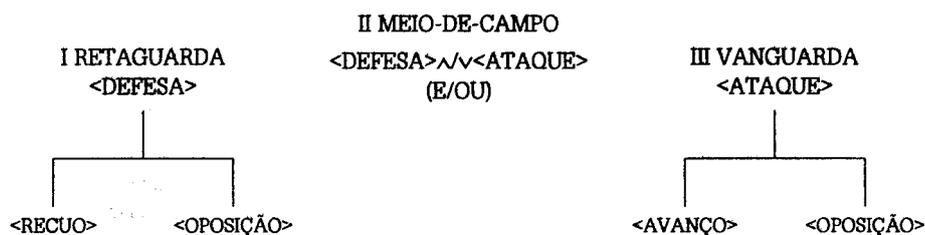
(13) "O lateral Jorginho não está voltando."

Entendemos que a análise deve ser a mesma, uma vez que as propriedades do lexema *lateral* não alteram a análise semântica de *voltar*. O primeiro supõe a posição <posterior>, pois como zagueiro o lateral sempre parte da defesa para o ataque, de trás para a frente. Já *voltar* significa recuar, mover-se da frente, do ataque, para o lugar de origem, para trás, para a defesa. Seu ponto de partida está na posição <anterior> ou <frente>. Existe aqui uma aparente contradição entre a posição <posterior> de *lateral* e a <anterior> de *voltar*. Se verdadeira, inviabilizaria a combinação frástica entre os dois termos. Mas o que acontece, realmente, é que *lateral*, como posição no futebol, implica duas funções (<defensiva> / <ofensiva>) e dois movimentos inversos (<para frente> / <para trás>). É comum dizer de um lateral que ele é *defensivo*, *recua* (volta), ou que é *ofensivo*, *avança* etc. A análise sêmica completa de *lateral* revela, assim, por que os dois lexemas de movimento inverso, *avançar* e *voltar*, são compatíveis com ele.

Agora, a título de exemplificação, procederemos à análise sêmica das lexias mais freqüentes da linguagem do futebol. Temos duas alternativas aqui. A primeira pressupõe a correspondência de (11) mas toma como ponto de referência inicial a posição ou cada uma das três repartições básicas do campo de jogo. No passo seguinte, identificam-se os semas próprios de cada setor, equivalentes às FUNÇÕES e aos MOVIMENTOS, e distribuem-se as lexias por eles. Quanto à segunda alternativa, esta também parte da correspondência entre posição-função-movimento. Entretanto, para garantir que combinações sêmicas inesperadas ou insólitas (como em *lateral* e *voltar*) recebam tratamento adequado, consideram-se as especificações das mencionadas categorias em correspondência como *semas livremente combináveis*, e não ligados a cada setor.

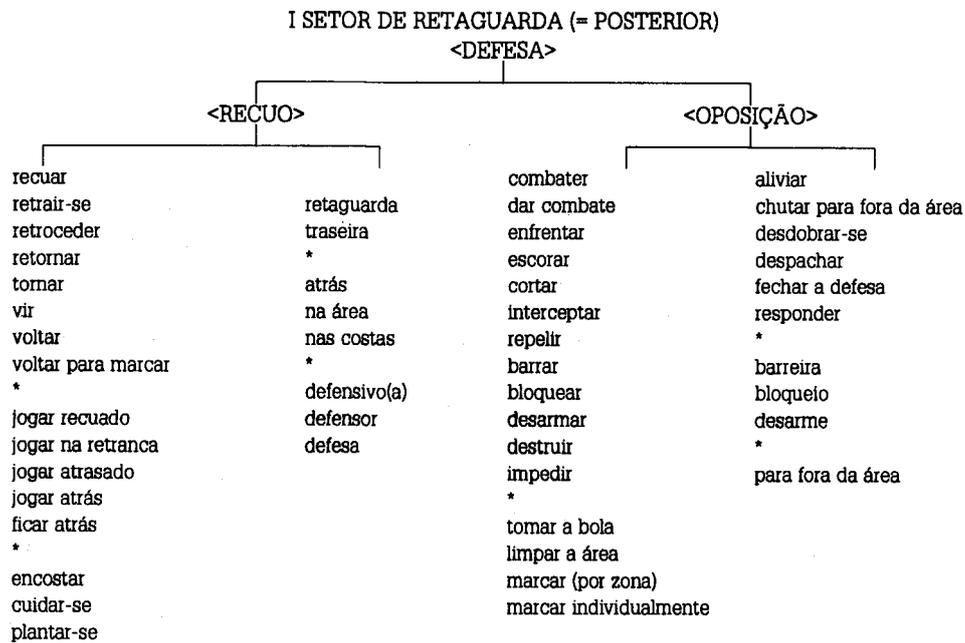
Com base no primeiro critério de análise, verificamos que no plano lexical cada setor de campo do futebol apresenta estas possibilidades sêmicas:

(14)

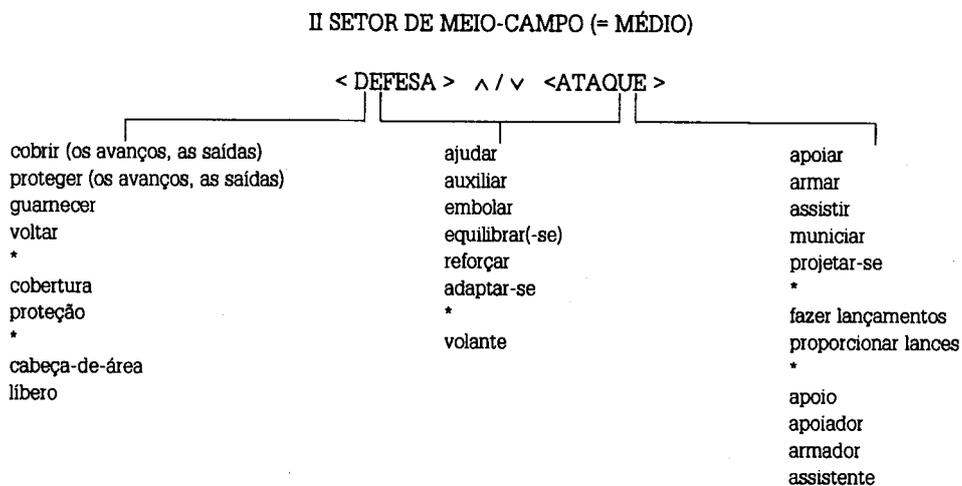


Em (15), (16) e (17) as colunas de lexias de cada setor refletem as características sêmicas indicadas anteriormente.

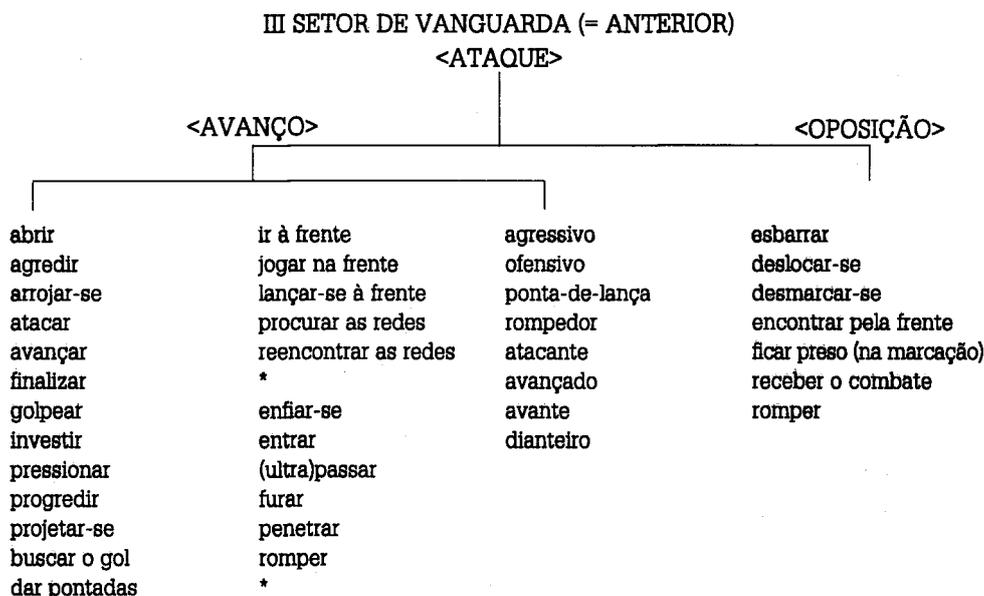
(15)



(16)



(17)



As listas (15), (16) e (17) são constituídas de lexemas indicadores de atividades ou funções próprias de cada setor do campo. Nelas notamos um mecanismo semântico: o semema I <defesa> contém dois semas (<recuo> e <oposição>) que, em geral, não se atualizam ou pelo menos não se evidenciam ao mesmo tempo; quando um se manifesta em dado lexema, o outro aí se enfraquece, embora não deixe de sugeri-lo. O semema complexo II (<defesa e/ou ataque>) se comporta de modo semelhante, mas com uma particularidade: a ele às vezes correspondem *arquilexemas*, que só se explicitam com o auxílio do contexto (ajudar a *defesa* vs. ajudar o *ataque*). Quanto ao semema III (<ataque>), que é portador de dois semas (<avanço> e <oposição>), percebemos que se atualiza, de preferência, como o primeiro sema; em alguns poucos lexemas (*esbarrar*, por exemplo), destaca-se o segundo sema (<oposição>), ainda que sugira também a perspectiva de <ataque>. Nota-se, finalmente, que a associação de <oposição> com <defesa> e com <ataque> produz efeitos diferentes: a <oposição de defesa> é ativa, enquanto na <oposição de ataque> é preciso incluir um resultado semêmico mais ou menos passivo. Estas combinações, na realidade, dão origem a um novo sema em cada caso (<oposição ativa> e <oposição passiva>).

Sobre as lexias que designam posições dos jogadores em campo e não figuram nas três relações acima (goleiro, lateral, zagueiro de área, centroavante etc.), em princípio, recebem a mesma análise sêmica atribuída ao respectivo setor (defesa, meio, ataque). Assim podemos dizer que *zagueiro*, incluído no setor defensivo, implica os semas <recuo> e <oposição>, componentes do semema I <defesa>. O mesmo, porém, não acontece com *lateral*, que engloba os semas <defesa> e <ataque>, conquanto pertença ao setor defensivo. No futebol moderno, é um fato bem conhecido que os laterais *defendem*, mas também *atacam* quando possível. Trata-se, porém, de uma

característica isolada, que não invalida a análise aplicada a (15). Contextualmente, isto é, no plano das ocorrências, pode haver aparente discrepância entre o lexema indicador de "posição do jogador" e o lexema verbal indicador de "função" ou "atividade":

(18) "O zagueiro central Aldair às vezes se projetava e finalizava com perigo."

Zagueiro, no plano paradigmático, fora de contexto, se analisa nestes semas: <posterior> ^ <defesa> v <recuo / oposição>. Quanto a *projetar-se* e *finalizar*, decompõem-se assim: anterior / média> ^ <ataque> ^ <avanço>. A incompatibilidade evidente entre as propriedades semânticas do primeiro termo com as dos últimos não se confirma no nível da frase (18), que é de sentido normal e coerente. Talvez se possa admitir aqui uma espécie de SUSPENSÃO SÊMICA: no plano das ocorrências, no contexto sociolinguístico, o lexema verbal *indicador de função (atividade) específica* neutraliza o semema do lexema indicador de *posição* e impõe a sua própria composição sêmica.

Os comentários que acabamos de fazer, e outros que introduzimos a propósito das frases (12) e (13), apóiam a necessidade de acolher, na condição de mais adequado, o segundo critério de análise sêmica apresentado anteriormente. Trata-se daquele que admite as especificações de *função-posição-movimento* como *semas de combinação livre*. Não sabemos se a sua adoção resolverá todos os casos de análise sêmica em qualquer nível (paradigmático ou contextual), mas acreditamos que a maioria se conformará a ele.

Os Quadros 1 e 2 de análise sêmica seguem a disposição gráfica sugerida em Greimas (1966, p.35); trazem como pontos de referência os *semas* (no sentido horizontal) e os *lexemas/lexias* (no vertical), estes numerados. O sinal + indica *presença* da característica semântica ou sema, o sinal -, *ausência* com valor disjuntivo ou opositivo. Se estiver no jogo sema positivo, mas atenuado, obscurecido ou *suspenso* pela predominância de outro positivo, no mesmo semema ou no contexto, representaremos tais situações por (+), isto é, *mais entre parênteses*. O asterisco (*) no Quadro 1 significa determinação contextual da análise.

(19)

Quadro 1 - Principais lexias do futebol - posições dos jogadores

Lexias \ Semas	Função		Posição			Movimento		
	Defensiva	Ofensiva	Posterior	Média	Anterior	Recuo	Oposição	Avanço
Goleiro	+	-	+	-	-	(+)	+	-
Zagueiro	+	-	+	-	-	(+)	+	-
Lateral	+	(+)	+	-	-	+	+	(+)
* Meia	+	(+)	+	(+)	-	+	+	-
Centroavante	-	+	-	-	+	-	-	+
** Ponta	+	+	-	+	(+)	+	+	(+)

* "O meia Mauro Silva ficou atrás, quase sem passar do meio-campo, cobrindo as avançadas dos laterais."

** "O ponta-esquerda brasileiro (Zinho), recuado para o meio-de-campo, combateu com garra e armou algumas jogadas."

(20)

Quadro 2 – Principais lexias do futebol – termos funcionais (verbos, adjetivos, advérbios, substantivos etc.)

Lexias	Semas			Função			Posição			Movimento	
	Defensiva	Ofensiva	Posterior	Média	Anterior	Recuo	Oposição	Avanço			
1 Recuar	+	-	-	-	+	+	-	-			
2 Voltar	+	-	-	-	+	+	-	-			
3 Jogar atrás(ado)	+	-	+	-	-	+	-	-			
4 Retaguarda	+	-	+	-	-	+	+	-			
5 Dar combate	+	-	+	+	-	+	+	-			
6 Bloquear	+	-	+	+	-	-	+	-			
7 Desarmar	+	-	+	+	-	-	+	-			
8 Marcar	+	-	+	+	-	-	+	-			
9 Fechar a defesa	+	-	+	-	-	+	+	-			
10 Barreira	+	-	+	-	-	-	+	-			
11 Cobrir	+	-	+	+	-	-	+	-			
12 Proteger	+	-	+	+	-	-	+	(+)			
13 Líbero	+	(+)	-	(+)	-	+	+	-			
14 Ajudar	+	-	-	+	-	+	+	-			
15 Embolar	+	-	-	+	-	-	+	+			
16 Apoiar	-	+	-	+	-	-	-	-			
17 Reforçar	+	-	-	-	+	-	+	+			
18 Arrumar	-	+	-	+	-	+	-	+			
19 Assistente	-	+	+	+	+	-	-	(+)			
20 Volante	+	(+)	-	+	-	-	+	+			
21 Avançar	-	+	-	+	+	+	-	+			
22 Jogar adiantado	-	+	-	(+)	+	-	-	+			
23 Jogar na frente	-	+	-	-	+	-	-	(+)			
24 Encontrar pela frente	-	+	-	(+)	+	-	+	+			
25 Progredir	-	+	-	+	+	-	-	+			
26 Projetar-se	-	+	-	+	+	-	-	+			
27 Agredir	-	+	-	-	+	-	-	+			
28 Pressionar	-	+	-	-	+	-	-	+			
29 Penetrar	-	+	-	+	+	-	-	+			
30 Ponta-de-lança	-	+	-	+	(+)	-	-	+			

Os Quadros 1 e 2 resumem as condições em que existem e operam os *semas predominantes, atenuados e suspensos* – definidos na apresentação destes quadros e revelados pela discussão em torno de (18). Vamos começar nossa interpretação sêmica pelo Quadro 1, mas antes admitamos que os *semas* são determinados *fora* ou *dentro* do contexto. O lexema *zagueiro* incorpora *semas* não-contextuais; trata-se, em princípio, de um jogador que só defende, não ataca; posta-se em seu campo nas proximidades da área; busca *principalmente* barrar ou desarmar o adversário (*sema* predominante). Tudo diferente de seu papel em (18), em que faz as vezes de atacante. Já no lexema *meia** alinham-se *semas* determinados contextualmente (ver frase*): defende mas renuncia a atacar (*sema* suspenso, pressuposto); embora jogador oriundo do meio-campo, agora se coloca na retaguarda como se fosse um zagueiro; substitui os laterais no trabalho de interceptação do adversário quando eles saem para atacar.

No Quadro 2 só há semas estruturais ou não contextuais. No entanto, a *natureza funcional* das lexias, isto é, o fato de exprimirem “atividades específicas”, contribui para que haja certa proximidade ou equivalência entre seus semas estruturais e contextuais. Poderíamos até dizer que para a maioria das lexias funcionais (verbos, principalmente) se *verifica igualdade de composição* sêmica nos dois casos. Variação contextual se justifica, sobretudo, com alguns poucos substantivos (assistente, líbero, volante). De acordo com o que está no Quadro 2, *volante* (lexia 21) sugere esta interpretação sêmica fora de contexto: defende-se mais do que ataca; posta-se no meio-de-campo ou à frente da zaga de seu time, perto da área; recua para ajudar a defesa; especializou-se em marcar/desarmar o adversário; raramente avança em direção ao gol. Na frase

(21) Os volantes Dunga e Mauro Silva davam combate pelo meio e ajudavam os laterais quando os alas russos eram acionados.

a lexia *volante(s)* implica esta análise sêmica:

(22)

Semas Lexema	Função		Posição			Movimento		
	Defensiva	Ofensiva	Posterior	Média	Anterior	Recuo	Oposição	Avanço
Volantes	+	-	+	+	-	(+)	+	-

Em outros termos: no contexto (21), pode-se dizer de *volantes* que eles defendem sem a preocupação de atacar; colocam-se no meio-campo ou na retaguarda; marcam no meio; ou reforçam a defesa nas laterais. O que mudou aqui?

Desaparecem essencialmente os semas indicadores de função *ofensiva* e de movimento de *avanço*, que são relacionados e estavam pressupostos ou atenuados na representação do Quadro 2.

Os casos de análise sêmica, discutidos nesta seção, evidenciaram as estreitas relações entre as categorias *função-posição-movimento*. Também serviram para testar a adequação de um critério de análise sêmica como instrumento para abordar a complexidade semântica de um léxico (*futebol*).

3.2 Estruturação segundo o sistema da ESPACIALIDADE

A noção espacial em seus vários matizes, como se vê em (3), motiva um bom número de lexemas do vocabulário do futebol, o que nos proporciona um critério para reuni-los em conjuntos mais ou menos homogêneos.

(23)

I HORIZONTALIDADE

1 *Em geral*

correr
lançar
passar
rolar
*
jogar atrás
jogar na frente
jogar com a bola no chão
bola rasteira

2 *Perspectividade*

alongar
esticar
chutar de perto/de longe
cara a cara com o goleiro
*
bola curta
bola comprida
bola longa
tiro torto

3 *Lateralidade*

centrar
cruzar
apertar (o adversário)
encantoar
espremer
estreitar o cerco
virar o jogo (?)
*
O jogo se desenvolve:
pela direita
pelo centro
pela esquerda

II VERTICALIDADE

descer (= ir ao ataque):
"Os laterais descem quando o time vai bem"
subir (= descer)
levantar (a bola, o pé etc.)
bola alta

III VOLUME

abrir(-se) *
abrir uma brecha
fechar(-se)
trancar(-se)
jogar aberto
jogar fechado
jogar trancado
barreira compacta
defesa sólida
retranca
miolo da área
brecha
buraco

A estes itens lexicais, pode-se aplicar a mesma disposição gráfica da estrutura sêmica da espacialidade proposta por Greimas (1966, p.33-5). Para exemplificá-la, utilizaremos alguns itens que representam a complexidade dessa estrutura:

(24)

Lexias \ Semas	Espacialidade	Dimensionalidade	Verticalidade	Horizontalidade	Perspectividade	Lateralidade	Volume
Levantar	+	+	+	-	-	-	-
Bola curta	+	+	-	+	+	-	-
Apertar (o adversário)	+	+	-	+	-	+	-
Miolo da área	+	-	-	-	-	-	+

Os termos citados não esgotam a lista de lexias que têm como base a espacialidade. Constituem um núcleo lexical que dá origem a muitos parassinônimos, módulos etc.

3.3 Sinestésias e conotações

Como já dissemos em outra parte, a correspondência entre função–posição–movimento os transforma em elementos equivalentes e, portanto, comutáveis. A equivalência abre a possibilidade de um intercâmbio muito forte entre eles. O mesmo ocorre com vários aspectos da espacialidade horizontal, vertical etc. O fenômeno se passa no nível da experiência humana, mas a língua o reflete com bastante evidência. Tais elementos, sob a forma de *sememas* ou *semas*, preenchem a substância semântica de muitos lexemas da linguagem do futebol. O contexto lingüístico se encarrega de atualizar ou explicitar o intercâmbio mencionado – fenômeno que podemos rotular como ocorrências de SINESTESIA:

(25)

(1ª)

ir para trás
jogar atrás
jogar recuado
trancar-se
jogar trancado
jogar pesado
encostar



JOGAR
NA
DEFESA

(2ª)

ir para frente
jogar na frente
avançar/descer/subir
jogar adiantado
abrir o jogo
jogar aberto



JOGAR
NO
ATAQUE

Na mesma linha das ocorrências sinestésicas podemos colocar o fenômeno da CONOTAÇÃO: a certos núcleos semânticos (<defesa> e <ataque>) costumam associar-se determinadas idéias subjetivas, geralmente de cunho moral ou emotivo, que se traduzem ou se atualizam sob a forma de lexemas ou de esquemas contextuais. Assim, à noção de <defesa> se ligam as idéias de <lentidão>, <medo>, <perigo>, <falta de estética>; a *meio-campo* (<defesa/ataque>), as de <equilíbrio> ou <inércia> e a de <responsabilidade>; a <ataque> se prendem as de <ousadia>, <agressividade>, <surpresa>, <velocidade> e <beleza>. Esses mecanismos de conotação estão na base de um numeroso contingente de lexemas e enunciados da linguagem do futebol. Citaremos exemplos diversos:

(26)

I <DEFESA>

- Jogador tímido.
- Jogador medroso.
- Time amedrontado.
- A defesa aliviou, mandando a bola para escanteio.
- A equipe entrou acovardada em campo.
- O Brasil joga com quatro volantes e ainda teme as pontadas do adversário?
- O volante brasileiro sabe roubar bola. Isso ele sabe.
- Ladrãozinho de bola.

- Romário foi caçado em campo, vergonhosamente.
- Camarões desapareceu no gramado.
- A seleção se escondeu atrás.
- O time escondeu-se em campo.
- Instantes difíceis para a zaga.
- A bola entrou perigosamente na área.
- Situações de perigo.
- Zona de perigo.

II <ATAQUE/DEFESA>

- Faltou equilíbrio ao time; o meio-de-campo não auxiliou a defesa nem apoiou o ataque.
- A derrota aconteceu porque o meio-de-campo não funcionou.
- Jogo monótono, enrolado, os dois times brigando no meio-de-campo.

III <ATAQUE>

- "O Brasil não agredia, não procurava a bola."
- Time agressivo.
- Jogador valente, leão em campo, tanque, rompedor.
- Ameaçar o gol.
- Fustigar o adversário.
- Oferecer perigo.
- Armar confusão.
- Levar o pânico à área inimiga
- Surpreender a defesa contrária.
- "A Bulgária pegou desprevenida a retaguarda argentina."
- "Esse time não ousa."
- Um ponta veloz, hábil.
- Futebol rápido e atrevido.
- "A seleção não pratica mais aquele futebol vistoso, sempre alegre."

Outros esquemas conotativos também aparecem com uma certa frequência:

(27)

I <goleiro> ⊃ <assistente>:

"No jogo os arqueiros não foram chamados a intervir – meros *espectadores* no gramado."

II <jogo defensivo> ⊃ <troca de passes>:

"O time não avançava, preferia fazer um mundo de troca de passes."

III <ataque pelo centro> ⊃ <fácil defesa>

<ataque pelos lados> ⊃ <periculosidade>

A presença desses esquemas conotativos confere à linguagem do futebol um alto teor de *previsibilidade*. Quando um comentarista esportivo se dispõe a falar sobre o comportamento do *ataque* num certo jogo, sabemos antecipadamente o que ele vai afirmar ou negar acerca dos atacantes: o centroavante é *veloz*, *agressivo* (ou *lento*, *pesado*, não *corre*) etc. A conotação, portanto, se torna responsável por uma parcela importante de *estereótipos* da linguagem do futebol, sobretudo os de natureza contextual.

3.4 Esquemas gramaticais

Algumas ocorrências peculiares à linguagem do futebol, e especialmente a seu léxico, podem ser analisadas sob o ângulo das classes de identificação e relação concebidas por Pottier (1968b, p.73 ss.)

3.4.1 *Perspectividade*

No léxico em estudo não escapam à nossa atenção as duplas e trios vocabulares que se podem relacionar sob o eixo da *perfectividade*:

(28)

Perfectivo

abrir(-se)
fechar(-se)
destruir
encontrar o gol
arrematar, finalizar

Imperfectivo

forçar
marcar, cobrir
obstruir
buscar o gol
atirar, visar

3.4.2 O gênero e a relação posição-jogador

Esta oposição se manifesta, sobretudo, pela variação do artigo:

(29)

Posição

a (zaga) central
a (zaga) lateral
a (linha) média
a meia
a ponta-direita (esquerda)
a extrema-direita (esquerda)

Jogador

o central
o lateral
o médio
o meia
o ponta-direita (esquerda)
o extrema-direita (esquerda)

A relação *feminino = posição vs. masculino = jogador* não confirma a teoria da oposição quantitativa formulada por Pottier (1968a, p.109), segundo a qual o feminino evoca *extensão* e o masculino *restrição*. Difere o caso, porque aqui temos a presença do <humano>. O artigo masculino funciona, na verdade, como marca do humano em oposição ao não-humano espacial. A estreita relação entre *posição* no espaço e *humano* que atua nessa posição do espaço se manifesta no próprio comportamento da lexia, quando sofre transferência de gênero: em {a zaga central}, o componente que não traduz noção de posição no espaço (zaga) desaparece no masculino (o central). O mesmo ocorre em a *zaga lateral vs. o lateral*.

3.4.3 A voz

Anotamos alguns casos de oposição entre voz ativa vs. voz médio-ativa vs. voz atributiva:

(30)

Ativa

abrir
fechar
trancar
cobrir

Médio-ativa

abrir-se
fechar-se
trancar-se
cobrir-se

Atributiva

jogar aberto
jogar fechado
ficar trancado
ser coberto

As formas ora citadas correspondem a termos-chave dentro do vocabulário que estudamos. Dão curso a jogos actanciais bastante freqüentes na linguagem do futebol, sobretudo quanto à oposição semântica defesa vs. ataque.

4 Os resultados do estudo e a bibliografia teórica

De início, esperávamos que Greimas, com seu conceito de *espacialidade* pensada como um sistema sêmico, resolvesse os nossos problemas de análise, tendo em vista que a noção de espaço impregna todo o léxico do futebol. Logo o confronto com os dados nos mostrou que a maioria das unidades desse léxico exhibe espacialidade, sim, mas um tipo específico, próprio, do futebol. Trata-se da espacialidade que implica o campo de jogo e as noções de *posição* e *movimento* (do jogador ou do time) associadas à idéia de *função* (atividade geral ou específica que o jogador ou o time exerce em campo). A esta última espacialidade demos o nome de eixo função–posição–movimento (itens 2 e 3.1), abordada sem o concurso de nenhuma teoria em particular.

Apesar de a espacialidade greimasiana ser de *caráter genérico*, por envolver as idéias de DIMENSÃO–SUPERFÍCIE–VOLUME, aplicáveis a qualquer campo de estudo, serviu-nos para classificar lexias não dotadas da espacialidade específica. Também incluímos nesta classificação, a título de ilustração, alguns itens do campo especial que trazem com nitidez esta ou aquela categoria semântica da espacialidade genérica (por exemplo, *descer* e *subir*, que envolvem VERTICALIDADE).

A leitura do texto de Greimas (assim como a dos de Pottier) nos levou a fazer uma abordagem sêmica do léxico do futebol. Aproveitamos, inclusive, a *disposição gráfica* da análise sêmica que ele faz, como se vê nos nossos *quadros* da seção (3). Nessa questão, nem sempre pudemos segui-lo, sobretudo no *critério das oposições binárias* como princípio de organização sêmica, pois seu radicalismo não se coaduna com as características do léxico em pauta. Para conseguirmos um resultado coerente com elas, tivemos de elaborar um critério de análise maleável, que desse conta de certa inconsistência existente nesse campo lexical. O nosso critério distingue não só semas positivos e negativos, mas semas *predominantes*, *atenuados*, *suspensos* (entre os positivos) e *negativos*. Também prevê a determinação estrutural ou contextual de tais semas (ver 3.1).

Quanto a Pottier, além de fornecer o embasamento de teoria semântica que inspirou a concepção geral deste trabalho e a formulação de um critério adequado de análise sêmica, contribuiu diretamente para alguns resultados específicos (3.3 e 3.4). Foi após a leitura de suas obras (em especial 1968b, p.65 ss.) que nossa atenção se voltou para alguns *esquemas recorrentes* do léxico do futebol. O item 3.3 se refere a *sinestésias* e *conotações* (estas últimas identificadas com os semas variá-

veis do *virtuema*).⁷ A rigor as duas não formam um mecanismo único, mas se equivalem por levarem ambas ao mesmo resultado: o intercâmbio semântico e lexêmico. A sinestesia permuta as categorias do eixo função–posição–movimento ou as do esquema função–espacialidade genérica (*jogar atrás* por *jogar na defesa*; *descer*, verticalidade, por *atacar*). Já a conotação se manifesta de um modo mais complexo: os sememas básicos do léxico futebolístico (<defesa>, <ataque>, com suas especificações) incorporam, respectivamente, os semas conotativos <medo> e <coragem>. Com base nessa condição semêmica, os cronistas esportivos (inconscientemente, é claro) trocam as expressões lexêmicas referentes ao semema básico (*cobrir/defender*, *desarmar*, *marcar* etc.) por outras que trazem o sema conotativo (<medo> ou <coragem>) como central. Exemplificando: em lugar de *defender*, diz-se esconder-se, ter medo, ser medroso/tímido, morrer de medo, acovardar-se; em vez de *atacar*, usa-se ousar, atrever-se, agredir, ser agressivo, ser corajoso etc. O mecanismo sinestésico–conotativo se constitui no segundo mais importante da organização semântica do léxico em estudo (o primeiro é o item 3.1, o da correspondência entre função–posição–movimento). Tal processo gera muitos lexemas; mas, em virtude da sua alta frequência e dos numerosos parassinônimos, acabam se tornando estereótipos.

O estudo da teoria semântica de Pottier (particularmente classes de identificação, classes de relação, relações intersêmicas) também nos permitiu identificar e descrever certos *esquemas gramaticais* importantes no léxico do futebol (perfectividade, gênero contrastivo, voz). São importantes não pelo número de lexemas que mobilizam, mas pelas *oposições* que criam no interior dele.

Assim, esses dois autores estruturalistas fizeram contribuições específicas valiosas para que chegássemos aos resultados do presente trabalho.

5 Conclusão

A análise que acabamos de fazer sobre o léxico do futebol – visto por um ângulo espaço–dinâmico – identificou e descreveu quatro mecanismos semânticos a serem lembrados numa possível organização desse léxico:

- 1 o eixo semântico função–posição–movimento;
- 2 a noção de espacialidade genérica (equivalente ao *sistema sêmico da espacialidade* formulado por Greimas);
- 3 sinestésias e conotações;
- 4 esquemas gramaticais (perfectividade, gênero contrastivo, vozes verbais).

⁷ Para verificar os conceitos de *sinestesia* e *conotação* em Pottier, ver 1968b, p.70, 108, 119. Em “A definição semântica nos dicionários” (1977, p.24, nota 3), o linguísta francês muda sua concepção de *virtuema*, que deixa de se referir a conotações.

Reconhecemos como mais importante o primeiro, que se refere à(s) correspondência(s) entre as *funções* (atividades gerais ou específicas) dos jogadores em campo, suas *posições* ou distribuição espacial e seus *movimentos* ou deslocamentos nesse mesmo campo. As três categorias juntas formam a *especialidade específica* do léxico do futebol. Atuam como núcleos semânticos básicos, que mobilizam e concentram os lexemas dessa área lexical, forçando-os a entrar em oposições radicais ou não (defender/atacar, avançar/recuar, combater/armar/finalizar). De certo modo restringem a *criação lexical* (neologismos), quase só concedendo a esta o direito ao polimorfismo (cobrir/cobertura), aos módulos (avançar/ir à frente, fechar/fechar-se), aos parassinônimos (zagueiro = beque) e às formações de grau (goleirão, defesinha).

As relações de equivalência que unem tais conceitos possibilitam a formação de *esquemas sinestésicos*, de irradiação limitada, o que esclarece a fixação de certos estereótipos (jogar atrás = jogar na defesa). As *conotações*, ligadas às funções básicas do jogo de futebol (atacar/defender), dão curso também a *lexias* ou a enunciados fortemente estereotipados. Trata-se de uma limitação imposta pela própria experiência humana. (No jogo de futebol só há *defender* e *atacar*, segundo um modo radical de ver o fato.) A presença maciça de estereótipos, contextuais ou não, reduz a capacidade de informação da linguagem em foco, aumentando a sua *previsibilidade*.

O domínio semântico que escolhemos, portanto, revela um comportamento coerente e recursos limitados – de controle, se não fácil, pelo menos suscetível de um enquadramento. Atendendo a um conselho de Pottier (1968, p.123-4), procuramos trabalhar com um conjunto mais ou menos restrito, e nele encontramos relações evidentes (os quatro mecanismos anteriormente citados, mormente a *especialidade específica*) que apontam para uma organização racional dessa parte do léxico futebolístico.

CARVALHO, N. F. de. Semantic structures in the soccer lexicon. *Alfa (São Paulo)*, v.40, p.75-102, 1996.

- **ABSTRACT:** *This study proposes to show which mechanisms are responsible for the semantic organization of the soccer lexicon. It is based on structuralist semantic theory (Greimas, Pottier). The area of work is delimited and the choice falls on the lexical domain defined as the core FIELD-GAME-TEAM. The typical concepts of the soccer language are also discussed (space-position-function). The data leads to the identification and description of four cohesive lexical processes. The most significant process is the specific spatiality, not only for mobilizing the majority of the lexical unities, but also for generating synaesthetics and connotations — the second most important lexical process.*
- **KEYWORDS:** *Semantic field; spatiality; semic analysis; axis of the function-position-movement; cohesive lexical processes.*

Referências bibliográficas

- BALDINGER, K. *Teoría semántica: hacia una semántica moderna*. Madrid: Alcalá, 1970. p.35-43, 115-7, 250-72.
- BORBA, F. S. (Org.) *Semântica: coletânea de textos. Boletim de Lingüística (Araraquara)*, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, set. 1969. p.41-7. (Mimeogr.).
- CHARGEL, F. D. et al. (Comp.) *Futebol no bolso*. Rio de Janeiro: Expressão, 1966. 247p.
- COSTA, M. C. R. O léxico de "profissões e ofícios". In: CASTILHO, A. T. de (Org.) *Português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989. p.199-245 (Pesquisas).
- DUBOIS, J. et al. *Dictionnaire de linguistique*. Paris: Larousse, 1973. p.276-81, s.v. *langue* (2, 3, 4, 5, 6, 7).
- FERNÁNDEZ, M. C. L. O. *Futebol: fenômeno lingüístico*. Rio de Janeiro: PUC/Documentário, 1974. p.34-8.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- GREIMAS, A. J. Langage et discours. In: _____. *Sémantique structurale: recherche de méthode*. Paris: Larousse, 1966. p.30-41.
- GUIA do futebol. *Folha de S. Paulo*, São Paulo: 15 jun. 1994. Especial A, p.6-7.
- MARCELLESI, J. B. Le lexique. In: CAUSSAT, P. et al. *La linguistique*. Paris: Larousse, 1977. p.191-2. (Encyclopoche Larousse).
- NOVO MICHAELIS: dicionário ilustrado. 10.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1971. v.1, p.420.
- PALHARINI, A. A. O léxico do apanhador de laranjas: aspectos sócio-etnolingüísticos. In: SEMINÁRIOS DO GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 42, 1990, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FFLCH/USP, 1995. p.111-6.
- PLACAR. *Dicionário ilustrado do futebol*. São Paulo: Abril, 1972. 128p.
- POTTIER, B. Recherches sur l'analyse sémantique en linguistique et en traduction mécanique. *Publications linguistiques de la Faculté des Lettres et Sciences Humaines de l'Université de Nancy*, 1963. 38p.
- _____. Hacia una semántica moderna. In: _____. *Lingüística moderna y filología hispánica*. Versión de M. B. Álvarez. Madrid: Gredos, 1968a. cap.11, p.99-133.
- _____. *Presentación de la lingüística: fundamentos de una teoría*. Trad. Antonio Quilis. Madrid: Alcalá, 1968b. p.65-139.
- _____. A definição semântica nos dicionários. In: LOBATO, L. M. P. (Org.) *A semântica na lingüística moderna: o léxico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. p.21-31.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1969. p.32.
- ULLMANN, S. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. 4.ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1977. p.20-3, 132-3, 493-539.

Fontes dos dados

- A GAZETA ESPORTIVA, São Paulo, 3 abr.; 22 maio; 5 jun.; 17 jul. 1994.
- DIÁRIO DA REGIÃO, São José do Rio Preto, 19 jun. 1994. Especial, p.1-8.
- FOLHA DE S. PAULO, São Paulo, 17, 24 abr.; 22, 29 maio; 19, 26 jun.; 11, 18 jul. 1994. Esporte.
- O ESTADO DE S.PAULO, São Paulo, 17 abr.; 29 maio; 26 jun.; 18 jul. 1994. Esportes.
- VEJA ESPECIAL. Guia da Copa 94. São Paulo: Abril, 1994, 58p. (Encarte do v.27, jun. 1994, Número extra).
- VEJA ESPECIAL. É tetra! São Paulo: Abril, v.27, n.29-A, 18 jul. 1994. (Número extra).

ANTIGAS ORTOGRAFIAS PORTUGUESAS E PARALEXICOGRAFIA NO SÉCULO XVIII

Maria Filomena GONÇALVES¹

- RESUMO: Neste trabalho procura-se analisar dois vocabulários setecentistas (Feijó, 1734; Monte Carmelo, 1767) enquanto exercícios de paralexiconografia ou de lexicografía não explícita. Com o objectivo de avaliar o contributo desses inventários para a história da lexicografía e da lexicologia, são destacadas duas vertentes: a estrutura interna dos inventários lexicais e as entradas lexicográficas resultantes da assimilação de dados culturais de diferentes procedências.
- PALAVRAS-CHAVE: Ortografia; lexicografía; léxico; paralexiconografia; micro-estrutura; terminologia.

Preâmbulo

Le discours lexicographique, quels que soient les domaines d'usage des mots, est institué et informé par du discours social, voire historique.
André Colinot e Francine Mezière, *La définition*, 1990, p.247.

No domínio da história da lexicografía, para além dos dicionários propriamente ditos, revestem-se de particular interesse outras formas de conspecto lexical, cuja função numa dada época se assemelhava à daqueles, embora não fossem apresentadas com esse objectivo, e não assumissem explicitamente o papel atribuído tradicionalmente aos dicionários. Referimo-nos às listas ou catálogos lexicais que, incluídos em obras metaortográficas, nas quais se propunha um determinado sistema gráfico, serviam de ilustração ou de correcção de certos usos gráficos: tal é o caso da *Orthographia, ou Arte de escrever e Pronunciar com acerto a Língua Portuguesa* (1734), de João de Morais Madureira Feijó, e o *Compendio de Orthographia Portuguesa* (1767), de Frei Luís do Monte Carmelo, obras que, numa recente sùmula da história da lexicografía portuguesa (Verdelho, 1994), foram incluídas entre as produções lexicográficas portuguesas, verificando-se o mesmo em outros trabalhos (Messner, 1994a).

¹ Departamento de Lingüística e Literaturas – Universidade de Évora – 7001 Évora codex – Portugal.

Das soluções patentadas nos dicionários antigos, constata-se a existência de vários constrangimentos ortográficos e tipográficos que neles terão deixado as suas marcas. A esse respeito, Catach (1971, p.20-5) enumera os diversos aspectos lexicográficos de natureza gráfica, como o facto de o dicionário ser uma publicação colectiva que obedece a uma montagem: seguir uma ordem alfabética e incorporar variantes gráficas e remissões internas. Precisamente a propósito da ordenação alfabética, observa aquela autora (Catach, 1971, p.22), citando Bernard Quémada: "*La présentation alphabétique des adresses suppose l'existence préalable d'une orthographe fixée ou d'un système de conventions défini. Or, ni l'un, ni l'autre, ne se trouvaient établis lors des premières réalisations orthographiques*".

Apesar das óbvias relações entre a ortografia e os antigos dicionários, devidas às implicações daquela sobre o formato destes, a verdade é que, pelo tipo de estrutura e de informação compreendida nas entradas, essas séries ordenadas alfabeticamente ultrapassam em muito as características do vocabulário ortográfico, constituindo, por isso, fontes relevantes tanto no terreno da lexicografia, na qualidade de exercícios paralexográficos ou de lexicografia não explícita, como no terreno da lexicologia, factos que já sublinhámos em outro trabalho (Gonçalves, 1990a). Pertencentes a uma época de grande "efervescência lexicográfica", quer bilingue, quer unilingue, aqueles dois compêndios destacam-se das obras similares (Ortografias, Compêndios, Artes etc.) precisamente pela sua peculiar estrutura, da qual ressalta o aparatoso conjunto de exemplos, de inestimável valor linguístico e de riqueza lexicológica, se bem que o segundo – o *Compendio de Orthografia*, de Monte Carmelo – seja consideravelmente mais rico e diversificado do que o primeiro, que lhe havia fornecido o modelo estrutural.

As obras metaortográficas constituem fontes preciosas para o conhecimento de muitos aspectos da história da língua, do mesmo modo que fornecem materiais imprescindíveis para a historiografia da língua portuguesa em geral. É nesse sentido que temos vindo a debruçar-nos sobre os antigos ortografistas e gramáticos portugueses, tentando fazer luz sobre alguns aspectos da antiga pronúncia (Gonçalves, 1990b, 1995), sobre os antigos sistemas gráficos (Gonçalves, 1991, 1992b, 1992c, 1994), sobre a pontuação (1992a).

Porém, aqui examinaremos tão só a estrutura dos conspectos lexicais patenteados pelos dois ortógrafos setecentistas, bem como o seu valor linguístico.

1 Os autores e suas obras

Antes de adentrarmos nas obras, vejamos alguns dados biobibliográficos dos dois ortografistas. João de Morais Madureira Feijó (1688-1741) era natural da região de Trás-os-Montes (S. Gens de Parada, Bragança); jesuíta egresso e bacharel em Teologia pela Universidade de Coimbra, foi prior de Ançã, uma vila daquele distrito, e mestre de D. Pedro de Sousa Tavares (cf. Silva, 1859, v.3, p.422-5), irmão do

duque de Lafões, um dos principais fundadores da Real Academia das Ciências. Seguidor do método gramatical de Manuel Álvares, publicou uma *Arte Explicada* (1732?), em três partes, que viria a ser proibida por Alvará Régio, juntamente com os restantes manuais escolares adoptados nos estabelecimentos de ensino da Companhia de Jesus, após a expulsão dos jesuítas em 1759. Em 1734, sai dos prelos a primeira impressão da *Orthographia, ou arte de pronunciar com acerto a lingua portugueza. dividida em tres partes. a 1ª de cada uma das letras, e da sua pronunçiação; das vogaes e dithongos; dos accentos, ou tons da pronunçiação. A 2ª, de como se dividem as palavras; da pontuação; algumas abbreviaturas, conta dos romanos, e latinos, Calendas, Nonas, e Idos. A 3ª, dos erros do vulgo, emendas da orthographia no escrever e pronunciar toda a lingua portugueza. Verbos irregulares, palavras dubias, e as suas significações. Uma breve instrucção para os mestres das escholas* (Lisboa, Miguel Rodrigues). Esta obra registará reimpressões em 1739 (2ª: Lisboa e Coimbra), 1781, 1786, 1814, 1815, 1818, 1824, 1836 e 1861 (nova edição), ocupando por isso um lugar destacado no quadro dos textos metaortográficos até meados do século XIX. Para a localização dos exemplos, de ora em diante seguiremos a paginação da segunda edição (Lisboa, Officina de Miguel Rodrigues, 1739).

Quanto a Frei Luís do Monte Carmelo, pouco sabemos da sua biografia: era carmelita descalço e deputado da Real Mesa Censória, criada em 1768; natural de Viana do Castelo (naquela época, Viana do Minho), na região do Alto Minho, chamar-se-ia Luís Cláudio; ignorando-se a data do seu nascimento, terá morrido em 1785 (cf. Silva, 1859, v.5, p.309).

À semelhança da *Orthographia*, de Madureira Feijó, o *Compendio de Orthographia Portugueza* do carmelita apresenta um título bastante extenso, mas, ao invés daquela, apenas teve uma impressão, em 1767 (Lisboa, na Offic. de Antonio Rodrigues Galhardo):

Compendio de Orthographia, com sufficientes catalogos e novas regras, para que todas as provincias e dominios de Portugal possam os curiosos comprehender facilmente a orthologia e prosodia; isto é, a recta pronuncia e accentos proprios da lingua portugueza. Accrescentado com outros novos catalogos, e explicação de muitos vocabulos antigos e antiquados para intelligencia dos antigos ezcriptores portuguezes; e de todos os termos vulgares menos cultos e mais ordinarios, que sem alguma necessidade não se devem usar em discursos eruditos; das phrases e dicções comicas de mais frequente uso, as quaes sem um bom discernimento não se devem introduzir em discursos graves ou serios; e finalmente dos vocabulos e diversos abusos da plebe, mais conhecidos e contrarios ao nosso idioma, os quaes sempre de devem corrigir ou evitar.

Quer a descrição pormenorizada quer a extensão destes títulos, que quase funcionavam como índices analíticos, manifestam a sobrevivência do gosto e do espírito barrocos, amplificadamente plasmados no *Vocabulario Latino-Portuguez* (1712-1728), de D. Rafael Bluteau. Na verdade, o gosto pela referência circunstanciada

aos aspectos essenciais do conteúdo da obra constitui um tópico ideológico-formal do século XVIII que se traduzia, entre outros aspectos, na exibição dos méritos das obras e da erudição dos autores. Não é de mais lembrar que nesse mesmo século vieram à luz, para além do já referido *Vocabulario Latino-Portuguez*, de Bluteau, o *Diccionario da Lingua Portugueza* (composto pelo Padre D. R. Bluteau, reformado e acrescentado por Lisboa, Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1789), de A. de Moraes Silva, e o primeiro e único volume (Letra A) do *Diccionario da Lingoa Portugueza*, publicado pela Academia Real em 1793. Em pleno século de grandes e importantes produções lexicográficas, os vocabulários apresentados pelos dois ortografistas como ilustração do sistema gráfico por eles propugnado, apesar de não constituírem inventariações gerais do léxico, assumem um valor que os eleva à condição de exercícios paralexográficos e, inclusivamente, terminográficos, como adiante comprovaremos (2.2.1).

2 Lexicografia e ortografia

As listas de palavras fornecidas por Madureira Feijó e Monte Carmelo conferem às obras em que figuram um estatuto diferente da exemplificação habitualmente incluída em produções congêneres, devido ao facto de apresentarem uma micro-estrutura que as enriquece e transforma em vocabulários, facto que se verifica, desde logo, no formato ou disposição das entradas. Assim, no que à chamada macro-estrutura se refere, é de salientar não apenas a tradicional ordenação alfabética, com os lexemas começados em <I> e <J> na mesma lista, por questões de ordem ortográfica que se prendem com uma recente diferenciação tipográfica de tais grafemas, mas também que os lexemas das entradas aparecem em itálico, seguidos da respectiva definição, em tipo normal. Por outro lado, os ortografistas estabeleceram igualmente uma rede de relações entre as entradas, isto é, construíram um sistema de remissões, ainda que incipiente e pouco alargado. Em ambos os manuais, a marca formal das remissões consiste na apresentação da expressão *Vide*, por extenso ou abreviada (*Vid.*), a respeito da qual diz Monte Carmelo: “*Vid.* he abbreviatura de *Vide*, ou *Videatur*, isto he, *Vê*, ou *Vêja-se*” (*Explic. de Abbrev.*). Regra geral, as remissões estabelecem conexões entre formas semanticamente equivalentes ou afins, indicando também as variantes de certas palavras, bem como o parágrafo e a página em que se localizam essas formas; já as variantes gráficas costumam ser, pelo contrário, indicadas na mesma entrada e ligadas por uma disjuntiva (*ou*). Vejam-se exemplos das duas situações: “*Bufâm*, e *Bufonária*. *Chocarreiro*, *Histriam*, e *Chocarríce*. **Vid. Goliardo**” (p.184); “*Górár-se*. He *Corrompêr-se* o ovo. **Vid. Gôro** §10. N.9. Metaforicamente he *Nam se-lograr*, ou *Nam sortir effeito*” (p.130); “*Dêus*, **ou** *Dêos*” (p.90); “*Bestûnto*, **ou** *Bistûnto*. Com. He instincto, Senso, raciocínio” (p.170); “*Brasil*, **ou** *Brazil*. Regiâm da América descoberta por Pedro Alvarez Cabral em 3. de Maio de 1500. Tem 14. Capitaniâs, ou Provincias” (p.181); (p.180); “*Caboqueiro*, **ou** *Cabouqueiro*, os. Official, que arranca pedras. O R. P. Doutor D.

Rafael Bluteau julga mais proprio *Cavoqueiro* de Cavar; mas resiste o uso quasi universal" (p.188).

Por último, saliente-se o intuito normativo ou correctivo que presidiu à elaboração das listas: se no manual de Feijó elas são anunciadas com o título "Erros da pronunciaçam do vulgo com as suas emendas em cada letra", apontando, portanto, para objectivos ortoépicos, já no compêndio do carmelita, o escopo ultrapassa a mera correcção dos defeitos da pronúncia, como se vê, primeiro, pelo título das listas – "Dos Vocabulos antiquados, antigos, Vulgares, e Cómicos, como tambem dos Vícios, ou abusos mais ordinarios da Plebe destes Reinos, e de suas Correcções assim na Orthologíã, como na Orthografia" (p.500) –, e, depois, pela informação contida nas entradas. De facto, em consonância com o conceito de variação e de mudança lingüísticas vigentes na época setecentista, os dois ortografistas conferem às formas incluídas nas entradas o estatuto de "erros" (Feijó), "vícios" ou "abusos" (Monte Carmelo), cujas "emendas" são o objectivo perseguido pelos autores. No entanto, divergem ambos quanto à estratégia de apresentação de uns e outros: Monte Carmelo aponta em primeiro lugar os "abusos", à esquerda, dando a seguir as "emendas", ao passo que Madureira Feijó faz o inverso, isto é, mostra primeiro as formas correctas, às quais faz corresponder determinadas formas incorrectas, registadas à direita daquelas. De qualquer modo, os ortógrafos fazem uma distribuição vertical, em colunas, da série dos usos normativos e dos não normativos.

Do ponto de vista do valor informativo como do ponto de vista formal, quer dizer, no respeitante à organização da micro-estrutura, os catálogos de Monte Carmelo revestem-se de particular interesse devido à variedade dos dados fornecidos.

2.1 A micro-estrutura

A estrutura das entradas de Monte Carmelo é relativamente diferente da adoptada por Feijó, visto que o primeiro integra maior diversidade de informação que o segundo: assim, enquanto o carmelita introduz informação respeitante ao nível de língua e à vigência do lexema da entrada, assim como à sua definição semântica, ao nível de língua e ao domínio do uso, Feijó fornece em regra indicações de ordem ortoépica, como o lugar da sílaba tónica, por exemplo, às quais acrescenta umas vezes, se bem que não tão frequentemente quanto o anterior, um paradigma definicional, e, outras vezes, dados referentes ao registo ou ao domínio do uso. A informação gramatical é reduzida em ambos, ao invés do que sucedera por exemplo no *Diccionario da Lingoa Portuguesa* (v.I, letra A), publicado quase no final do século XVIII, cujas macro e micro-estruturas se revestem de uma extraordinária modernidade em matéria de concepção e formato lexicográficos (Gonçalves, 1993), precisamente pela inclusão da gramática no dicionário.

Sem nos determos particularmente nas variantes gráficas e de pronúncia (por exemplo *Cereija*, ou *Cereja*, as. Daqui *Cereijera*, ou *Cerejeira*, p.252), vamos focar

sobretudo o valor da informação prestada pelas entradas, com especial destaque para as que fazem referência a realidades ou produtos de carácter exótico (3.1).

No que respeita à variedade tipológica da micro-estrutura, verifica-se que as listas de Madureira Feijó são menos abundantes em paradigmas do que as do ortógrafo carmelita, uma vez que Feijó apresenta basicamente três tipos de estrutura: 1. lexema + paradigma definicional; 2. lexema + paradigma ortoépico; 3. lexema + paradigma ortoépico + paradigma definicional e/ou paradigma terminológico, e/ou paradigma etimológico, sendo possíveis algumas variantes. Para cada tipo de micro-estrutura vejam-se os exemplos seguintes: 1. *Beringelas*, fructo de certa planta (*Orthographia*, p.226); *Beijuim*, ou *Beijoim*, certa goma cheirosa (p.225); *Delphim*, ou *Delfim*, peixe do mar; e o titulo do Primogenito del Rei de França (p.268); 2. *Duçura* Duçura (p.281); *Reata* das bestas – Riata (p.461); 3. *Códice*, pen. br. termo das Universidades. He hum papel, em que ao respondente se daõ as impugnaçoens, e respostas (p.243); *Nogueira*, e naõ Nogueira, arvore, e appellido (p.412); *Seringa*, ou *Syringa*; e naõ Xiringa; porque no Latim se diz Syringa, e deriva-se do Grego Syrigx (p.486).

Quanto às estruturas apresentadas por Monte Carmelo, são de destacar as seguintes, que admitem variações resultantes do cruzamento desses modelos, como no caso precedente: 1. lexema + paradigma gramatical; 2. lexema + paradigma definicional; 3. lexema + paradigma de uso e/ou terminológico (e vice-versa); 4. lexema + paradigma de uso e/ou terminológico + paradigma definicional; 5. lexema + paradigma ortoépico. Destes, os mais freqüentes são os tipos 2, 3 e 4. Vejam-se os exemplos: 1. *Bajûs*, us (*Compendio*, p.156); *Bazar*, es (p.165); *Ambos*. Adject. (p.151); 2. *Bantâm* Cidade da India, e Capital da Ilha de Jáva (p.159); *Bantim* Embarcação (p.159); *Bainilha* Planta da America Hespanhóla, da qual o fructo se-mistura no chocolate (p.155); *Bengâla* Paiz da India (p.168); 3. *Escafeder*. Com. Fugir occultamente com temor, ou Fugir acceleradamente (p.584); *Embatucar*. Com. fazer calar, convencer totalmente, Emmudecer, &c. (p.576); *Espalhafato*. Vulg. Dispersam, Dissipaçam, &c. (p.590); *Esquentár-se*. Pleb. Irár-se. he fazer-se quente sem ira (p.590); 4. *Bróque*, es. Instrumento de Fundidor para acender o fogo, com que se-derrete o metal (p.183); *Subbastar*. Jurid. Vender em leilâm (p.220); *Transubstanciaçam*, oês. Theol. Conversâm, ou Transmutaçâm de hũa substancia em outra, como he a do pâm, e vinho em Corpo, e Sangue de Christo N. Senhor na Eucaristia (p.224); 5. *Tegela*. Pleb. Tigéla (p.697); *Tumate*. Pleb. Tomate (p.709); *Verdial*. Pleb. Verdeal (p.711); *Vigurar*. Pleb. Vigorar (p.713); *Urthografia*. Pleb. Orthografia (p.717); *Ustentar*. Pleb. Ostentar (p.717).

Finalmente, importa sublinhar a intervenção de dados lexicológicos, a saber, a formação de palavras, designadamente a referência aos derivados construídos a partir de uma base, isto é, o lexema da entrada. Destacados em itálico tal como a base respectiva, os derivados são anunciados pela expressão "Daqui", sempre separada do restante enunciado por um ponto, como se verifica em "*Aborrecer*. **Daqui** *Aborrecimento, Aborrecível, Aborrecida, &c.*" (p.147); "*Ceváda*, as. **Daqui** *Cevadeira, Cevadal, &c.*" (p.253); "*Pescôço*, os. **Daqui** *Pescoçâm, Pescoçada*" (p.279);

"Peçonha, as. **Daqui** Peçonhenta, e Peçonhosa" (p.279); "Trapáça, as. **Daqui** Trapaceira, Trapaceiro, Trapaçaria" (p.288).

Parece, pois, evidente que os vários tipos de micro-estrutura aplicados por Frei Luís do Monte Carmelo incorporam uma considerável carga informativa, oferecendo-nos inclusivamente alguns dados relevantes para a história do léxico, em especial no tocante ao vocabulário exótico (3.1) e bem assim do vocabulário técnico-científico (2.2). Antes de explicitarmos mais estes aspectos, atentaremos, porém, na forma como são introduzidas as referências aos níveis de língua, por um lado, e aos domínios de uso, por outro. Com respeito aos primeiros, é de sublinhar a importância que Monte Carmelo atribui a este paradigma no âmbito da micro-estrutura do seu conspecto lexical. De resto, o próprio ortografista define cada um dos níveis de língua indicados, abreviadamente, no enunciado lexicográfico. Na *Explicação dos Vocabulos Latinos, e Portuguezes abbreviados, que se encontram no seguinte Prologo, e Compendio*, a anteceder a explanação da matéria ortográfica propriamente dita, o autor faz uma interessante descrição dos registos sócio-culturais, por vezes de grande subtileza, assim como dos usos cronológicos ou temporais (a vitalidade ou a obsolescência dos vocábulos), distribuídos numa paleta gradativa. Em conformidade com isto, o ortografista identifica e define os níveis de língua e usos reproduzidos a seguir:

1. "**Termo Antigo**, isto he, proprio do segundo dialecto da Lingua Portuguesa, o qual durou desde o tempo do Rei D. Dinis até o tempo do Senhor rei D. Joam IV ...";

2. "**Termo antigo**, e vulgar, do qual ainda usa o *Vulgo*, ou pessoas doudas menos cultas; pelo que poderá ter lugar em conversações, ou Escritos ordinarios, e tambem nos eruditos, quando explicar bem o conceito";

3. "**Termo antigo**, e *Plebeu*, isto he, do qual ainda usa a *Plebe*, que nam se ha-de imitar";

4. "**Termo antiquado**, isto he, proprio do primeiro Dialecto do Idioma Portuguez, o qual Dialecto durou até o tempo do Rei D. Dinis. Os Termos antiquados hoje menos perceptíveis, se-explicam neste *Compendio* para intelligencia dos Escriutores antigos Portuguezes";

5. "**Termo pouco usado**, do qual hum Orthólogo nam deve usar sem necessidade algũa";

6. "**Termo Familiar**, ou proprio de amigos, o qual coincide com *Termo Cómico*";

7. "**Termo Cómico**, que só póde ter uso em Materias brulescas, v.g. comedias, e Actos semelhantes, ou em Conversações, e escritos entre particulares amigos para honesto divertimento; mas nunca em Materias graves, ou serias, quando a Prudencia nam dicte o contrario algũa vezes";

8. "**Termo Vulgar**, de que ordinariamente usam pessoas graves, aindaque menos eruditas. destes *Termos Vulgares* póde usar o Orthólogo, quando for conveniente, paraque explique o seu *Conceito* com energia";

9. "**Termo Plebeu**, do qual nam deve usar hum Orthólogo. Neste *Compêndio* se-distingue do *Vulgar* o *Termo Plebeu* conforme a sentença de alguns Eruditos, ou para maior clareza; aindaque nam foi possível distinguir sempre estes *Termos*";

10. "**Termo Rústico**, ou proprio de Agricultores".

Aos registos e usos acima apontados, no *Compendio de Orthografia* acrescenta-se ainda uma definição de gíria, cuja ilustração denuncia a primitiva vinculação deste nível de língua a determinadas actividades marginais:

"*Gírea*. Pleb. **Gíria**, ou **Gira**. he Linguagem de marotos, ou bréjeiros. Os mais conhecidos termos da *Gira*, ou *Gíria*, sam os seguintes: **Arames**, que significa *Espada*. **Artife** he Pam. **Avezar** he *Estar*. **Bastos** sam *Dedos*. **Bóla** he *Cabeça*. **Baúca** he *Taberna*. **Batuqueira** he *Tabemeira*. **Calcorrear** he *Correr*. **Calcos**, sam *Sapatos*. **Calmar** he *Espancar*, ou dar *Pancadas*. **Catropéo** he *Cavallo*. **Cria** he *Came de Vacca*. **Cachimbos** sam *Pés*. **Cazebre** he *Casa*. **Criar** he *Conseguir*, e *Posuir* alguma coisa. **Chêta** he *Vintem*, ou *Dinheiro*. **Dez Bófas** sam *Dez réis*. **Encanhas** sam *Meias*. **Falso** he *Lenço*. **Fáxo** he *Pao*. **Gábio** he *Chapéo*. **Galga** he *Fome*. **Gizar** he *Furtar*. **Ganchorra** he *Mão*. **Ganiços** significa *Dados*. **Gao** he *Piolho*. **Giropa** he *Caldo*. **Golpe** he *Algibeira*. **Gris** he *Frio*. **Janizaro** he *Magano*, *Tunante*. **Jorna** he *Vagar*, v.g. **Estou de jorna**, *estou de vagar*. **Jornando**, v.g. **estou jornando** significa *Nam quero sahir*, *Nam quero movêr-me*. **Justa** he *Casaca*. **Lima** he *Camisa*. **Marco**, que se-aveza he *Homem*, *que está presente*. **Minas de caroço** he *Muito*, ou *Muita fazenda*, &c. **Monteira** he *Carapuça*, *Barrete*, &c. **Pira** he *Cama*. **Pio** he *Vinho*. **Púrrio** he *Bêbedo*. **Rafa** he *Fome*. **Rafar** he *Sumir*, *Furtar*. **Rede** he *Capa*, ou *Capote*. **Rifar** he *Furtar*. **Roda** he *Tostâm*. **Rustir** he *Comer*. **Safar** he *Sumir*, ou *Furtar*. **Surrar** he *Furtar*. **Tardar** he *Vestido*. **Tiba** he *Faca*. **Tirantes** he *Calções*" (p.613-5).

2.2 Terminologia e domínios

Se a segmentação da estrutura dos enunciados lexicográficos em paradigmas é fácil de estabelecer, não é menos visível a emergência de uma terminologia, patente nas referências a certos domínios de actividade técnico-científica e profissional que introduzem, como é característica distintiva da terminologia (e da terminografia), restrições semânticas pela delimitação de campos de referência. Na verdade, a exercitação terminológica manifesta-se, concomitantemente, pela menção do domínio, pela referência aos *termos* específicos de um dado sistema ou microsistema, associados a uma definição sintética, que os segue, estrutura enunciativa, que é equacionada por Alain Rey da maneira seguinte: "*les mots définition et terme sont liés par un trait commun: ils désignent à l'origine l'assignation d'une limite, d'une fin et son résultat. Au plan notionnel, pour qu'un nom ait droit au titre de terme, il faut qu'il puisse, en tant qu'élément d'un ensemble (une terminologie), être distingué de tout autre. Le seul moyen pour exprimer ce système de distinctions ré-*

ciproques est l'opération dite définition".² As três condições – termo, domínio e definição – enformam o chamado triângulo terminológico (Bessé, 1990, p.255), vinculado a determinado conceito, concorrendo as três para a índole terminológica de uma percentagem significativa das entradas apresentadas pelos ortografistas.

Quanto aos domínios de uso de alguns termos, Monte Carmelo fornece também a lista das abreviaturas usadas nos enunciados lexicográficos, dos quais ressalta o reconhecimento de um vasto leque de domínios técnico-profissionais, científicos e culturais, numa incipiente manifestação de terminologia ou terminografia que, nestas obras, encontra uma forma de exercitação, à semelhança do que temos vindo a constatar para o caso da lexicografia. De facto, são muitos os domínios mencionados pelo ortografista: Anatomia, Aritmética, Armaria (isto é, Heráldica), Botânica, Astrologia, Astronomia, Cirurgia, Filosofia, Gramática, Retórica, Farmácia, Forense, Jurisdição, Lógica, Marítimo, Matemática, Medicina, Poético, Militar, Música, Náutica, Teologia e Volataria ou Altanaria. A propósito destes domínios, importa referir que em todas as épocas a terminologia e a sociedade interagiram numa relação dinâmica de adaptação e regeneração.³

Tal como Monte Carmelo, Madureira Feijó havia já introduzido alguns domínios nos seus enunciados lexicográficos, sobressaindo, entre outros, o Forense, os da Medicina, Astronomia, Armaria (Heráldica), Geometria e Retórica, embora o autor não tenha proposto explicitamente qualquer classificação e não tenha sido tão sistemático e exaustivo quanto o carmelita. Ainda assim, na *Orthographia*, de Madureira Feijó, deparamos, por exemplo, com as definições terminológicas seguintes:

"**Espátula**, pen. br. entre Botucarios, instrumento de páo para mesclar xaropes." (p.304)

"**Estibórdo**, e Bombordo, termos de navio: o Estibordo he o lado da parte do vento, que vai levantando; Bombordo he o outro lado " (p.309)

"**Fila** na Milicia, os soldados postos por ordem, hum adiante do outro. Caens de fila os que se lançaõ aos bois." (p.325)

"**Fresquêta** na Imprensa he huma grade guarnecida de pergaminho, para não çujar a folha que se tira." (p.332)

"**Intemperamento** na Medicina o excesso, ou vicio de alguma das quatro qualidades " (p.363)

"**Isóceles** na Geometria o triângulo, que tem dous lados iguaes, e hum desigual." (p.368)

"**Limbo** na Astronomia he a extremidade do globo do Sol, ou Lua, o lugar, aonde estaõ os mininos, que morrem sem baptismo." (p.379)

"**Lipothymia** na Medicina a falta de espiritos." (p.380)

"**Revelia**, termo, de que usa a pratica Forense, e a Ordenaçãõ, quando o Réo não apparece por omisaõ ou contumácia; e vale o mesmo que *Rebeldia*, assim como *Revél*, o mesmo que rebelde, e por isso senãõ deve dizer Reveria, como alguns querem emmendar, mas *Rebelia*." (p.469)

2 Cf. Terminologie: noms et notions, Coll. "Que sais-je?", Presses Universitaires de France, 1979, apud Centre d'Etudes du Lexique, 1990, p.253.

3 A este propósito, sublinha Bruno de Bessé (1990, p.254): "*La définition terminologique se réfère à la culture de la communauté à laquelle elle s'adresse. Elle est liée au développement des connaissances scientifiques, des structures idéologiques et aux archéologies du savoir*".

"**Rompênte** na Armária se chama a cabeça do leão, ou de outro animal, que no alto do escudo vem sahindo. Também se diz das garras, e unhas dos animaes, que vem sahindo, ou rompendo, ou do leão posto em pé. e melhor se dirá Rumpente, por ser palavra derivada de Rûpens." (p.473)

"**Trópicos** na Astronomia são dous circulos, hum para o Polo Arctico, e outro para o Polo Antartico, dos quaes começa a retroceder o Sol." (p.527)

Do mesmo modo, 33 anos antes de Monte Carmelo, Feijó havia já proposto, de forma sumária e sem exemplificação, uma definição do conceito de gíria: "Gira, vulgarmente Gíria: a linguagem de marotos" (p.341).

3 Ortografia, léxico e cultura

Da leitura das listas de vocábulos aduzidas pelos dois ortógrafos, rapidamente nos apercebemos de que, à semelhança do que sucede em qualquer dicionário, antigo ou moderno, a prática lexicográfica se entrelaça com as vivências e as práticas sociais e culturais, dando-nos conta da evolução destas, embora não se desenvolvam ao mesmo ritmo, ou seja, na maior parte dos casos e em virtude da sua natureza escrita, o dicionário sanciona *a posteriori* vocábulos e termos cuja circulação ou expansão é anterior. Isso não obsta, de todo o modo, a que o dicionário represente uma das principais memórias lexicais e linguísticas, vantajosa e economicamente ordenada de forma alfabética, ao mesmo tempo que reflecte o estado da cultura, das mentalidades, das ideologias dominantes, pondo de manifesto as relações destas com a língua. A história dos dicionários, não menos do que a história do léxico, oferece-se ao historiador como cadinho de múltiplas reflexões.

3.1 Léxico e culturas extra-europeias

Das exemplificações de Feijó e de Monte Carmelo, saltaram-nos particularmente aos olhos as entradas referentes a realidades extra-europeias – povos, topónimos, animais, árvores e plantas, produtos, actividades etc. – de origem americana (brasileira), africana e asiática, cujo conhecimento decorria do contacto com as gentes e a cultura dessas paragens. A abundância dos chamados "vocábulos exóticos" evidencia não só a miscigenação e as diferenças de raça, mas também a vivacidade de tão importante contacto intercultural e intercivilizacional, do qual a língua portuguesa foi testemunha e dá testemunho até hoje. Atente-se, por exemplo, nas "nuances" significativas apontadas por Monte Carmelo (p.93) a respeito dos termos "negra" e "preta", às quais não são estranhos alguns sinais de preconceito racial: "*Nêgra*, as. Alguns fazem diferença entre *Nêgra*, e *Prêta*; porque applicam *Nêgra*, &c. a brutos, e coisas inanimadas; e *Prêta*, &c. a mulheres, e homens de cór nêgra".

Vejamos agora alguns dos exemplos das influências mencionadas tanto na *Orthographia*, de Madureira Feijó, como no *Compendio de Orthografia*, de Monte

Carmelo. Da primeira, retirámos os seguintes, que significativamente nos dão conta das realidades e culturas asiática, africana e americana:

Emendas Erros

- "**Canequim**, panno da India." (p.234)
"**Cardamômo**, planta da India." (p.236)
"**Cotia**, pen. longa hum animal por modo de coelho no Brasil, e huma embarcação na India." (p.259)
"**Crioulo**, Croilo, o pretinho nascido em casa do senhor." (p.262)
"**Jacarandá**, hum pão do Brasil." (p.351)
"**Jalêa**, embarcação da India." (p.351)
"**Malaguês**, moeda da India." (p.387)
"**Mandiga**, e **Mandinga** são dous Reynos de Africa: e deste segundo he, que os negros são grandes feiticeiros, e usaõ humas bolsas, a que chamaõ **Mandingas**, para os não passar a espada." (p.388)
"**Mandiôca**, hũa raiz, de que comem os do Brasil como pão." (p.388)
"**Maracujá**, herva do Brasil." (p.390)
"**Mazagaõ**, praça nossa em Africa. Erro *Marzagaõ*." (p.394)
"**Mazômbô**, o que he filho do Brasil." (p.394)

Da obra do carmelita, destacámos, por sua vez, os seguintes exemplos:

- "**Azeróla, as.** Arvore, e seu fructo." (p.404)
"**Bainilha, as.** Planta da América Hespanhóla, da qual o fructo se-mistura no chocolate." (p.155)
"**Bambú, ús.** Certa cânna da India. Daqui *Bambua*, *aes*." (p.158)
"**Batéca, as.** He Melancia. Batéca he termo das Indias, que não se-deve usar em Portugal." (p.164)
"**Baxâna, as.** Arvore da India." (p.165)
"**Botóque** he hũa pedra, que os Índios metem na barba." (p.165)
"**Cabra, as.** No Brazil tambem significa homem, ou mulher, nascida de mulata e prêto, ou de preta e mulato." (p.188)
"**Cambója.** Reino da India." (p.189)
"**Cambolim, ins.** Droquete da India." (p.189)
"**Calambá, ás,** ou *Calambûco, os.* Pau oleoso, aromatico, e salutífero da Asia." (p.189)
"**Calômba, as.** Raiz amargosa de Africa contrafebril." (p.189)
"**Cogêlo,** ou **Quogêlo, os.** Animal de Africa semelhante a Crocodilo." (p.90)
"**Cabôclo, os.** Filho de mãe prêta, e de pae Americano." (p.187)
"**Coxim, ins.** Almoçada." (p.307)
"**Curibóca, as.** Braziliense nascido de pae americano, e de mãe prêta. Tambem se-chama *Cabôclo*. Vide *Mazombo*." (p.193)
"**Engalla, as.** Fera de Africa." (p.363)
"**Gazélla, as.** Animal do Oriente com pontas de cabra semelhante ao corço, ou gâmo, como cabra do Gerêz." (p.364)
"**Golabeira, as.** Arvore da America, que produz goiábas." (p.203)
"**Ichneumo, os.** Animal da India, semelhante a gato, ou a lontra, e certa especie de moscas." (p.347)

- "**Jambeiro, os** Arvore da India " (p 204)
 "**Jeropomonga, as** Serpente da America " (p 326)
 "**Mazômbo, os** Brazilense, filho de Europeôs nascido no Brazil Vid *Cunbóca* " (p 208)
 "**Pacôba, as** Arvore de Africa " (p 211)
 "**Pitômba, as** Fructo " (p 211)
 "**Pitombêira, as** Arvore do Brazil, que produz pitombas " (p 211)
 "**Sanzála, as** Habitaçâm de Indios, e Pretos da America " (p 415)
 "**Thé, es** Chá do Japâm Alguns chamam *Thé* ao Chá da China, e a outro qualquer Pouco us " (p 353)
 "**Umbú, ús** Planta do Brazil " (p 226)
 "**Urumbéra, as** Planta do Brazil " (p 226)
 "**Xá** Palavra Persiána, que significa Rei *Chá* he herva bem conhecida " (p 315)
 "**Xamáta, as** Pânno da India " (p 315)
 "**Xarafim, ou Xerafim, ins** Moéda da India " (p 315)
 "**Zabucál, áes** Arvoredo do Brazil " (p 226)
 "**Zambeira, as** Arv de zambôas " (p 227)
 "**Zambúco, os** Certa embarcaçâm da India " (p 227)

Desta abundante presença ultramarina nos conspectos lexicais dos dois ortografistas, se depreende quão intensa e profunda era a relação da língua com a dispersão geográfica dos seus falantes e suas vivências quotidianas, se bem que muitos dos termos conhecidos e usados em boca dos portugueses, nas longínquas paragens por onde viajavam e se fixaram criando raízes, jamais circularam em Portugal, não tendo sido, portanto, integrados, em outros casos, porém, deixaram de circular devido à desvitalização ou substituição das realidades a que faziam referência

Apesar de não se enquadrarem numa inventariação geral do léxico, como são os dicionários de língua, os exemplos acima atestam claramente que a influência das culturas e da experiência ultramarinas havia sido assimilada pela norma linguística, para cuja delimitação e fixação as obras de Madureira Feijó e Monte Carmelo visavam contribuir. Devemos, no entanto, considerar a probabilidade de alguns dos vocábulos atrás indicados, os menos correntes em especial, terem sido colhidos em dicionários coevos dos ortografistas, ou anteriores a estes, facto que mereceria um confronto sistemático destas listas com as entradas dos dicionários.

3.2 Léxico e cultura europeia

Paralelamente à vigência do mundo ultramarino no léxico português setecentista, regista-se a referência a domínios lexicais decorrentes de influências culturais europeias, designadamente a francesa, que é denunciada por Monte Carmelo. De facto, este ortógrafo foi um observador atento da dinâmica linguística, como no-lo indicam as muitas observações pertinentes sobre a pronúncia da época, dando-nos a conhecer o grau de expansão de certos fenómenos; deixou-nos igualmente uma das primeiras classificações e descrições dialectais do português europeu – a primeira havia sido proposta, em 1721 (1ª impr., 228p.)/1725 (2ª impr., 356p.) por D. Jerónimo Contador de Argote nas *Regras da Lingua Portuguesa, Espelho da Latina*,

ou disposição para facilitar o ensino da lingua Latina pelas regras da Portugueza... –, na qual Monte Carmelo identifica com acerto os principais traços distintivos dos vários dialectos, acompanhados de saborosa ilustração. Quanto à recente transfusão lexical a partir de culturas europeias, é de salientar que o carmelita refere com muita clareza e acuidade, a introdução de galicismos, cujo uso excessivo denuncia. O combate ao galicismo tornar-se-á, de resto, um aspecto central da reflexão linguística setecentista, nomeadamente pela mão de Francisco José Freire, nas suas *Reflexões sobre a Lingua Portugueza*, de 1773, somente editadas na primeira metade do século seguinte (1842) por Cunha Rivara, director da Biblioteca Pública de Évora, onde se guarda o manuscrito do escritor arcádico. Perseguindo o mesmo ideal de purismo linguístico, também o Cardeal Saraiva (1766-1845) reunirá muitos galicismos sob o título de *Glossario das Palavras e Frases da Lingua Franceza, que por descuido, ignorancia, ou necessidade se tem introduzido na Locução Portugueza moderna; com o juizo critico das que são adoptaveis nella* (1816).

Ao apresentar os chamados “Nomes modernos”, Frei Luís do Monte Carmelo tece as considerações seguintes:

Alguns *Orthologos* usam dos seguintes Nomes *Egotismo*, *Tuismo*, *Nostrismo*, *Vestrismo*, e *Suismo*. *Egotismo* he o *amor proprio* da pessoa, a quem se-falla, ou de coisa sua. *Nostrismo* he o *amor proprio* das pessoas, que fallam, ou de hum, que falla por muitos, e de coisa sua. *Vestrismo* he o *amor proprio* das pessoas, a quem se-falla, e de coisa sua. E finalmente *Suismo* he o *amor proprio* da pessoa, ou pessoas, de quem se-falla, e de coisa sua. A estes se-podem accrescentar outros modernos Nomes, e Verbos, que sam os seguintes. *Debóche*, isto he, *Demazia em comer, e beber*, ou *Desordem nas acções*. *Detalhe*, isto he, *Divisam*, ou *Distribuçãem de algum todo em partes*, &c. *Galimacia*, isto he, *Discurso confuso*. *Passagem*, isto he, *Texto*, ou *Lugar do Livro*. *Remonstrança*, isto he, *Representaçãem*, ou *Discurso exhortatorio*, ou *Pathetico*. *Resúrce*, ou *Ressúrça*, isto he, *Remedio*, *Recurso*, ou *Meio para evitar algum fim*, &c. *Debóchar*, isto he, *Seduzir*, ou *Corromper moralmente*, &c. *Debóchar-se*, isto he, *Entregár-se aos vicios*. E finalmente *Engajar*, isto he, *Induzir com empenho, e efficacia*, *inclinár*, *Mover com actividade*, ou *Obrigar*. Todos estes Nomes, e Verbos ultimos derivados da *Lingua Franceza*, entram agora na *Moda*, como tambem os primeiros. ***Nam escrevi todos estes Vocabulos nos Catalogos precedentes, nem em outro lugar deste Compêndio; porque nem me-atrevo a reprová-los, como Abusos, ou superfluos, nem tambem os-approvo, em quanto nam conseguirem universal aceltaçãem, ou ao menos hum grande uso de pessoas principaes, e eruditas.*** (p.724-5, o grifo é nosso)

Aos exemplos aduzidos acima, em outro lugar do Compêndio acrescenta Monte Carmelo mais um exemplo com a mesma procedência: “*Conducta*, isto he, *Procedimento*, *Modo de vida*, &c. He *Térmo da Moda*, de que alguns usam sem necessidade, antes com bastante confusãem; porque este Nome significa diversas coisas na nossa *Lingua*, como já direi” (p.297-8). A seguir à entrada em que faz estas observações, aparecem mais duas, nas quais define os sentidos vernáculos: “*Condûcta, as*. *Térmo da universidade*. Salário de Cadeira pequena. Daqui *Conductário*, isto he, *Doutor*, que tem a referida *Condûcta*” e “*Condûcta, as*. *Conducçãem de gente para a guerra*, ou *Conducçãem de outras coisas*, como v.g. a *Conducta da terra Santa*” (p.298).

As palavras do ortografista carmelita sugerem-nos duas reflexões: a primeira tem a ver com o facto de que os seus comentários revelam a consciência da necessidade da sanção social das formas, quer dizer, esta é uma condição inerente à admissão de novos vocábulos no conspecto lexical; a segunda diz respeito à sensibilidade e intuição linguísticas do autor, que se traduzem numa fina apreensão da dinâmica dos usos e de seu estatuto social.

4 Epílogo

À vista das considerações e do depoimento dos ortografistas Madureira Feijó e Monte Carmelo, não nos restam dúvidas de que as listas de exemplos por eles fornecidas, com o propósito primordial de constituírem vocabulários ortográficos, excedem largamente esse escopo inicial, assumindo funções e características que as aproximam da prática lexicográfica e, até certo ponto, da prática terminográfica. De facto, ao incluírem informações de diversas naturezas – gramatical (género, número, categoria etc.), ortoépica, etimológica, assim como dados referentes aos níveis de língua ou registos, arcaísmos, regionalismos, variantes ortográficas etc. –, os dois ortógrafos injectam uma vertente dicionarística nas suas obras, que adquirem, por isso, o valor de verdadeiros exercícios paralexiconográficos. Num período de grande explosão dicionarística, tanto unilingue quanto bilingue (nomeadamente de confronto do português com outras línguas europeias), facto que poderá explicar-se pela urgência de codificação, não apenas ortográfica, mas linguística em geral, apoiada pela notável multiplicação de obras de índole metalinguística ao longo do século, estas manifestações de lexicografia e de terminografia, em consonância com os conceitos e o ideário da sua época, revelam inclusivamente o valor histórico-cultural das obras aqui examinadas. Disso quisemos dar um modesto testemunho, enquanto aguardamos a publicação dos restantes volumes do utilíssimo *Dicionário dos dicionários portugueses* (Messner, 1994, 1996).

GONÇALVES, M. F. Ancient Portuguese orthographies and paralexiconography in the XVIII century. *Alfa (São Paulo)*, v.40, p.103-117, 1996.

- **ABSTRACT:** *This essay aims at the analysis of two eighteenth century vocabularies (Feijó, 1734; Monte Carmelo, 1767) as exercises in paralexiconography or in unexplicit lexicography. With the purpose of evaluating the contribution of these inventories to the history of both lexicography and lexicology, two branches stand out: the inner structure of lexical inventories and the entries resulting from the assimilation of differently resourceful cultural data.*
- **KEYWORDS:** *Orthography; lexicography; lexicon; paralexiconography; microstructure; terminology.*

Referências bibliográficas

- BESSÉ, B. de. La définition terminologique. In: CENTRE D'ETUDES DU LEXIQUE. *La définition*. Paris: Larousse, 1990.
- CATACH, N. *Orthographe et lexicographie*. Paris: Didier, 1971. v.1.
- CENTRE D'ETUDES DU LEXIQUE. *La définition*. Paris: Larousse, 1990.
- GONÇALVES, M. F. Lexicologia e lexicografia: o testemunho de antigos ortografistas. In: COLÓQUIO DE LEXICOLOGIA E LEXICOGRAFIA, 1990, Lisboa. *Actas...* Universidade Nova de Lisboa, 1990a. p.242-7.
- _____. Notas para a história da pronúncia portuguesa. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, 4, 1990, Porto. *Actas...* Porto: Associação Portuguesa de Lingüística, 1990b. p.145-54.
- _____. Algumas notas sobre a ortografia portuguesa no século XVIII. *Biblos*, v.67, p.263-73, 1991.
- _____. Para uma história da pontuação portuguesa. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, 8, 1992, Lisboa. Associação Portuguesa de Lingüística, Lisboa, 1992a. p.225-37.
- _____. *Madureira Feijó, ortografista do século XVIII*: para uma história da ortografia portuguesa. Lisboa: ICALP, 1992b.
- _____. L'orthographe portugaise: de la période étymologique auz réformes du XX^e siècle. *Liaisons-HESO (Paris)*, n.19/20, p.137-46, 1992c.
- _____. Lexicografia e ortografia no dicionário da Academia (1793). In: CONGRÈS INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE ET PHILOLOGIE ROMANES, 20, 1993. Tübingen. *Actes...* Tübingen: Gunther Narr Verlag, 1993. v.4, p.651-64.
- _____. L'orthographe portugaise: histoire et système. *Travaux du SELF*, v.3, p.187-97, 1994.
- _____. Le groupe consonantique SC^{e,i} en portugais: étude synchronique et diachronique. In: XIX^e COLLOQUE INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE FONCTIONNELLE, 19, 1995. *Actes...* Coimbra: Faculdade de Letras, 1995. p.63-7.
- MESSNER, D. Contributions à la lexicographie portugaise. *Revue de Linguistique Romane*, v.58, n.231/232, p.388-401, 1994a.
- _____. *Dicionário dos dicionários portugueses*. Salzburg: Institut für Romanistik der Universität Salzburg, 1994-1996. 4v.
- SILVA, F. I. da. *Dicionário bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859.
- VERDELHO, T. Portugiesisch: lexicographie (lexicografia). In: *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. v.2. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1994. v.6, pte.2, p.673-92.

A APRESENTAÇÃO DOS VERBOS NUM DICIONÁRIO GRAMATICAL DE USOS

Sebastião Expedito IGNÁCIO¹

- **RESUMO:** Discutimos neste artigo as condições e as formas como devem ser apresentados os verbos num dicionário gramatical de usos, com base na estrutura valencial e nos aspectos sintático-semânticos e pragmáticos, segundo os quais se podem estabelecer as tipologias e as taxinomias da categoria proposta.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Uso; dinamicidade; estatividade; valência; ação; processo; estado.

1 O que é um dicionário de usos

Em princípio, um dicionário de usos não tem, evidentemente, como objetivo precípuo prescrever o uso da língua, mas sim descrever a maneira como a língua está sendo usada. No entanto, o usuário que se propõe consultar um dicionário normalmente o faz para se inteirar da maneira correta, ou usual, no emprego dos elementos linguísticos. E aí o dicionário de usos passa a assumir também uma função normativa. Assim, a responsabilidade do dicionarista se avulta. Além do necessário embasamento teórico e da coerência dos critérios lexicográficos, segundo os quais se farão as classificações, as descrições e os registros dos elementos linguísticos, é fundamental o cuidado na seleção dos dados realmente representativos.

Além disso, fatalmente um dicionário de usos, que pretenda ser fiel à realidade da língua que se propõe registrar, sofrerá restrições por parte dos adeptos das normas rígidas da tradição gramatical. Ainda que o registro se faça com base nos escritos mais representativos e abrangentes, tanto qualitativa quanto quantitativamente, tanto a escola quanto os concursos públicos ou quaisquer outros expedientes destinados a avaliar o desempenho da língua escrita resistirão a aceitar as inovações. Tendem sempre a considerar erro, "vulgarismo", ou, na melhor das hipóteses, "linguagem não-adequada" muitas formas e construções que já se tornaram correntes, usuais. Essa resistência deriva da concepção de que o único modelo aceitável como correto é o da língua dos escritores considerados clássicos. Mesmo

1 Curso de Pós-Graduação em Letras – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP.

os fatos que se podem abonar com Camões, Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós, Machado de Assis são considerados “cochilos” se não se enquadram na regra rígida da gramática normativa tradicional.

Esse conflito, no entanto, não pode ser empecilho ao dicionarista, por algumas razões básicas: primeiro porque a sua função é registrar com fidelidade as ocorrências. Assim, embora não tenha como objetivo a prescrição, ele atentará para os fatos realmente representativos e sistemáticos, registrando como normais formas estruturalmente diversas porém equivalentes em significação e frequência, e chamando a atenção para os fatos que se afiguram como tendências da língua. Segundo, porque, embora não se tenha ainda entre nós uma definição precisa e atual do que seja o padrão lingüístico culto, há uma tradição gramatical que se evidencia na produção escrita, de modo geral, que há de ser sempre diversa da língua oral.

Como mera ilustração, gostaríamos de citar aqui alguns fatos, ainda condenados pela gramática normativa, presentes na língua escrita desde as primeiras manifestações do modernismo e que são abundantes nos textos contemporâneos.

Aproveitando o levantamento feito por Sílvia Elia (1963) sobre “a contribuição lingüística do modernismo”, vejamos, primeiramente, o que o autor chama de “fatos fonéticos”, tidos como transgressões das regras da norma culta, como tentativa dos modernistas de aproximação da língua escrita com a oral, e até mesmo pela “ânsia nacionalista”, e que, na verdade, são formas encontradas nos clássicos.

De Jorge de Lima, em *Calunga*, cita o autor:

- (1) “o maquinista ficou de cócoras em frente da máquina *maginando* como desenrascar aqueles ferros do inglês.”

De Carlos Drummond de Andrade, em *Poesia até agora*, cita:

- (2) “A família mineira
está *quentando* sol
sentada no chão.”

“Maginar” e “quentar” são formas registradas, segundo o autor, por Padre Augusto Magne, no *Glossário da Demanda*, e por Padre Anchieta (“*quentar-se* ao fogo do amor divino”).

Em textos contemporâneos, encontramos:

- (3) “Coriolano deu para *maginar* se não seria melhor largar de besteira.” (Filho, 1965)
- (4) “*Magina* só: eu agora estava com vontade de cigarrar.” (Rosa, 1951)
- (5) “Que frio! E o diabo do sol não *quenta* coisa nenhuma.” (Rosa, 1951)
- (6) “De repente [o cão] manifestara-se ali a *quentar* fogo.” (Amado, 1984)

Sabemos que essas formas são mais frequentes na língua falada; todavia, estando também registradas na escrita, encontradas até em textos considerados clássicos, não há razão para que o dicionarista as sonegue.

Dentre os "fatos sintáticos", citemos o tão combatido uso do verbo "ter" pelo "haver":

De Carlos Drummond de Andrade, o conhecidíssimo "No meio do caminho *ti- nha* uma pedra."

De Jorge de Lima, em *Calunga*:

- (7) "Nos olhos de Janaína
Na cauda de Janaína
tem cem doninhas pulando."

Este emprego longe está de ser um brasileirismo, uma vez que, conforme registra Jucá Filho (1953), se encontra, entre outros, em Camilo, "*Tem* lá uma coisa que chamam academias", e em Eça de Queirós, "*Tem* ali um pomar, que dá os pêssegos mais deliciosos de Portugal". É também de uso corrente nos textos escritos contemporâneos:

- (8) "Não *tem* jeito, João Grilo morreu." (Suassuna, 1963)
(9) "*Tem* aí um Doutor Germano, este então não para de falar." (Jardim, 1980)
(10) "*Tem* uma coisa no ar que inquieta." (Brandão, 1985)

Para citar mais uma construção "condenada", lembremos o emprego dos verbos de movimento com a preposição "em":

De Murilo Mendes, em *História do Brasil*:

- (11) "*Chegaram na capital*
Bem limpinhos e bem lavados."
Ou:
"Mas ninguém *vai nessa escola*:
Não *tem* estrada pra lá."

Para "regulamentar" esse uso, bastaria que a gramática normativa citasse Camões, em *Os Lusíadas*:

- (12) "*Nalgum porto seguro*, de verdade,
Conduzir-nos já agora determina."

Na linguagem contemporânea, temos:

- (13) "Ele só *ia em Andaraí* quando fazia de um conto de réis pra cima." (Salles, 1966)
(14) "*Fui em outra festa* com Marcinha." (Paiva, 1982)
(15) "*Chegamos em Belém* no fim da tarde." (Sousa, 1983)

Outro exemplo de regência verbal ainda não aceita como correta é o uso de verbos como "aspirar" (almejar) e "assistir" (presenciar) como transitivos diretos, ou seja, sem o emprego da preposição "a", também presente na língua escrita contemporânea:

- (16) "As mulheres () também *aspiram uma situação de vida mais definida*." (Melo, 1975)

- (17) "O que todos *aspiram* é fartura e alegria." (Ribeiro, 1983)
 (18) "isso é qualidade requerida daquele que *aspira um cargo de oficial de igreja*." (Lessa, 1976)
 (19) "Ela *assistia missa e novena* de um banco da primeira fila." (Queirós, 1992)
 (20) "A adaptação teatral do livro, *que assisti* no teatro de arena, nada subtraiu nem acrescentou do original." (Rey, 1989)

Em que pese, pois, a resistência da gramática normativa, um dicionário de usos deverá registrar formas como "engulir", bem como construções do tipo "deparar-se com", "namorar com" etc., desde que sejam encontradas nos textos de escritores contemporâneos, pois, afinal, elas atestam tendências da língua. Se a gramática escolar não as aceita não será motivo para que o dicionarista não as registre. Esse registro poderá até servir de fonte a uma revisão da norma-padrão estabelecida.

Dos usos agora citados, colhemos os seguintes exemplos:

- (21) "*Enguli* muitas vezes a saliva com gosto ruim de cuspe." (Borges, 1965)
 (22) "A voz lhe faltou. *Enguliu* um soluço, fez um esforço para não chorar." (Montenegro, 1960)
 (23) "E agora é só dobrar assim e está pronto para *engulir*." (Fernandes, 1963)
 (24) "Este é o problema central *com que se depara* o administrador financeiro." (Shubert, 1989)
 (25) "*Deparei-me com* cobras e onças." (Miranda, 1991)
 (26) "Ela está *namorando com* o gringo do circo." (Marinho, 1963)
 (27) "Quem é que vai querer *namorar com* um sujeito assim?" (Marcos, 1979)

Em síntese, diríamos que um dicionário de usos não há que sonegar o registro de formas ou construções em uso na língua, só pelo fato de estarem em discordância com os preceitos tradicionais da gramática escolar, todavia há que se adotar algum critério nas apresentações. Por exemplo, registrar normalmente as formas que se equivalham em significação e frequência, e chamar a atenção, talvez em nota, para aquelas que se apresentam menos frequentes, mas que se afiguram como tendências da língua.

2 Apresentação dos verbos num dicionário de usos

A apresentação dos verbos obedecerá a uma análise e classificação, segundo critérios previamente definidos. Teoricamente, os verbos podem se classificar de acordo com as relações semântico-sintáticas que mantenham com o sujeito, argumento de primeiro grau (A_1), e com o objeto ou complemento direto, argumento de segundo grau (A_2) (Ignácio, 1984).

A partir das relações com A_1 , os verbos indicarão:

(i) AÇÃO, com sujeito *instigador*, com os traços + *controle*, + *voluntariedade*, + *causatividade*, portanto, Agentivo:

(28) Fernando *viaja* todos os dias;

(ii) PROCESSO, com sujeito *afetado*, constituindo-se, portanto, no Paciente do evento. Em princípio, neste caso o sujeito se caracteriza como Experimentador, Receptivo ou Beneficiário:

(29) Sarita *emagreceu* com o regime;

(30) Raimundo *adoeceu*;

(31) César *recebeu* indulto de Natal.

Verbos primitivamente indicadores de ação selecionam sujeito Objetivo nas construções processivas:

(32) As águas estão *subindo* rapidamente.

(iii) ESTADO, com sujeito *inativo*, Objetivo, em princípio não afetado, exceto com os determinados verbos volitivos, sensitivos, opinativos, cognitivos (“querer”, “gostar”, “julgar”, “saber” etc.), em que o sujeito é Experimentador:

(33) Queremos um governo justo.

(34) João *gosta* de matemática.

(35) Paulo *julga* que sabe tudo.

(36) Manuel *sabe* que não será eleito.

A relação lógica que se estabelece nas frases com verbo de ação é sempre a de um FAZER, por parte do sujeito, enquanto nas frases processivas há sempre um ACONTECER, em relação ao sujeito (Chafe, 1979). Diríamos que nas frases estativas há um SER/ESTAR/EXISTIR.

Ação e processo se realizam simultaneamente quando há um FAZER por parte de A_1 e um ACONTECER em relação a A_2 . Nesse caso, A_2 será sempre *afetado*, afetamento este que se caracteriza tanto por uma mudança de estado físico, incluindo mudança de lugar, quanto por um condicionamento psicológico. Ocorre, ainda, o objeto *efetuado*, ou *resultativo*, aquele que “passa a existir”. Assim, A_1 poderá ser Agentivo, Causativo ou Instrumental,² e A_2 será Paciente, Experimentador, Receptivo, Beneficiário ou Resultativo, não necessariamente numa relação de causa e efeito predeterminada entre os dois argumentos. Como exemplos de verbos que podem compor frases ativo-processivas, podemos citar “quebrar”, “levar”, “magoar”, “fazer” etc., em frases como:

(37) O cigano *quebrou* uma dúzia de pratos.

2 As funções temáticas Agentivo, Causativo e Instrumental se distinguem, fundamentalmente, pelos traços + *controle* (controlador) e + *voluntariedade*, próprios do Agentivo; - *controle* (não-controlador e não controlado) e - *voluntariedade*, próprios do Causativo; + *controle* (controlado) e - *voluntariedade*, próprios do Instrumental.

- (38) O vento *levou* as nuvens para o Sul.
(39) Minhas palavras *magoaram* os ouvintes.
(40) Margarida *fez* um bolo de cenoura.

Com base nessas relações fundamentais, é possível estabelecer uma tipologia matricial para o registro dos verbos no dicionário. Todavia, uma descrição gramatical não pode contentar-se apenas com a indicação dessa tipologia. Cabe ao dicionarista descrever todas as estruturas, sejam semântico-sintáticas, sejam morfossintáticas, que realmente ocorram. Isso significa que se devem descrever, além das estruturas morfossintáticas e traços semânticos pertinentes dos argumentos, próprios das estruturas-padrão típicas de cada verbo, também os arranjos sintáticos ocorridos nas estruturas derivadas. Cite-se, como exemplo, o verbo “conversar”, que, como verbo de ação, na sua acepção básica, teria a seguinte estrutura valencial: Sujeito Agente e complemento constituído por nome humano precedido da preposição “com”:

- (41) O governo *conversará* com sindicalistas.

Como sujeito e complemento são constituintes simétricos, estes podem coordenar-se ou condensar-se numa forma de plural, fato que deverá ser levado em conta pelo dicionarista:

- (41a) Governo e sindicalistas *conversarão*.
(41b) As duas partes/eles *conversarão*.

Por outro lado, será a partir da função pragmática que o verbo adquire no texto que se haverá de fazer a sua descrição, pois é a partir daí que ele adquirirá o estatuto semântico de verbo de ação, de processo, de ação-processo ou de estado.

Assim, uma mesma forma lexical se classificará diferentemente, tanto em razão da estrutura sintático-semântica ou valencial, como também em razão da dimensão pragmática, ou seja, do contexto.

No primeiro caso, cite-se o exemplo já bastante conhecido do verbo “abrir”, que poderá compor frases processivas, ativo-processivas (estas com sujeito Agente, Causativo, Instrumental) e até frases estativas:

- (42) A porta *abriu*. (Processiva.)
(43) Frederico *abriu* a porta. (Ativo-processiva, com sujeito Agente.)
(44) O vento *abriu* a porta. (Ativo-processiva, com sujeito Causativo.)
(45) A chave *abriu* a porta. (Ativo-processiva, com sujeito Instrumental.)
(46) Desde cedo uma toalha branca *se abria* sobre a mesa. (Estativa, com sujeito Objeto.)

No segundo caso, cumpre atentar-se para as ocorrências em que não se pode fazer uma análise considerando-se apenas os limites da oração. Evidentemente, alguns marcadores situacionais, constituintes da oração, são muitas vezes suficientes para a identificação das relações semânticas que permitirão a classificação do verbo. É o caso, por exemplo, da expressão “desde cedo” em (46), que permite a

paráfrase “estava aberta” em lugar de “se abria”. Em outras situações, entretanto, só o contexto maior permitirá uma análise correta. Por exemplo:

(47) Governo democrático *impede* rebelião.

O verbo desta frase, elaborada como título de um texto, possui todas as características para ser classificado como de ação-processo, compondo, pois, uma frase dinâmica. Todavia, em razão do texto a que pertence, assume outra função:

(47a) “A História tem demonstrado que todos os movimentos de revoltas populares se realizam nos países de regimes ditatoriais. Isso nos leva a concluir que *governo democrático impede rebelião*.”

Neste texto o verbo “impedir” estabelece uma relação estativa com o sujeito, uma vez que descreve uma “possibilidade de SER”, não a “realidade de um FAZER”.

Assim, não será a forma lexical que determinará a classe sintático-semântica do verbo, mas a sua função textual. Evidentemente, existem formas prototípicas que, em princípio, caracterizam determinadas classes de verbos, todavia dificilmente serão exclusivas e permanentes em qualquer contexto. Seja, por exemplo, o verbo “correr”, protótipo de um verbo de ação, mas que pode indicar processo e até estado:

(48) A criança *corria* no parque. (Ação.)

(49) A bola *corre* no gramado. (Processo.)

(50) Uma fita amarela *corre* de um extremo ao outro do salão, dividindo-o em dois hemisférios. (Estado.)

Note-se que a acepção do verbo “correr” em (50) não é a mesma de (48) e (49). A relação estabelecida com o sujeito (“Uma fita amarela”) não leva à noção de “movimento”, mas sim à de “estar fixada ao longo de”.

O próprio verbo “ser”, protótipo das relações estativas, pode assumir caráter dinâmico em construções como:

(51) O governo do Iraque *está sendo* implacável com os rebeldes.

Observe-se que, neste caso, o conjunto “está sendo implacável” é que imprime à frase um caráter dinâmico. Logo, não se pode considerar o verbo isolado da estrutura sintagmática de que faz parte.

As características formais indicativas de tempo e aspecto são também caracterizadoras dos aspectos dinâmico *versus* estativo. No entanto, não podem ser o ponto de partida para a classificação do verbo, uma vez que elas são condicionadas e não condicionantes, isto é, a relação de estado ou de processo é que condiciona o tempo/aspecto verbais. Como exemplo, temos:

(52) Os currais da fazenda *pretejavam* de urubus. (Aspecto imperfectivo; frase estativa = “*estavam* pretos de urubus”.)

(53) De repente os currais *pretejaram* de urubus. (Aspecto perfectivo; frase processiva = "*ficaram* pretos de urubus".)

Em suma, num dicionário gramatical de usos, os verbos devem ser classificados segundo critérios sintático-semânticos previamente definidos, mas que só se concretizam no texto, ou seja, em razão das realizações concretas de fala. É numa realização textual que se configuram as características funcionais dos verbos. Daí se observarem fatos como.

- (i) uma mesma forma lexical seleciona sujeitos semanticamente distintos, podendo compor orações tipologicamente distintas. Veja-se o exemplo citado do verbo "abrir" que tanto pode compor frases dinâmicas (ativo-processivas – com sujeitos semanticamente diversos – e processivas), quanto frases estativas;
- (ii) uma mesma forma lexical pode compor frases dinâmicas ou estativas, de acordo com as relações semânticas que estabelece com o sujeito;
- (iii) verbos primitivamente dinâmicos podem estabelecer relações estativas e vice-versa,
- (iv) uma mesma forma lexical adquire acepções diversas, de acordo com as funções semânticas dos constituintes oracionais e, conseqüentemente, de acordo com o tipo de frase que compõe

Além dessas principais classes de verbos, o dicionário deve registrar também as subclasses, tais como as formas que auxiliam na construção do enunciado, indicando aspecto e modalidade. Como exemplo, temos "começar" que, precedendo a + infinitivo, indica aspecto inceptivo, e "dever" que, precedendo infinitivo, indica possibilidade, obrigatoriedade, necessidade:

(54) Magalhães *começou* a falar sobre economia.

(55) O presidente *deve* chegar segunda-feira.

(56) O governo *deve* cumprir a Constituição.

(57) Para a melhoria das condições de tráfego, as rodovias *devem* ser privatizadas.

Outras ocorrências a serem registradas são as *lexias verbais* e as *expressões*. As primeiras se constituem de um verbo suporte associado a um núcleo nominal abstrato, cujo conjunto equivale a um verbo de raiz igual à do nome. Exemplos: *dar murros* = "esmurrar"; *tomar banho* = "banhar-se". Nem sempre a lexia corresponde a uma forma verbal existente na língua, mas esta pode ser prevista pelo sistema ou possui uma forma sinônima: *dar pontapé* = "pontapezar" (?) / "chutar"

As expressões se constituem de um conjunto gramaticalizado que se constrói em torno de um verbo. Caracterizam-se por terem um significado atual diverso do significado de seus elementos constituintes. Exemplo: *dar com os burros n'água* = "ser malsucedido", "fracassar".

Considere-se, finalmente, a descrição gramatical na montagem dos verbetes. Com base na estrutura valencial do verbo é que se farão as indicações sintáticas,

semânticas e morfossintáticas. Do ponto de vista semântico, indicam-se as funções temáticas dos argumentos, bem como traços semânticos pertinentes, como *concreto/abstrato*, *animado (humano/não humano)*, *contável/não contável* etc., além, evidentemente, da aceção do verbo. Do ponto de vista morfossintático, indicam-se os tipos e as estruturas dos complementos. Como exemplo, cite-se o verbo “transportar” numa construção como:

(58) José *transporta* óleo diesel de São Paulo para o Nordeste e emigrantes nordestinos do Nordeste para São Paulo.

Este verbo, que tem a aceção de “levar de um lugar para outro”, se descreverá como indicativo de ação–processo, com três complementos: complemento₁, constituído por nome concreto; complemento₂, locativo de origem; complemento₃, locativo meta.

Como poderá ocorrer o apagamento dos complementos 2 e 3, estes serão descritos como facultativos (±):

(58a) José *transporta* óleo diesel e emigrantes.

Do exposto, concluímos:

1 Um dicionário gramatical de usos, ainda que venha a ser uma orientação aos usuários, não terá caráter normativo. Há de ser o registro fiel da língua em uso numa determinada época. Será tanto mais verdadeiro quanto mais abrangente e mais representativo for o seu *corpus*. Deve contemplar os diversos tipos de textos e, num país como o Brasil, deve abranger a produção escrita de todas as regiões. Cite-se, como exemplo, o Projeto DUP (Dicionário de Usos do Português Contemporâneo do Brasil) em elaboração por uma equipe de pesquisadores da UNESP, Departamento de Linguística da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, sob a coordenação de Francisco da Silva Borba. A equipe trabalha com um *corpus* que já atinge cerca de quinze milhões de ocorrências, abrangendo os vários tipos de literatura (romanesca, dramática, oratória, jornalística e técnica) produzida nos últimos 50 anos.

2 A apresentação dos verbos se deve fazer segundo uma classificação sintático-semântica e de acordo com a função que ele exerce no texto. Isso implica dizer que a apresentação se faz com base numa análise funcional, levando-se em conta os níveis sintático e semântico e a dimensão pragmática. Em se tratando de um dicionário gramatical, há de se descrever a estrutura oracional própria de cada verbo, de acordo com a sua valência.

IGNÁCIO, S. E. The presentation of verbs in a usage dictionary. *Alfa (São Paulo)*, v.40, p.119-128, 1996

- **ABSTRACT** *In this paper, we discuss the conditions and forms of how the verbs should be presented in a usage grammatical dictionary based on their valencial structure and on their syntactic-semantic and pragmatic aspects, according to which we may establish the typologies and taxonomies of the proposed category*
- **KEYWORDS** *Usage, dynamicity, stativity, valence, action, process, state*

Referências bibliográficas

- AMADO, J. *Tocaia grande*. Rio de Janeiro: Record, 1984.
- BORGES, D. *O ídolo de cedro*. São Paulo: Livros Artes, 1965.
- BRANDÃO, I. L. *O beijo não vem da boca*. Rio de Janeiro: Global, 1985.
- CHAFE, W. L. *Significado e estrutura lingüística*. Trad. de Maria Helena M. Neves et al. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.
- ELIA, S. *Ensaios de filologia*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1963.
- FERNANDES, M. *Fábulas fabulosas*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1963.
- FILHO, A. *Os servos da morte*. Rio de Janeiro: GRD, 1965.
- IGNÁCIO, S. E. *Para uma tipologia dos complementos verbais do português contemporâneo do Brasil*. Araraquara, 1984. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- JARDIM, L. *O ajudante de mentiroso*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.
- JUCÁ FILHO, C. J. *O fator psicológico na evolução sintática*. 2.ed. Rio de Janeiro: Simões, 1953.
- LESSA, E. *Eu era cego e agora vejo*. Rio de Janeiro: Pendão Real, 1976.
- MARCOS, P. *Dois perdidos numa noite suja*. São Paulo: Global, 1979.
- MARINHO, L. *Um sábado em 30*. Rio de Janeiro: Revista de Teatro, 1963.
- MELO, M. C. *O bóia fria*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- MIRANDA, A. *O retrato do rei*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- MONTENEGRO, J. B. *As viagens*. Rio de Janeiro: Gavião, 1960.
- PAIVA, M. R. *Feliz ano velho*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- QUEIRÓS, R. de *Memorial de Maria Moura*. São Paulo: Siciliano, 1992.
- REY, M. *O roteirista*. São Paulo: Ática, 1989.
- RIBEIRO, D. *Carta-discurso de posse do acadêmico Darcy Ribeiro*. Brasília: Senado Federal, 1983.
- ROSA, G. *Sagarana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.
- SALLES, H. *Cascalho*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966.
- SHUBERT, P. *Análise de investimentos e taxas de retorno*. São Paulo: Ática, 1989.
- SOUSA, M. *Galvez, o imperador do Acre*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- SUASSUNA, A. *Auto da compadecida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

A PRÁTICA LEXICOGRÁFICA: ONDE CIÊNCIA E ARTE SE ENCONTRAM

Maria Helena de Moura NEVES¹

- RESUMO: O objetivo do trabalho é refletir sobre o fato de que a prática lexicográfica moderna tem de se assentar em uma base gramatical consistente e, ainda assim, produzir obras que possam ser facilmente entendidas por usuários comuns.
- PALAVRAS-CHAVE: Dicionário; gramática; léxico; uso lingüístico.

Existe uma tradição lexicográfica que preside aos dicionários das línguas e que pode resumir-se no seguinte fato geral: para cada uma das entradas de um dicionário fornecem-se definições que constituem codificações semânticas fechadas em si e particulares, às quais o consulente deve submeter o item cujo significado ele precisa conhecer, num determinado momento de uso – passivo ou ativo – de uma língua.

Pela própria natureza desses dicionários – em que, desvinculadamente do uso, se busca oferecer um rol de significados potenciais –, o consulente acaba não conseguindo aproveitar muito bem as opções oferecidas: de um lado, o recorte do espectro significativo total deixa lacunas, e, de outro, ele comporta superposições, o que resulta em prejuízo para o cumprimento da finalidade maior da obra, que é a sua aplicabilidade ao uso lingüístico.

Sabemos, entretanto, que o dicionário é obra de respeito dentro de qualquer sociedade. Os dicionários da língua são verdadeiros monumentos dentro da cultura que se faz naquela língua e, com certeza, ocupam posição de destaque nas estantes das famílias que se querem letradas. Mas, no exercício real dos indivíduos como “animais que falam”, que papel tem, realmente, o dicionário?

Antigamente se chamava “pai dos burros” ao dicionário, o que, no fundo, envolve um preconceito: consulta-se o dicionário porque se ignora algo. Se hoje a expressão saiu de moda, o preconceito parece que continua, e muitas pessoas – até escolarizadas – preferem perguntar a outra qualquer “o que significa” isto ou aquilo a abrir um dicionário e lá tentar obter a informação de que precisam. E fica a questão: é mais fácil perguntar do que percorrer o dicionário, ou o caso é que é mais fá-

¹ Curso de Pós-Graduação em Letras – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP.

cil entender uma explicação do que as definições que o dicionário dá? Tenho uma experiência pessoal bastante interessante: certa vez dei um dicionário de português à menina Camila, de doze anos, e ela, para me mostrar que recebia com gosto o presente, abriu imediatamente o livro ganho para procurar uma palavra qualquer, não sem antes observar: "Vou procurar uma palavra que já conheço, porque dicionário é assim: se a gente procura uma palavra que não conhece, a gente não entende nada". Quer dizer: o dicionário perdeu todo o seu sentido. O pior foi que, depois de lida a definição lexicográfica da palavra procurada, a menina disse, desolada: "Não entendi nada! Eu não disse? Nem conhecendo a palavra adianta procurar no dicionário!".

O problema central que se pode detectar, no cômputo geral da utilização dos dicionários da língua, é, realmente, esse da pouca aplicabilidade das definições à utilização real da língua. E aqui volto à reflexão inicial, que diz respeito ao caráter hipotético, abstrato e artificial do seccionamento da massa de significação que, em geral, ocorre na delimitação do alcance de cada significado registrado para as entradas.

A reflexão sobre esse problema remete imediatamente ao papel da "colocação" da palavra nos enunciados, isto é, à sintagmatização – portanto, em última análise, à gramática. Em relação à conduta tradicional, de base essencialmente paradigmática, a preocupação com as "colocações" envolve o exercício das aplicações da contigüidade e, mais especificamente, da determinação dos "arranjos" que entre si os itens da língua estabelecem, nos enunciados.

Tomemos, como exercício, o substantivo *invasão*, que no *Aurélio* (Ferreira, 1986) aparece definido como "ato ou efeito de invadir". *Invadir*, por sua vez, traz as seguintes definições:

1 "entrar à força/de modo hostil em; ocupar à força; conquistar"; exemplo: *No século XV os bárbaros invadiram o Império Romano.*

2 "difundir-se em"; exemplo: *A água invadiu as ruas.*

3 "dominar, tomar"; exemplo: *Foi aí que uma saudade absurda o invadiu: a saudade do que não acontecera.* (Macedo Miranda, *As três chaves*, p.97)

4 "apoderar-se violentamente de; usurpar"; exemplo: *O poder executivo invadiu a competência do judiciário.*

Observa-se que a definição oferecida para *invasão* incorpora uma dependência total do corpo de definições oferecidas para *invadir*. E a pergunta inicial é a seguinte: até que ponto o leitor que já não saiba o que significa *invasão* se beneficiará do que lhe vem oferecido no dicionário para essa entrada ("ato ou efeito de invadir")? Ou, dito de outra maneira: até que ponto o consulente que não saiba o que significa *invasão* saberá transpor, por si, o percurso que vai das definições lexicográficas do verbo para as definições lexicográficas do nome? Vamos por partes.

Começemos pelo verbo:

- O corpo de definições dado para *invadir* abriga quatro grupos de acepções: as de números 1, "entrar", "ocupar", "conquistar"; 3, "dominar", "tomar"; e 4, "apode-

rar-se de”, “usurpar”, implicam uma natureza ativa/causativa do verbo; enquanto a de número 2, “difundir-se em”, implica uma natureza processiva do verbo (verbo de “processo”, nos termos de Chafe, 1970).

- No caso da definição de número 1, há, ainda, um hibridismo no conjunto dos três “sinônimos” oferecidos: enquanto “ocupar” e “conquistar” envolvem, além da ação, um processo, localizado no objeto (são verbos de “ação–processo”, nos termos de Chafe), “entrar” não se constrói com objeto afetado (é verbo simplesmente de “ação”, nos termos de Chafe). Dizendo de outra maneira, “entrar” não projeta as mesmas relações argumentais – e, portanto, não significa o mesmo – que “ocupar” ou “conquistar”.
- No caso da definição de número 2, por sua vez, a sugestão de uma natureza processiva do verbo, dada pela aceção “difundir-se”, não se confirma no exemplo dado (“A água invadiu as ruas.”) – e nem poderia confirmar-se, já que não parece ser possível uma ocorrência do verbo *invadir* que apresente o sujeito como afetado (verbo de “processo”), que é o que ocorre com “difundir-se”. Observe-se, aliás, que uma indicação de *invadir* como verbo de processo nem se coadunava com a definição do substantivo correspondente – *invasão* – dada no dicionário (“ato” ou “efeito”).

O que parece claro é que o estado de coisas que as predicções com verbo *invadir* necessariamente expressam implica um causativo/ agente e um afetado, e isso fica envolvido na nominalização correspondente (que é, então, de ação–processo). O substantivo *invasão* carrega, pois, potencialmente, as duas “unidades semânticas” (Chafe, 1970) que estão presentes no verbo – ação e processo – e um estado de coisas que tenha *invasão* (nome valencial) como predicador envolve esses traços.

Isso fica muito claro quando se observam as diferentes construções desse nome:

1 Como em *invasão* está implicada sempre uma ação, é possível apresentar-se explícito o agente (na forma de *de* + substantivo, na forma de oração relativa, ou na forma de adjetivo). A atualização dessa possibilidade construcional, com certeza, faz prevalecer a “atividade”: “*invasão* (dos bárbaros / que os bárbaros empreenderam / bárbara)”.

São algumas ocorrências que encontrei no *corpus* que serve de base às investigações que aqui empreendo:²

- *invasão* dos holandeses – (BOI)
- *invasão* de força estrangeira – (GUE)

2 O *corpus* analisado é o que serve aos projetos DUP (Dicionário de Usos do Português Contemporâneo do Brasil) e GUP (Gramática de Usos do Português Contemporâneo do Brasil), no Departamento de Linguística da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Campus de Araraquara.

- invasão dos bárbaros – (AVL)
- invasão da polícia – (MEN)
- invasão dos gringos – (GCC)
- invasão de turistas e estrangeiros – (VIS)
- invasão da imprensa – (MAN)
- invasão da classe média – (ISO)
- invasão dos gafanhotos – (GT)
- invasão das cobras – (PFI)
- invasão dos escorpiões – (SU)
- invasão de besouros – (SEN)
- invasão desses insetos – (ASV)
- invasão do rami chinês – (FSPDEZ)
- invasão dos computadores – (GD)
- invasão dos aparelhos *laser* – (IS)
- invasão do sarampo – (SMI)
- invasão de lembranças tristes – (CHI)
- invasão da mentalidade marxista – (MA-O)
- invasão holandesa – (HB)
- invasão carioca – (INT)
- invasão napoleônica – (NAZ)
- invasão gripal – (CF)
- invasão turística – (VEJ)
- invasão econômico-social-cultural – (FIC)

2 Como em *invasão* também está implicado um processo, é possível, do mesmo modo, apresentarem-se explícitos, além do causativo/agente (que então aparece na forma de *por* + substantivo), o afetado (na forma de *de/a* + substantivo, ou na forma de oração relativa): "*invasão* (do Império Romano/romana) (pelos bárbaros)".

São algumas ocorrências do *corpus*:

- invasão da igreja – (PD)
- invasão de domicílio – (NOF)
- invasão de propriedade – (SO)
- invasão de um terreno – (C-JB)
- invasão do espaço aéreo – (ESP)
- invasão da Normandia – (IS)
- invasão da cadeia – (CRO)
- invasão da delegacia – (AG)
- invasão de pizzarias – (INT)
- invasão de universidades – (MS-O)
- invasão do abdome – (SMI)

- invasão do campo de outro especialista – (PGN)
- invasão da intimidade – (MEN)
- invasão dos direitos – (ATA)
- invasão da Tchecoslováquia pelos tanques russos – (CRU)
- invasão do mercado por retirantes – (AF)
- invasão dos montes pelo povo – (AR-O)
- invasão do Rio pelos índios – (Q)
- invasão das ruas pelo comércio – (OP)
- invasão da quadra por parte dos atletas – (FUT)
- invasão dos redutos por parte do vereador – (JC)
- invasão por bactérias – (HOM)
- invasão à Itália – (HG)
- invasão européia – (HG)

Vê-se, pois, que, quando o falante emite uma proposição, isto é, quando apresenta o estado de coisas como “fato possível” (Dik, 1989) num enunciado, ele valoriza um traço, ou outro, e o faz pela seleção das possibilidades construcionais que a língua põe à sua disposição. Se o predicador verbal *invadir* implica duas unidades semânticas (a ação e o processo), o predicador nominal *invasão* também deve implicar essas relações; entretanto, pode prevalecer a natureza ativa/causativa do nome predicador – o que é muitíssimo freqüente – ou a sua natureza processiva – o que é raríssimo –, já que dificilmente uma nominalização de verbo com “atividade” consegue minimizar esse traço a ponto de sugerir o seu apagamento. Em todo o *corpus* que examinei, com 231 ocorrências de *invasão*, encontrei apenas um exemplo que se poderia considerar como desse tipo, e ainda com reservas:

- *descobriram que a invasão do laboratório pelos eletrodomésticos não representa uma intromissão* (REA).

Pouco freqüente ou não, entretanto, pode-se supor que exista a possibilidade de um determinado emprego de *invasão* captar apenas o processo pelo qual passa uma entidade. O que tem de ser observado é que isso não fica abrigado na definição desse substantivo se ela se fizer como “ato ou efeito de *invadir*”.

Outro ponto a ser observado diz respeito ao fato de que o substantivo *invasão* pode ser empregado de modo absoluto, isto é, sem acionar o sistema de transitividade. Nesse caso, deixa de ser pertinente uma reflexão que invoque correspondência com a estrutura argumental do verbo *invadir*, e, assim, diferentemente do verbo, ele pode indicar apenas “ação” – significando algo como “entrada pela violência / pela força / com hostilidade” – e não implicar um complemento afetado:

- *O senhor acha que nós não devíamos ter tomado parte na invasão?* (IN).
- *A colocação da força policial no campus da Unb não foi uma invasão* (OL).

Outras indicações que não a do agente e a do afetado podem vir indicadas por “satélites” (Dik, 1989), especialmente locativos, como se vê em muitas ocorrências, das quais são exemplos

- *Com a invasão das hordas bárbaras nas províncias ocidentais do Império Romano, rompeu-se não só a unidade política, mas também a unidade da civilização* (HF)
- *a imprensa norte-americana que tachava o episódio como invasão da cultura africana na civilização ianque* (PEN)
- *certos setores do governo acreditam que é o único meio de impedir essa invasão da miséria num Estado que, afinal de contas, não tem nada com isso* (AF)
- *Foi a invasão vietnamita no Camboja, afirmou ele, que obrigou milhares e milhares de pessoas a fugir para a Tailândia* (CB)
- *A interferência da técnica sena a invasão do masculino sobre o sacrossanto domínio* (CLA)

Podem multiplicar-se ao infinito os exemplos de itens lexicais cujo tratamento envolve recursos às possibilidades construcionais para determinação do significado. Ocorre que, ponto nevrálgico na explicitação da gramática, a questão da estrutura da predicação tem de conduzir o modo de definição de todos os itens nela envolvidos. E aí chegamos a itens gramaticais, estes de resolução mais vinculada, ainda, à determinação das construções em que entram. Tomemos como exemplo privilegiado as preposições, e logo nos veremos no mesmo terreno em que nos movíamos.

Verifiquemos o tratamento que o *Novo dicionário brasileiro Melhoramentos ilustrado* (Prado e Silva, 1964) dá, por exemplo, à preposição *por*. A primeira coisa que se verifica é que o que vem como acepção geral da preposição é o sentido da construção inteira, fato que revela não terem sido levados em conta as relações de transitividade e os traços dos elementos em relação. Assim, este dicionário (1964) informa que as “relações” que a preposição *por* designa são, por exemplo

- “lugar onde se está de passagem” *breve estarei por lá,*
- “estado de inacabado” *trabalho ainda por fazer,*
- “estado” *estar por um fio, estar por morrer,*
- “modo”, “maneira” *escrever seu nome por extenso,*
- “permissão” *por mim, pode ir,*
- “desforra, ou pena de Talião” *olho por olho, dente por dente,*
- “reciprocidade” *ódio que tinham um pelo outro,*
- “lado”, “bando” *virou-o pelo avesso, para ver o que havia por dentro,*
- “objeto de amor, simpatia, devoção, ódio etc.” *paixão pela ciência,*
- “amizade, amor” *louco por sua mulher e filhos,*
- “superposição”, “qualidade” *ser tido por bom homem,*
- “consideração” *tenho-o por um grande homem,*

- "concessão": *por pouco que seja; azul por azul, prefiro o marinho;*
- "divisão", "distribuição": *o legado foi distribuído por várias instituições de beneficência;*
- "conclusão": *pelo que ele diz; pelo seu aspecto, pelo que vejo;*
- "a altura a que uma coisa chega": *a água dava-lhe pelo pescoço.*

Que pressupostos estão desconsiderados nessa apresentação? Primeiro, que cada preposição tem um significado lexical básico, ligado a seu papel de marcador, ou de atribuidor de caso. Segundo, que ela põe dois termos em relação, e que a natureza desses termos é um componente determinante na relação que se estabelece, tanto do ponto de vista sintático como do ponto de vista semântico. Assim, não é a *preposição*, em si, que indica "estado", "permissão", "desforra", "reciprocidade", "lado", "amizade", "consideração" etc., mas estes são resultados da contração de relações da preposição com os elementos lexicais que com ela se combinam.

Sabe-se que o assentamento sistemático nesses pressupostos – os pressupostos de uma gramática subjacente – não é usual, porém, nos dicionários tradicionais. É de esperar, porém, que tal determinação que as relações contraídas entre os itens exercem sobre o significado das construções fique bem explicitada num "dicionário de usos". E aí chegamos ao *Collins Cobuild English Language Dictionary* (Collins, 1987).

Que essa obra se pretende um dicionário do uso está escrito na abertura de sua Introdução: "*This dictionary is for people who want to use modern English. It offers accurate and detailed information on the way modern English is used in all kinds of communication. It is a useful guide for writing and speaking English as well as an aid to reading and understanding*" (p.xv).³

Verifiquemos como, nesse dicionário, se apresentam as informações gramaticais. Nosso exemplo é novamente uma preposição, a preposição *for*, que tem subentradas numeradas de 1 a 30. O que se registra, como informações gramaticais, é:

a) a classificação:

- PREP.;
- CONJ. SUBORD.

b) a construção:

PHR: USED AS an A⁴ (por exemplo, para dar conta da construção "*for the first time*" etc. – subentrada 19 –, como em *I met them for the second time last week*);

- PHR + NG: USED AS C⁵ (por exemplo, para dar conta da construção *not for* – subentrada 23 –, como em *Peace and prayer were not for him in his present mood*).

c) a ambiência/as restrições de seleção:

3 "Este dicionário destina-se às pessoas que queiram usar o inglês moderno. Ele oferece informação exata e pormenorizada sobre o modo como o inglês moderno é usado em todos os tipos de comunicação. É um guia útil para se escrever e falar em inglês, bem como um auxílio à leitura e à compreensão."

4 A é "adjunto".

5 C é "complemento".

- PREP., OR ADV. AFTER N/NUM./BE (por exemplo, para dar conta das construções: *There was a majority of 294 for war, with only 6 voting against... Are you for or against?* – subentrada 24).

Todos esses símbolos são exemplificados não como parte da Introdução, mas constituindo entradas independentes (na ordem alfabética das entradas do dicionário), cada um deles destacado por um quadro gráfico que indica que a informação é de natureza *gramatical*.

Espera-se que a leitura desses quadros vá compondo o suporte gramatical adotado. De fato, da leitura do quadro explicativo do símbolo A (adjunto), percebe-se, por exemplo, que elementos como *no bolso*, em “Ele pôs o papel no bolso” (“*He put the paper in his pocket*”), são considerados, na gramática adotada, adjuntos. Diz-se – aliás, em formulação circular –, que o termo *adjunto* “é usado em descrições de verbos intransitivos e transitivos que precisam ser seguidos por um adjunto”. Não se deixe de apontar que, para os autores, “precisar ser seguido” não configura a requisição de um complemento. Assim, tanto se considera adjunto o sintagma “*in his pocket*”, do exemplo citado, quanto “*full blast*”, ou “*at full blast*” (“a todo volume”), em “*A radio was going full blast*”. Por outro lado, a leitura do quadro referente a C (complemento) nos diz que esse elemento “fornece informação adicional sobre o sujeito ou o objeto de um verbo”; os exemplos são, respectivamente: “*It was terribly hot and airless*” (“Estava terrivelmente quente e abafado”) e “*I used call him babe when he was young*” (“Eu costumava chamá-lo bebê quando ele era jovem”). Daí se depreende que o que vem denominado como *complemento* é o “atributo”, o “predicativo” (seja do sujeito seja do objeto).

Informações sobre as “construções”, entretanto, são bastante ocasionais. Veja-se que, no verbete *for*, elas aparecem apenas nos três casos comentados. Perguntar-se-ia, então, se em casos como “*These books are for use in the library only*” – subentrada 26 – e em diversos outros casos, como, por exemplo, “*left for the fields*” – subentrada 20 –, não ocorre, também, um adjunto, como em “*for the first time*”, já discutido.

Se voltarmos às observações sobre o tratamento dado pelo Aurélio (Ferreira, 1986), a *invasão*, nas últimas ocorrências aqui trazidas como exemplo, podemos observar os mesmos reflexos de indecisão nos limites entre argumento afetado e argumento não-afetado, ou entre argumento (participante obrigatório) e satélite (participante não-obrigatório). Há, de fato, uma evidente imprecisão, quanto a isso, no tratamento de preposições, nos dicionários em geral, e, no caso do nosso exame, no *Collins Cobuild English Language Dictionary* (Collins, 1987), um dicionário declaradamente “do uso”.

Num dicionário dessa finalidade, aliás, é até fácil entender o que ocorre. A intenção de oferecer um “dicionário do uso”, afinal, naturalmente leva a uma preocupação de despojamento de informações gramaticais tão determinante que o suporte gramatical, que necessariamente teria de sustentar a sistematização, aparece

frouxo. Fica bem evidente que esse dicionário quer oferecer uma apresentação altamente despojada de aportes técnicos ou científicos. A primeira observação quanto ao “modo de apresentação” do dicionário é a de que “ele deve ser facilmente compreendido pelo aprendiz ao qual é destinado”, já que, “se o estilo de um dicionário é difícil demais ou condensado demais para os usuários, ele não tem utilidade” (p.xvi). Tem-se em vista, especialmente, que a explanação apresente “uma ilustração da palavra no seu contexto gramatical típico” (p.xvi). Assim, para se indicar que um verbo (como, por exemplo, “*to conceal*”, “ocultar”) tem, tipicamente, sujeito +humano e objeto -animado, simplesmente se inicia a definição dizendo: “*If you conceal something, you...*” (“Se você oculta algo, você...”) (grifos meus); por outro lado, para indicar que um verbo (como, por exemplo, “*to sink*”, “fazer descer”, “afundar”) tem um universo bem amplo de sujeitos típicos, incluindo tanto +humanos como -animados, mas tem o universo de objetos diretos restrito a *navio*, inicia-se a definição dizendo: “*To sink a ship means to cause it to sink, usually by attacking it with bombs, torpedos, or other weapons*” (“Afundar um navio significa causar que ele afunde, geralmente atacando-o com bombas, torpedos ou outras armas”). A indicação da existência de sentido metafórico se faz, por outro lado, com definições do tipo “*If you say (that)...*” (“Se você diz (que)...”). Resumindo, o que o dicionário pretende é que o usuário encontre a informação desejada tão fácil e rapidamente quanto possível. Isso inclui apresentar as definições absolutamente despojadas de toda informação especializada e despidas de todo jargão técnico.

Até palavras propriamente gramaticais prescindem de informações gramaticais explícitas. Confira-se que *for* (preposição e conjunção subordinativa, como se viu) tem todas as suas trinta definições vazadas em linguagem absolutamente comprometida com o *uso* do item. A que se reduz, então, a informação mais pertinente ao tipo de item em questão – um instrumento gramatical?

Antes da lista das trinta definições para *for*, o *Collins Cobuild English Language Dictionary* (1987) traz as seguintes informações gramaticais:

1 que *for* é usado como preposição depois de alguns verbos, nomes e adjetivos, com a finalidade de introduzir informação extra;

2 que *for* também é usado com alguns verbos que têm dois objetos, com a finalidade de introduzir o segundo objeto.

Estas indicações se concluem com a afirmação de que os parágrafos seguintes (trinta definições para *for*) “mostram as estruturas mais comuns nas quais *for* é usado”.

Se cruzarmos a primeira das informações com a definição de complemento (dada na explicação do símbolo C, como já foi apontado), concluiremos que o que é atribuído a *for*, nessa primeira informação, é a função de introduzir o *complemento* (já que é “introduzir informação extra” / “introduzir informação adicional”). Fica o incômodo de não se poder distinguir a segunda informação da primeira, em termos da função exercida pelo sintagma introduzido por *for*: a primeira informação (que remete a “complemento”) é apenas sintática. E pelas conceituações colhidas no

aparato que se detecta na obra, não se consegue estabelecer claramente a diferença entre os dois casos, já que a primeira das funções, a de “complemento”, a obra atribui tanto a argumentos (participantes obrigatórios) como a adjuntos (participantes não-obrigatórios, ou satélites de predicado).

O mapeamento da gramática subjacente à obra se complica ainda mais, quando se encontra, na definição 9 de *for*, a seguinte indicação, que, na verdade, é uma simples repetição daquela primeira informação gramatical dada no *caput* (e vinda, portanto, incidentalmente e não específica de um dos empregos apenas): “*For* é a preposição que tem de ser usada depois de alguns nomes, adjetivos e verbos, com a finalidade de introduzir mais informação”; os exemplos são do que tradicionalmente se chama “adjunto adverbial de finalidade”, como em “*The Social Security office will arrange for it to be paid to you*”, mas também são de complementos de verbos e de nomes, como em “*They were aiming for a double share*”, “*She’ll be responsible for all the illustration*” e “*You had to be ready for any emergency*”.

Essa definição 9 é a única “gramatical” (embora a serviço do informacional), destoando completamente das demais. O mais comum são definições em termos bastante leigos e extremamente semântico-pragmáticos, a ponto de se desviar o foco do papel da preposição para estendê-lo à palavra lexical que está na ambiência em que a preposição atua. Seja exemplo a definição 4 de *for*: “*If you work or do a job for someone you are employed by them*” (“Se você trabalha ou faz um serviço para alguma pessoa, você está empregado por ela”).⁶ O que ocorre neste caso é que a preposição *for* não é invocada para estabelecimento da acepção, ela é absolutamente ignorada, o que significa que a acepção diz respeito ao item lexical, não à preposição, o que torna estranha a definição.

E, de um modo que não seria de esperar, aqui se encontram os dicionários tradicionais – dos quais exatamente se pode dizer que trazem as palavras “em estado de dicionário” – e os dicionários que buscam jogar com o transporte das peças do léxico para o arranjo que constrói o sentido. E fica a pergunta: a dificuldade é inevitável? Ou, perguntando na contramão: é possível manter uniformemente uma base fincada nas previsões do sistema, para dar conta, em definições lexicográficas das entradas, das interpretações possíveis? Ou ainda: até que ponto a prática lexicográfica consegue puxar os cordões que retiram as “peças” do léxico, uma a uma, e, sistemática e regularmente, as distribuem e relacionam fazendo emergir os significados?

Seguramente não será o conjunto de indicações metalingüísticas que fará essa passagem, ou essa permeação. Isso que constituiria a *explicitação* da gramáti-

6 Confira-se, entretanto, que, no verbete “*work*”, diz-se desse verbo, quando sinônimo de “*be employed*”, simplesmente que “as pessoas que *trabalham* têm um serviço que são pagas para fazer” (“*People who work have a job which they are paid to do*”).

ca no dicionário poderia orientar o estudioso ou analista da língua, mas pouco ou nada diria ao usuário comum, que é o destinatário mais legítimo dos dicionários. Por outro lado, porém, o usuário comum, embora não abra o dicionário para ter lições de gramática, só tirará as últimas conseqüências da apresentação lexicográfica que tem à sua disposição se ela não fizer total abstração do sistema de regras que dá conta da relação entre som e sentido no uso da língua, isto é, se, num acoplamento de arte e ciência, o léxico for mapeado segundo as possibilidades construcionais da língua.

NEVES, M. H. de M. The lexicographic practice: when science and art come together. *Alfa (São Paulo)*, v.40, p.129-139, 1996.

- *ABSTRACT: The aim of this paper is to reflect on the fact that modern lexicographic job must lay on a consistent grammatical basis, and, nevertheless, produce works that can be easily understood by common users.*
- *KEYWORDS: Dictionary; grammar; lexicon; linguistic usage.*

Referências bibliográficas

- CHAFE, W. L. *Meaning and the Structure of Language*. Chicago: The University of Chicago Press, 1970.
- COLLINS. *Collins Cobuild English Language Dictionary*. London: The University of Birmingham, 1987.
- DIK, S. C. *The Theory of Functional Grammar*. Dordrecht-Holland: Foris Publ., 1989.
- FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- PRADO E SILVA, A. (Org.) *Novo dicionário brasileiro Melhoramentos ilustrado*. 2.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

TEMA LIVRE

ALGUNS ASPECTOS DOS ESTUDOS TRADICIONAIS SOBRE O RITMO E OS FATOS DO SENTIDO¹

Lourenço CHACON²

- RESUMO: Neste trabalho, discutimos duas posições dos estudos tradicionais sobre o ritmo que, a nosso ver, dificultam o estabelecimento de relações entre o ritmo e os fatos da significação lingüística. Essas duas posições podem ser caracterizadas como: (a) da incompatibilização entre ritmo e sentido; e (b) da tentativa de compatibilização entre ritmo e sentido.
- PALAVRAS-CHAVE: Ritmo-lingüística; métrica; significação lingüística.

Apresentação

Neste artigo, temos como preocupação discutir duas posições que se observam nos estudos tradicionais sobre o ritmo. A nosso ver, essas duas posições – a saber, a da incompatibilização entre ritmo e sentido e a da tentativa de compatibilização entre ritmo e sentido – dificultam, quando não impossibilitam, o estabelecimento de relações entre ritmo e sentido. Acreditamos que – num momento em que o papel central do ritmo na organização dos fatos relativos à linguagem vem sendo, cada vez mais, acentuado³ – a crítica a essas duas posições pode chamar a atenção para a natureza rítmica da significação lingüística, além de contribuir para a compreensão de como foram historicamente concebidas as relações entre ritmo e linguagem.

Nossa exposição obedecerá a duas etapas: primeiramente, destacaremos algumas bases dos estudos tradicionais sobre o ritmo, para, em seguida, esboçarmos a crítica a cada uma dessas duas posições.

1 As discussões feitas neste artigo – no contexto mais amplo de discussões sobre o papel organizador do ritmo na linguagem – constam do trabalho de tese que estamos desenvolvendo sob a orientação da Prof^a Dr^a Maria Bernadete Marques Abaurre, junto ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística (doutorado), na Universidade Estadual de Campinas (SP).

2 Departamento de Foncaudiologia – Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP – 17525-900 – Marília – SP.

3 Para maiores informações sobre esse deslocamento epistemológico que se verifica nos estudos sobre o ritmo, remetemos o leitor ao seguinte trabalho: Moraes, M. R. de. *Por uma teoria do ritmo: o caso da metáfora musical em lingüística*. Campinas, 1991. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

Os estudos tradicionais sobre o ritmo

Nos estudos tradicionais, conforme Meschonnic (1982), o conceito de ritmo caracteriza-se pelo sincretismo, na medida em que abriga, sob a mesma rubrica, ordens bastante distintas, como a do cósmico-biológico e a do histórico. A mistura entre essas duas ordens, segundo o autor, resulta freqüentemente em confusão ou inversões de planos, verificáveis, por exemplo, em abordagens que “partem do particular antropológico”, ou seja, de uma singularidade histórica, “para colocar em extensão ou metáfora o cósmico, o biológico” ou, inversamente, em discursos que “partem do geral para o particular” (Meschonnic, p.172).⁴

Paul Fraisse (Meschonnic, p.146) desvenda, com clareza, o sincretismo contido no conceito de ritmo. Com efeito, de acordo com Fraisse, o termo *ritmo* não tem o mesmo sentido em *ritmo cardíaco* e *ritmo iâmbico*: no primeiro caso, a expressão estaria caracterizando a periodicidade de um fenômeno, ao passo que, no segundo, estaria designando a estrutura de uma seqüência de estimulações, a saber, uma breve seguida de uma longa. Numa síntese que não leva em conta essa diferença de sentido e assume o sincretismo que a caracteriza, o ritmo fica, conseqüentemente, situado antes e para fora da linguagem como “uma categoria abstrata, universal, uma forma *a priori* da sensibilidade” (p.21), o que inviabiliza a percepção do ritmo *na e pela linguagem* e a linguagem *no e pelo ritmo*.

O sincretismo não é a única propriedade a caracterizar o conceito de ritmo nos estudos tradicionais. Benveniste (1976) explica que a noção de ritmo, tal como tradicionalmente foi (e continua ainda a ser) difundida, é produto de uma especificação do sentido do termo grego *rhythmós*, do qual deriva a palavra ritmo. O que era antes entendido, em sentido geral, como forma, configuração particular daquilo que é fluido, que se movimenta, passa a designar apenas o movimento cadenciado, ou seja, passa a designar, de modo específico, uma forma ou configuração mensurável daquilo que se movimenta. Essa especificação, segundo esse autor, ocorre com Platão, que emprega esse termo retendo dele a idéia de forma, de configuração, mas associando-a à idéia de número, de harmonia. A noção de ritmo passa a ser “determinada por uma ‘medida’ e sujeita a uma ordem” (p.369), cristalizando-se, a partir de então, como “configuração dos movimentos ordenados na duração” (p.370).

O ritmo passa, pois, a ser definido pela medida e, como decorrência, a teoria rítmica fica limitada àqueles fatos da linguagem de caráter métrico (ou seja, o poema), “deixando o resto fora do teorizável” (Meschonnic, 1982, p.139). Tal exclusão ocorre porque se criam sérias dificuldades de vínculo entre os fatos não métricos da linguagem e uma concepção de ritmo em que a ordem ou a regularidade ocupam a posição principal.

4 Neste trabalho, a tradução das citações de Meschonnic é nossa.

Dentre outras, uma concepção métrica do ritmo, como passaremos a ver, produz nos estudos da linguagem duas grandes dificuldades de vinculação: aquela entre o ritmo e a história e aquela entre o ritmo e o sentido.

No que se refere à primeira dificuldade, pensar o ritmo segundo uma "visão sintética de grande amplitude" (p.23), abrangendo desde fenômenos culturais até fenômenos cósmico-biológicos, significa, em última instância, des-historicizá-lo, na medida em que uma tal generalização parece ser possível unicamente com base na crença de que os fenômenos mais "mundanos", por assim dizer, não passariam de manifestações específicas de princípios mais cosmológicos – portanto, mais gerais e supostamente mais essenciais. Ultrapassando os limites do histórico, o ritmo seria, pois, um fato prévio aos fenômenos (que não fariam senão manifestá-lo), tendendo ao quase "sistema de símbolos matemáticos" ou ao quase "domínio autônomo e fechado" (p.23) da métrica preexistente ao fato histórico do poema.

Mais ainda, a própria noção de ritmo acaba por sucumbir à noção de metro, ou seja, o ritmo passa a ser entendido como a manifestação de um princípio métrico, de tal forma que essa inversão "coloca sempre em primeiro plano a permanência da ordem, da qual o ritmo é concebido como uma variação" (p.184). Expliquemo-nos. Como se sabe, o metro é um padrão, é uma estrutura ou modelo de composição. Desse modo, a relação entre o metro e o poema acaba se caracterizando como uma oposição "entre o metro como *norma*, isto é, virtualidade visada, ideal, e o ritmo, como *realidade* lingüística, isto é, realização no discurso" (p.187). Nesse contexto, não é o ritmo em sua concretização que é buscado no poema, ou, em outros termos, não é ao poema que se visa, mas a uma regularidade/periodicidade – o metro como norma – que exclui o fato histórico da linguagem. Em suma, na visão tradicional criticada, uma primeira grande dificuldade: vincular *ritmo* e *história*.

Decorrente desta, uma segunda grande dificuldade: vincular *ritmo* e *sentido*. De acordo com Meschonnic, os sistemas de versificação são concebidos pela teoria tradicional do ritmo como normas que organizam unidades não significantes. Isso quer dizer que tais unidades "só afetam uma substância sonora, não o sentido" (p.525). Assim, a métrica trabalharia sobre um suposto "ritmo puro", que, de fato, nada mais é do que o metro entendido como o próprio ritmo.

Essa operação de conservar o ritmo "puro", abstrato, separando o sentido da substância fônica, incluiria ainda, segundo Meschonnic, a redução do ritmo a um fenômeno acústico, dado que, num tal quadro, "as vogais e consoantes são ... separadas do sentido das palavras e da significação da frase" (p.621).

Vê-se, assim, que, numa tal concepção, a linguagem – entendida como aquele aspecto da "realidade palpável" que manifestaria o princípio do metro/norma, por sua vez entendido como o próprio ritmo – não passaria de um material concreto, um suporte para a realização desse princípio essencial. E – fato mais grave, a nosso ver – suporte no qual o sentido não tem vez, já que, nesse enfoque tradicional (em que *forma* e *conteúdo* têm existência autônoma, ou ainda em que o som não passa de

veículo de idéias preexistentes à própria linguagem), o princípio métrico só se aplicaria à substância mais sensível desse material: a parte fônica.

Como vimos, a redução do ritmo ao metro, num processo em que se dá a sua cosmologização, dificulta, no quadro tradicional, o vínculo entre ritmo e história. Apenas essa dificuldade – a se manter o quadro tradicional – bastaria para produzir ainda outra, aquela de vincular ritmo e sentido, já que muitos dos desdobramentos da ciência lingüística têm como princípio inquestionável a historicidade do sentido. Haveria, pois, uma transitividade de uma para outra dificuldade de vinculação: se o ritmo não se vincula à história, e se o sentido é histórico, logo o ritmo não se vincula ao sentido.

Uma outra demonstração, contudo, poderia também elucidar a última dificuldade de que estamos tratando. O ritmo, entendido como ordem, regularidade, nada permite dizer sobre o sentido, porque a métrica, tal como criticada por Meschonnic, não é semântica, “o metro não tem sentido” (p.525). E não poderia ser diferente, já que, no mesmo quadro em que o ritmo se reduz à métrica, o sentido preexiste à linguagem e o ritmo é um princípio formal, regular, cuja aplicabilidade só é verificável na matéria fônica da linguagem. A exclusão do sentido, num quadro como esse, explica, pois, por que a organização dos elementos da poesia não seria a organização de seu sentido, numa acepção ampla desse termo, mas apenas a de sua forma, entendida, obviamente, como desvinculada da significação.

A propósito, uma afirmação de Matila Ghyka (apud Meschonnic, 1982), de que dois versos de Racine teriam o mesmo “ritmo”, recebeu de Meschonnic o seguinte comentário:

como os limites de palavras e de grupos são outros, a organização, outra, as relações prosódicas, outras, esses dois versos não são semelhantes quanto ao ritmo, assim como nenhum verso é semelhante a nenhum outro. Não existem dois versos semelhantes quanto ao ritmo. Apenas os acentos de intensidade estão nos mesmos lugares. Eles não são todo o ritmo. (p.571)

Pode-se observar, baseado neste comentário de Meschonnic, que apenas uma concepção métrica do ritmo, como um princípio: a) que preexiste ao uso da linguagem; b) que se aplica apenas à substância fônica da linguagem (os acentos de intensidade, segundo Meschonnic); e c) que não se vincula com o sentido, poderia permitir a Ghyka fazer a afirmação que fez, de que dois versos de Racine teriam o mesmo ritmo. É possível, pois, situar sem dificuldades o lugar de tal afirmação.

Num quadro como esse, as relações entre ritmo e sentido tendem à incompatibilidade – e torná-los incompatíveis é a posição mais freqüente nos estudos tradicionais. Mas, mesmo nesse quadro, verifica-se uma outra posição, que se caracteriza pela tentativa de compatibilização entre os fatos rítmicos e os fatos da significação. São essas duas posições que nos ocuparão nos dois próximos passos de nosso trabalho.

A incompatibilização entre ritmo e sentido

Como vimos, na teoria tradicional, o ritmo é visto como virtualidade. Além disso, sua ação é restrita aos fatos fônicos (mais especificamente aos do acento, conforme dissemos há pouco). Por sua vez, os fatos fônicos são concebidos como separados daqueles de ordem semântica. Ora, sob o prisma de um tal encadeamento conceitual, só restaria constatar a incompatibilidade entre ritmo e sentido.

Ainda segundo a concepção tradicional, o ritmo é apenas da ordem dos fatos mensuráveis. Esse rigor métrico termina por aproximá-lo, pela via da demonstração quantitativa, à racionalidade, já que, para essa concepção, o jogo dos acentos é preestabelecido e o verso (de acordo com a mesma posição tradicional, o único lugar possível para o ritmo na linguagem) deve obedecer aos princípios da quantificação.

No que se refere aos fatos da significação, o sentido parece estar, ainda nessa concepção tradicional, vinculado sempre ao emocional (uma vez que são sempre as emoções do poeta que se “expressam” no verso), fato que, por essa via da vinculação à expressividade, termina por aproximar sentido e irracionalidade. O sentido não deve, portanto, nessa concepção de ritmo, ser considerado para fins de quantificação, já que ele conduziria o ritmo à irracionalidade, criando obstáculos à metrificação, ou seja, à racionalidade.

Constrói-se, pois, um fosso intransponível entre ritmo e sentido. Projetados como fatos excludentes, ficam circunscritos, cada um deles, a esferas específicas e vistas como incompatíveis entre si: o ritmo, à do racional; o sentido, à do irracional.

Mas a ausência de medida não justifica, a nosso ver, de modo algum, a idéia de ausência de racionalidade ou de ausência de ritmo. Não se joga com uma oposição entre o racional e o irracional quando se trata do ritmo. Este, segundo Meschonnic, “pertence a uma outra racionalidade. Ele não é o desenfreado armado contra o rigor. Ele é um outro rigor, o do sentido, que não se mede” (p.143).

Além disso, é sabido que o jogo entre sílabas mais e menos acentuadas em dois versos pode ser o mesmo e os ritmos (e aqui se fala numa acepção não métrica) serem totalmente distintos – já que, segundo Harding, a acentuação depende do contexto, da interpretação, do discurso. A não-coincidência de ritmo entre dois versos isométricos (e, portanto, isoacentuais) acontece, como sabemos, porque o sentido vai agrupar diferentemente os elementos dos versos, produzindo, conseqüentemente, pontos de pausa diferentes. Assim, nas palavras de Harding, “a forma de organização rítmica em um verso depende das relações entre as subunidades do ritmo do discurso” (apud Meschonnic, 1982, p.147).

Não surpreende, pois, que até um mesmo e único verso possa variar quanto ao ritmo: o mesmo verso de um poema terá ritmos diferentes, conforme seja enunciado num ato de linguagem ou em outro. Logo, como diz Meschonnic, “o sentido pode fazer com que o mesmo não seja mais o mesmo” (p.147).

Desse modo, a exclusão do sentido pela métrica não se justifica. Tudo quanto a métrica exclui – desde as outras características fônicas da linguagem (que não o acento) até os fatos da significação – é, pois, de natureza rítmica, e é justamente o sentido a fonte do que Ossip Brik chama de “impulsão rítmica” (apud Meschonnic, 1982, p.147).

Tentativa de compatibilização entre ritmo e sentido

Falamos da primeira posição que se verifica na teoria tradicional quando os fatos rítmicos se cruzam com os da significação. Como acabamos de ver, essa posição é a da incompatibilização entre ritmo e sentido.

Uma outra posição, ainda na concepção tradicional, pode ocorrer nesse cruzamento entre fatos rítmicos e fatos da significação. Conforme antecipamos, trata-se da tentativa de compatibilização entre ritmo e sentido, mecanismo exemplarmente ilustrado pela seguinte passagem de Bergson:

De onde vem o charme da poesia? O poeta é aquele em quem os sentimentos se desenvolvem em imagens, e as próprias imagens em palavras, dóceis ao ritmo, para traduzi-las. (apud Meschonnic, 1982, p.177)

É possível verificar nessa passagem, mais uma vez, a separação entre os domínios fônico e semântico da linguagem: o ritmo circunscreve-se ao primeiro domínio, e seu papel é auxiliar a “tradução do sentido”, circunscrito, por sua vez, ao segundo domínio. Numa tal concepção, o ritmo é visto quase como uma outra linguagem, com poder de transcodificar a “linguagem dos sentimentos”, o sentido.

A idéia de “tradução” parece, ainda, remeter àquela de que o ritmo não passaria de cópia do sentido – o que lhe atribuiria caráter suplementar em relação a este último. O ritmo seria, então, uma espécie de redundância com respeito à significação, que, sob forma de “sentimentos”, é colocada como primeira e prévia ao ritmo.

Contraopondo-nos a essa concepção, o que podemos observar é que o ritmo não “traduz” idéias prévias, de que se impregnariam as palavras numa produção verbal. Ao contrário, ele define o valor semântico das palavras, justamente pelas posições que os fatos do sentido (inseparavelmente ligados à matéria fônica das palavras) assumem ao se relacionarem entre si.

Desse modo, o ritmo não pode ser visto como uma forma ao lado do sentido, algo que o “traduz” ou o copia. Não pode, tampouco, ser considerado como redundância com respeito à significação. Se falar do ritmo, como já dissemos, é falar do sentido, isso ocorre não porque o ritmo seja o sentido, mas porque o sentido se estabelece pelo ritmo, o sentido é rítmico.

Conclusão

As duas posições que apontamos na teoria tradicional, quando ritmo e significação se cruzam, refletem uma origem comum: a recusa, implícita, de que os fatos do ritmo e os fatos do sentido são fatos de linguagem – dada a assunção, esta sim explícita, de que ambos preexistem a ela.

O ritmo/metro, como vimos, transcende a linguagem, já que sua inscrição no verso independe das estruturas lingüísticas que o compõem. Da ordem da razão, é tomado como prévio à própria produção lingüística em versos – a única, no quadro tradicional, a ser merecedora do estatuto de produção rítmica. Mesmo assim, tal estatuto é adquirido unicamente com a condição de que os elementos do verso se adaptem ao metro.

Por outro lado, também a significação é vista, sob a ótica tradicional, como prévia à linguagem. Diferentemente, contudo, do metro, é concebida como pertencente à ordem da emoção ou à ordem das idéias – ordens só relacionadas com as palavras se, nessa relação, estas nada mais façam do que “traduzir” aquelas.

De um lado ou de outro, como se pode observar, tanto o ritmo quanto a significação se constroem, na teoria tradicional, como anteriores à linguagem. Como em nenhuma das duas posições ritmo e sentido são vistos como intrínsecos à linguagem, o que resta a esta última é apenas exteriorizá-los, manifestá-los. A única possibilidade de relação que é colocada entre o ritmo e o sentido, como vimos, é aquela exemplificada por Bergson. Mesmo nessa possibilidade, contudo, ambos se relacionariam apenas porque tanto um quanto o outro têm nas palavras um lugar de trânsito – portanto, não um lugar de constituição.

Além de ilustrarem, na teoria tradicional, a anterioridade do ritmo e do sentido em relação à linguagem, as duas posições que criticamos ilustram também, como já tivemos oportunidade de realçar, a ausência de vínculo que se nota – na teoria tradicional, que elas representam – entre a dimensão fônica (e mesmo a gramatical) das palavras e a sua dimensão semântica. Com efeito, em nenhuma das duas posições, o campo sonoro e o gramatical teriam algo diretamente a ver com o da significação. Mesmo em Bergson, a relação que se estabelece entre esses campos não passa, conforme dissemos, de uma tentativa de compatibilização, na medida em que o campo sonoro e gramatical, no quadro restrito da atividade poética, pode espelhar – e não mais do que isso – o campo da significação.

Mas separar, ao invés de relacionar, a dimensão fônica e gramatical das palavras e sua dimensão semântica significa justamente não perceber o papel do ritmo na linguagem – pelo menos na concepção que estamos defendendo. Vem de Ossip Brik (apud Meschonnic, 1982, p.259), no próprio campo da poesia, o campo por excelência dos fatos do ritmo na teoria tradicional, o destaque ao que poderíamos chamar de uma integração entre os aspectos fônico, gramatical e semântico das palavras. De acordo com esse autor, ocorre no verso a coincidência entre os acentos, os limites de palavras e a estrutura sintática, coincidência possível, segundo o

que pensamos, somente porque essa organização lingüística é, de algum modo, significativa. A essa coincidência, o autor denomina "figura rítmico-sintática", introduzindo, pois, o ritmo nessa integração entre diferentes dimensões da linguagem na poesia.

Na mesma direção, Meschonnic tematiza a relação que, no discurso, os diversos tipos de marcas lingüísticas estabelecem entre si. Tal relação, segundo o autor, é rítmica e produz uma semântica que ele acredita generalizada. O ritmo, conseqüentemente, "requer tudo quanto pode conceptualizar o fazer sentido" (p.650), ao tornar integrados diferentes elementos lingüísticos no discurso.

Vemos, pois, que as relações entre ritmo e sentido se colocam a partir do não-isolamento entre, de um lado, as dimensões fônica e gramatical da linguagem e, de outro, a dimensão semântica. O não-isolamento parece, assim, ser a condição básica para o estabelecimento de relações entre ritmo e sentido.

Por outro lado, a impulsão rítmica na linguagem, como quer Ossip Brik já para o verso, é de ordem semântica, na medida em que é o fazer sentido que se impõe à organização dos elementos lingüísticos no discurso. A busca da significação, portanto, preside o ritmo. Mas, inversamente, os fatos do sentido só se apreendem como tais por serem ritmicamente construídos. Ritmo e sentido são, pois, "consustanciais um ao outro" (p.147).

CHACON, L. Some aspects of traditional studies on rhythm and issues of meaning. *Alfa (São Paulo)*, v.40, p.143-150, 1996.

- **ABSTRACT:** *In this article we discuss two viewpoints of traditional studies on rhythm which, according to our view, raise difficulties in establishing relationships between the rhythm and the issues of linguistic meaning. These two viewpoints might be characterised by: a) the incompatibility between rhythm and meaning; b) an attempt at reconciliation between rhythm and meaning.*
- **KEYWORDS:** *Rhythm-linguistics; metrics; linguistic meaning.*

Referências bibliográficas

- BENVENISTE, E. A noção de "ritmo" na sua expressão lingüística. In: _____. *Problemas de lingüística geral*. São Paulo: Nacional/Edusp, 1976. p.361-70.
- MESCHONNIC, H. *Critique du rythme: antropologie historique du langage*. Paris: Verdier, 1982.

UMA ANÁLISE FUNCIONAL DA MODALIDADE EPISTÊMICA¹

Marize Mattos DALL'AGLIO-HATTNER²

- RESUMO: Este trabalho objetiva analisar os mecanismos segmentais de expressão da modalidade epistêmica, sustentando a hipótese de que o grau de comprometimento do falante pode ser avaliado em correspondência com o nível da organização estrutural da frase em que o modalizador atua.
- PALAVRAS-CHAVE: Modalidade epistêmica; gramática funcional; estrutura em camadas.

1 Introdução

O caráter complexo do processo de modalização tem levado vários pesquisadores a considerar que somente uma representação da estrutura oracional em camadas permitiria um tratamento adequado para essa categoria qualificacional.

Hengeveld (1988; 1989) e Dik (1989) propuseram uma estrutura oracional em camadas que vem sendo adotada por vários outros funcionalistas, entre eles, Mackenzie (1992) e Nuyts (1993). Segundo Nuyts, a idéia por trás de tais representações é bastante simples e muito antiga:

Ela se reduz à notação $p(x)$ usada na lógica e na filosofia para indicar a relação entre uma proposição (X) e uma postura proposicional (p). Entretanto, uma vez que na língua natural existem diversas categorias qualificacionais que afetam os estados de coisas, que por sua vez apresentam relações bastante complexas em termos de escopo mútuo, de presença ou ausência de suscetibilidade de combinação e de efeitos semânticos, as representações para a linguagem requerem camadas múltiplas. (p.956)

Para explicar o comportamento da categoria qualificacional de modalidade, Hengeveld e Dik sugerem uma representação em camadas da estrutura da oração.

1 Este artigo é uma versão parcial de minha tese de doutorado *A manifestação da modalidade epistêmica: um exercício de análise nos discursos do ex-presidente Collor*, defendida na FCL/UNESP, em 1995.

2 Departamento de Letras Vernáculas – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP.

Nessa representação, duas modalidades relacionadas ao conhecimento são apresentadas: a modalidade objetiva epistêmica e a modalidade epistemológica.

Considerando a interação entre evidencialidade e modalidade, procuraremos descrever a modalidade do conhecimento de uma maneira menos fragmentária, como uma categoria única revestida de diferentes funções na situação de interação. Desse modo, pretendemos descrever a relação entre o efeito comunicativo de (des)comprometimento do falante, a explicitação ou ocultação da fonte do conhecimento e o nível de estruturação da frase em que se alojam os modalizadores.

Para análise da manifestação da modalidade em enunciados efetivos, selecionamos treze discursos do ex-presidente Fernando Collor de Mello, produzidos, em sua maioria, durante a fase do *impeachment*. Na análise dos enunciados modalizados, procuramos estabelecer relações entre as camadas de estruturação da frase em que os modalizadores atuam seu escopo e sua função. Para tanto, uma rápida exposição do modelo de descrição da estrutura frasal em camadas faz-se necessária.

2 A estrutura frasal em camadas e as modalidades³

A representação em camadas da estrutura da oração proposta por Hengeveld e Dik considera que todo enunciado pode ser analisado em dois níveis: o representacional e o interpessoal. No nível representacional, um estado de coisas é descrito de maneira tal que o receptor seja capaz de entender a que situação real ou hipotética se faz referência. Num nível interpessoal, essa situação é apresentada de maneira tal que o receptor seja capaz de reconhecer a intenção comunicativa do falante. Dessa forma, o nível representacional diz respeito ao evento narrado e o nível interpessoal, ao evento da fala.

Nessa análise da frase, portanto, uma predicação preenche duas funções diferentes. Ela designa um estado de coisas num nível representacional e representa o conteúdo de um ato de fala num nível interpessoal. Para distinguir esses dois usos da predicação, Hengeveld usa o termo *predicação* para se referir à primeira das funções e o termo *proposição* para se referir à segunda função. A distinção entre essas funções será bastante útil para a identificação das modalidades, conforme veremos.

A construção de uma estrutura frasal requer, antes de tudo, um *predicado* que se aplique a um certo número de *termos*, resultando numa *predicação*. Os predicados designam propriedades ou relações, os termos indicam as entidades e as predicações designam um conjunto de estado de coisas (EC). Um EC é algo que pode ocorrer em algum mundo real ou imaginário e, como tal, pode ser localizado

³ Parte dessa discussão dos modelos funcionalistas de estrutura frasal de Hengeveld e Dik foi apresentada sob forma de comunicação oral no XLIII Seminário do GEL, Ribeirão Preto – SP, em maio de 1995.

no tempo e no espaço, pode durar algum tempo e pode ser visto, ouvido ou mesmo percebido. As especificações dos ECs, que são realizadas gramaticalmente, são chamadas de operadores (π) de nível 2 e as especificações adicionais lexicalmente realizadas são chamadas de satélites (σ) de nível 2.

Uma predicação pode, ainda, ser construída em uma estrutura de ordem mais alta, a *proposição*, que designa um "conteúdo proposicional" ou um "fato possível". As proposições podem ser motivo de surpresa ou dúvida, podem ser mencionadas ou negadas, rejeitadas e lembradas e podem ser consideradas verdadeiras ou falsas. As proposições podem, ainda, ser especificadas por operadores e satélites de nível 3. Finalmente, a proposição revestida de força ilocucionária constitui a *cláusula*, que corresponde a um ato de fala especificado pela proposição e pelos operadores e satélites de nível 4.

A cada nível de unidade estrutural corresponde um diferente tipo de unidade lingüística. Consideradas como variáveis, essas unidades lingüísticas se representam por diferentes símbolos, conforme o nível estrutural a que correspondem. Assim, a representação de um enunciado simples contém quatro variáveis diferentes, resultando em expressões que se referem a diferentes tipos de entidades, como se pode observar no Quadro 1, adaptado de Hengeveld (1989, p.130):

Quadro 1 - As camadas da estrutura frasal

Função	Nível	Unidade estrutural	Referência	Variável
Interpessoal	4	cláusula	ato de fala	E
	3	proposição	fato possível	X
Representacional	2	predicação	estado de coisas	e
	1	predicado	propriedade/relação	x

A representação de um enunciado, segundo esse modelo, é feita da seguinte maneira:

$$(E_1: [ILL (S) (A) (X_1: [proposição] (X_1))] (E_1))$$

$$(e_1: [Pred_b (x_1)(x_2)...(x_n)] (e_1))$$

O nível mais alto está estruturado com base em um esquema ilocucionário que especifica as relações entre um falante (S), um ouvinte (A) e a mensagem comunicada ou conteúdo (X). O nível mais baixo é estruturado com base em um esquema de predicado que especifica uma propriedade de um indivíduo ou uma relação entre vários indivíduos (x). A partir do nível mais externo, este esquema indica

que, dentro de um ato de fala (E), um conteúdo proposicional (X) é comunicado, fazendo-se, dentro dele, referência a um estado de coisas (e) do qual participam alguns indivíduos (x).

O modelo de organização estrutural da frase foi proposto por Hengeveld para dar conta de toda uma gama de fatos gramaticais. Assim, nessa estrutura representacional do enunciado em camadas, a modalidade é apenas uma das categorias qualificacionais que afetam o EC.

Admitindo, como tantos outros, que "as diferentes distinções semânticas geralmente classificadas sob o nome de 'modalidade' não parecem representar uma categoria semântica única e coerente", Hengeveld (1988, p.233) se esquivou de apresentar uma definição geral para essa categoria. Inspirado pelas idéias de Lyons (1977, caps. 15 e 16), Hengeveld estabelece distinções entre dois tipos diferentes de modalidade do conhecimento: objetiva epistêmica e epistemológica.

A modalidade *objetiva epistêmica* foi definida como "todos aqueles meios lingüísticos pelos quais o falante pode avaliar a realidade de um EC em termos de seu conhecimento dos ECs possíveis" (Hengeveld, 1988, p.233).

A modalidade *epistemológica* foi definida como "todos aqueles meios lingüísticos pelos quais o falante pode expressar seu comprometimento em relação à verdade da proposição" (p.233). Considerando que o grau de comprometimento do falante com relação à verdade do conteúdo da predicação que ele apresenta para ser considerado está diretamente relacionado à origem da informação contida na predicação, Hengeveld subdividiu a modalidade epistemológica em *subjativa* (epistêmica ou boulomaica) e *evidencial* (inferencial, citativa ou experiencial).

A diferença básica entre modalidade subjativa e modalidade objetiva reside no fato de a origem de uma proposição modalizada subjativamente não poder ser questionada, uma vez que, ao modalizar subjativamente uma proposição, o falante revela-se como a fonte da informação e também como aquele que apresenta um julgamento sobre a informação contida nessa predicação.

Na modalidade *subjativa epistêmica*, o evento é um construto (pensamento, crença, fantasia) do próprio falante, que é a fonte da informação. Na modalidade *evidencial*, o falante, embora faça um julgamento sobre a informação contida na proposição, pode não se apresentar como a fonte dessa informação. Assim, na modalidade inferencial, o evento é caracterizado como inferido de uma evidência; na modalidade citativa, o evento é relatado de uma outra fonte; e, na modalidade experiencial, o evento é caracterizado como experienciado por uma fonte.

Lembrando que o nível interpessoal está relacionado àqueles meios lingüísticos usados pelo falante para evocar um certo efeito comunicativo no ouvinte e que o nível representacional está relacionado com aqueles meios lingüísticos usados pelo falante para fornecer ao ouvinte a descrição de um EC, parece-nos indiscutível que, dentro do quadro das modalidades estabelecido por Hengeveld, a modalidade objetiva epistêmica se aloje no nível da predicação e a modalidade epistemológica, no nível da proposição.

O Quadro 2 resume a tipologia das modalidades do conhecimento apresentada por Hengeveld.

Quadro 2 – As modalidades do conhecimento

Modalidade	Função	Nível	Expressão
Objetiva epistêmica	Avaliar a realidade de um estado de coisas	Predicação	Predicados encaixadores e operadores
Epistemológica	Expressar o comprometimento do falante com relação à verdade da proposição	Proposição	Predicados encaixadores, operadores e satélites

3 Modalidade epistêmica e evidencialidade

Na tipologia das modalidades proposta por Hengeveld, observa-se que os valores modais relacionados ao eixo do conhecimento são identificados como duas modalidades diferentes, segundo o nível de estruturação da frase em que se inserem e segundo a função que desempenham. Para a identificação dessas modalidades, além da função e do nível de estruturação da sentença, um outro critério é considerado: a fonte da informação com base na qual o falante faz sua avaliação.

A consideração da modalização como uma qualificação objetiva ou subjetiva, proposta por Lyons (1977), foi retomada por Hengeveld, mas a classificação resultante ainda é problemática. A modalidade epistêmica objetiva foi caracterizada em termos da avaliação que o falante faz do estatuto de realidade do EC designado por uma predicação. Para essa avaliação, o falante faz um cotejo entre o EC designado pela predicação e o conhecimento que ele possui sobre as "situações possíveis" ou "estados de mundo" (EM), na denominação de Hengeveld. "Se todos os EMs contiverem o EC designado por uma predicação, então o falante chegará à conclusão 'certo' ... Se apenas alguns ECs contiverem o EC que está sendo analisado, então o falante chegará à conclusão 'possível'" (1988, p.235). Assim, o conhecimento que o falante possui sobre os EMs é o padrão para sua avaliação.

A modalidade subjetiva epistêmica foi caracterizada em termos do comprometimento do falante com relação à verdade do conteúdo da predicação que ele apresenta para ser considerado. "Ao modalizar subjetivamente uma predicação, o falante revela-se como a origem da informação e também como aquele que apresenta um julgamento sobre a informação contida nessa predicação."

Que o escopo de cada uma dessas modalidades é diferente, parece-nos fora de dúvida. O próprio Hengeveld se encarrega de propor alguns testes para mostrar

essa diferença. Assim, a modalidade subjetiva, expressão de atitudes do falante, está localizada fora da proposição, razão pela qual, diz ele, não pode ser negada ou questionada. Além disso, as sentenças modalizadas subjetivamente estão fora do escopo do tempo; embora possam receber uma forma verbal do passado, essa forma não faz uma referência temporal, ela apenas expressa um grau menor de comprometimento por parte do falante.

Hengeveld, entretanto, procura atrelar a distinção entre as modalidades subjetiva e objetiva à classe de palavras que expressa cada uma dessas modalidades, considerando que os advérbios modais sempre dão expressão à modalidade subjetiva e os adjetivos modais, à modalidade objetiva. Essa mesma opinião foi defendida também por Bellert (1977), para quem os advérbios modais qualificam a verdade da proposição expressa no enunciado em que eles ocorrem e os adjetivos modais qualificam o estado de coisas referido pelo enunciado, sendo parte da proposição expressa pelo enunciado. Lang, em trabalho de 1979 (apud Nuyts, 1993), considera que os adjetivos modais pertencem à proposição e fazem referência a um elemento do mundo (o EC), enquanto os advérbios modais não fazem parte do significado proposicional mas expressam a atitude do falante em relação à proposição.

Em artigo que trata exclusivamente dos advérbios e adjetivos epistêmicos, Nuyts (1993) procura demonstrar que, contrariamente ao que apregoa a literatura sobre o assunto, a escolha que o falante faz entre uma construção com adjetivo e uma com advérbio não é determinada por alguma diferença na semântica da qualificação modal mas sim pela conjunção de três fatores: funcionalidade discursiva, performatividade e interação entre modalidade e evidencialidade.

Ao discutir a relação entre modalidade e evidencialidade, Nuyts questiona a distinção entre modalidade objetiva e modalidade subjetiva estabelecida por Lyons (1977) e Hengeveld (1988). Segundo Nuyts (1993, p.946), todo julgamento modal está baseado em uma evidência; o que pode variar é a qualidade da evidência que se tem, mas "sem evidência, nenhuma avaliação de um EC é possível – pode-se, então, simplesmente dizer que não se sabe" (p.946).

Nuyts considera, portanto, que a evidencialidade é uma dimensão semântica hierarquicamente superior à modalidade. Desse modo, a fonte da evidência passa a ter importância fundamental para a distinção entre modalidade subjetiva e objetiva. Se o falante sugere que apenas ele conhece ou teve acesso à evidência a partir da qual conclui, ele assume uma responsabilidade estritamente pessoal para a qualificação modal. Por outro lado, se o falante sugere que a evidência é conhecida ou acessível a um grupo de pessoas que chegam todas à mesma conclusão e entre as quais se inclui, provavelmente, o ouvinte, ele assume uma responsabilidade partilhada com todos aqueles que tiveram acesso à evidência a partir da qual se estabeleceu a conclusão. Para fazer uma distinção entre a sua proposta e a concepção tradicional de subjetividade e objetividade, que julga "provavelmente errada ou, pelo menos, equivocada", Nuyts denomina a primeira qualificação *subjetiva* e, a segunda, *intersubjetiva*.

A proposta de Nuyts coloca em questão a relação entre evidencialidade e modalidade. Duas tendências podem ser distinguidas na consideração dessa questão. A primeira, que considera os evidenciais como um tipo de modalizador epistêmico, pode ser representada pelo trabalho de Palmer (1986, p.151), para quem o termo epistêmico deveria ser aplicado não só aos sistemas modais que envolvem basicamente as noções de possibilidade e necessidade, mas a qualquer sistema modal que indique o grau de comprometimento do falante com relação ao que ele fala. Em particular, ele deveria incluir evidenciais, tais como rumor [*hearsay*] ou relato [*report*] ou a evidência dos sentidos.

Segundo Palmer, uma das formas de o falante indicar o seu (des)comprometimento com a verdade da proposição é a indicação das evidências por meio das quais ele fez seu julgamento. Considerando que as evidências estão claramente relacionadas ao conhecimento e à crença dos falantes, Palmer considera insensato negar-lhes o rótulo de epistêmico.

A segunda tendência, que considera a qualificação evidencial como determinadora da qualificação epistêmica, é representada pelo trabalho de Nuyts discutido anteriormente. Para esse autor, o fato de as categorias de modalidade epistêmica e evidencialidade aparecerem fundidas nos trabalhos de Palmer (1986), Hengeveld (1988; 1989) e outros, representa uma etapa já distante, uma vez que essas categorias constituem duas dimensões semânticas diferentes: i) a qualificação epistêmica ou a avaliação do falante sobre a probabilidade de um EC; e ii) a qualificação evidencial ou a avaliação do falante sobre a natureza ou a qualidade da fonte de sua evidência.

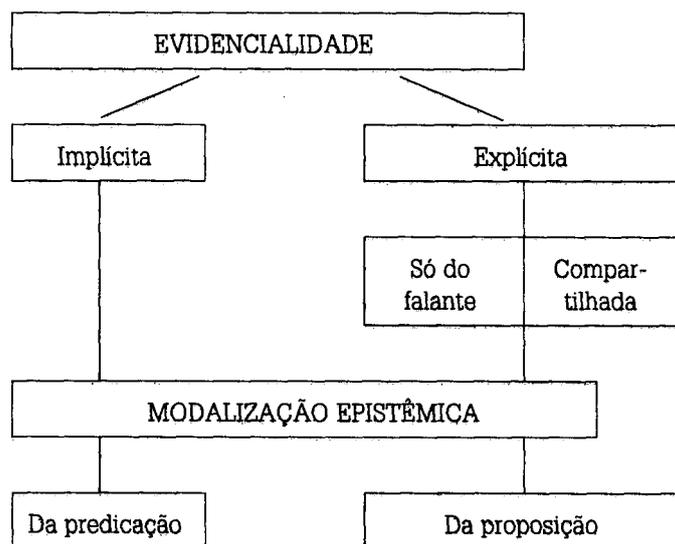
No modelo oracional em camadas, assumir essa posição implica definir o escopo e a ordem hierárquica dessas qualificações. Se considerarmos, de acordo com Nuyts (1993), a qualificação evidencial como hierarquicamente superior à qualificação modal, a distinção entre subjetividade e objetividade (ou intersubjetividade) passa a ser discutida dentro do domínio evidencial. Desse modo, aponta Nuyts, seria desnecessário postular dois tipos diferentes de qualificação epistêmica, como foi feito em Hengeveld (1988). Parece-nos, entretanto, que as análises dos enunciados epistemicamente modalizados feitas por Hengeveld e Nuyts, ainda que de naturezas diferentes, não são excludentes.

A avaliação epistêmica é feita com base no conjunto de conhecimentos e crenças que o falante possui. Ocorre, porém, que esse conjunto de informações (as evidências) pode ou não ser explicitado pelo falante, segundo as suas intenções comunicativas.

Como aponta Hoff (apud Dendale & Tasmowski, 1994, p.2), os evidenciais ou os "meios de justificação" indicam que tipo de evidência está disponível para assegurar a confiabilidade do enunciado no qual eles estão inseridos. Assim, se o falante escolhe indicar a fonte do saber que seu enunciado transmite, ele oferece a seu interlocutor a possibilidade de avaliar por si próprio a confiabilidade dessa informação. A avaliação da verdade de uma proposição será feita, então, com diferentes graus de adesão do falante, segundo as diferentes fontes de informação

apresentadas, que podem ser um relato de terceiros, uma percepção visual ou auditiva, uma inferência ou suposição do próprio falante.

O falante também pode optar por não indicar o tipo de evidência de que dispõe, se o conhecimento subjacente à sua avaliação for de domínio comum ou, principalmente, se ele quiser fazer parecer que é um conhecimento compartilhado. Dessa forma, a qualificação epistêmica incide não sobre uma proposição, mas sobre um EC que é considerado certo ou possível, segundo uma avaliação apresentada como independente da crença do falante. Entrecruzando todas essas variáveis, podemos equacionar a avaliação epistêmica da seguinte forma:



Ao abrigarmos os dois tipos de modalidade, propostos por Hengeveld, sob um mesmo rótulo – modalidade epistêmica –, estamos admitindo que ambas as modalidades representam formas de o falante comprometer-se com a verdade de seu enunciado (ou descomprometer-se dela), assumindo, com relação à qualificação modal, uma responsabilidade estritamente pessoal ou partilhada.

É preciso, entretanto, verificar como as combinações entre evidencialidade e modalidade epistêmica são efetuadas na língua e quais os efeitos comunicativos resultantes de cada tipo. É dessa investigação que nos ocuparemos a seguir. Para tanto, considerem-se, inicialmente, os seguintes exemplos:

- (1) "Adotamos recentemente medidas de incentivo às exportações que *devem* trazer novo impulso ao nosso comércio exterior." (D2)
- (2) "*É possível* que, em algum outro governo, os poderes da República tenham desfrutado de igual independência e liberdade." (D13)
- (3) "*Creio* que compete primordialmente à livre iniciativa – não ao Estado – criar riqueza e dinamizar a economia." (D1)

(4) "Tenho certeza de que as diferenças de interesse e percepção ... serão tratadas de forma construtiva para benefício mútuo." (D1)

Algumas diferenças básicas separam esses enunciados em dois grupos. No primeiro grupo, a possibilidade de ocorrência de um EC é descrita como provável (1) ou possível (2), de acordo com o conhecimento que o falante possui sobre situações possíveis. Embora se possa considerar a possibilidade de enunciados do tipo de (1) e (2) serem interpretados como a expressão da avaliação subjetiva do falante, é inegável que esses enunciados estão totalmente despidos de marcas de julgamento. As especificações disponíveis só podem ser garantidamente a caracterização do estatuto de realidade de um EC. O falante, ao enunciar (1) ou (2), optou por não indicar as evidências de que dispunha, apresentando a qualificação "provável" ou "possível" como independente de sua avaliação. Decorre desse distanciamento do falante uma maior credibilidade para a qualificação modal. No nível da proposição, esses enunciados podem ser assim representados:

(1') Poss Pres e_i : [predicação]⁴

(2') Pres e_i : Possível_A (e_i : [predicação])

A qualificação do EC é expressa por um operador em (1) e por um predicado adjetival em (2).

Nos enunciados do segundo grupo, há a expressão do comprometimento do falante com relação à verdade do conteúdo que ele apresenta para ser considerado. Ao enunciar (3) ou (4), o falante revela que assume seu enunciado, responsabilizando-se pelo que diz. Diante do que se colocou nos enunciados, a única interpretação possível é a de que eles expressam um julgamento do falante. No nível da predicação, esses enunciados (3) e (4) podem ser assim representados:

(3') Pres [Crer (x_i : p1) (Xj: [proposição])]

(4') Pres [Ter certeza (x_i : p1) (Xj: [proposição])]

Nesses dois exemplos, a qualificação modal é expressa por predicados verbais que têm como complemento uma proposição.

Os diferentes efeitos comunicativos dos enunciados de (1) a (4) não podem ser atribuídos apenas ao nível da organização estrutural em que se aloja o modalizador e ao seu conseqüente escopo. A modalização de um enunciado é resultante da conjugação de uma série de fatores, dificilmente dissociáveis, que vão desde a natureza do próprio item modalizador até a estrutura sintática, que engloba, por exemplo, a unipessoalização ou a voz passiva. Sendo assim, optamos por apresentar a descrição dos enunciados epistemicamente modalizados presentes no *corpus* em duas etapas de complexidade crescente. Na primeira etapa, limitar-nos-emos a

4 A representação completa da estrutura frasal em camadas, segundo Hengeveld (1988), já foi apresentada à página 151. Objetivando apenas situar a modalidade epistêmica nessa estrutura, optamos por uma representação simplificada, só apresentando as camadas que estão no escopo da modalização. Além disso, adotamos a proposta notacional de Dik (1989, p.262), que exclui a repetição da variável especificada ao final de cada camada.

descrever as formas de expressão da modalidade epistêmica que ocorreram nos dois níveis de estruturação da frase: a predicação e a proposição. Na segunda, procuraremos relacionar o efeito comunicativo de (des)comprometimento do falante às relações estruturais que se estabelecem nesses enunciados.

4 A manifestação da modalidade epistêmica: um exercício de análise

Para analisar a manifestação da modalidade epistêmica em enunciados efetivos, selecionamos treze discursos do ex-presidente Collor, a saber:

- 15.3.1992 – Discurso de posse (D1)
- 14.3.1992 – Discurso em comemoração aos dois anos de governo (D2)
- 26.5.1992 – Primeira manifestação após denúncias de Pedro Collor (D3)
- 27.5.1992 – Segunda manifestação após denúncias de Pedro Collor (D4)
- 1.7.1992 – Terceira manifestação após denúncias de Pedro Collor (D5)
- 10.7.1992 – Discurso sobre renegociação da dívida com bancos credores (D6)
- 17.7.1992 – Discurso sobre reforma fiscal (D7)
- 6.8.1992 – Discurso proferido na posse dos novos ministros (D8)
- 21.8.1992 – Discurso sobre a liberdade de imprensa (D9)
- 31.8.1992 – Discurso sobre a CPI (D10)
- 3.10.1992 – Última manifestação como presidente (D11)
- 22.12.1992 – Explicações sobre a troca de advogados (D12)
- 31.12.1992 – Discurso da renúncia (D13)

Esses textos foram separados em dois subgrupos. O maior deles é composto pelos discursos produzidos durante a fase de *impeachment* (maio a dezembro de 1992), em que o presidente se pronuncia sob forte coação moral. Como contraponto aos onze discursos que compõem esse subgrupo, selecionamos o discurso de posse (D1) e o discurso feito na comemoração dos dois anos de governo Collor (D2), textos em que a imagem do presidente não está sendo ameaçada.

4.1 Formas de expressão da modalidade epistêmica

4.1.1 No nível da predicação

a) A avaliação que o falante faz da realidade do estado de coisas, descrito pela predicação, é expressa por meios gramaticais (operadores de predicação):

- (5) "Adotamos recentemente medidas de incentivo às exportações que devem trazer novo impulso ao nosso comércio externo." (D2)
- (6) "tarefa que já foi iniciada, mas que só poderá ser levada a bom termo com a participação da classe política." (D2)

b) A avaliação que o falante faz da realidade do estado de coisas, descrito pela predicação, é expressa por meios lexicais (predicados adjetivais):

- (7) "É possível que, em algum outro governo, os poderes da República tenham desfrutado de igual independência e liberdade." (D13)
- (8) "Certo é, porém, que a virtude republicana, o espírito de cidadania, pressupõe determinado clima moral." (D1)

4.1.2 No nível da proposição

a) O comprometimento do falante com relação à verdade da proposição é expresso por meio de satélites de predicação:

- (9) "A inflação nos desorganiza e nos desmoraliza. Ela é, sabidamente, o imposto mais cruel." (D1)
- (10) "De fato, o dinamismo das novas configurações econômicas convive ainda com a miséria e a estagnação." (D1)

b) O comprometimento do falante com relação à verdade da proposição é expresso por meio de predicados encaixadores verbais (11 e 12), adjetivais (13 e 14) e nominais (15 e 16):

- (11) "Creio firmemente, Senhores Senadores e Senhores Deputados, que a dignidade do Governo implica essencialmente um sólido respeito pelos dois outros Poderes da República." (D1)
- (12) "Sei que não se deixarão intimidar pelas manifestações organizadas, pelos que pensando servir, desservem ao país." (D10)
- (13) "Estou certo, ministro Eraldo Tinoco, de que estará à altura do grande desafio que tem pela frente." (D8)
- (14) "Estou absolutamente seguro de que estamos no rumo certo." (D4)
- (15) "Daí a convicção de que a economia de mercado é forma comprovadamente superior de geração de riqueza." (D1)
- (16) "Daí a certeza de que, no plano internacional, são as economias abertas as mais eficientes e competitivas." (D1)

Todas essas possibilidades podem ser assim esquematizadas:

Quadro 3 – Formas de expressão da modalidade epistêmica

Função	Nível	Tipo	Expressão
Expressar o estatuto de realidade de um estado de coisas	Predicação	Operadores π_2	Auxiliares modais
		Predicados encaixadores	Adjetivos
Expressar o comprometimento do falante com relação à verdade da proposição	Proposição	Predicados encaixadores	Adjetivos
			Verbos
		Satélites σ_3	Nomes
			Advérbios

Comparando-se as formas de expressão encontradas no *corpus* com as formas de expressão previstas pelo modelo de Hengeveld (ver Quadro 2), observa-se que, em português, assim como em inglês e espanhol, não ocorre a qualificação da proposição por meio de operadores π_3 . Parece-nos, entretanto, que poucas são as línguas que admitem essa possibilidade. Os únicos exemplos de qualificação modal da proposição feita por meios gramaticais, que encontramos na bibliografia consultada, pertencem às línguas hidatsa e turco (Hengeveld, 1988).

Outro dado que merece discussão é a ocorrência de predicados adjetivais para expressar tanto a qualificação modal da predicação quanto a da proposição. A natureza desses adjetivos, entretanto, é diferente em cada um desses empregos. Enquanto os adjetivos que qualificam a predicação são sempre avalentes, os adjetivos que qualificam a proposição são valenciais, construindo-se com um argumento sujeito, freqüentemente de primeira pessoa, e um argumento proposicional. Observa-se, porém, que uma mesma forma adjetiva pode ser modalizadora da predicação ou da proposição, como em (21) e (22), respectivamente:

(21) "É certo que a inflação caiu."

(22) "Estou certo, ministro Eraldo Tinoco, de que estará à altura do grande desafio que tem pela frente." (D8)

Numa primeira leitura, poderíamos pensar que o determinador da diferença na qualificação modal entre esses exemplos fosse o uso da forma impessoal em (21) e da primeira pessoa em (22). Obviamente, o uso da primeira pessoa deixa clara a natureza subjetiva da qualificação epistêmica, isto é, evidencia que é o falante quem julga como verdadeira a proposição. No entanto, é preciso atentar para a diferença de sentido que o adjetivo adquire nas duas construções. Enquanto em (21) *certo* é um adjetivo avalente, correspondendo a *infalível*, em (22) ele é um adjetivo atitudinal valencial, correspondendo a *convicto*, adjetivo que se constrói com um argumento sujeito de primeira pessoa e um argumento proposicional. Observe-se que também os predicados nominais, que expressam a modalidade epistêmica proposicional, são valenciais. *Convicção*, *certeza* e *dúvida* são valores que implicam necessariamente um julgamento de verdade (julgam a verdade da proposição), daí a impossibilidade de se aplicarem a ECs.

Vejam, então, como as formas de expressão e os níveis de organização da estrutura frasal, descritos aqui, se relacionam com os diferentes graus de comprometimento do falante que a modalidade epistêmica expressa.

4.2 O (des)comprometimento do falante

Considerando-se as diferentes camadas da organização estrutural da frase, identificamos, em 4.1, duas instâncias da modalidade epistêmica, segundo elas tenham por escopo:

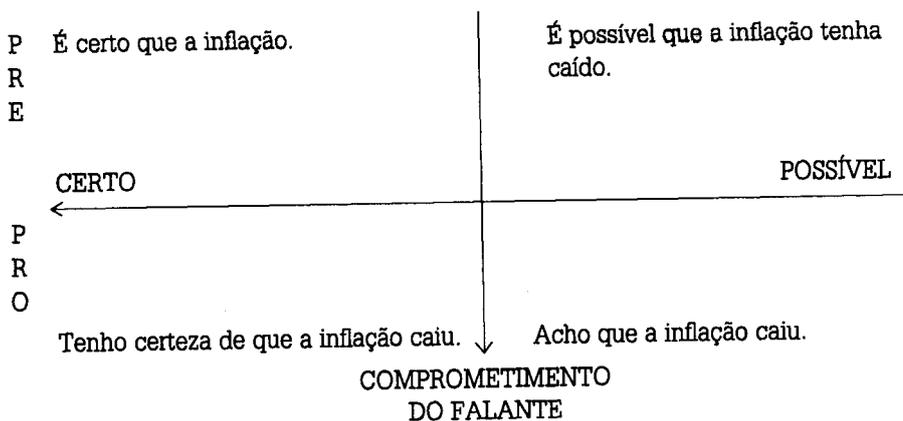
- i) uma predicação na sua função representacional: o falante se utiliza de meios lingüísticos para fornecer ao ouvinte uma descrição de um EC, avaliando o estatuto de realidade desse EC. A predicação apenas dá a descrição de uma situação externa a que o falante faz referência como certa, provável ou possível;
- ii) uma proposição em sua função interpessoal: o falante se utiliza de meios lingüísticos para expressar sua atitude com relação ao seu ato de fala.

Desse modo, ao situar a qualificação epistêmica no nível da predicação, o falante se furta à responsabilidade sobre o valor de verdade de seu enunciado. Inversamente, ao situar a qualificação epistêmica no nível da proposição, o falante assume, com diferentes graus de adesão, seu enunciado.

Observa-se, entretanto, que mesmo dentro de um único nível de estruturação da frase, os efeitos comunicativos podem ser bastante diferentes. Definindo o eixo epistêmico como um *continuum* entre o certo e o possível, verifica-se que a língua dispõe de meios para expressar uma gradação bastante sutil entre esses extremos. A variedade de formas para expressar um mesmo valor também dificulta o estabelecimento de graus nítidos dentro do eixo da possibilidade.

Sendo assim, separamos as ocorrências dos modalizadores epistêmicos em dois grandes grupos, segundo o efeito de sentido obtido com seu emprego seja uma indicação de certeza ou de possibilidade. A passagem de um grupo a outro é feita, entretanto, sem ruptura. Entre o certo e o possível, a adesão do falante varia numa progressão contínua.

Considerando os níveis de organização estrutural da frase, podemos equacionar o entrecruzamento dos valores modais de certeza e possibilidade com o comprometimento do falante da seguinte maneira:



Segundo o esquema acima, os enunciados modalizados diferenciam-se, no sentido horizontal, pela expressão de graus opostos no eixo epistêmico. No sentido vertical, esses enunciados se opõem funcionalmente: nos dois quadrantes superiores, expressam a avaliação de um EC como certo ou possível e, nos dois quadran-

tes inferiores, expressam a avaliação que o falante faz sobre a verdade de uma proposição. Conseqüentemente, o eixo vertical representa, num movimento crescente de cima para baixo, o comprometimento do falante.

Sem desconsiderar os diversos graus de certeza e possibilidade que o eixo epistêmico abarca, chamaremos os modalizadores que ocorrem nos quadrantes do lado esquerdo do eixo vertical de "modalizadores do certo" e, aqueles que ocorrem do lado direito, de "modalizadores do possível".

Considerando-se, então, as formas de expressão da modalidade descritas no item 4.1 e resumidas no Quadro 3, foram levantadas todas as indicações de possibilidade e certeza presentes no *corpus*, conforme demonstra a Tabela 1:

Tabela 1 – Ocorrência dos modalizadores por discurso

	D1	D2	D3	D4	D5	D6	D7	D8	D9	D10	D11	D12	D13	Total
Certezas	19	-	-	2	3	1	1	2	3	2	1	-	4	38
Possibilidades	9	8	2	1	3	3	1	1	1	12	-	1	4	46
Total	28	8	2	3	6	4	2	3	4	14	1	1	8	84

Voltaremos a esses números depois de analisar, em separado, as duas grandes classes de modalizadores epistêmicos aqui identificadas.

4.2.1 A modalidade do certo

As indicações de que o falante avalia como verdadeiro o conteúdo do enunciado que produz são bastante freqüentes em todo o *corpus*, correspondendo a 45% do total de ocorrências (ver Tabela 1). Observa-se, entretanto, que não há uma única ocorrência em que a expressão de certeza do enunciador incida sobre uma predicação:

Tabela 2 – Modalizadores do certo

	D1	D2	D3	D4	D5	D6	D7	D8	D9	D10	D11	D12	D13	Total
Predicação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proposição	19			2	3	1	1	2	3	2	1	-	4	38
Total	19			2	3	1	1	2	3	2	1	-	4	38

Sempre tendo por escopo uma proposição, a modalização do *certo* foi feita, basicamente, de duas maneiras:

- i) por um predicador adjetivo ou nominal indicador de certeza:

- (23) "Tenho certeza de que as diferenças de interesse e percepção ... serão tratadas de forma construtiva para benefício mútuo." (D1)
- (24) "Estamos certos de que, por esse caminho ... começaremos a resgatar a imensa dívida que o Brasil ainda tem para com grande parte de sua gente." (D8)

ii) por um predicador verbal ou nominal indicador de um saber:

- (25) "Sabemos que contamos para isso não só com a compreensão mas com o pleno apoio das lideranças sindicais esclarecidas deste país." (D1)
- (26) "tenho consciência de que aqui também impõe-se a estabilização financeira." (D1)

Embora todos esses enunciados indiquem um forte comprometimento do falante com relação à verdade da proposição, observa-se que esse comprometimento é expresso em graus bastante diferentes. Como já apontamos em 4.1, ao indicar as evidências subjacentes à qualificação epistêmica, o falante permite que o interlocutor avalie, por ele próprio, a confiabilidade do enunciado. Assim, os enunciados construídos em primeira pessoa do singular indicam um forte comprometimento do falante, uma vez que ele apresenta, como evidência para a qualificação epistêmica, uma inferência pessoal. Comparem-se, agora, os seguintes pares de ocorrências:

- (27) "Estamos certos de que ... começaremos a resgatar a imensa dívida que o Brasil ainda tem para com grande parte de sua gente." (D8)
- (28) "Estou certo de que as lideranças políticas compreenderão as razões que me levaram a tomar essa iniciativa." (D10)
- (29) "tenho consciência de que aqui também impõe-se a estabilização financeira." (D1)
- (30) "Temos consciência plena do peso desses estados, de suas semelhanças conosco." (D1)

Ao utilizar a primeira pessoa do plural, Collor busca uma divisão de responsabilidades, apresentando sua certeza e seu saber como compartilhados. Assim, o uso de eu e nós se alterna ao longo dos discursos: eu, para o poder; nós, para o trabalho, para a divisão de responsabilidades. Observa-se ainda que em D1, discurso em que ocorre o maior número de indicações da certeza do falante, das 19 ocorrências de modalizadores do certo, dez são construídas em primeira pessoa do singular e apenas duas, em primeira pessoa do plural.

Nas construções com predicadores nominais, observou-se um interessante jogo de ocultação da evidencialidade. Já indicamos em 4.2 que as formas nominais modalizadoras são sempre valenciadas, pressupondo, portanto, a existência de um argumento que faz o julgamento expresso pela proposição. Para mascarar o fato de que é seu o julgamento que está sendo expresso, Collor omite a indicação do possessivo. Desse modo, a recuperação da primeira pessoa só pode ser feita pelas formas verbais que antecedem o predicador modal:

- (31) “*Entendo assim o Estado, não como produtor, mas como promotor do bem-estar coletivo. Daí a convicção de que a economia de mercado é forma comprovadamente superior de geração de riqueza, de desenvolvimento intensivo e sustentado. Daí a certeza de que, no plano internacional, são as economias abertas as mais eficientes e competitivas.*” (D1)

Embora pouco freqüente, a modalização por meio de locuções adverbiais é uma outra forma utilizada por Collor para expressar sua certeza, sem explicitar que ela é decorrente de uma inferência pessoal:

- (32) *De fato, o dinamismo das novas configurações econômicas convive ainda com a miséria e a estagnação.*” (D1)
- (33) “Um dos maiores obstáculos a isso é *sem dúvida* o serviço da dívida nos níveis em que se encontra.” (D1)

4.2.2 A modalidade do possível

Os modalizadores do possível indicam uma tentativa do enunciador de diminuir sua responsabilidade pelo que é dito. Quando incidem sobre uma predicação, indicam um duplo distanciamento do enunciador que, além de descrever um EC como possível, ainda apresenta essa qualificação como independente de sua avaliação. É exatamente nessa situação que ocorrem 72,3% das expressões de possibilidade encontradas no *corpus* (ver Tabela 3), feitas por meio de auxiliares modais (31 ocorrências) e por meio do predicador adjetivo possível (duas ocorrências).

Tabela 3 – Modalizadores do possível

	D1	D2	D3	D4	D5	D6	D7	D8	D9	D10	D11	D12	D13	Total
Predicação	3	7	1	1	2	3	1	1	1	10	-	-	3	33
Proposição	6	1	1	-	1	-	-	-	-	2	-	1	1	13
Total	9	8	2	1	3	3	1	1	1	12	-	1	4	46

O verbo *dever*, como indicador de probabilidade, é o auxiliar mais empregado, combinado com outros modalizadores ou isoladamente:

- (34) “A renovação da equipe ministerial *deve* assegurar uma relação ainda mais fluida e equilibrada com o Congresso Nacional.” (D2)
- (35) “A conquista de credibilidade internacional *deverá* colocar-nos entre as nações que estão definindo os novos parâmetros de desenvolvimento, que nos deverão guiar no Terceiro Milênio.” (D2)

O verbo *poder*, embora muito freqüente como modalizador deôntico, tem emprego restrito como indicador de possibilidade, ocorrendo apenas onze vezes:

- (36) "Hoje, qualquer um *pode* ser vítima desta irregularidade porque não é possível a todos nós conhecer a natureza espúria de um cheque." (D10)
- (37) "Na primeira [hipótese, os bancos credores] *poderão* preferir ter nossa dívida a juros de mercado." (D6)

Com relação ao emprego desses auxiliares, não se pode deixar de analisar o valor modal da categoria gramatical de tempo. Observe-se, por exemplo, o efeito intensificador que o tempo futuro exerce sobre a noção de possibilidade expressa pelos verbos *dever* e *poder*:

- (38) "A conquista de credibilidade internacional *deverá* colocar-nos entre as nações que estão definindo os novos parâmetros de desenvolvimento, que nos deverão guiar no Terceiro Milênio." (D2)
- (39) "Você, trabalhador, *poderá* estar-se perguntando, neste momento, qual a importância dessa notícia que estou dando, qual o efeito que um acordo tão difícil e técnico, aparentemente distante, *pode* ter sobre sua vida no dia-a-dia." (D6)

Como aponta Corôa (1985, p.59), os usos modais das formas de futuro "jogam com a virtualidade inerente ao vir-a-ser, com a idéia de possível natural ao próprio futuro". Daí a dificuldade de classificá-las como tempo do indicativo ou como forma com valor modal.⁵ Para Mira Mateus et al. (1983, p.121), tanto o presente do indicativo quanto o futuro do presente podem ser selecionados pelo falante para exprimir estados de coisas futuros: o presente é selecionado quando o falante avalia a ocorrência do estado de coisas como altamente provável e o futuro do presente, quando ele avalia que a ocorrência é apenas possível. Oposição maior separa os valores expressos pelo futuro do presente e o futuro do pretérito. Utilizado para dar uma informação que o falante não assume como sua e para indicar probabilidade ou hipótese, o futuro do pretérito tem, muitas vezes, o seu valor temporal anulado em favor de um valor modal. É o que acontece, por exemplo, em (40) e (41):

- (40) "O Presidente da República tem como residências oficiais o Palácio da Alvorada e a Granja do Torto. *Poderia* estar morando num desses endereços, com todas as despesas pagas." (D10)
- (41) "Pensem bem: se eu quisesse morar de graça, com tudo pago, *estaria* morando no Palácio da Alvorada." (D5)

Neste trabalho, limitamos a análise do valor modal das categorias de modo e tempo apenas aos enunciados em que essas categorias co-ocorrem com itens léxicos modalizadores. Assim, não foram analisados os enunciados modalizados unicamente pelo modo ou pelo tempo verbal, como em (41). Entretanto, registramos que o maior número de verbos não modais, flexionados no futuro do pretérito, ocorre em D10, discurso em que Collor abandona a atitude de indiferença e passa a se de-

⁵ Ver, a esse respeito, Campos & Rodrigues, 1993, p.414-23.

fender das acusações, negando-as ou atenuando-as. Enquanto em D10 o futuro do pretérito é usado nove vezes, em seis outros discursos (D2, D3, D8, D11, D12 e D13) não há uma única ocorrência desse tempo.

É também em D10 que ocorre o maior número de modalizadores do possível (ver Tabela 3), em sua maioria modalizadores da predicação. No nível da proposição, as afirmações de Collor são raramente apresentadas como incertas ou imprecisas. Excluindo-se um único caso claro de indicação de dúvida, feita por meio do verbo *supor*, a incerteza do enunciador é sempre expressa pela qualificação do enunciado como um julgamento pessoal:

- (42) "Penso que a integração é passo obrigatório para a modernização de nossas economias." (D1)
- (43) "Responderei ao que *creio*, sinceramente, sejam profundas injustiças, pré-julgamentos e posturas nitidamente eleitorais." (D10)

Entre os verbos que expressam um julgamento ou opinião, a escolha de Collor recai sempre sobre aqueles que indicam um forte comprometimento com o conteúdo do enunciado que, embora avaliado como possível, é posto como bem próximo da verdade. Desse modo, Collor não se utiliza de verbos como *imaginar* ou *achar*, que indicam um alto grau de incerteza do enunciador. Como aponta Rosa (1992, p.60), as expressões verbais de opinião, entretanto, nem sempre incluem a incerteza do falante sobre o que diz, uma vez que, "do ponto de vista pragmático-interacional, a opinião expressa uma crença ou saber já pré-configurado, que contrasta com a expressão de uma dúvida". Observe-se que em algumas ocorrências do verbo *crer*, a proposição encaixada é construída com o verbo no tempo presente do indicativo, o que reforça a idéia de que o falante considera o conteúdo da proposição como próximo à verdade. Comparem-se, por exemplo, os diferentes efeitos comunicativos que o enunciado (42), comentado anteriormente, e os enunciados (44) e (45) evidenciam, atentando para o papel do modo da proposição encaixada:

- (44) "Creio que compete primordialmente à livre iniciativa - não ao Estado - criar riqueza e dinamizar a economia." (D1)
- (45) "Creio firmemente, Senhores Senadores e Senhores Deputados, que a dignidade do governo implica essencialmente um sólido respeito pelos dois outros Poderes da República." (D1)

A ocorrência do advérbio intensificador em (45) também contribui para diminuir o grau de incerteza evidenciado pelo verbo *crer*.

Considerando o esquema utilizado para representar o entrecruzamento do comprometimento do falante com o nível de atuação do modalizador, podemos dizer que os enunciados em que Collor expressa seus julgamentos pessoais estariam localizados na extrema esquerda dos quadrantes do possível, numa zona de transição entre o possível e o certo.

Voltemos, agora, ao enunciado construído com o verbo *supor*, mencionado anteriormente:

(46) "Não sei o que querem de mim. Suponho que pretendam, como já fizeram outras vezes em circunstâncias semelhantes, mais do que o poder." (D13)

A única ocorrência de verbo de opinião que nitidamente indica incerteza do falante é antecedida pela também única ocorrência de um prefaciador de atenuação que, nos termos de Rosa (p.82), nega a competência epistêmica do enunciador. Observa-se, também, que a incerteza recai sobre a atitude de uma terceira pessoa, os congressistas. Em nenhum momento o enunciador coloca como incertas suas atitudes.

O uso que Collor faz dos modalizadores parece-nos bastante claro. Nas interações lingüísticas, afirma Koch (1992, p.29), "temos sempre objetivos, fins a serem atingidos: há relações que desejamos estabelecer, efeitos que pretendemos causar, comportamentos que queremos ver desencadeados, isto é, pretendemos atuar sobre o(s) outro(s) de determinada maneira, obter dele(s) determinadas reações". Collor, cioso de sua imagem, busca convencer seu interlocutor de que sabe sobre o que está falando. O uso dos modalizadores do certo é parte de seu esforço para fazer seus interlocutores crerem no que está sendo dito.

Se considerarmos ainda que toda a indicação de certeza encontrada no *corpus* é feita no nível da proposição, nível em que o comprometimento do falante é maior, facilmente se compreenderá o fato de 46,3% do total de modalizadores do certo ocorrerem no discurso de posse (D1), texto que parece ter sido produzido segundo a fórmula "eu sei, eu posso, eu faço". Na verdade, não havia razões para Collor buscar o descomprometimento.

Observa-se, entretanto, que o discurso proferido na comemoração de dois anos de governo, ainda que produzido num momento político de razoável estabilidade, não traz nenhuma ocorrência de modalizadores do certo. Uma leitura de D2, mesmo superficial, revela uma organização temática do discurso que desfavorece o aparecimento da modalidade do certo. Collor organizou seu discurso em dois movimentos básicos: um relato pretensamente imparcial das conquistas do governo e as projeções para o futuro. Sendo pretensamente imparcial, seu relato adquire um valor de verdade a que não serve o uso de modalizadores do certo; descrevendo ECs com realização futura, suas projeções, obviamente, só admitem modalizadores do possível.

Nos discursos produzidos após as denúncias de Pedro Collor, também é possível encontrar alguma regularidade no uso dos modalizadores. D3, D4 e D5 foram produzidos com a mesma intenção de esclarecer a população. D3 e D4, entretanto, foram produzidos imediatamente após a divulgação das denúncias, quando boa parte da população ainda não conhecia completamente o teor das acusações. Assim, Collor se limita a declarar a falsidade dessas acusações e a listar as ações que determinou para punir os culpados, entre os quais, certamente, ele não se inclui. Em D5 Collor apresenta uma lista de "fatos" que comprovariam sua inocência. Im-

buído do “dever moral de mostrar a verdade”, Collor se utiliza predominantemente de modalizadores deônticos nesses três discursos.

Em D6 e D7, Collor procura ignorar a crise instaurada, produzindo discursos que se aproximam de D2, na argumentação: após o relato de vitórias recentes, Collor acena com um futuro promissor. Novamente, os modalizadores do possível são mais freqüentes.

D8 e D9 se aproximam pelo fato de terem sido produzidos visando às solenidades em que seriam proferidos. Têm, portanto, uma temática bem definida e se caracterizam pela impessoalidade. Nesse contexto, os modalizadores do certo são mais freqüentes que os modalizadores do possível, embora ocorram em pequeno número.

Em D10, como já apontamos, há uma nítida predominância dos modalizadores do possível (85,7%). Comentando cada uma das acusações, Collor intercala relatos em primeira pessoa com a expressão de seu julgamento sobre os fatos relatados e sobre as atitudes da CPI. Assim, avalia como possível o comprometimento decisivo dos destinos do país, o fato de qualquer pessoa vir a ser vítima das contas-fantasma, o insensato pedido de impedimento do presidente etc. Assim como em D2, a possibilidade de ocorrência dos ECs é descrita como independente do julgamento do falante, ou seja, no nível da predicação.

Finalmente, os discursos D11, D12 e D13 compõem um grupo em que, novamente, a argumentação é baseada em modalizadores deônticos, com poucas ocorrências de modalizadores epistêmicos. Observa-se que, entre os poucos modalizadores utilizados nesses discursos, a maior parte traz a certeza de que o enunciador tem de ter sido injustiçado.

Apresentando todas as ocorrências de modalizadores, segundo o esquema formulado à página 162, obteremos o seguinte resultado:

P			
R		0	33
E			
	CERTO		POSSÍVEL
P			
R		38	13
O			
		COMPROMETIMENTO DO FALANTE	

É interessante observar que os usos mais freqüentes representam uma somatória de elementos que promovem o mesmo efeito de sentido: no nível da proposição, nível em que o comprometimento do falante é maior, a modalidade mais fre-

qüente é a modalidade do certo, que, por sua vez, também indica uma maior adesão do falante; no nível da predicação, nível em que há um menor comprometimento do falante, a modalidade do possível é a mais freqüente, indicando uma dupla tentativa de diminuição de responsabilidade.

5 Conclusão

Sendo veiculadoras das atitudes do falante com relação ao que é dito, as modalidades pedem uma abordagem teórica que considere a língua em uso. Assim, foi com a opção pelo funcionalismo que buscamos analisar os efeitos comunicativos das expressões modalizadoras epistêmicas na interação verbal.

Para essa análise, consideramos a organização simultânea da sentença como mensagem e como evento de interação, segundo o modelo de organização estrutural da frase proposto por Hengeveld (1988; 1989) e Dik (1989). A utilização desse modelo permitiu-nos identificar diferentes instâncias da modalização, bem como as diversas qualificações que atuam em cada uma das camadas da estrutura frasal.

Admitindo, como Nuyts (1993), que a modalidade epistêmica está dentro do âmbito de incidência da evidencialidade, foi possível descrever a modalidade epistêmica de uma forma menos fragmentária: a modalidade epistêmica pode ser globalmente considerada como a expressão de uma avaliação feita pelo falante com base no conjunto de conhecimentos e crenças que esse falante possui.

Embora seja uma categoria individualizada, a modalidade epistêmica se reveste de diferentes funções na situação de interação. Ao qualificar epistemicamente uma *proposição*, o falante não só a avalia como certa ou possível, mas também se posiciona com relação a essa avaliação. Nesse caso, é a função *interpessoal* da frase que está sendo encarecida. Ao qualificar epistemicamente um EC, o falante descreve esse EC como certo ou possível, sem contudo, manifestar sua posição com relação a essa avaliação. E, nesse caso, é a função *representacional* da frase que está sendo encarecida.

Essa dupla função da modalidade epistêmica, entretanto, não a descaracteriza como uma categoria única. Por essa razão, assumindo uma posição contrária à de Hengeveld (1988; 1989), de Dik (1989) e de Palmer (1986), optamos por considerar cada uma dessas funções como subtipos da modalidade epistêmica e não como modalidades diferentes.

A existência de uma correspondência entre o grau de comprometimento do falante e o nível em que atua o modalizador, hipótese central deste trabalho, pôde ser comprovada ao longo do exercício de análise dos discursos do ex-presidente Collor.

Quando situa a qualificação epistêmica no nível da predicação, o falante descreve a possibilidade de ocorrência de um EC sem a indicação das evidências,

apresentando a qualificação como independente da sua avaliação. Dessa forma, não há nenhuma manifestação do comprometimento do falante com a verdade de seu enunciado. Quando situa a qualificação epistêmica no nível da proposição, o falante revela que assume seu enunciado, responsabilizando-se pelo que diz. Nesse caso, o comprometimento do falante é expresso em diferentes graus, segundo as diferentes evidências apresentadas.

Em resumo, considerando as funções (representacional e interpessoal) da linguagem, verificamos que:

- i) por meio da modalização epistêmica o falante avalia como certa ou possível a realidade de um EC ou a veracidade de uma proposição;
- ii) essa avaliação pode ser feita segundo um conhecimento que só o falante tem ou de um conhecimento que é comum, ou seja, segundo um saber que é pessoal ou partilhado;
- iii) segundo as intenções comunicativas do falante, ele pode escolher explicitar ou não a fonte do seu saber;
- iv) o grau de comprometimento do falante pode ser avaliado em correspondência com o nível da organização estrutural da frase em que atua o modalizador.

DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. A functional analysis of epistemic modality. *Alfa (São Paulo)*, v.40, p.151-173, 1996.

- **ABSTRACT:** *The aim of this essay is to analyze the non-prosodic mechanisms used to express the epistemic modality, proposing the hypothesis that the speaker's degree of commitment can be assessed in relation to the level of structural organization of the clause in which the modal elements operate.*
- **KEYWORDS:** *Epistemic modality; functional grammar; layered structure.*

Referências bibliográficas

- BELLERT, I. On semantic and distributional properties of sentential adverbs. *Linguistic Inquiry*, v.8, p.337-51, 1977.
- CAMPOS, O. G. L. A. S., RODRIGUES, A. A flexão verbal modo-temporal no português culto do Brasil: sufixos e auxiliares. In: CASTILHO, A. T. (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993. v.3, p.405-25.
- CORÔA, M. L. M. S. *O tempo nos verbos do português: uma introdução à sua interpretação semântica*. Brasília: Thesaurus, 1985.
- DENDALE, P., TASMOWSKI, L. Présentation: l'évidentialité ou le marquage des sources du savoir. *Langue Française*, v.102, p.3-7, 1994.
- DIK, S. *The Theory of Functional Grammar*. Dordrecht: Foris, 1989.

- HENGEVELD, K. Illocution, mood and modality in a functional grammar of Spanish. *J. Semantics*, v.6, p.227-69, 1988.
- _____. Layers and operators in functional grammar. *J. Linguistics*, v.25, p.127-57, 1989.
- KOCH, I. G. V. *A interação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992.
- LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. v.2.
- MACKENZIE, J. L. *What is functional grammar?* In: CONGRÈS INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE ET PHILOGIE ROMANES, 20, 1992, Zürich. 5p. (Mimeogr.).
- MIRA MATEUS, M. H. et al. *Gramática da língua portuguesa: elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual*. Coimbra: Almedina, 1983.
- NUYTS, J. Epistemic modal adverbs and adjectives and the layered representation of conceptual and linguistic structure. *Linguistics*, v.31, p.933-69, 1993.
- PALMER, F. R. *Mood and modality*. New York: Cambridge University Press, 1986.
- ROSA, M. *Marcadores de atenuação*. São Paulo: Contexto, 1992.

MODALIDADE: UM CAMINHO PARA LEITURA EM LÍNGUA INGLESA

Maria Inez Mateus DOTA¹

- RESUMO: Este artigo sugere, a partir de análise da operação de modalização, comum às diversas línguas, trabalho prático com texto, visando ao aprimoramento do ensino de leitura em língua inglesa.
- PALAVRAS-CHAVE: Modalidade; leitura; enunciação; enunciadores.

1 Introdução

Na busca de um caminho estratégico e de elementos facilitadores para o ensino de leitura em língua inglesa, optamos por trabalhar com a categoria da modalidade. Essa escolha se deve ao fato de que, nessa categoria, subjaz uma operação da linguagem – a operação de modalização –, comum às diversas línguas naturais, favorecendo, dessa forma, o aproveitamento da experiência que o aprendiz possui de sua língua materna.

Esta discussão se inicia com uma perspectiva mais restrita da abordagem enunciativa, em que aparecem os sujeitos enunciadores dentro do enunciado, as relações que estes estabelecem com os co-enunciadores e a atitude que eles têm com relação a seus enunciados, ou seja, o “colocar em funcionamento da língua por um ato individual de apropriação” (Benveniste, 1989, p.82). A enunciação remete, assim, ao ato pelo qual um indivíduo “se apropria do aparelho formal da língua” e “enuncia sua posição de locutor” (p.84).

Culioli (1976; 1985), embora marque uma continuidade com relação a Benveniste, no sentido de que ambos ultrapassam a separação entre língua e fala, crê que não há um conjunto delimitado de índices formais da enunciação; toda forma, toda unidade, toda configuração é o lugar do processo enunciativo. O conceito culioliano de enunciação é definido como a constituição de um enunciado. Se existe um aparelho, deve ser a língua como um todo.

¹ Departamento de Ciências Humanas – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – UNESP – 17033-360 – Bauru – SP.

Dentro dessa visão do processo enunciativo, Culioli (1976, p.69) define a modalização como uma operação pela qual se afeta o enunciado com uma modalidade, sendo, portanto, a modalidade a categoria gramatical.

Quando produz um enunciado, o enunciador sempre toma posição com respeito à relação predicativa: ele emite um julgamento. Concordamos, pois, com a teoria de Culioli, ao considerar que *todo enunciado é modalizado*.

2 Tipos de modalidade

Fundamentamos nossa análise em quatro tipos de modalidade abordados por Culioli (1976, p.69-74; 1985, p.80-6), embora ele próprio observe que uma operação de modalização possa pertencer a mais de um tipo, uma vez que essas operações se imbricam em suas configurações no texto. Baseando-nos, também, nas reflexões de Bouscaren & Chuquet (1987), Vignaux (1988), Bouscaren (1991), Boivin et al. (1992) e Souesme (1992), discorreremos, a seguir, sobre cada um dos tipos de modalidade, abordados dentro da teoria das operações enunciativas.

2.1 Modalidade 1

Com a asserção – o enunciador valida² o conteúdo da relação predicativa como verdadeira ou como falsa, afirmando ou negando. Fala-se, então, de modalidade afirmativa, quando o enunciador se engaja com relação à asserção positiva de base (por exemplo, “*I drink beer*”); de modalidade negativa, quando ele considera que nenhuma relação existe entre sujeito e predicado (“*I don't drink beer*”).

Com a interrogação – se o enunciador percebe que o conteúdo daquilo que ele diz pode ser validado, mas que ele não é capaz de efetuar esta validação, ele se utiliza da interrogação. Não assume pessoalmente a posição entre o falso e o verdadeiro; propõe ao co-enunciador a decisão sobre a validação. A interrogação adquire, aqui, um valor subjetivo. Assim, a interrogação pode revelar, ao mesmo tempo, a modalidade assertiva e a modalidade intersubjetiva (modalidade 4).

Com a injunção – trata-se de um valor que não é nem a asserção, nem a interrogação; esse termo recobre a súplica, a ordem, o desejo, o pedido e a sugestão. Culioli assim a define:

Trata-se de algo que parece pertencer ao domínio 4 mas que eu coloco em 1, porque é a anti-asserção por excelência: na asserção, dizemos que tal coisa é ou não é e, na injunção, dizemos: “que tal coisa seja ou não seja”. Declaradamente, temos as propriedades que são da or-

2 Validar uma relação predicativa significa que o enunciador indica, no extralingüístico, a realização da relação sujeito-predicado.

dem da forma modal intersubjetiva [modalidade 4] e, de outro lado, é, também, do nível 1 [modalidade 1], mas, simplesmente, como o inverso da asserção (1985, p 81)

O imperativo, por exemplo, remete a algo que não é nem verdadeiro nem falso, mas que pode vir a ser verdadeiro ou falso; é a asserção que diz respeito à consequência eventual da injunção

Com o hipotético – no domínio do hipotético, Souesme (1992, p.7) aponta a mesma situação que na modalidade afirmativa: ou o enunciador coloca a hipótese de maneira absoluta, considerando como sabida a existência da relação, e não há marca explícita de modalidade; ou ele emite uma hipótese positiva, de preferência com relação a uma hipótese negativa colocada preliminarmente. Nesse último caso, tem-se novamente o trabalho de se levar em conta a relação predicativa pré-construída, operação marcada na superfície do inglês pela presença de "do", que se pode considerar como modal de dúvida na relação predicativa ("If I did go to Paris", "I'd stay in a hotel").

São marcas da modalidade 1 na língua inglesa: "do" (que se combina com as marcas de tempo), "have", "be" (que fazem, também, aparecer tempo e aspecto); marcas de negação, interrogação, repñse, contradição etc.

2.2 Modalidade 2

Também conhecida como modalidade epistêmica,³ estabelece uma relação entre o enunciador e o conteúdo da proposição representada pela relação predicativa. Não se trata de uma questão de falso ou verdadeiro, como ocorre na asserção. O valor específico dessa modalidade é que ela exprime uma ausência de certeza por parte do enunciador quanto à validação da relação predicativa. Trata-se de uma avaliação essencialmente quantitativa, uma vez que ela oscila entre o provável, o improvável, o possível, o incerto etc. ("He may come to the meeting").

A ausência de certeza veiculada por essa modalidade tem um valor argumentativo, uma vez que ela se inscreve num diálogo implícito em que o enunciador supõe o que seu co-enunciador pensa.

Marcam essa modalidade, em inglês, os auxiliares modais, como "can", "may", "must" etc.; alguns advérbios também qualificados como modais, "probably", "perhaps", "maybe" e, por exemplo, os adjetivos correspondentes, "probable", "possible"; substantivos como "possibility"; ou até mesmo verbos como "seem" e "happen".

3 "Epistêmico" é derivado da palavra grega que significa "conhecimento", isto é, o estado de conhecimento do enunciador sobre as possibilidades da validação de uma relação predicativa.

Para Bouscaren (1991, p.37), encontram-se, aqui, portanto, todos os valores deônticos:⁴ ordem, permissão, desejo, sugestão, vontade, causação, possibilidade, capacidade etc.

Veremos, a seguir, como essa tipologia pode nos auxiliar a tratar da categoria da modalidade, tendo como objetivo final o ensino da leitura em língua inglesa.

3 Análise do texto: "The language of the future?"

Nesta seção, objetivamos fazer uma análise "pré-pedagógica" do texto "The language of the future?" (em anexo), levando em conta a operação de modalização e, baseados nisso, proporemos exercícios de compreensão (seção 4) que possam ser utilizados num curso de leitura em língua inglesa. Os trechos citados serão numerados seqüencialmente e, entre parênteses, indicaremos os números das linhas.

O texto "The language of the future?" discute a possibilidade de a língua japonesa se tornar a língua do futuro, tamanha é a procura por seu aprendizado nos últimos dez anos.

A opção pela forma interrogativa, no título do texto, já carrega em si uma marca de modalidade:

(1) "The language of the future?"

pode ser glosada por: "Será o japonês a língua do futuro?". O enunciador deixa em aberto tal possibilidade no início do texto.

Essa interrogação marca, também, a presença do outro no texto – o co-enunciador, a quem o enunciador solicita que se pronuncie sobre a asserção (modalidade 1) da relação predicativa: <japonês-ser-língua do futuro>.

Com a interrogação, o jornalista (o enunciador) comunica que não pode fazer a escolha; lança mão de um recurso externo, o interlocutor (o co-enunciador). Estabelece-se, assim, um diálogo entre a revista e os leitores. Atlani comenta as operações que permitem a construção da interrogativa:

O que define a forma interrogativa, propriamente dita, não é somente a operação de percurso, mas, ao mesmo tempo, um recurso explícito ao interlocutor: este é solicitado pelo enunciador por ser, por sua vez, também, um enunciador ... O enunciador define, assim, explicitamente, o interlocutor como um co-enunciador. (1981, p.153 – tradução nossa)

Nesse caso, a interrogação constitui um entrelaçamento das modalidades: tipo 1 (propõe ao co-enunciador validar a relação) e tipo 4 (abre o diálogo com o outro).

No decorrer de todo o texto, o sujeito da enunciação procede a uma constatação dos fatos sobre o aprendizado do japonês: há um grande interesse por essa lín-

4 O termo deôntico, do grego "deon", significa "o que está obrigando" (Lyons, 1979, p.823).

2.3 Modalidade 3

Conhecida como apreciativa, esta modalidade não visa à assunção da relação predicativa, mas à sua qualificação. Por força disso, está descartada a questão do verdadeiro e do falso. Trata-se de fazer uma apreciação sobre o caráter bom, ruim, feliz, infeliz etc. do conteúdo da relação predicativa, sendo, portanto, essencialmente qualitativa.

Para Vignaux (1988, p.110), essa modalidade é a dimensão apreciativa ou afetiva centrada no sujeito enunciador. Ela se compõe ou com a asserção para qualificar o validado, ou com o não-certo para qualificar o valor distinto ou previsto.

São marcas, no inglês – adjetivos, substantivos, verbos, quantificadores etc. (“*It is natural that...*”, “*It is important that...*”) –, que mostram o julgamento do enunciador sobre a relação sujeito–predicado (ou partes dela).

Marcas de retomada de predicado, como “*do that*” e “*do so*”, podem também ser suscetíveis de se comportar como modalidades apreciativas. Souesme exemplifica e comenta:

“You can’t do that in football.”

este enunciado significa: “você não pode fazer isso, não se faz isso no futebol, isso não está bem, isso não se faz”. O modal *can* tem, portanto, um valor deontico. Ainda que o deontico seja, geralmente, classificado na modalidade 4, é possível considerar *can* como portador, também, de um valor apreciativo. (1992, p.9)

2.4 Modalidade 4

É chamada de modalidade intersubjetiva (Culioli, 1976, p.72), na medida em que diz respeito às relações entre sujeitos, sujeito enunciador e sujeito do enunciado. É também conhecida como modalidade radical, porque incide sobre o sujeito do enunciado, em oposição à modalidade epistêmica, que incide sobre toda a relação predicativa.

Assim, são agrupados aqui os casos em que a validação da relação predicativa passa pela propriedade e pela capacidade do sujeito, com “*can*”; pela permissão que o sujeito enunciador atribui ao sujeito do enunciado, com “*may*”; ou pela vontade do sujeito, com “*will*”. A esses valores se ajuntam todas as pressões que o sujeito enunciador pode exercer sobre o sujeito do enunciado: ordem, necessidade, desejo, com “*must*” e “*should*”, ou do engajamento pessoal do enunciador, com “*shall*”; neste último caso, ensejando o valor de predictibilidade. São exemplos de modalidade radical ou intersubjetiva: “*You must study hard*”, “*You shall win this prize*”.

Podem-se incluir aqui, na modalidade 4, as relações entre sujeito enunciador e co-enunciador: “*Shall Peter buy you a ticket?*”.

gua em todo o mundo, mas se trata de um idioma difícil de ser aprendido. Essa constatação, ou evidência, é efetuada por uma operação de modalização: a asserção (tipo 1), assumida ou pelo próprio sujeito da enunciação ou atribuída a um segundo sujeito enunciador, introduzido pelo discurso reportado, direto (na maior parte dos casos) e indireto.

Iniciemos a exemplificação com enunciados assumidos pelo sujeito da enunciação, ou locutor 1:

- (2) "Last year *The Berlitz language center in Paris* taught 3,000 classes in Japanese, an increase of 69% since 1986." (1.24-6)
- (3) "American college students, *who used to spend a junior year in France or Britain*, now frequently go to Japan; *the number of Americans studying at Japanese universities* has nearly quadrupled, from 523 in 1980 to 2,043 in 1989." (1.26-32)
- (4) "The study of Japanese is booming *because knowing the language is seen as a ticket to a better-paying job.*" (1.33-7)
- (5) "Japanese has a proper usage for men and another for women." (1.98-9)
- (6) "*Learning to speak it fluently* is a formidable undertaking." (1.113-4)
- (7) "*Reading and writing Japanese* is far more difficult." (1.115-6)

Os enunciados de (2) a (7) mostram o sujeito da enunciação assumindo a validade da relação predicativa de cada um dos enunciados. No grupo de enunciados que se segue, porém, a asserção é passada para diversos outros enunciadores (locutor 1, locutor 2 etc.) que o sujeito da enunciação introduz no texto. Por exemplo, pelo discurso direto:

- (8) "*Says she (Alice Young, a Japanese-speaking partner and head of the Japan Corporate Group at the New York law firm...): 'There is a whole new breed in the legal profession who have tried to master Japanese in order to get involved in U.S.-Japanese business dealings.'*" (1.65-9)
- (9) "'Currently we have more than 2,500 students registered for classes on various levels', *says Reiko Sassa, director of the program.*" (1.72-5)
- (10) "'To understand the Japanese people and culture, the first step is language', *says the Japan Foundation's Komai. Without language misunderstandings are born.*" (1.91-4)

Ou pelo discurso indireto:

- (11) "*Foreign business executives sometimes call the Japanese language a nontariff barrier to trade.*" (1.1-3)
- (12) "*In the 17th century European Jesuits called Japanese 'the devil's language' and believed it was designed to frustrate their missionary efforts in the country.*" (1.5-9)
- (13) "In New York City and Paris, Kuala Lumpur and Taipei, record numbers of people are studying Japanese – 3 million worldwide, according to Shigeru Komai..." (1.11-5)

Com suas próprias asserções, o locutor 1 assume uma posição com relação à propagação do interesse pela língua japonesa no mundo. Quando incorpora o discurso de outros sujeitos, é como se estivesse dizendo: "não sou só eu que estou afirmando isso; outros também o dizem e, portanto, não podemos ignorar". Notamos que nos enunciados de (2) a (13) não há marcas lingüísticas que denotem incerteza quanto ao conteúdo das relações predicativas aí contidas. Todas são validadas por um sujeito enunciador. Isso implica, por exemplo, a ausência de verbos modais e nos remete àquela constatação dos fatos sobre a situação da língua japonesa a que nos referimos anteriormente: é grande a procura pelo aprendizado do japonês, mas se trata de uma língua complexa.

Ao resumir sua posição, bem como a dos outros enunciadores introduzidos no texto, o sujeito da enunciação toma uma certa distância de seu enunciado. Marcam essa operação a nominalização e a passivização, como em (4), por exemplo:

- (4) "*The study of Japanese is booming because knowing the language is seen as a ticket to a better-paying job.*" (1.33-7)

onde aparecem as nominalizações "*study*" e "*knowing*" e a forma verbal passiva "*is seen*". Sobre essas questões assim se pronuncia Maingueneau:

a apassivação permite suprimir o agente da ação; a passiva pode, em seguida, ser nominalizada: nesse caso, não é somente o agente que é apagado, mas também o tempo, o modo, a pessoa, o aspecto: a distância entre o sujeito da enunciação e o enunciado se esconde, portanto, como num discurso didático. (1976, p.117)

Simultaneamente às operações de modalização, o sujeito da enunciação articula algumas operações de tematização, quando quer focalizar, por exemplo, a necessidade de se estudar japonês ou as dificuldades de seu aprendizado. Essa operação de focalização resulta de transformações subjacentes sintático-semânticas, aqui exemplificadas pelas inversões, em:

- (10) "'To understand the Japanese people and culture, *the first step is language*', says the Japan Foundation's Komai." (1.91-3)

e

- (14) "*Similarly, were a Western woman to employ the male usage, she might be considered vulgar by educated Japanese.*" (1.103-5)

A esses tipos de recursos enunciativos, Moirand dá o nome de "valores suplementares":

a "superfocalização" ou TEMATIZAÇÃO, ao introduzir os "valores suplementares", faz variar as relações entre os diferentes constituintes do enunciado; ela vem, com efeito, no discurso escrito, reforçar a asserção de base e, por conseguinte, aumentar a força do ato ilocucionário, tematizando, seja uma designação, seja uma predicação, seja uma avaliação, seja, enfim, uma modalização explicitamente deôntica. (1988, p.298)

Dessa forma, os enunciados que corroboram a asserção, acrescidos daqueles que trazem em si operações de tematização, caracterizam três tipos de modalidade: a asserção propriamente dita (tipo 1), a apreciação (tipo 3), uma vez que a tematização prioriza determinados elementos,⁵ e a modalidade intersubjetiva (tipo 4), pois tanto as asserções como a tematização visam convencer os co-enunciadores.

Convém que retornemos para a questão colocada pelo título, na qual o enunciador trabalha com uma possibilidade – possibilidade de a língua japonesa tornar-se a língua do futuro. Vimos que, embora o enunciador assevere que há uma grande procura por essa língua, marcas lingüísticas denotando incerteza (os modais “*may*” e “*can*” e a expressão adverbial modal “*hardly likely*” = “*may not*”, ver de (15) a (18) a seguir) são relacionadas com as dificuldades do aprendizado. Assim, o enunciador vai, aos poucos, desmontando a possibilidade que introduziu no início. Neste caso, os modais marcam uma outra possibilidade – a de o japonês não se tornar a língua do futuro (modalidade epistêmica, tipo 2). Vejamos os exemplos:

- (15) “*The language barrier may never fall completely, but today more and more people are trying to scale it.*” (1.9-11)
- (16) “*unless language training is combined with a teaching of Japanese culture, the road to communication can be full of pitfalls.*” (1.95-8)
- (17) “*One reason why Japanese orthography is so difficult is that unlike Chinese, each character may have several pronunciations and meanings.*” (1.124-9)
- (18) “*Japanese is hardly likely to surpass English as the second language most people choose to learn after their own – at least anytime soon.*” (1.110-3)

É importante assinalar que os sujeitos dos enunciados acima modalizados, isto é, de (15) a (18), são sujeitos inanimados: “*the language barrier*”, “*the road to communication*”, “*each character*” e “*Japanese*”, respectivamente. Trata-se de um recurso lingüístico utilizado pelo enunciador (o jornalista), por meio do qual ele tenta esconder sua opinião: é possível que ele ache difícil a aprendizagem da língua japonesa e queira passar isso aos leitores.

A esses enunciados marcados pela modalidade epistêmica, podemos acrescentar as asserções, já mencionadas em (5), (6) e (7), em que temos, respectivamente, um sujeito inanimado, “*Japanese*” (a língua), e os sujeitos expressos pelas nominalizações “*Learning to speak*” e “*Reading and writing Japanese*”, ou seja, formas impessoais de se colocar a dificuldade da língua japonesa.

Esse posicionamento do sujeito da enunciação quanto à língua japonesa vai nos levar à origem do texto: a revista americana *Time*. Pode-se questionar se é de interesse dessa publicação, de língua inglesa, mostrar a língua japonesa como a língua do futuro. Convém remetermos às observações de Lehmann sobre as dimensões sociológicas do texto:

5 Fuchs (1983, p.28-9) admite que é difícil traçar o limite das modalidades apreciativas, em especial no domínio das escolhas lexicais, porque, de certa forma, toda referência comporta uma apreciação.

Todo texto pode ser caracterizado por uma dupla dimensão, aquela que nós chamamos pragmática (quem é o autor? quais são os leitores visados? qual é o objetivo visado pelo autor quando ele escreve esse texto?) e outra que é mais precisamente textual, que será analisada em termos enunciativos. Entre essas duas dimensões, há uma estreita dependência e poder-se-ia imaginar que seja sistematicamente atualizada a relação que une cada sistema de enunciação em um texto à dimensão pragmática desse texto, dimensão pragmática que se pode analisar em termos sociológicos. (1980, p.xii)

Seguindo esse raciocínio, cremos, com Lehmann, que as marcas enunciativas de um texto se explicam, em grande parte, pela dimensão pragmática deste texto e remetem, em última instância, à posição do autor sobre o assunto em foco. "Como os sujeitos enunciativos são socializados, os textos carregam as marcas desta socialização" (Portine, 1979, p.36).

4 Exercícios

Propomos, a seguir, exercícios de compreensão sobre o texto "*The language of the future?*", com a finalidade de guiar a atividade de entendimento dos aprendizes, relacionando modalidade/marcas lingüísticas e atentando para a posição do autor, bem como para o contexto em foco.

Sem sobrecarregar os alunos com uma terminologia lingüística, nosso propósito é, por meio de uma operação generalizável entre as línguas, levá-los a encontrar os índices textuais que lhes permitam, de um lado, fazer previsões sobre a arquitetura do texto e formular hipóteses e, de outro, verificar, no próprio texto, estas hipóteses e previsões.

Exercício 1. Analise o texto e responda às seguintes questões:

a. qual a fonte deste texto (de onde foi retirado)?

b. quem é o autor?

c. quem é o público visado?

d. com que objetivo o autor escreve este texto?

Com esse exercício, visamos fazer os alunos refletirem sobre a importância de se conhecer a origem de um texto, sobre as possíveis implicações de um vínculo a determinada publicação de determinado país, isto é, os possíveis interesses que ela possa representar. É preciso ressaltar que este tipo de análise só tem valor para o ensino de língua se conjugada com outros exercícios, que vão ligar esse posiciona-

mento do autor com relação a seu texto às marcas lingüísticas que aí aparecem. Do contrário, estaremos fazendo apenas análise do conteúdo.

Exercício 2. Por que o autor coloca o título na forma interrogativa? Por que não usou a forma afirmativa ("*The language of the future*")?

Com esse exercício, queremos que os alunos percebam a modalização que o autor faz ao colocar seu título na forma interrogativa: instaura a dúvida e deixa para os leitores a tomada de decisão sobre esta relação predicativa. Obviamente, as outras modalizações que o autor opera no decorrer do texto vão influenciar neste posicionamento dos leitores.

Exercício 3. Sublinhe os verbos nos períodos abaixo (grupos A e B):

Grupo A

- a. "*Last year The Berlitz language center in Paris taught 3,000 classes in Japanese, an increase of 69% since 1986.*" (1.24-6)
- b. "*The number of Americans studying at Japanese universities has nearly quadrupled, from 523 in 1980 to 2,043 in 1989.*" (1.29-32)
- c. "*Japanese has a proper usage for men and another for women.*" (1.98-9)

Grupo B

- a. "*...the road to communication can be full of pitfalls.*" (1.97-8)
- b. "*...each character may have several pronunciations and meanings.*" (1.127-9)
- c. "*Japanese is hardly likely to surpass English...*" (1.110-1)

Estabeleça relações entre os verbos de cada grupo e o posicionamento do autor sobre o conteúdo dos períodos.

O objetivo deste exercício é fazer os alunos/leitores perceberem que o primeiro grupo não apresenta verbos ou expressões verbais que sugiram incerteza do enunciador quanto à validação de seu enunciado (ele assume a predicação), o que não ocorre com os verbos do segundo grupo. Baseados nesses exemplos, podemos trabalhar o valor dos modais destacados pelos alunos, incluindo os demais modais do texto e outros que não aparecem neste texto, desde que devidamente contextualizados.

Cabe ressaltar aos aprendizes que, no exemplo "c" do Grupo B, a possibilidade de o japonês se tornar a língua do futuro é enfraquecida, não propriamente pelo

modal, mas por uma outra marca lingüística que tem praticamente o mesmo valor – a combinação da expressão adverbial “hardly likely” à locução verbal.

É importante acrescentar ainda um exercício em que os alunos verifiquem quais são os enunciados assumidos pelo primeiro enunciador do texto e quais aqueles que ele atribui a outros enunciadores.

Exercício 4. Compare os períodos do exercício 3 (Grupo A) com os períodos abaixo. Quem é responsável pelas declarações?

- a. “‘Currently we have more than 2,500 students registered for classes on various levels’, says Reiko Sassa, director of the program.” (1.72-5)
- b. “‘To understand the Japanese people and culture, the first step is language’, says the Japan Foundation’s Komai.” (1.91-3)
- c. “Foreign business executives sometimes call the Japanese language a nontariff barrier to trade.” (1.1-3)
- d. “In New York City and Paris, Kuala Lumpur and Taipei, record numbers of people are studying Japanese – 3 million worldwide, according to Shigeru Komai, deputy director of the Japanese Language Institute...” (1.11-6)

- 3. a _____
- b _____
- c _____
- 4. a _____
- b _____
- c _____
- d _____

Por que o autor do texto cita declarações de outras pessoas?

Exercício 5. Analise 4 a, b, c e d e aponte as marcas que evidenciam serem esses períodos atribuídos a pessoas que não o autor.

- 4. a _____
- b _____
- c _____
- d _____

Há diferenças de marcas entre os períodos de 4?

Além do objetivo já explicitado, este exercício visa levar os alunos a verificar que marcas lingüísticas o sujeito da enunciação utiliza para atribuir enunciados a outros sujeitos enunciadores, distanciando-se, assim, daquilo que diz e, ao mesmo

tempo, trazendo a força de autoridades para corroborar suas declarações, isto é, passando a responsabilidade da asserção a outros. Após este exercício, é possível trabalhar com discurso direto e indireto e as formas verbais que aparecem em um e outro caso.

5 Conclusão

Apresentamos, assim, um trabalho em situação de ensino, enfocando a análise da modalidade como elemento facilitador no processo de reconhecimento de textos em língua inglesa.

Situando a operação de modalização, comum às várias línguas, dentro da teoria das operações enunciativas, discorreremos sobre a tipologia da categoria da modalidade apresentada por Culioli e, a partir daí, embasamos uma análise “pré-pedagógica” do texto, associada a uma proposta de exercícios – sugestão para atividades em aula de leitura.

Ressaltamos, com esta abordagem, a necessidade de se atentar para o papel dos enunciadores do texto (sujeito enunciador e co-enunciador), para sua orientação com relação à situação de enunciação e para as marcas lingüísticas que constituem traços de operações enunciativas. Dessa forma, a própria análise da modalidade constitui um caminho para a prática efetiva da leitura em língua estrangeira.

DOTA, M. I. M. Modality: a direction to reading in English. *Alfa (São Paulo)*, v.40, p.175-188, 1996.

- **ABSTRACT:** *Based on a modalization operation analysis, common to various languages, this paper suggests a practical work dealing with the text, aiming at the improvement of the teaching of reading in English.*
- **KEYWORDS:** *Modalization; reading; enunciation; enunciators.*

Referências bibliográficas

- ATLANI, F. *Approche linguistique du fonctionnement discursif: un exemple, la presse écrite.* Thèse de 3^e cycle. Université de Paris VII, 1981.
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral.* Trad. de João Wanderlei Giraldo. Campinas: Pontes, 1989. v.2.
- BOIVIN, M. et al. Modalité et énonciation: le discours argumentatif en milieu scolaire. *Langues et Linguistique*, n.18, p.183-91, 1992.
- BOUSCAREN, J. *Linguistique anglaise: initiation à une grammaire de l'énonciation.* Paris: Ophrys, 1991.

Education

The Language of the Future?

Around the world, millions of people of all ages are taking up the study of Japanese—and not just for the fun of it

By Annamaria Johnson

Foreign business executives sometimes call the Japanese language a scientific barrier to trade. They are not the first to express frustration with a complex and subtle tongue. In the 17th century European Jesuits called Japanese "the devil's language" and believed it was designed to frustrate their missionary efforts in the country. The language barrier may never fall completely, but today more and more people are trying to scale it. In New York City and Paris, Kuala Lumpur and Taipei, record numbers of people are studying Japanese—3 million worldwide, according to Shigen Kawai, deputy director of the Japanese Language Institute, a branch of the quasi-governmental Japan Foundation in Tokyo.

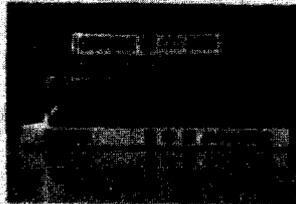
Some American high schools are making strides in Japanese vocabulary. Next year high school students in Thailand will be permitted to take Japanese instead of English to fulfill their foreign-language requirements. Last year the Berlin language center in Paris taught 3,000 classes in Japanese, an increase of 69% since 1986. American college students, who used to spend a junior year in France or Britain, now frequently go to Japan; the number of Americans studying at Japanese universities has nearly quadrupled, from 525 in 1980 to 2,045 in 1989.

The study of Japanese is becoming business knowing the language is seen as a ticket to a better-paying job. Says Hirokazu Suzuki of the International Center at Waseda University in Tokyo: "Native people come here to be scholars. Now they come to be businessmen." Mary Ellen Young, a teacher of Japanese at the Kenwood Academy, a public high school in Chicago, says pupils in her classes often say, "My father told me that Japanese is the language of the future." By contrast, she says, 10 years ago, Japanese seemed "so exotic, so strange, so foreign that people were kind of scared of it."

For Alice Young, a Japanese-speaking partner and head of the Japan Corporate Group at the New

York law firm of Milbank, Tweed, Hadley & McCloy, knowledge of the language has already paid off: she helped work out the details of the Mitsubishi Estate Co.'s purchase of the controlling interest in Rockefeller Center. Says she: "There is a whole new breed in the legal profession who have tried to master Japanese in order to get involved in U.S.-Japanese business dealings."

Many of them study at the Japan Society in New York City, which caters primarily to adults. "Currently we have more than 2,500 students registered for classes on various levels," says Robin Sano, director of the program. "All five evening classes are filled to capacity, and we also have lunchtime and daytime classes." To help alleviate the demand for additional



Japanese textbooks used by Shultz in Paris, and in a classroom in Australia. High school students learn some body language



courses, the Toyota Motor Corp. has just announced plans to give the society a \$1.25 million grant for a new building, which will contain additional classrooms, a language laboratory and a library.

Keith Taylor, director of the Center for Japanese and East Asian Studies in London, sees a similar phenomenon in Britain, where a growing number of law firms, banks, businesses and real estate, oil and trading companies are starting to require a working knowledge of Japanese.

"To understand the Japanese people and culture, the first step is language," says the Japan Foundation's Kawai. "Without language, misunderstandings are born."

Even then, unless language training is combined with a teaching of Japanese culture, the road to communication can be full of pitfalls. For example, Japanese has a proper usage for men and another for women. These are not interchangeable, so a man conversing in Japanese learned, say, from a Japanese girlfriend could look very foolish. Similarly, were a Western woman to display the male usage, she might be considered vulgar by cultured Japanese. Not to mention the problem of picking and conjugating the proper verb form—from a choice of humble, honorific, casual and formal, depending on the social occasion.

Japanese is hardly likely to surpass English as the second language most people choose to learn after their own—at least anytime soon. Learning to speak fluently is a formidable undertaking, although it can be mastered with dedication. Reading and writing Japanese is far more difficult. It takes over Japanese students, whose reputation for painstaking study is well deserved, until their last year of high school to learn

the 2,000 characters considered requisite for daily use; a college textbook contains about 5,000 characters. One reason why Japanese orthography is so difficult is that unlike Chinese, each character may have several pronunciations and meanings.

The Japanese government is pleased with the overseas trend to learn the language, but some Japanese are a bit uncomfortable that their world may become more open to outsiders. As a Tokyo banker observes, "Ten years ago, when you were talking to a foreigner, you could make fun of him if you wanted to. Now you have to be careful." —Annamaria Johnson (Chicago) and Robert Palamarek (Paris), with AP photographs

- BOUSCAREN, J., CHUQUET, J. *Grammaire et textes anglais: guide pour l'analyse linguistique*. Paris: Ophrys, 1987.
- CULIOLI, A. *Transcription du séminaire de D.E.A. de M. A. Culioli: 1975-1976*. Paris: Université de Paris VII, D.R.L., 1976.
- _____. *Notes du séminaire de D.E.A.: 1983-1984*. Paris: Poitiers, 1985.
- FUCHS, C. Variations discursives. *Langages*, n.70, p.15-33, 1983.
- LEHMANN, D. *Lecture fonctionnelle de textes de spécialité*. Paris: CRÉDIF, 1980.
- LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. v.2.
- MAINGUENEAU, D. *Initiation aux méthodes de l'analyse du discours*. Paris: Hachette, 1976.
- MOIRAND, S. *Une histoire de discours...* Paris: Hachette, 1988.
- PORTINE, H. Français fonctionnel et apprentissage de la grammaire. *B.E.L.C. (Paris)*, p.1-64, 1979.
- SOUESME, J.-C. *Grammaire anglaise en contexte*. Paris: Ophrys, 1992.
- VIGNAUX, G. *Les discours acteur du monde*. Paris: Ophrys, 1988.

CONCEITOS LINGÜÍSTICOS DE LINGUAGEM LITERÁRIA

Masa NOMURA¹

- **RESUMO:** Este estudo visa a relacionar algumas orientações teórico-lingüísticas básicas que trabalharam o conceito de linguagem literária; procura mostrar a evolução e as dimensões desse conceito, de acordo com as abordagens adotadas pelas diversas correntes lingüísticas de nossa época – estruturalista, gerativista, sociolingüística e pragmalingüística –, e inter-relacioná-las num quadro conceitual integrativo.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Linguagem literária; linguagem cotidiana; equivalência; desvio; conotação; modelização; função comunicativo-social da linguagem.

Introdução

As principais correntes lingüísticas de nossa época ocuparam-se, em maior ou menor grau, em explicar e descrever a linguagem literária, usando critérios próprios adotados pelas linhas de pesquisa de cada corrente ou escola. Nessa tarefa empenharam-se os formalistas russos, os estruturalistas da Escola de Praga, os glossemáticos da Escola de Copenhagen, os estruturalistas soviéticos, os gerativistas, os teóricos da análise do discurso e os sociolingüistas. Algumas dessas teorias constituem marcos clássicos da pesquisa em torno da linguagem literária e, por extensão, do fenômeno *literatura*.

O objetivo deste trabalho é examinar os conceitos e procedimentos desenvolvidos pelas correntes lingüísticas contemporâneas que, a nosso ver, detalharam com mais precisão o conceito de linguagem literária e, depois, procurar reunir as diferentes posturas assim abordadas num quadro conceitual integrativo.

¹ Departamento de Letras Modernas – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP – 05508-900 – São Paulo – SP.

1 Critérios para conceituação da linguagem literária

De modo geral, dois critérios pautaram as pesquisas em torno da linguagem literária:

1 o primeiro coloca a linguagem literária *em oposição* à linguagem cotidiana, postura teórica bastante antiga, de cunho valorativo: a linguagem cotidiana, igualada à linguagem coloquial, sem trato, era considerada de qualidade inferior à literária, sendo esta considerada parte da língua culta;

2 o segundo define a linguagem literária *a partir* da linguagem cotidiana, posição teórica apoiada na Lingüística: a linguagem literária era considerada desviantes da linguagem cotidiana. De maneiras diversas, essa posição enfatiza a noção de *desvio*.

Atualmente, as tentativas de definição de linguagem literária integram-se em três disciplinas parciais da Semiótica: a Pragmática, a Semântica e a Sintática (Posner, 1980).

2 As escolas lingüísticas e o conceito de linguagem literária: marcas relevantes

2.1 A arte como processo: deautomatização (estranhamento) e singularização (Chklovskij e Mukarovsky)

O primeiro passo para o desenvolvimento de uma poética de base lingüística foi dado pelos formalistas russos. Particularmente relevante para a definição de linguagem literária é a tese da deautomatização, de Chklovskij.

Como ponto de partida, Chklovskij compara a linguagem cotidiana e a literária como duas variantes em oposição. À linguagem poética não se aplicaria a "lei da economia das forças criadoras" (1969, p.36), pela qual existe, na base das regras que determinam a escolha e o emprego das palavras, a exigência da economia da atenção. Isso valeria para a linguagem cotidiana, mas não para a poética. A diferença essencial entre ambas consistiria na oposição entre *deautomatização* (ou *estranhamento*) e a *perceptibilidade* (ou *singularização*).

Para entender esse processo, Chklovskij parte do pressuposto de que a atividade humana, na prática cotidiana, tende para a rotinização e o automatismo dos hábitos; pela repetição constante dos mesmos atos, percebemos apenas o que é tipificado, e não mais o singular, em uma dada situação. A essa forma de percepção, o teórico dá o nome de *automatização*.

A automatização ocorre na comunicação mediatizada pela linguagem cotidiana, levando os objetos a ser percebidos apenas segundo um de seus elementos, ou

por meio de seus caracteres mais genéricos. A arte colocaria contra essa automatização da percepção o recurso da *deautomatização*, pela qual "o escritor deforma a realidade para melhor atrair a atenção do leitor, consistindo o seu processo básico na representação do real num processo de singularização dos objetos" (Aguiar e Silva, 1973, p.559).

A tese da deautomatização de Chklovskij constitui o ponto de partida para as reflexões de Mukarovsky sobre o conceito de *singularização* (ing. *foregrounding*; al. *Aktualisation*). Para este teórico, a relação linguagem literária-linguagem cotidiana é negativa, na medida em que se considera a literária como um *desvio da norma* da língua-padrão. Entretanto, para que haja esse desvio, é necessário que a linguagem cotidiana sirva de base de comparação, ou, segundo suas próprias palavras: "*The violation of the norm of the standard, its systematic violation is what makes possible the poetic utilisation of language; without this possibility there would be no poetry*" (1967, p.242).

Essa "violação sistemática" da norma da língua-padrão está na base do processo de singularização, que pode ser descrito como o realçamento de determinadas marcas de um signo ou de uma cadeia de signos, dominância que instaura uma nova hierarquia entre marcas e níveis textuais. Além disso, a linguagem poética caracterizar-se-ia pela sua *função* no texto – aqui entendida como "estilo funcional", ou seja, o modo pelo qual as possibilidades da língua são utilizadas, tais como "a escolha dos elementos lexicais, a disposição dos vocábulos, as associações semânticas, as variações rítmicas – tudo o que na linguagem poética tende a anular o automatismo da percepção" (Aguiar & Silva, 1973, p.559).

O conceito de singularização de Mukarovsky foi retomado e aperfeiçoado por Roman Jakobson em sua tese da *equivalência*.

2.2 A tese da equivalência: a função poética da linguagem (Jakobson)

Jakobson (1965) retoma e amplia o modelo teórico proposto por Bühler em *Sprachtheorie (Teoria lingüística)*, publicada pela primeira vez em 1934 para descrever as funções da linguagem. A teoria de Bühler baseia-se, por sua vez, no conceito de Platão, segundo o qual a língua é um *instrumento (órganon)* que serve para um (falante) comunicar ao outro algo sobre as coisas. A cada uma dessas três relações fundamentais corresponde uma função semântica básica: a um (*der eine*, o emissor) corresponde a função semântica *expressão (Ausdruck)*; ao outro (*der andere*, o receptor), a função de *apelo (Appell)*; às coisas (*die Dinge*), ao domínio dos objetos e dos conteúdos (*Sachverhalte*), a função de *representação (Darstellung)*. Entre esses três elementos básicos existe um canal de ligação, manifestado por um fenômeno perceptível pelos sentidos e, em geral, acústico.

Calcado em Bühler, o modelo de Jakobson contém um emissor, um receptor, uma mensagem veiculada por um código, por meio de um canal físico, e que se refere ao mundo exterior. A cada um dos seis fatores da comunicação humana corresponde uma função comunicativo-lingüística específica: ao se expressar, o emissor vale-se da *função expressiva*; destina seu enunciado ao receptor (*função conativa* ou *apelativa*); ao se certificar do bom funcionamento do *medium* de contato, vale-se da *função fática*; a mensagem contém uma referência ao mundo exterior (*função referencial*); ao explicar um uso lingüístico, vale-se da *função metalingüística*; o enfoque da mensagem em si mesma constitui a *função poética*.

2.2.1 A função poética de Jakobson

A função poética de Jakobson não é exclusiva do domínio da literatura *stricto sensu*; outras funções comunicativo-lingüísticas podem ocorrer concomitantes no discurso literário, mas a função poética deve ocorrer *obrigatoriamente* na linguagem literária, justamente por se constituir em marca de poeticidade.

A função poética instaura uma relação de equivalência entre os eixos da seleção e da combinação dos *signos lingüísticos*. A fim de estabelecer essa relação de equivalência, Jakobson parte de dois tipos fundamentais de organização dos signos da língua: o paradigma e o sintagma. O princípio do paradigma é constituído pela sinonímia e pela antonímia, contidas no termo *equivalência*. O princípio do sintagma reside na combinação linear, contígua, dos signos lingüísticos. O poeta escolhe, no paradigma, um signo que seja equivalente a outros signos dentro do sintagma, tendo em vista determinadas marcas lingüísticas (equivalências fonológicas, morfossintáticas e semânticas).

A teoria da equivalência, de grande repercussão entre os especialistas, sofreu, contudo, algumas objeções fortes no tocante ao seu núcleo: se a poeticidade se manifesta na equivalência, deveriam existir equivalências também fora dos textos literários propriamente ditos – em textos não-ficcionais, como, por exemplo, na linguagem da propaganda e da publicidade; além disso, a teoria não levaria em conta outros processos poéticos diferentes da equivalência, como, por exemplo, as metáforas.

O mérito de Jakobson consiste fundamentalmente no seguinte: com ele, a marca *poético*, até então uma entidade muito vaga e subjetiva, torna-se uma marca textual interna e, portanto, lingüisticamente analisável. A integração da função poética num modelo de comunicação, e a descrição dessa função com o instrumental metodológico do paradigma e do sintagma, é considerada uma descrição lingüística da literariedade de textos.

A descoberta de Jakobson acelerou o desenvolvimento, nos anos 60, da Lingüística poética, centrada, sobretudo, nos desvios poéticos da norma lingüística. Por essa razão, a poética lingüística desse período foi denominada *estilística do desvio*.

2.3 A estilística do desvio: a linguagem poética como desvio

A estilística do desvio desenvolveu-se a partir das teses pioneiras formuladas por Chklovskij, Mukarovsky e Jakobson. Consiste no estudo dos desvios e das anomalias em relação a uma norma tida como princípio literário básico e parte do pressuposto de que as características específicas da linguagem literária só podem ser descritas em contraste com outra variante lingüística. Tal norma pode ser uma variante lingüística existente fora do texto, da qual se desviam as estruturas poéticas internas do texto considerado, ou, então, os desvios podem ser considerados em relação a uma norma interna ao texto. A esse respeito, Aguiar e Silva nota que "como desvio em relação a uma norma, como escolha entre as possibilidades expressivas que um dado sistema lingüístico oferece, torna-se indispensável conhecer a norma e o sistema para explicar e avaliar corretamente o desvio e a escolha... Nessa perspectiva, avulta a interdependência de uma estilística da língua e de uma estilística da fala" (p.624).

Em seu ensaio sobre o desvio na poesia, Levin (1965, p.343) diferencia dois tipos de desvio: o *desvio interno*, em que a norma é formada pelo restante do poema em que ocorreu o desvio; e o *desvio externo*, em relação a uma norma existente fora do poema em que ele ocorre.

Schmidt (1968, p.285) introduz outro conceito de desvio – o da *ocorrência*, em oposição à redundância e à recorrência da linguagem cotidiana. Para Schmidt, a linguagem poética pressupõe como base a língua-padrão, a partir da qual ela se constitui como formação oposta. O incomum, o raro, o especial (*Okkurrenz*), constitui a essência do poético. A norma da língua-padrão serve aqui como parâmetro para diferenciação das variantes lingüísticas.

Dos estruturalistas franceses partiu o impulso para renovação da tradição da Retórica antiga com a utilização de métodos lingüísticos de classificação. No entender de Todorov, "a Retórica oferece o inventário mais completo de anomalias lingüísticas" (1965, p.359). Com base nesse inventário, sugere uma reclassificação das figuras retóricas, de acordo com o tipo de violação de regras; estabelece, dessa forma, uma tipologia de desvios a que deu o nome de *anomalias lingüísticas*, classificando-as nos níveis fonológico, sintático, semântico e sigmático (relação signo-mundo exterior). Todorov reuniu cerca de cem anomalias e figuras, classificando-as em oito grupos.

Todorov e, depois dele, o Grupo de Liège (Dubois et al., 1974) aproveitam a Retórica para preservar todo o material e os conceitos legados pela tradição antiga. Dubois e seu grupo desenvolvem a tipologia iniciada por Todorov, unindo em torno da proposta de classificação deste os conceitos clássicos legados por Quintiliano. As anomalias são distribuídas em quatro classes: *adjecto* (adjunção), *detracto* (supressão), *transmutatio* (alteração) e *immutatio* (invariância). São classificados 36 grupos de figuras retóricas a que denominam *metabolias*. Essa reclassificação das

metáforas e metonímias, segundo critérios lingüísticos, constitui uma tentativa de reintegração da Retórica e da Poética antigas nos novos métodos da Lingüística.

A crítica a essa tipologia parte de Kloepfer (1975, p.72), que aponta para três pontos críticos dessa classificação, a saber:

- 1 nem todos os processos poéticos são abrangidos por esse modelo;
- 2 não houve uma reflexão prévia ou posterior sobre a influência mútua que as figuras sofrem no texto;
- 3 as funções de estranhamento e singularização não são levadas em consideração nesse modelo.

Bierwisch (1965) retoma o conceito de desvio nos quadros da Poética gerativa. O ponto de partida de suas reflexões é o reconhecimento de que existem desvios sem função poética; por essa razão, pleiteia outro critério para a caracterização dos desvios poéticos. Isso implicaria reconhecer que:

- o uso lingüístico poético desvia-se de normas lingüísticas (postula a tese do desvio);
- as estruturas poéticas são, por esse motivo, dependentes de uma estrutura lingüística primária, em relação à qual elas são secundárias e parasitárias (postula a tese da estrutura secundária parasitária).

Bierwisch toma como objetivo da Poética gerativa estabelecer um “modelo da capacidade humana de gerar estruturas poéticas e de entender seus efeitos” (p.51); a essa capacidade dá o nome de *competência poética*. Para elaborar esse modelo, Bierwisch alinha cinco premissas, a saber:

- 1 o uso lingüístico poético é um desvio da norma lingüística;
- 2 a linguagem literária é uma estrutura secundária;
- 3 essa estrutura secundária tem um caráter sistêmico;
- 4 as regras poéticas não são lingüísticas (“lingüístico” significa, neste contexto, aquilo que corresponde a uma determinada gramática gerativo-transformacional);
- 5 a competência poética, adquirida de forma secundária, suplementar e posterior, deriva da competência lingüística.

O modelo de poética gerativa, postulado por Bierwisch, tem por objetivo a descrição de um sistema de regras que dê conta da estrutura profunda de todas as sentenças poéticas já produzidas e ainda por produzir. O modelo é traçado baseado em um leitor atemporal, possuidor de uma competência lingüística ideal e apto a decodificar o texto poético.

Em relação ao desvio poético, as teses de Bierwisch baseiam-se nos seguintes pontos:

- 1 o desvio poético realiza-se em todos os níveis do signo lingüístico;
- 2 os desvios poéticos medem-se conforme o grau de agramaticalidade que apresentam;

- 3 o desvio poético é ocorrência (*Okkurrenz*, algo incomum, singular) em relação à recorrência da língua-padrão;
- 4 existem desvios poéticos textuais internos e externos;
- 5 os desvios poéticos podem ser classificados;
- 6 os desvios poéticos são estruturas parasitárias em relação à estrutura primária;
- 7 os desvios poéticos pertencem a um sistema gerativo de regras, e o leitor pode reconhecer o caráter sistêmico dos desvios graças à sua competência poética.

2.4 A crítica da estilística do desvio: a questão da "norma"

O desvio como marca da linguagem literária ou poética define-se sempre em relação a uma regra ou a uma norma. O ponto nevrálgico da tese do desvio está, portanto, na questão da *determinação da norma*.

Em seu estudo sobre a linguagem literária, Seeliger (1980) alinha os diversos fenômenos que já foram escolhidos para funcionar como norma: *langue*; linguagem cotidiana; língua-padrão; competência lingüística; *le bon usage* (Delbouille, 1964); o "ideal lingüístico da comunidade" (Ihlenburg, 1970); e outros. Na análise desses fenômenos, Seeliger chegou à conclusão de que existe uma certa fragilidade no tocante à escolha de um ou de outro fenômeno para funcionar como norma. A autora alinha as seguintes objeções:

- é posta em questão a validade da linguagem cotidiana para funcionar como norma para a linguagem poética, uma vez que a própria linguagem cotidiana já é tida como desviante em relação à norma lingüística no tocante à sua sintaxe, à sua fonologia etc.;
- conceitos como "ideal lingüístico de uma comunidade" e "*le bon usage*" são considerados entidades problemáticas, visto que um "ideal" ou "o bom uso" não podem ser definidos com clareza ou descritos de modo empírico;
- a linguagem literária entendida como desvio do sistema lingüístico tampouco oferece uma explicação convincente, pois, de acordo com as teorias estruturalista e gerativista, todo uso lingüístico constitui um desvio do código escrito naquilo que se convencionou chamar de "erros gramaticais" (de acordo com o ponto de vista da norma da língua escrita) da linguagem cotidiana oral, coloquial e/ou regional;
- os modelos do "bom português", do "bom alemão" e semelhantes são questionados. A objeção origina-se da constatação de que a grande maioria dos dicionários traz exemplos extraídos da literatura *stricto sensu*, das belas letras, para ilustrar os verbetes. A questão que aí se coloca é a seguinte: a linguagem literária pode funcionar como norma para a própria linguagem literária?

Pela quantidade de respostas não resolvidas satisfatoriamente, a noção de norma, tomada como ponto de partida para a descrição dos desvios poéticos, pro-

vou ser um conceito muito vago e subjetivo. A conclusão tirada desses dados é que o conceito de desvio em relação a uma norma qualquer pode ser *uma* das possibilidades de manifestação da poeticidade, mas não certamente a única.

2.5 A linguagem literária como estrutura secundária: abordagem semiótica (Hjelmslev e Lotman)

O conceito gerativo de *estrutura secundária* da linguagem literária (Bierwisch, 1965) está representado também em outras escolas lingüísticas, como a da Glossemática, desenvolvida pela Escola de Copenhagen (Hjelmslev, 1974), e a dos estruturalistas soviéticos (Lotman, 1973 e 1981).

Esta abordagem é semiótica: ela coloca a literatura junto às demais manifestações da linguagem artística, em busca de uma definição abrangente que dê conta da estrutura específica da obra de arte.

A noção de estrutura secundária firmou-se a partir das teses de Hjelmslev sobre a hipótese da existência de três formas lingüísticas básicas, a saber:

- 1 a linguagem (ou semiótica) denotativa;
- 2 a linguagem (ou semiótica) conotativa;
- 3 a metalinguagem (ou metassemiótica).

A diferença entre as três estaria tanto no plano da expressão quanto no plano do conteúdo.

Hjelmslev considera a linguagem denotativa a estrutura lingüística que serve de base para as demais linguagens. Estas constituem, então, estruturas secundárias em relação à linguagem denotativa: a conotativa utiliza a denotativa como estrutura primária para o seu plano de expressão, e, a metalinguagem, para o seu plano de conteúdo. Dentro desse quadro teórico, a linguagem literária definir-se-ia como uma "linguagem conotativa que usa os planos de conteúdo e de expressão de uma linguagem denotativa para constituir seu plano de expressão" (Hjelmslev, 1974, p.115).

Essa definição de Hjelmslev foi transposta por Barthes (1964, p.91-135) para um esquema de signos, em que se considera primeiramente o plano da denotação, composto de significante e significado (Se + So), e, em seguida, o plano da conotação, em que se considera a subcomposição do significante em significante e significado (Se = Se + So). Este esquema mostra que o signo, representado pelos seus planos de expressão e de conteúdo, é tomado como plano de expressão de um novo signo, que recebe seu plano de conteúdo pelo "nível de estilo" (que na teoria de Hjelmslev representa o verso e a prosa). Segundo esses modelos, a linguagem literária é uma linguagem conotativa, que tem, como seu plano de expressão, a linguagem denotativa, e, o "estilo", como seu plano de conteúdo.

Da análise desse modelo surgem duas caracterizações possíveis de linguagem literária:

1 a linguagem denotativa e a literária possuem o mesmo conteúdo. Nesse caso, as diferenças estariam na "forma" (definida por Hjelmslev como "a constância de expressão e conteúdo numa dada manifestação"), uma vez que a linguagem literária preserva os conteúdos da linguagem denotativa e lhe acrescenta apenas um novo "estilo";

2 a linguagem literária usa a linguagem denotativa como seu plano de expressão sem levar em consideração o seu plano de conteúdo. Nessa acepção, a linguagem literária caracterizar-se-ia por ter conteúdo zero ou, então, definir-se-ia pelas seguintes marcas:

linguagem literária = linguagem denotativa + [verso] ou [prosa]
+ [criatividade]
+ [estilo elevado]
+ [escrita]
+ [emotividade]
+ [idioleto] etc.

Lotman (1981), da escola estruturalista soviética, aperfeiçoa a concepção de Hjelmslev, aplicando-a ao estudo da estrutura do texto artístico (abordagem semiótica).

Para construir sua tese, que define o texto artístico (= texto semiótico) como sistema secundário modelizante, Lotman parte do pressuposto de que existem três tipos de linguagem:

- a que se manifesta nas línguas naturais (o português, o alemão, o francês etc.);
- as linguagens artificiais (sinais convencionais, por exemplo, os sinais de trânsito);
- as linguagens secundárias (das artes em geral: a linguagem da música, da pintura, da escultura, da literatura, entre outras).

Lotman classifica, pois, a linguagem literária no grupo das linguagens secundárias. Esta concepção origina-se da hipótese de existência de um sistema linguístico primário, que serviria de base para outras formas de uso dos signos (como a metalinguagem ou metassemiótica, a linguagem técnico-científica, a linguagem religiosa e outras). As linguagens secundárias seriam, neste contexto, *estruturas comunicativas* construídas sobre o plano da linguagem manifestada nas línguas naturais.

Considerando a *arte como sistema secundário modelizante*, Lotman procura explicar a estrutura secundária da linguagem literária como o "uso da língua natural como base, acrescida de novas regras e estruturas suplementares" (1981, p.39). Sendo uma estrutura comunicativa que se serve da estrutura das línguas naturais como suporte, a linguagem literária teria, como forma de comunicar suas mensagens, signos próprios e regras relacionais próprias, que se manifestariam nos *processos poéticos* (1981, p.40). Como a linguagem literária é apenas *uma* das inúmeras manifestações da arte – não sendo, portanto, o único sistema secundário modelizante –, as

diferenças entre a estrutura secundária da linguagem literária e dos demais sistemas secundários modelizantes estariam, justamente, nos processos poéticos.

Lotman faz uma distinção muito precisa entre as relações intersignicas dos sistemas das línguas naturais e da linguagem literária. Nas línguas naturais, os signos se ordenariam segundo dois planos: o plano do conteúdo e o plano da expressão; entre os dois existiria uma relação arbitrária, não-imanente, emanada de convenções históricas. Os signos da linguagem literária não seriam arbitrários como nas línguas naturais; ao contrário, todos seus signos seriam elementos portadores de significado – *signos icônicos*, portanto, em que a relação entre o plano do conteúdo e o plano da expressão seria de *semelhança*, visto que “o signo modeliza o conteúdo” (1973, p.41). Em outras palavras, o modelo (a idéia, o plano) concretiza-se em cada uma das partes integrantes da estrutura da obra realizada. Nessa ordem de idéias, conteúdo e expressão não podem ser separados, pois todos os elementos dos signos e todas as relações entre os signos sofrem o *processo de semantização* e contribuem ativamente para a constituição do significado.

Para construir sua tese, Lotman estabeleceu o princípio básico de que “todo sistema lingüístico é modelizante” (1981, p.40). Os signos desse sistema e suas regras relacionais reproduziriam a percepção do mundo da comunidade lingüística que os utiliza; assim, a língua natural, considerada como produto da comunidade de falantes, seria uma “reprodução da percepção social do universo” (*soziales Weltbild*) e participaria ativamente da “construção social da realidade” (Schütz, 1962; Berger & Luckmann, 1966).

Dito de outro modo, haveria dois percursos para a modelização da percepção do mundo:

- 1 a percepção social do mundo modeliza a língua;
- 2 a língua modeliza a percepção do mundo.

Seguindo esse raciocínio, a linguagem literária intensificaria essa capacidade de modelização da língua natural mediante o processo de semantização de seus signos. Assim, a linguagem do texto artístico literário é definida como uma determinada percepção artística do universo e pertenceria, assim, ao conteúdo, mediado pela sua estrutura textual global (Lotman, 1973, p.35). A expressão modelizaria, portanto, o conteúdo.

Uma das conseqüências relevantes da noção de capacidade de modelização da linguagem literária é a de que a concepção literária do universo não pode ser simplesmente entendida como uma cópia da percepção social do universo, mas sim como representação de uma percepção própria, que não precisa necessariamente combinar com a percepção que a sociedade tem do mundo. Através do seu próprio mundo modelizado pela linguagem literária, a literatura pode interpretar o mundo à sua maneira e explicá-lo na medida em que, construindo um universo próprio, pode confrontá-lo com a percepção social do universo, apontando eventual-

mente as falhas nele existentes ou, então, criando o modelo de um mundo melhor ou diferente do real.

A tese da capacidade de modelização da linguagem literária é retomada pelos sociolinguistas alemães, em especial por Steger (1982), em sua teoria das funções comunicativas da linguagem orientada para a ação social, nos quadros da Linguística pragmática.

2.6 A linguagem literária como variante lingüística da comunicação social (Steger)

No modelo de classificação das variantes lingüísticas da comunicação e da ação social, proposto por Steger (1982), a linguagem literária é definida como uma variante lingüística da comunicação social, cuja função comunicativa é "sintetizar criativa, racional e emocionalmente um mundo novo modelizado pelo traçado verbal estético" (p.13-36).

A noção de *função*, no contexto desta teoria, diz respeito aos modos de uso da comunicação verbal na vida de uma comunidade de falantes. O modo particular de uso da língua relaciona-se com o campo específico da *referência* (o campo dos objetos do mundo real e dos conteúdos), onde tem validade determinado tipo de comunicação. Assim, haveria um campo funcional para as ciências e técnicas, outro para a literatura, outro para a comunicação oral e escrita e assim por diante. As variantes lingüísticas que mediatizam cada tipo de comunicação são denominadas *funcioletos* (*Funktiolekte*) na teoria de Steger.

A representação da função comunicativa está intimamente ligada à noção sociológica de *motivação pragmática* (abordagem fenomenológica, que remete ao filósofo austríaco Schütz), definida como um "aglomerado de significados que diz respeito diretamente a ações presentes e futuras" (Berger & Luckmann, 1966, p.41), experimentado pelo indivíduo em sua relação com a realidade da vida cotidiana; isto significa que a intenção do indivíduo neste mundo é determinada por aquilo que ele está fazendo, fez ou planeja fazer nele.

A cada tipo de comunicação corresponde uma motivação pragmática diferente. Assim, os discursos usados na comunicação cotidiana têm como motivação pragmática a execução de tarefas práticas do dia-a-dia, ajustando-se, em suas intenções e temas e no formato verbal de apresentação, às normas e convenções vigentes na comunidade, comumente respeitadas pelos falantes em sua interação social; por sua vez, os discursos da comunicação técnico-científica servem para descrever e analisar, demonstrar e provar os dados e os mecanismos de funcionamento dos fenômenos da realidade empírica do mundo em que vivemos, e obedece a normas e convenções vigentes na comunidade científico-técnica.

No tocante aos discursos da comunicação literária, estes possuem outro tipo de motivação pragmática: a de sintetizar, pelo traçado estético-verbal, modelos de

mundos novos, criados pela imaginação; submetem-se, assim, a normas literárias e estéticas que dependem, por sua vez, da concepção de cultura vigente no recorte espaço-temporal vivido pelas comunidades que os produzem e recebem (Steger, 1983, p.25-67).

Sendo a literatura a *criação de um mundo possível* (1982, p.18) regido por leis próprias, a operação de acesso a esse mundo caberia à linguagem literária, que tem o poder ou a capacidade de evocar imagens, ações e objetos, e de integrá-los num modelo de mundo traçado de forma estética e sintética. Esta concepção de linguagem literária como estrutura linguística *modelizante* remete diretamente às teses de Lotman já mencionadas aqui.

A questão de se atribuir uma função social – uma “motivação pragmática” – à literatura possibilitaria sua integração no quadro geral da comunicação e da ação social. Por meio dessa função, a literatura estabeleceria relações com a sociedade, nelas incluindo tanto os fatores socioculturais quanto os estético-literários, essenciais para a compreensão global da obra de arte literária e para uma análise mais fundamentada de sua especificidade.

3 A comunicação literária: ponte para uma integração de conceitos sobre linguagem literária

As noções de linguagem literária aqui apresentadas – desvio, estrutura secundária modelizante, funcioleto – apontam para aspectos parciais da comunicação literária.

A tese do desvio enfatiza, sobretudo, os recursos linguísticos de expressividade. Os traços destacados não podem ser considerados marcas exclusivas da linguagem literária, posto que a criatividade humana não se limita apenas ao campo da literatura *stricto sensu*. Traços como singularização, estranhamento, anomalias sintático-semânticas podem ser encontrados em outras formas de comunicação consideradas não-ficcionais, como nos discursos da propaganda, da publicidade e também na linguagem corrente usada no dia-a-dia. A diferença estaria no uso funcional atribuído aos recursos expressivos, que varia de acordo com o campo de comunicação referido. Com efeito, a metáfora usada em publicidade ajuda o usuário a executar uma tarefa prática da vida cotidiana, como a de projetar favoravelmente a imagem de um produto com a finalidade de sua venda; à metáfora poética não se atribui essa função utilitária, visto que ela é válida somente dentro do mundo poético considerado e ligada apenas à sua função estilística dentro da obra de arte.

Quanto à noção de estrutura secundária da linguagem literária, as opiniões dos críticos se dividem: na opinião de alguns, ela reduziria a linguagem literária a uma entidade abstrata, dissociada, portanto, do falante real e de suas condições comunicativas reais. O argumento invocado é o de que o modelo “língua-base + ...”

pode variar *ad infinitum*, bastando, para isso, modificar apenas os complementos. Assim procedendo, poder-se-ia explicar a estrutura secundária de *todas* as variantes lingüísticas existentes, considerando que cada uma delas dependeria unicamente de uma estrutura primária idealizada, inexistente, portanto, na comunicação real. Todas as variantes poderiam ser explicadas como estruturas secundárias *desviantes* em relação a uma estrutura primária idealizada.

A noção de capacidade de modelização da linguagem literária, por outro lado, conseguiu colocar o texto literário em relação, ainda que indireta, com o mundo real, pela criação múltipla de mundos literários. Na opinião de alguns especialistas, contudo, a capacidade de modelização da linguagem literária teria outros riscos, como o de tomar o lugar da linguagem filosófica: como separar a função de “concepção de mundos”, própria da linguagem literária, da função de “explicação de mundos”, própria da linguagem filosófica?

A tese da linguagem literária como funcioleto teve o mérito de possibilitar integrar a literatura no quadro geral da comunicação, ao levar em conta a produção e a recepção de textos e ao atribuir à literatura uma motivação pragmática, uma função social definida, na vida da comunidade de falantes. Com a atribuição de uma função social à literatura, estaria afastada a hipótese de uma comunicação “disfuncional” ou idealizada (Seeliger, 1980, p.76-80), sem vínculo, portanto, com a sociedade. A representação da linguagem literária com função social dá a entender que a literatura depende do conceito social de arte e cultura vigente em um determinado recorte espaço-temporal.

Um critério menos sujeito a variações espaço-temporais para definir literatura foi sugerido por Seeliger: trata-se do critério de *referência ao mundo*, ligado mais ao conteúdo do que à forma. Esse critério admite a multiplicidade de mundos literários, o que significa que:

- o texto literário refere-se a si mesmo, isto é, ao mundo construído dentro dele e que se refere indiretamente ao mundo real (na acepção fenomenológica do termo). Aí, a comunicação se realiza em vários níveis: autor-leitor; narrador-narratário; narrador-situação narrada; personagem-personagem e assim por diante;
- o texto literário refere-se ao mundo da literatura, colocado contra um painel de fundo sociocultural e literário, formado por um contexto múltiplo de interação desses fatores, os quais irão influenciar as condições de produção e recepção de textos. Esses fatores são de várias espécies: a tradição poética existente; a língua prática da atualidade; a orientação poética da qual o enunciado literário é representativo; o gênero literário; a relação da obra poética com outras obras do autor e obras de seus contemporâneos; a língua-padrão da época em que foi escrito o texto literário; o horizonte de expectativa do receptor do texto literário, provocado pela temática apresentada e pelos procedimentos poéticos utilizados (Jakobson apud Kloepfer, 1975, p.50 ss.).

Após considerar todos esses fatores socioculturais e literários, a conclusão a ser tirada é a de que não existe, na verdade, uma marca única para caracterizar a

literariedade, isto porque a linguagem literária, como forma de expressão da criatividade humana, está em contínuo processo de modificação, e varia de acordo com a concepção social de arte e cultura vigente no espaço-tempo histórico em que se insere o texto literário considerado.

Uma proposta de definição de linguagem literária, feita por Steger, sugere uma síntese a partir da integração de alguns pontos fundamentais contidos nas orientações teóricas mais significativas que aqui foram examinadas.

Tomando como base a perspectiva da comunicação funcional, Steger define a linguagem literária como uma variante lingüística da comunicação, com a motivação pragmática de modelizar uma concepção intencional de mundo possível (Lotman), tendo como sistema de referência o mundo literário (Jakobson) e, como normas estéticas, os princípios estéticos responsáveis pela geração de novos significados, os quais, por sua vez, se manifestam nos procedimentos de estranhamento, singularização, equivalência sintático-semântica, conotação e modelização (semantização ou iconização) dos signos lingüísticos.

4 Conseqüências do conceito funcional de literatura

A linguagem literária, colocada sob o prisma da comunicação funcional, evoca as seguintes reflexões, tendo em vista a renovação dos recursos de expressividade do texto literário:

a. a autonomia da criação literária dá ao autor-criador de mundos possíveis liberdade total para exprimir-se em prosa, verso ou drama, utilizando a língua-padrão ou qualquer outra variante lingüística por ele escolhida. A partir de sua autonomia, todos os meios de expressão passam a subordinar-se às suas intenções artísticas de representação do universo contido no texto literário;

b. a linguagem literária tem a responsabilidade de modelizar uma concepção de mundo; com isso, o plano da expressão adquire uma nova dimensão, pois ele constitui e legitima essa concepção, visto que a força de verdade dessa concepção depende do poder de convicção e de convencimento da linguagem que a modeliza;

c. com essa nova responsabilidade, fez-se presente a necessidade de remodelar internamente a linguagem existente, não só por meio dos procedimentos poéticos já consagrados – como o uso de metáfora e metonímia, de equivalências sintático-semânticas e de procedimentos, como estranhamento e singularização, conotação e semantização –, como também pelo aproveitamento intencional das variantes lingüísticas de outros campos funcionais da comunicação humana – o uso intencional estético da linguagem técnico-científica, religiosa, institucional, administrativa e outras no contexto do texto literário. Essas linguagens usadas em outros campos da comunicação passam a funcionar, no texto literário, como elementos geradores de

novos significados, visto que são reinterpretadas à luz do seu novo contexto de uso. A concepção de “síntese criativa do universo literário” permite à literatura “conceber seus próprios mundos verbais em contraste, na medida em que integra os modos de falar do cotidiano e das ciências e os desenvolve em um terceiro elemento novo na obra literária” (Steger, 1982, p.8 – em itálico, no original);

d. esses “mundos verbais em contraste” são constituídos pelas variantes linguísticas surgidas com a compartimentação do conhecimento: por um lado, pela linguagem cotidiana, que permeia a compreensão nas relações sociais cotidianas, e, por outro, pelas linguagens culturais, como as linguagens das artes, das ciências e das técnicas, da religião e da ética, das instituições políticas e administrativas, da jurisprudência, da economia – enfim, de todas as manifestações discursivas dos campos funcionais da comunicação moderna;

e. no nosso mundo cotidiano atual, assistimos ao entrecruzar constante e simultâneo de inúmeros códigos culturais nos espaços abertos e cobertos pela mídia falada e escrita. Da mesma forma que se dá a vulgarização dos códigos culturais no campo funcional da comunicação cotidiana, a linguagem cotidiana também marca sua presença no plano expressivo da literatura em sentido estrito. A imbricação dos diversos códigos, no mundo cotidiano e nas artes em geral, tem seus reflexos na constituição do texto literário: além de reservar seu espaço à língua culta, a literatura cede parte considerável de seu espaço interno para a manifestação da linguagem das massas, esta já caracterizada por portar marcas resultantes da imbricação dos múltiplos códigos culturais que compõem a comunicação da sociedade pluralista contemporânea.

NOMURA, M. Linguistic concepts of literary language. *Alfa (São Paulo)*, v.40, p.189-204, 1996.

- **ABSTRACT:** *This study aims to present the main theoretical linguistic positions about the concept of literary language. It follows the development of the concept in time and space according to the researches carried out by the Russian formalists, the structuralists from the School of Prague, the generativists and sociolinguists, mainly from Germany. It tries to interrelate the main concepts and corresponding approaches on this subject and to view them in an integrated conceptual frame.*
- **KEYWORDS:** *Literary language; common language; equivalence; deviance; connotation; modelisation; communicative-social function of language.*

Referências bibliográficas

- AGUIAR E SILVA, V. M. *Teoria da literatura*. Coimbra: Almedina, 1973.
BARTHES, R. Éléments de sémiologie. *Communications*, v.4, p.91-135, 1964.
BERGER, P., LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1966.

- BIERWISCH, M. Poetik und Linguistik. In: IHWE, J. (Ed.) *Literaturwissenschaft und Linguistik*. Frankfurt am Main: Athenäum, 1965. v.2, pte.2, p.568-86.
- BÜHLER, K. *Sprachtheorie: Die Darstellungsfunktion der Sprache*. Stuttgart: Fischer, 1982.
- CHKLOVSKIJ, V. Die Kunst als Verfahren. In: STRIEDTER, J. (Ed.) *Texte der russischen Formalisten*. Munique: s.n., 1969. p.36-121.
- DELBOUILLE, O. A propos de la définition du fait de style. *Cahiers d'analyse textuelle*, n.3, p.5-22, 1964.
- DUBOIS, J. et al. *Retórica geral*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1974.
- HJELMSLEV, L. *Prolegomena zu einer Sprachtheorie*. Munique: Fink, 1974. p.111-21.
- IHLENBURG, K. H. Stilnorm und praktische Stillehre. *Sprachpflege*, v.19, p.178-81, 1970.
- JAKOBSON, R. Linguistik und Poetik. In: IHWE, J. (Ed.) *Literaturwissenschaft und Linguistik*. Frankfurt am Main: Athenäum, 1965. v.2, pte.2.
- KLOEPFER, R. *Poetik und Linguistik: Semiotische Instrumente*. Munique: Fink, 1975.
- LEVIN, S. Interne und externe Abweichung in der Dichtung. In: IHWE, J. (Ed.) *Literaturwissenschaft und Linguistik*. Frankfurt am Main: Athenäum, 1965. v.2, pte.2, p.343-57.
- LOTMAN, J. *Die Struktur des künstlerischen Textes*. Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1973.
- _____. *Die Struktur literarischer Texte*. Munique: Fink, 1981.
- MUKAROVSKY, J. Standard language and poetic language. In: LEVIN, S., CHATMAN, S. (Ed.) *Essays on the language of literature*. Boston: Houghton Mifflin Co., 1967. p.242-8.
- POSNER, R. Linguistische Poetik. In: _____. *Lexikon der germanistischen Linguistik*. Tübingen: Niemeyer, 1980. p.687-98.
- SCHMIDT, S. J. Alltagssprache und Gedichtssprache: Versuch einer Bestimmung von Differenzqualitäten. *Poetica*, v.2, p.285-303, 1968.
- SCHÜTZ, A. *Collected Papers*. The Hague: Nijhoff, 1962.
- SEELIGER, S. *Alltagssprache und Literatursprache in Günther Grass' Novelle Katz und Maus*. Freiburg/B.: Universität Freiburg, 1980.
- STEGGER, H. Was ist eigentlich Literatursprache? In: *Wonach fragen Linguisten?* Freiburg/B.: Rombach. *Freiburger Universitätsblätter*, v.76, 1982. p.13-36.
- _____. Über Textsorten und andere Textklassen. In: *Textsorten und literarische Gattungen*. Berlin: Erich Schmied, 1983. p.25-67.
- TODOROV, T. Die semantischen Anomalien. In: IHWE, J. (Ed.) *Literaturwissenschaft und Linguistik*. Frankfurt am Main: Athenäum, 1965. v.2, pte.2, p.359-83.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Ensino de língua estrangeira, p.17, 175
inferência, p.17
leitura em língua estrangeira, p.17, 175
modalidade, p.175
- Estrutura em camadas, p.151
- Fonologia, p.143
ritmo, p.143
- Leitura, p.17, 175
ensino em língua estrangeira, p.17, 175
- Léxico, p.11, 27, 75, 103, 189
conotação, p.75
conversão subcategorial, p.189
do futebol, p.75
espacialidade específica, p.75
homografia, p.27
homonímia, p.27
lexicoestatística, p.27
neologia, p.11
sinestesia, p.75
subcategorização lexical, p.189
terminologia lexicológica, p.27
vocabulário fundamental, p.27
vocabulário setecentista, p.103
- Lexicografia, p.47, 103, 119, 129
apresentação de verbos em um dicio-
nário de usos, p.119
- delimitação de sentidos, p.47
dicionário de usos, p.119
elaboração de dicionários, p.47, 119, 129
paralexigrafia, p.103
- Lexicologia, p.11, 17, 27
homografia, p.27
homonímia, p.27
inferência, p.17
lexicoestatística, p.27
neologia, p.11
terminologia lexicológica, p.27
vocabulário fundamental, p.27
- Linguagem literária, p.189
- Métrica, p.143
- Modalidade, p.151, 175
análise funcional, p.151
modalidade epistêmica, p.151
no ensino de língua inglesa, p.175
- Ortografia, p.103
portuguesa antiga, p.103
- Ritmo, p.143
- Tipologia verbal, p.119
- Valência, p.119

SUBJECTS INDEX

- Foreign language teaching, p.17, 175
 foreign language reading, p.17, 175
 inference, p.17
 modality, p.175
- Level structure, p.151
- Lexicography, p.47, 103, 119, 129
 dictionary preparation, p.47, 119, 129
 meaning delimitation, p.47
 paralexigraphy, p.103
 presentation of verbs in a usage dictionary, p.119
 usage dictionary, p.47, 119
- Lexicology, p.11, 17, 27
 basic vocabulary, p.27
 homography, p.27
 homonymy, p.27
 inference, p.17
 lexical terminology, p.27
 lexicostatistics, p.27
 neology, p.11
- Lexicon, p.11, 27, 75, 103, 189
 basic vocabulary, p.27
 connotation, p.75
 homography, p.27
 homonymy, p.27
 lexical terminology, p.27
 lexicostatistics, p.27
 neology, p.11
 soccer lexicon, p.75
 specific spatiality, p.75
 subcategorical conversion, p.189
 synaesthesias, p.75
 vocabulary of the XVIII century, p.103
- Literary language, p.189
- Metric, p.143
- Modality, p.151, 175
 in epistemic modality, p.151
 in functional analysis, p.151
 in reading teaching of English, p.175
- Orthography, p.103
 of ancient Portuguese, p.103
- Phonology, p.143
 rhythm, p.143
- Reading, p.17, 175
 foreign language teaching, p.17, 175
- Rhythm, p.143
- Valence, p.119
- Verbal typology, p.119

ÍNDICE DE AUTORES
AUTHORS INDEX

ALVES, I. M., p.11	DOI, E. T., p.17
BECHARA, S. F., p.17	DOTA, M. I. M., p.175
BIDERMAN, M. T. C., p.27	IGNÁCIO, S. E., p.119
BORBA, F. da S., p.47	GONÇALVES, M. F., p.103
CAMACHO, R. G., p.189	LONGO, B. N. de O., p.47
CARVALHO, N. F. de, p.75	NEVES, M. H. de M., p.129
CASTRO, V. S., p.17	NOMURA, M., p.189
CHACON, L., p.143	PEZATTI, E. G., p.59
DALL'AGLIO-HATTNER, M. M., p.151	

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

Informações gerais

A ALFA – *Revista de Linguística* – publica trabalhos originais de autores da UNESP e de outras instituições nacionais ou internacionais, na forma de artigos, retrospectivas, resenhas e traduções. Só serão aceitas as resenhas de livros que tenham sido publicados no Brasil, nos dois últimos anos, e no exterior, nos quatro últimos anos. Cada volume terá um tema central que reúna trabalhos voltados para um assunto em evidência na época da organização da revista. Cabe à Comissão Editorial julgar os trabalhos, aprovando-os ou sugerindo as alterações que julgar necessárias.

Os trabalhos poderão ser redigidos em português ou em outro idioma. O *Resumo* e as *Palavras-Chave* que precedem o texto, escritos no idioma do artigo; os que sucedem o texto, em inglês (*Abstract/Keywords*).

É vedada a reprodução dos trabalhos em outras publicações ou sua tradução para outro idioma sem a autorização da Comissão Editorial.

Preparação dos originais

Apresentação. Num primeiro momento, os autores enviarão à Comissão Editorial quatro cópias do trabalho impresso por computador, apresentadas em laudas de 30 linhas, 70 toques e espaço 1.5, com uma extensão máxima de 30 páginas. Recomenda-se o uso do programa editor Word for Windows 6.0. Num segundo momento, depois da análise dos trabalhos pela Comissão Editorial e depois de introduzidas as eventuais modificações, os autores remeterão, além do texto em disquete, duas cópias impressas do mesmo.

Estrutura do trabalho. Os trabalhos devem obedecer à seguinte seqüência: *Título*, *Autor(es)* (por extenso e apenas o sobrenome em maiúscula); *Filiação científica do(s) autor(es)* (indicar em nota de rodapé: Departamento, Instituto ou Faculdade, Universidade – sigla, CEP, Cidade, Estado, País); *Resumo* (com o máximo de 200 palavras); *Palavras-chave* (com até 7 palavras retiradas de *Thesaurus* da área, quando houver); *Texto*; *Agradecimentos*; *Abstract* e *Keywords* (versão para o inglês do *Resumo* e das *Palavras-chave* precedida pela Referência bibliográfica do próprio artigo); *Referências bibliográficas* (trabalhos citados no texto); *Bibliografia* (indicar obras consultadas ou recomendadas, não referenciadas no texto).

Referências bibliográficas. Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR 6023 da ABNT.

Abreviaturas. Os títulos de periódicos deverão ser abreviados conforme o *Current Contents*. Exemplos:

▪ Livros e outras monografias

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1986. 198p.

▪ Capítulos de livros

JOHNSON, W. Palavras e não palavras. In: STEINBERG, C. S. *Meios de comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix, 1972. p.47-66.

▪ Dissertações e teses

BITENCOURT, C. M. F. *Pátria, Civilização e Trabalho*. O ensino nas escolas paulistas

(1917-1939). São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

▪ Artigos de periódicos

ARAUJO, V. G. de. A crítica musical paulista no século XIX: Ulrico Zwingli. *ARTEunesp (São Paulo)*, v.7, p.59-63, 1991.

▪ Trabalho de congresso ou similar (publicado)

MARIN, A. J. Educação continuada: sair do informalismo? In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 1, 1990. *Anais...* São Paulo: UNESP, 1990. p.114-8.

Citação no texto. O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, separado por vírgula da data de publicação (Barbosa, 1980). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses. "Morais (1955) assinala..." Quando for necessário especificar página(s), esta(s) deverá(ão) seguir a data, separada(s) por vírgula e precedida(s) de p. (Mumford, 1949, p.513). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (Peside, 1927a) (Peside, 1927b). Quando a obra tiver dois ou três autores, todos poderão ser indicados, separados por vírgula (Oliveira, A. J., Mateus, P. R., Silva, M. F., 1943), e quando tiver mais, indica-se o primeiro seguido de et al. (Gille et al., 1960).

Notas. Devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé de página. As remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior.

Anexos e/ou Apêndices. Serão incluídos somente quando imprescindíveis à compreensão do texto.

Tabelas. Devem ser numeradas consecutivamente com algarismos arábicos e encabeçadas pelo título.

Figuras. Desenhos, gráficos, mapas, esquemas, fórmulas, modelos (em papel vegetal e tinta nanquim, ou computador); fotografias (em papel brilhante); radiografias e cromos (em forma de fotografia). As figuras e suas legendas devem ser claramente legíveis após sua redução no texto impresso de 13 x 19 cm. Devem-se indicar, a lápis, no verso: autor, título abreviado e sentido da figura. Legenda das ilustrações nos locais em que aparecerão as figuras, numeradas consecutivamente em algarismos arábicos e iniciadas pelo termo FIGURA.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores. Os trabalhos que não se enquadrarem nessas normas¹ serão devolvidos aos autores, ou serão solicitadas adaptações, indicadas em carta pessoal.

1 Se o autor necessitar de esclarecimentos sobre as normas para apresentação dos originais, poderá solicitar um exemplar do manual *Normas para publicações da UNESP* à Comissão Editorial da Revista.

**OUTRAS REVISTAS CIENTÍFICAS PUBLICADAS
PELA EDITORA UNESP**

Alimentos e Nutrição (anual)
ARTEunesp – Revista de Artes (anual)
Ciências Biomédicas (anual)
Ciências Farmacêuticas (anual)
Científica (semestral)
Didática (anual)
Eclética Química (anual)
Engenharia e Ciências Aplicadas (anual)
Geociências (semestral)
Geografia (anual)
História (anual)
Letras (anual)
Matemática e Estatística (anual)
Naturalia (anual)
Odontologia (semestral)
Perspectivas – Revista de Ciências Sociais (anual)
Trans/Form/Ação – Revista de Filosofia (anual)
Veterinária e Zootecnia (anual)

EDITORA UNESP
Av. Rio Branco, 1210
01206-904 – São Paulo – SP
Tel./Fax: (011) 223-9560

ERRATA
Alfa – Revista de Linguística, v.39, 1995

Solicitamos a sua compreensão para com nossos erros involuntários.

página	§	linha	onde se lê	leia-se
243	RESUMO	2	e > i; o > u)	(e > i; o > u)
245	nota 7	1	incluí na	não incluí na
246	1º quadro	8	roroinha	coroinha
		10	cabecinha (c.44)	cabecinha (c.144)
	nota 10	1	[i / ĩ] e também [ə]	[i / ĩ] e também [i]
		2	/e/ se realiza como [i]	/e/ se realiza como [i]
250	ABSTRACT	2	/o/ (e i; o u)	/o/ (e > i; o > u)